

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DÊNIS WELLINTON VIANA

ENTRE A ACADEMIA MILITAR E A RUA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO E A
PRÁTICA DE POLICIAIS MILITARES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO E DA
PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

CURITIBA

2018

DÊNIS WELLINTON VIANA

ENTRE A ACADEMIA MILITAR E A RUA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO E A
PRÁTICA DE POLICIAIS MILITARES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO E DA
PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa de “Processos Psicológicos em Contextos Educacionais”.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Quintal de Freitas.

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS
TANIA DE BARROS BAGGIO, CRB 9/760
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Viana, Dénis Wellinton

Entre a academia militar e a rua : um estudo sobre a formação e a prática de policiais militares na perspectiva da educação e da psicologia social comunitária / Dénis Wellinton Viana. – Curitiba, 2018.

267f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação

Orientador: Profª Drª Maria de Fátima Quintal de Freitas

Inclui referências e apêndices

1. Educação militar. 2. Policiamento comunitário. 3. Segurança pública. I. Universidade Federal do Paraná. II. Título.

CDD 373.243




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO

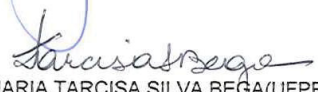
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DÊNIS WELLINTON VIANA**, intitulada: **ENTRE A ACADEMIA MILITAR E A RUA. UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DE POLICIAIS MILITARES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO E DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Setembro de 2018.


MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


MARIA TARCISA SILVA BEGA(UFPR)


MARCOS VIEIRA SILVA(UFSJ)


JUSAMARA VIEIRA SOUZA(UFRGS)

Àqueles (as) que diuturnamente estão em contato com conflitos sociais, políticos e econômicos que podem ter a violência como consequência. De modo especial, dedico aos policiais militares que cederam seu tempo e sua coragem para expressar-se nas entrevistas que compuseram o cerne desta dissertação de Mestrado.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos por aquela que me acompanhou desde o início da minha trajetória na Psicologia e que optou por compartilhar seus dias ao meu lado. Agradeço pelo incentivo constante nos dias em que as lutas se fizeram mais pesadas do que o esperado e pela tolerância para os dias em que o cansaço, a indisposição e a irritação me acompanharam. Obrigado a você, minha companheira de vida, Talita de Oliveira Teixeira.

Agradeço aos meus familiares, de forma muito especial à minha mãe Maria de Fátima e ao meu tio Léo, que sempre me incentivaram a seguir estudando, mesmo quando eles achavam que minha obstinação por alguns temas beiravam o exagero. Agradeço ainda ao meu irmão, Lucas Adrian Viana, que trouxe alento aos meus dias, com sua parceria para todas as horas.

Sou muito grato à Professora Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas, que me apresentou à Psicologia Social Comunitária, mesmo sem que nos conhecêssemos, ainda no tempo da faculdade, com seus textos. Sou grato por sua acolhida desde as disciplinas isoladas e também pelo modo desafiador com que me conduziu ao longo dos anos de produção do Mestrado. Foram desafios ousados, alguns causadores de muitas inquietações, mas que proporcionaram muito conhecimento (inclusive sobre mim mesmo). Agradeço também pela cumplicidade nos almoços, nos cafés, no intervalo entre as aulas e orientações que possibilitaram aproximação de sua pessoa. Creio que nosso convívio possibilitou um crescimento não só como acadêmico, como psicólogo, mas também como pessoa. Era impossível sair da mesma forma depois de nossas orientações, pois foram conversas cúmplices que deixaram marcas para a vida toda.

Sou grato pelo convívio com colegas do NUPCES. Marcos Roberto de Souza Peres e Valdir Goedert Filho, para além do convívio de núcleo, também colegas de farda. Agradeço à Lygia Maria Portugal de Oliveira, professora Doutora, de quem tive o privilégio de me aproximar, situação que para mim resultou em amizade e admiração. Amailson Sandro de Barros, Mirian Sewo e Elaine Cristina da Silva Koehler companheiros em algumas viagens, algumas defesas e muitos cafés ao longo do mestrado. E ao trio Iracema Dimaria Evangelista Batista, Morgana Francini Batista e Gabriela Lopes de Aquino, com quem as conversas e as risadas nos corredores não tiveram limites.

À Faculdade de Artes do Paraná, especialmente na pessoa da Professora Doutora Rosemyriam Ribeiro dos Santos Cunha, a qual apoiou e auxiliou de forma muito relevante os processos de condução desta pesquisa.

Aos colegas do Colégio da Polícia Militar, meu local de trabalho durante o desenvolvimento deste mestrado, os quais, com seu apoio, dicas e compreensão, possibilitaram a finalização desta pesquisa. Em especial ao comandante Major Marcelo Toniolo de Oliveira, aos amigos Capitão George Luiz Dal'Apria, Tenente Mariana Carolina de Almeida Nogueira, Subtenente José Volpato, Sargento Roberto Ferreira Cardoso. De um modo especial, agradeço à toda equipe Pedagógica do CPM que me auxiliou para ampliação de perspectivas em relação aos processos educacionais: Adriana, Ágatha, Ana Cláudia, Arlete, Bénnie, Cássia, Eliana, Janete, Glaudemarina, Silvana e Wallace. Do CPM, também, agradeço a professora Simone Santos... nossas conversas e seu auxílio foram fundamentais.

Ainda, agradeço ao incentivo para busca do curso de pós-graduação aos colegas da PMPR: capitã Sharon Chris Wsolek, capitão Luciano Blasius, novamente tenente Marcos de Souza Peres e tenente Marcelo Trevisan Karpinski. Ao colega de turma de aspirantado, tenente Victor Rodrigo Amaral, pelas contribuições, sugestões e incentivo.

Aos policiais que pelo exemplo (ou contraexemplo, em poucos casos) permitiram-me constituir a minha identidade profissional e pessoal, especialmente aos das unidades pelas quais passei: APMG, 16º BPM, 13º BPM, 7º BPM, BPTran, Subcomando-Geral, DEP e CPM.

É necessário mencionar e agradecer algumas pessoas da Psicologia que também marcaram minha trajetória, seja pelo incentivo ou pela apresentação de perspectivas que me fizeram ter um olhar diferente para a minha realidade profissional. Da Unipar, entre todas as pessoas especiais com quem convivi, destaco cinco professoras: Danielle Jardim Barreto, Clarice Catelan Ferreira, Cláudia Perpétuo, Edilayne Hernandez e Taíse Signorini... mulheres com visões de Psicologia que divergem entre si, mas que têm em comum o cuidado com o ser humano... Obrigado pelo convívio e pelo incentivo. Do Unibrasil, três professoras me são muito especiais: Dulce Mara Gaio, Verônica Cançado e Graciela Sanjutá. Todas muito parceiras na graduação e incentivadoras deste processo de construção, desconstrução e reconstrução que é o mestrado.

Agradeço aos professores que nos enriqueceram com seus conhecimentos e, também, com seus questionamentos ao longo das bancas de qualificação e defesa: professor Marcos Vieira Silva, professora Jusamara Vieira Souza, Maria Tarcisa Silva Bega e Elio Rodolfo Parisi. Agradeço também às conversas, dicas e questionamentos do professor Jorge Mario Flores Osorio.

Não posso deixar de agradecer a todas as experiências de vida comunitária que pude entender vivendo na prática o que um movimento popular proporciona. São mais de 14 anos compartilhando vida e missão com pessoas que se tornaram parte de mim e que, nesses anos do mestrado, me ajudaram a compreender melhor o significado da palavra perseverança. Agradeço a todos estes amigos e amigas do movimento TLC (Treinamento de Liderança Cristã), especialmente na figura de três pessoas que sempre possibilitam além de boas risadas, um considerável alargar de horizontes: Andrea Micoski da Costa, Sandro Mysczak (mesmo estando tão longe) e Jeferson Carvalho.

Finalizo agradecendo à minha querida Benedita de Brito do Nascimento (*in memoriam*), minha primeira professora e também minha primeira aluna. Com ela entendi o que é alfabetização de adultos e, se ela estivesse aqui, ficaria feliz pela conclusão deste momento.

Eu vivo sem saber até quando ainda
estou vivo
Sem saber o calibre do perigo
Eu não sei d'aonde vem o tiro

Por que caminhos você vai e volta?
Aonde você nunca vai?
Em que esquinas você nunca para?
A que horas você nunca sai?

Há quanto tempo você sente medo?
Quantos amigos você já perdeu?
Entrincheirado, vivendo em segredo
E ainda diz que não é problema seu

E a vida já não é mais vida
No caos ninguém é cidadão
As promessas foram esquecidas
Não há estado, não há mais nação

Perdido em números de guerra
Rezando por dias de paz
Não vê que a sua vida aqui se encerra
Com uma nota curta nos jornais

(O Calibre, Herbert Viana)

RESUMO

A atuação das polícias, no cenário dos debates da segurança Pública, tem sido alvo de questionamentos a respeito, também, da formação policial, revelando-se como um problema atual necessário de ser considerado no plano das políticas de segurança e cidadania. O enfoque relativo às dimensões psicossociais presentes tanto na atuação policial, quanto nas possibilidades de formação e capacitação desses profissionais em suas unidades policiais, tem permitido identificar uma crença, rotineiramente difundida quanto à aprendizagem e traduzida na expressão de vários policiais ao relatarem que “se aprende a ser polícia na rua”. Buscando-se compreender as interações cotidianas e os processos de aprendizagem presentes na prática dos policiais, dentro de uma perspectiva da psicologia social comunitária e de uma educação comprometida com a realidade e formação, é que o presente trabalho foi realizado junto a policiais que atuam na Polícia Militar do Paraná. Pretendeu-se compreender os impactos que sua prática de trabalho pode produzir sobre o seu processo de formação como policiais militares, enfocando as relações entre os aprendizados experimentados por policiais militares na rua e os aprendizados vivenciados na academia militar. Realizou-se uma revisão bibliográfica em periódicos especializados, e em teses e dissertações, sendo que os achados foram organizados em 7 blocos temáticos: políticas de Segurança Pública, atividades operacionais de policiais militares, saúde do (a) trabalhador (a) policial militar, aspectos socioculturais e a realidade policial militar, concepções sobre o trabalho policial militar, educação policial militar e estudos históricos. Os documentos oficiais foram analisados, sob a ótica dos modelos pedagógicos de formação policial - adaptacionista e contextualizado - confrontando-os às perspectivas do campo da Educação e também das propostas da Psicologia Social Comunitária, em específico no tocante à formação para atuação em contextos comunitários. As nove entrevistas realizadas com policiais militares, formados ao longo dos últimos 30 anos, foram submetidas à análise de conteúdo, criando-se cinco categorias *a posteriori*, que se referem a: caracterização dos participantes, memórias sobre o curso de formação de soldados, vivências do estágio operacional, rotinas de serviço atuais e horizontes educacionais. Discutiram-se os reflexos no trabalho dos policiais militares no atendimento à comunidade em razão do aumento do nível de escolaridade dos policiais militares, das diferenças entre a nova e a antiga formação policial, das oscilações de aproximação e distanciamento nas relações entre polícia-comunidade, das aprendizagens da academia militar e da rua. Concluiu-se que “se aprende a ser polícia na rua”, mas não só nela, como também na academia militar. Sugere-se que espaços não formais de ensino e aprendizagem sejam valorizados, também, como locais importantes para formar policiais militares para atuarem junto à comunidade.

Palavras-chave: Aprendizagem em contextos informais e não formais. Práticas policiais em comunidade. Formação policial militar e comunitária. Relação polícia-comunidade. Segurança Pública.

ABSTRACT

Police action, in the context of public security debates, has been the subject of questions regarding police training, which is a current problem that needs to be considered in terms of security and citizenship policies. The focus on the psychosocial dimensions present in both the police activity and the training and qualification possibilities of these professionals in their police units has allowed to identify a belief, routinely diffused about learning and translated into the expression of several police officers when reporting that "to be a police officer on the street". In order to understand the daily interactions and learning processes present in police practice, from a perspective of community social psychology and an education committed to reality and training, the present work was carried out with police officers who work in the Military Police of Paraná. It was intended to understand the impacts that their work practice can produce on their training process as military police officers, focusing on the relationships between the experiences of military police officers on the street and the experiences of the military academy. A bibliographic review was carried out in specialized journals, as well as in theses and dissertations. The findings were organized into 7 thematic blocks: Public Security policies, military police operations, military police worker health, sociocultural aspects and the military police reality, conceptions about military police work, military police education and historical studies. The official documents were analyzed from the point of view of pedagogical models of police training - adaptation and contextualization - confronting them to the perspectives of the field of Education and also of the proposals of Community Social Psychology, specifically regarding training for action in community contexts. The nine interviews conducted with military police officers, trained over the last 30 years, were submitted to content analysis, creating five categories a posteriori, which refer to: characterization of the participants, memories about the training course of soldiers, experiences the operational stage, current service routines and educational horizons. The reflexes were discussed in the work of the military police in the service to the community due to the increase in the level of schooling of the military police, the differences between the new and the old police formation, the oscillations of approach and distance in the relations between police-community, of the military academy and the street. It was concluded that "one learns to be a policeman in the street", but not only in it, but also in the military academy. It is suggested that non-formal teaching and learning spaces should also be considered as important sites for forming military police officers to work with the community.

Keywords: Learning in informal and non-formal contexts. Police practices in community. Military and community police training. Police-community relationship. Public security.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- PERCURSO DA “GARIMPAGEM MANUAL” DOS ARTIGOS NAS BASES DE DADOS.....	28
FIGURA 2 - DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	112
FIGURA 3- ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA	113
FIGURA 4- TRANSIÇÃO INCOMPLETA E COEXISTÊNCIA PARADIGMÁTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA ATUAL	115
FIGURA 5- ORGANOGRAMA GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	118
FIGURA 6 - POLICIAMENTO OSTENSIVO: TIPOS, PROCESSOS, MODALIDADES E CIRCUNSTÂNCIAS	122
FIGURA 7- HIERARQUIA NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	124
FIGURA 8- CURSOS PARA A ASCENSÃO HIERÁRQUICA DAS PRAÇAS.....	125
FIGURA 9- CURSOS PARA A ASCENSÃO HIERÁRQUICA DOS OFICIAIS.....	127
FIGURA 10- SUGESTÕES PARA O APRIMORAMENTO NA FASE ACADÊMICA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS	159
FIGURA 11- PÊNDULO DA RELAÇÃO POLÍCIA-COMUNIDADE.....	216

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- MORTES DE POLICIAIS PARANAENSES EM UMA SEMANA NO ANO DE 2017.....	19
QUADRO 2- ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PRESENTES NOS 53 ARTIGOS SELECIONADOS.....	38
QUADRO 3- LISTA DOS 53 ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA</i>	59
QUADRO 4- ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>ATIVIDADES OPERACIONAIS DE POLICIAIS MILITARES</i> , PRESENTES NOS 23 ARTIGOS SELECIONADOS	62
QUADRO 5- LISTA DOS 23 ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>ATIVIDADES OPERACIONAIS DE POLICIAIS MILITARES</i>	73
QUADRO 6- ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>SAÚDE DO (A) TRABALHADOR (A) POLICIAL MILITAR</i> , COMPOSTO POR 19 ARTIGOS.....	75
QUADRO 7- LISTA DOS 19 ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>SAÚDE DO (A) TRABALHADOR (A) POLICIAL MILITAR</i>	76
QUADRO 8- ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E A REALIDADE POLICIAL MILITAR</i> , PRESENTES NOS OITO ARTIGOS SELECIONADOS	78
QUADRO 9- LISTA DOS OITO ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E A REALIDADE POLICIAL MILITAR</i>	83
QUADRO 10 - ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO POLICIAL MILITAR</i> , PRESENTES NOS CINCO ARTIGOS ..	84
QUADRO 11- LISTA DOS CINCO ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO POLICIAL MILITAR</i>	87
QUADRO 12- LISTA DOS SEIS ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR</i>	89
QUADRO 13- LISTA DOS TRÊS ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO <i>ESTUDOS HISTÓRICOS</i>	92
QUADRO 14- LISTA DOS SEIS ARTIGOS SELECIONADOS DA REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE PROCESSOS EDUCACIONAIS DE POLICIAIS MILITARES	93
QUADRO 15- ATRIBUTOS DA FORMAÇÃO POLICIAL	95

QUADRO 16- LISTA DAS 18 TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO BLOCO TEMÁTICO <i>ATIVIDADES OPERACIONAIS DE POLICIAIS MILITARES</i> ..97	97
QUADRO 17- LISTA DAS SEIS TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO BLOCO TEMÁTICO <i>SAÚDE DO (A) TRABALHADOR (A) POLICIAL MILITAR</i>99	99
QUADRO 18- LISTA DAS TRÊS TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO BLOCO TEMÁTICO <i>ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR</i>100	100
QUADRO 19- LISTA DAS 69 TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO BLOCO TEMÁTICO <i>EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR</i>100	100
QUADRO 20- LISTA DAS SETE TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ106	106
QUADRO 21- CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DO POLICIAMENTO OSTENSIVO.....120	120
QUADRO 22- CURSOS PARA ASCENSÃO HIERÁRQUICA EM CADA FASE DA CARREIRA POLICIAL MILITAR.....127	127
QUADRO 23- CAMINHOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO POLICIAL, SEGUNDO OS DOCUMENTOS OFICIAIS134	134
QUADRO 24- DISTRIBUIÇÃO DE ENTREVISTADOS SELECIONADOS, CONFORME O ANO DE INCLUSÃO POR PERÍODO DE MANDATO GOVERNAMENTAL142	142
QUADRO 25- DISCIPLINAS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS CITADAS PELOS ENTREVISTADOS.....151	151
QUADRO 26- APRENDIZADOS DA FASE ACADÊMICA, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS157	157
QUADRO 27 - MARCAS DA FASE ACADÊMICA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.161	161
QUADRO 28 - APRENDIZADOS DO ESTÁGIO OPERACIONAL, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.179	179
QUADRO 29- ASPECTOS A SEREM MELHORADOS NO ESTÁGIO OPERACIONAL, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS181	181
QUADRO 30- MARCAS DO ESTÁGIO OPERACIONAL, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS184	184

QUADRO 31- ATIVIDADES POLICIAIS DESEMPENHADAS PELOS ENTREVISTADOS	187
QUADRO 32- CONDIÇÕES DE TRABALHO ATUAIS E PROPOSTAS DE MELHORIA APONTADAS NAS ENTREVISTAS.....	190
QUADRO 33- APRENDIZADOS DA ROTINA DO TRABALHO POLICIAL E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA PESSOAL E NA INTERAÇÃO COM A POPULAÇÃO, SEGUNDO AS ENTREVISTAS.....	196
QUADRO 34- CURSOS REALIZADOS NA CORPORAÇÃO, CITADOS PELOS ENTREVISTADOS.	198
QUADRO 35- DIFICULDADES/FRAGILIDADES PARA ASCENSÃO NA CARREIRA DAS PRAÇAS, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.	200
QUADRO 36- IMPACTOS DAS MUDANÇAS DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS POLICIAIS QUE INGRESSARAM NA CORPORAÇÃO COM O ENSINO MÉDIO, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	206
QUADRO 37- IMPACTOS DAS MUDANÇAS DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS POLICIAIS RECÉM-INCLUÍDOS NA CORPORAÇÃO, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	207
QUADRO 38- IMPACTOS DAS DIFICULDADES PARA A ASCENSÃO NA CARREIRA MILITAR, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	208
QUADRO 39- IMPACTOS DA NATURALIZAÇÃO DA SUGAÇÃO NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA POLICIAL MILITAR, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	216
QUADRO 40- IMPACTOS DA PERCEPÇÃO SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE MILITARES E CIVIS, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	219
QUADRO 41- APRENDIZAGENS COMUNS NA ACADEMIA MILITAR E NA RUA, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS	224
QUADRO 42- APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS DA ACADEMIA MILITAR E NA RUA, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.....	225
QUADRO 43- PROCESSOS EDUCACIONAIS, SEGUNDO GOHN (2006)	234

LISTA DE TABELAS

TABELA 1– QUANTIDADE DE ARTIGOS SELECIONADOS POR BLOCO TEMÁTICO	28
TABELA 2- QUANTIDADE DE ARTIGOS PUBLICADOS POR ANO	29
TABELA 3- ARTIGOS SELECIONADOS POR REVISTA CIENTÍFICA	30
TABELA 4- REVISTAS E ARTIGOS SELECIONADOS POR ÁREA.....	31
TABELA 5- PRIMEIRA SELEÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES POR DESCRITOR, NO PERÍODO DE 1999 A 2016.	32
TABELA 6- QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES POR ANO.....	33
TABELA 7- TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS POR NÍVEL DE PESQUISA	35
TABELA 8- TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS POR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	35
TABELA 9- TRABALHOS SELECIONADOS POR UNIVERSIDADE	36

LISTA DE SIGLAS

AJ Geral – Ajudante Geral.

AM – Assessoria Militar.

APMG – Academia Policial Militar do Guatupê.

BFRON – Batalhão de Fronteira.

BopE – Batalhão de Operações Especiais.

BPAmb – Batalhão de Polícia Ambiental.

BPEC – Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária.

BPGd – Batalhão de Polícia de Guarda.

BPM – Batalhão de Polícia Militar.

BPMOA – Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas.

BPRv – Batalhão de Polícia Rodoviária.

BPTran – Batalhão de Polícia de Trânsito.

CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CAS – Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos.

CCB – Comando do Corpo de Bombeiros.

CEF – Conselho Econômico Financeiro.

CFC – Curso de Formação de Cabos.

CFO – Curso de Formação de Oficiais.

CFS – Curso de Formação de Sargentos.

CFSd – Curso de Formação de Soldados.

CHEFE EM – Chefe do Estado-Maior.

CHOA – Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos.

Cia – Companhia.

CIPM – Companhia Independente de Polícia Militar.

CJ – Consultoria Jurídica.

CM – Casa Militar.

CM – Comissão de Mérito.

COPM – Centro Odontológico da Polícia Militar.

CPM – Colégio da Polícia Militar.

CPO – Comissão de Promoção de Oficiais.

COPOM – Centro de Operações Policiais Militares.

COTAMO – Companhia Tático Móvel de Trânsito.

CPP – Comissão de Promoção de Praças.

CRPM – Comando Regional de Polícia Militar.

CRS – Centro de Recrutamento e Seleção.

CSM/INT – Centro de Suprimento e Munição / Intendência.

CSM/MB – Centro de Suprimento e Munição / Material Bélico.

CSM/O – Centro de Suprimento e Munição / Obras.

CSP – Curso Superior de Polícia.

CVPM – Centro Veterinário da Polícia Militar.

DAL – Diretoria de Apoio Logístico.

DEP – Diretoria de Ensino e Pesquisa.

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito.

DDTQ – Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade.

DF – Diretoria de Finanças.

DP – Diretoria de Pessoal.

DS – Diretoria de Saúde.

EM – Estado-Maior.

EsFAEP – Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças.

FA – Formulário de Apuração.

FATD – Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

GAB. CG – Gabinete do Comando Geral.

GB – Grupamento de Bombeiros.

GOST – Grupo de Operações e Socorro Tático.

GPS – Global Position System.

HPM – Hospital da Polícia Militar.

HT – Hand-Talk.

JIM – Jornada de Instrução Militar.

JM – Junta Médica.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

NE – Núcleos de Ensino.

NUPCES – Núcleo de Psicologia Comunitária, Psicologia e Saúde.

PePSIC – Periódicos Eletrônicos de Psicologia.

PM – Polícia Militar ou Policial Militar.

PMPR – Polícia Militar do Paraná.

PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos.

PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública.

POVO – Policiamento Ostensivo Volante.

PPE – Patrulhamento a pé.

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação.

PPO – Posto de Policiamento Ostensivo.

PQD – Paraquedista.

PROAVANTE – Programa de Treinamento Policial e Cidadania.

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas.

Pronasci – Programa Nacional de Segurança com Cidadania.

PSC – Psicologia Social Comunitária.

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

PT – Partido dos Trabalhadores.

QR2 – Liberação no local.

RDE – Regulamento Disciplinar do Exército.

ROCAM – Rondas Ostensivas com o Apoio de Motos.

ROTAM – Rondas Ostensivas Tático Móveis.

RPA – Rádio Patrulha Auto.

RPMon – Regimento de Polícia Montada.

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Scielo – Scientific Eletronic Library *On-line*.

SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas.

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SGBI – Subgrupamento de Bombeiros Independentes.

SUBCMT GERAL – Subcomandante Geral.

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná.

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora.

UPS – Unidade Paraná Seguro.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 A ESCOLHA PELO OBJETO DE PESQUISA.....	16
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	23
1.4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	24
2 SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA E POLÍCIAS MILITARES: DIVULGAÇÃO DAS TEMÁTICAS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	25
2.1 PERCURSO METODOLÓGICO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	25
2.1.1 A “garimpagem manual” nas bases Scielo e PePSIC.....	26
2.1.2 Método de seleção dos artigos da Revista Brasileira de Segurança Pública	
31	
2.1.3 Método de seleção das teses e dissertações	32
2.2 RESULTADO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NAS BASES DE DADOS SCIELO E PEPSIC	37
2.2.1 Políticas de Segurança Pública	37
2.2.1.1 Definições sobre Segurança Pública	38
2.2.1.2 Papéis relacionados às Polícias Militares	52
2.2.2 Atividades Operacionais de policiais militares	62
2.2.2.1 Cultura policial	63
2.2.2.2 Atendimento às ocorrências policiais militares.....	69
2.2.2.3 Educação para a profissionalização da atividade policial	71
2.2.3 Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar	74
2.2.4 Aspectos socioculturais e a realidade policial militar	78
2.2.4.1 Relações familiares nas corporações policiais militares	79
2.2.4.2 Impactos do uso da farda	81
2.2.4.3 Aspectos raciais.....	82
2.2.4.4 Aspectos religiosos	83
2.2.5 Concepções sobre o trabalho policial militar.....	83
2.2.6 Educação Policial Militar	87
2.2.7 Estudos históricos	90
2.2.8 Considerações sobre o levantamento dos artigos científicos	92

2.3 RESULTADO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NA REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA	93
2.4 RESULTADO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA EM TESES DE DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO	97
2.4.1 Atividades operacionais de policiais militares	97
2.4.2 Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar	99
2.4.3 Aspectos socioculturais da atividade policial militar	100
2.4.4 Educação policial militar.....	100
2.4.5 Produções do Estado do Paraná	106
3 POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: POLÍTICAS DE SEGURANÇA E FORMAÇÃO	108
3.1 POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA	108
3.1.1 Transformações e permanências.....	110
3.1.2 A Coexistência de paradigmas em Segurança Pública.....	115
3.1.3 Particularidades da Polícia Militar Do Paraná	117
3.2 EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR COMO FORMAÇÃO	123
3.2.1 Um recorte documental.....	123
3.2.1.1 A hierarquia e a disciplina: balizas para a ascensão hierárquica	124
3.2.1.2 Cursos para além da promoção: educação para e na prática de policiais militares	128
3.2.2 Educação Policial Militar e Formação Comunitária: Aproximações?	129
3.2.2.1 Alguns caminhos pedagógicos da educação policial militar.....	130
3.2.2.2 Pensando as aproximações.....	134
4 PROPOSTA METODOLÓGICA.....	139
4.1 A ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	139
4.2 QUESTÕES ÉTICAS RELACIONADAS À COLETA DE DADOS	140
4.3 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	141
4.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	142
5 RESULTADOS.....	143
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	143
5.2 MEMÓRIAS SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS	144
5.2.1 A fase acadêmica do Curso de Formação de Soldados	145
5.2.1.1 Impactos da vida militar	146
5.2.1.2 Os professores e as disciplinas do Curso de Formação de Soldados	150

5.2.2	Aprendizados, faltas e marcas	153
5.2.3	Atividades de campo e marcha	161
5.3	VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO OPERACIONAL	165
5.3.1	Conexões das disciplinas com a prática profissional	165
5.3.2	Supervisão de estágio	167
5.3.3	Atividades de estágio	169
5.3.4	Aprendizados, faltas e marcas do estágio operacional	170
5.3.5	Contato com a comunidade	184
5.4	ROTINAS DE SERVIÇO ATUAIS	186
5.4.1	Atividades policiais desempenhadas pelos entrevistados.....	186
5.4.2	As dificuldades no serviço policial e as formas de enfrentamento	189
5.4.3	Aprendizados da rotina de trabalho atual.....	191
5.4.4	Aprendizados informais e sua relação com a formação acadêmica	196
5.5	HORIZONTES EDUCACIONAIS.....	197
5.5.1	Cursos na Corporação	197
5.5.2	Cursos fora da corporação.....	201
6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	203
6.1	MUDANÇAS NOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE: DO INGRESSO À CARREIRA	
	204	
6.2	A FORMAÇÃO ANTIGA E A FORMAÇÃO NOVA: TENSÕES ENTRE OS	
	DISCURSOS E AS PRÁTICAS SOCIAIS	211
6.3	O MILITAR E O PAISANO: PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DE	
	DISTANCIAMENTO E DE APROXIMAÇÃO DE REALIDADES.....	216
6.4	OS APRENDIZADOS NA ACADEMIA MILITAR E OS APRENDIZADOS NA	
	RUA 223	
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
7.1	RETOMANDO OS INTUITOS DA PESQUISA: A VIDA COTIDIANA EM FOCO	
	226	
7.2	SOBRE O PROCESSO DE PESQUISAR: SENDO PESQUISADOR E	
	PESQUISADO.....	227
7.3	QUE OUTROS CAMINHOS? QUE OUTRAS PERGUNTAS? O PERCURSO DA	
	DISSERTAÇÃO.....	230
7.4	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR E AS	
	PRÁTICAS FORMATIVAS EM COMUNIDADE	232

REFERÊNCIAS.....	237
APÊNDICE 1 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA PMPR....	257
APÊNDICE 2 – TERMO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA NA PLATAFORMA BRASIL.....	259
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	262
APÊNDICE 4 – PROTOCOLO DE ENTREVISTAS.....	264
ANEXO A – MAPA DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO 1º COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR – CURITIBA	265
ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR EM VIGÊNCIA PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPR.....	266
GLOSSÁRIO DE TERMOS POLICIAIS MILITARES	267

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado é resultado de um processo construído ao longo da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR), na linha de pesquisa de Processos Psicológicos em Contextos Educacionais, junto ao Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde (NUPCES), coordenado pela professora Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas. Esta pesquisa tem como intuito compreender os processos educacionais na prática de policiais militares, tendo a Psicologia Social Comunitária sido adotada como o enfoque teórico-metodológico.

Entendemos como *processos educacionais na prática de policiais militares*, as ações de caráter pedagógico, de natureza formal ou não, que ocorrem desde o momento em que a pessoa ingressa na corporação Polícia Militar. Trata-se de processos de ensino e de aprendizagem que se dão não só nos cursos de formação, mas também por meio de vivências do dia a dia e de relatos orais de policiais militares mais antigos, seja durante os estágios operacionais ou ao longo das práticas cotidianas nos quartéis e também nas ruas, seja durante o patrulhamento ou no atendimento à população. Tais processos vão constituindo aos poucos a identidade profissional do policial militar.

Os meandros desses processos serão discutidos ao longo da dissertação, que teve como intenção compreender em que aspectos a máxima repetida nos quartéis, “se aprende a ser polícia na rua” (sic), é concretizada nas relações de trabalho dos policiais militares. Algumas inquietações foram sendo vividas com o desenrolar desta pesquisa: Como se aprende a ser policial militar? O que se aprende na rua? Como é o aprendizado formal nas academias?

1.1 A ESCOLHA PELO OBJETO DE PESQUISA

As razões para a escolha deste objeto de pesquisa estão relacionadas com as vivências profissionais deste pesquisador, que ingressou na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) no ano de 2005, quando iniciou sua educação profissional no Curso de Formação de Oficiais (CFO) oferecido pela Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) e, no final do ano de 2007, foi declarado Aspirante a Oficial. Em 2008, desempenhou suas atividades de estágio na cidade de

Guarapuava, quando, entre outras atribuições, recebeu a função de auxiliar na coordenação do Curso de Formação de Soldados (CFSd) em um Núcleo de Ensino (NE), momento em que teve maior contato com a Matriz Curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para formação de profissionais de Segurança Pública e teve a oportunidade de lecionar no referido curso. Nos anos de 2009 até 2016, manteve-se lecionando em Cursos de Formação de Soldado, tanto na capital como em outras cidades do interior do estado do Paraná (Cruzeiro do Oeste e Umuarama), sendo que, em 2013, passou a integrar o corpo docente do Curso de Formação de Oficiais da PMPR.

Durante o seu período de educação profissional e desde o início de sua trajetória docente nos cursos policiais, questionou-se sobre o alcance das atividades desenvolvidas nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização na prática dos profissionais de polícia. As diferentes perspectivas e necessidades do (a) trabalhador (a) policial militar no interior e na capital do Estado também foram alvo de inquietações, já que, no interior do Estado, este pesquisador trabalhou em dois batalhões com realidades diferentes: 16º BPM, em Guarapuava, e 7º BPM, em Cruzeiro do Oeste. Ainda na capital, teve a oportunidade de desempenhar atividades operacionais em duas unidades com realidades distintas: 13º BPM (à época, responsável por toda a região sul da cidade de Curitiba) e o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran), o primeiro ligado ao atendimento de ocorrências por meio dos chamados da população e o segundo voltado para atividades relacionadas a atendimentos de acidentes e de bloqueios de trânsito. Teve a oportunidade de desenvolver atividades no âmbito da gestão da corporação como ajudante do Subcomando-Geral da PMPR, encargos na Corregedoria-Geral, trabalhos na Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP) da PMPR e, atualmente, no Colégio da Polícia Militar do Paraná (CPM).

Paralelamente, em 2009, iniciou a graduação em Psicologia, que trouxe novas leituras e formas de compreender sua realidade como profissional de Segurança Pública, especialmente no que tange à prática educacional na PM, já que as vivências educativas da Academia de Polícia e da graduação são bastante distintas. O contato com disciplinas de caráter mais crítico nas temáticas da Psicologia Social, sobretudo em sua vertente denominada Psicologia Social Comunitária, possibilitou o estabelecimento de conexões entre esse horizonte da Psicologia e as práticas cotidianas como policial militar, especialmente no que se refere à filosofia de Polícia

Comunitária. A graduação proporcionou ainda a proximidade com públicos de diferentes realidades sociais, econômicas e educacionais, permitindo o contato com metodologias para a educação de adultos em contextos diferenciados dos da educação policial.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Esta pesquisa buscou estabelecer relações entre os campos da Psicologia, da Educação e da Segurança Pública. Souza et. al. (2015) assinalam a necessidade da ampliação das pesquisas sobre a realidade educacional de policiais militares, e Nascimento e Cerqueira (2015) indicam que esse tema vai ao encontro das demandas sociais de melhoria da segurança pública. Freitas, Peres e Goedert Filho (2015), ao analisarem os conflitos e dilemas da prática policial militar no cotidiano, entendem que a humanização das relações profissionais, incluindo os processos educacionais, pode contribuir para uma melhor relação entre a polícia e a comunidade. Propõem-se à análise dos processos educacionais na prática de policiais militares por meio de aproximações com a Psicologia Social Comunitária (PSC), já que

cabe à PSC uma análise do trabalho do(a) PM como uma categoria conceitual: como categoria de trabalho, na qual os seus profissionais são submetidos cotidianamente a contradições, dilemas e conflitos, em uma perspectiva das condições estruturais e conjunturais de sua produção e reprodução humana. (FREITAS, PERES E GOEDERT FILHO, 2015, p. 62)

Entre as vivências, características da atividade policial, encontra-se a realidade da violência que, em suas variadas formas, tem sido abordada nos meios de comunicação, suscitando debates e discussões sobre a constante sensação de insegurança que afeta tanto os grandes quanto os pequenos centros urbanos¹. Oliveira e Santos (2010), Porto (2009), Ramos e Novo (2002) e Silva e Beato (2013) sugerem que as abordagens da mídia contribuem para uma maior sensação de medo e insegurança por parte da população.

¹ Em notícia veiculada, no dia 20 de maio de 2016, no site do jornal Gazeta do Povo, o jornalista Diego Ribeiro apresenta o resultado de uma pesquisa sobre a sensação de insegurança entre os moradores curitibanos, realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas. Dos 436 participantes da pesquisa, 75% sentem-se mais inseguros que há cinco anos. Fonte: <https://goo.gl/a2NAKh>.

Dentre algumas abordagens sobre mídia, com frequência, a imprensa é inserida numa relação de poder, que favorece ou prejudica a legitimidade de ações de determinadas instituições como a polícia. A mídia pode legitimar a ação policial e, ao mesmo tempo, o abuso de poder e a autoridade policial através do apoio a ações ilegais. O posicionamento da mídia influencia a opinião pública tanto para o apoio a ilegalidades como pode levar à percepção de que a instituição não é eficiente (WOOD, 2010). Do lado da instituição policial, a relação entre polícia e mídia exerce a função de contribuir com a comunicação da polícia com o público. As notícias "de lei e ordem" são frequentes e seguiriam a tendência de favorecer a polícia, transmitindo visão positiva da instituição. Porém, isso pode se tornar risco para a sociedade por poder legitimar autoritarismo e violência policial (MAWBY, 2010). (SILVA, BEATO, 2013, p. 131)

Em relação à influência da mídia, dois momentos, de repercussão em relação à Polícia Militar do Paraná, aconteceram próximos da fase em que os dados desta pesquisa foram coletados por meio das entrevistas junto aos policiais militares. O primeiro deles, refere-se a uma sequência de mortes de três policiais militares do Estado do Paraná, no lapso temporal de uma semana.

QUADRO 1- MORTES DE POLICIAIS PARANAENSES EM UMA SEMANA NO ANO DE 2017

DATA	NOME/IDADE	HIERARQUIA	CIDADE DO FATO	EM SERVIÇO	BREVE RELATO DO FATO
26/09/2017	Tiago da Silva Rego/ 28	Soldado	Altônia (noroeste paranaense)	Sim	Três policiais patrulhavam uma região rural. Disparos de fuzil os atingem na viatura. ²
29/09/2017	Ricardo Jimenez/ 57	Cabo	Pontal do Paraná (litoral paranaense)	Não	Policial aposentado presencia um assalto em lanchonete. Entra em confronto armado com dois assaltantes. ³
02/10/2017	Ricardo Taborda /27	2º Tenente	Curitiba (capital)	Sim	Ao tentar parar um carro roubado, o policial atira contra os bandidos que o atropelam. ⁴

FONTE: VIANA; FREITAS (2018).

Os policiais falecidos são de diferentes postos e graduações da Polícia Militar, sendo dois praças (um soldado e um cabo) e um Oficial (2º Tenente). Os três faleceram em razão do serviço de policial militar, sendo que um deles, apesar de

² Fonte: G1-Paraná. **Policial Militar do Batalhão de Fronteira é morto em confronto em Altônia.** Disponível em: <https://goo.gl/kyH63k>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

³ Fonte: Folha do Litoral. **Policial aposentado é morto por assaltantes em Pontal do Paraná.** Disponível em: <https://goo.gl/hxEsM6>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

⁴ Fonte: Tribuna. **Tenente da PM atira contra carro roubado e morre atropelado pelos bandidos.** Disponível em: <https://goo.gl/dTVpRu>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

estar aposentado, encontrava-se armado e interveio na situação; e outros dois encontravam-se regularmente escalados para o trabalho. Os fatos aconteceram em diferentes regiões do estado: capital, litoral e região noroeste. Dois dos policiais militares apresentam idades próximas (27 e 28 anos) e um tinha 57 anos.

O segundo fato de repercussão foi o julgamento de 12 policiais da cidade de Curitiba. Eles eram acusados de executar cinco pessoas que teria participado do roubo um carro em setembro de 2009. O julgamento teve a duração de cinco dias entre 4 e 9 de outubro de 2017, sendo os policiais absolvidos pelo júri popular⁵.

Os dois conjuntos de fatos que mostram a morte de policiais e a morte causada por policiais indicam como o cenário de violência é presente no cotidiano desses profissionais. Como se reflete na música trazida na epígrafe desta dissertação⁶, o sentimento é de estar “sem saber até quando ainda estou vivo, sem saber o calibre do perigo, eu não sei da onde vem o tiro”. Se a sensação de insegurança é uma realidade para a população em geral, tal sentimento é extrapolado no universo de profissionais de Segurança Pública que lidam cotidianamente com situações de violência.

Apesar de tais situações, as Políticas Públicas para reverterem a violência e a insegurança costumam ser escassas, e as respostas governamentais tendem à contratação de policiais e à aquisição de viaturas. Mas, a contratação de um contingente de novos agentes de Segurança efetivamente garante o aumento da sensação de segurança da população? Não se sabe se esse fator por si só garante a melhora nessa sensação, porém a contratação de novos policiais nem sempre tem refletido um aumento real de efetivos nas ruas, uma vez que a proporção de agentes policiais em situação de aposentadoria, afastamentos temporários e falecimentos costuma ser maior do que o número de novos policiais contratados. Ainda, as contratações não ocorrem de maneira a repor os efetivos defasados, já que a quantidade de contratações e o lapso temporal entre elas são determinados pelos planos de contratação específicos de cada gestão governamental, enquanto as aposentadorias, afastamentos e falecimentos acontecem periodicamente.

⁵ Fonte: Gazeta do Povo. **PMs são absolvidos em Curitiba**. Disponível em: <https://goo.gl/h5UxJG>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

⁶ Música: “O Calibre” de autoria de Herbert Viana e cantada pela banda Paralamas do Sucesso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8bwV-hW8nDA>. Acesso em 22 de maio de 2018.

A contratação de novos policiais não resulta no seu imediato emprego no atendimento direto à população em suas mais variadas demandas, já que há a necessidade de um período mínimo de formação que os prepare para a prática profissional. O período de educação profissional do novo ingressante na carreira de Policial Militar, denominada Formação (PARANÁ, 2014), acontece por meio dos Cursos de Formação de Soldados (CFSd), que apresentam duração variada e dividem-se em uma parte teórico-prática e outra de estágio operacional. A parte teórico-prática contempla disciplinas de caráter jurídico, de cunho humanístico, ligadas a práticas de atividades físicas, de formação do caráter militar, bem como disciplinas de cunho estritamente policiais, como Tiro e Abordagem Policial. As disciplinas ao longo do período teórico-prático do Curso de Formação de Soldados são ministradas em sua maioria (e muitas vezes em sua integralidade) por Policiais Militares com conhecimento na área. Os cursos podem acontecer tanto na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), por meio da Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (EsFAEP), quanto nos denominados Núcleos de Ensino (NE) que englobam as variadas unidades da Polícia Militar dispostas no território paranaense, tanto na capital quanto no interior do Estado (PARANÁ, 2010, b). Em comum, a EsFAEP e os NE possuem o projeto pedagógico e a matriz curricular, que é dividida em 3 áreas de ensino: fundamental, profissional/operacional e complementar.

Após concluído o período teórico-prático, os chamados “Alunos Soldados” começam a segunda fase de sua formação, a do Estágio Operacional, quando passam a realizar o acompanhamento das rotinas de serviço das unidades da Polícia Militar em suas mais variadas atividades: policiamento preventivo a pé, na qual os policiais deslocam-se a pé, em duplas ou trios, nas ruas de maior movimento, com o intuito de prevenir atos criminosos; policiamento de radiopatrulha, em que os policiais em um veículo caracterizado institucionalmente e denominado de viatura atendem aos chamados repassados por uma central de rádio; acompanhamento das atividades das ROTAM (Rondas Ostensivas Tático Móveis)⁷, grupo especializado dentro de uma unidade policial militar, que atende as

⁷ Cada Batalhão de Polícia Militar (BPM) possui um grupo tático denominado ROTAM. Os integrantes desses grupos possuem treinamento específico e utilizam armas diferenciadas. Enquanto as viaturas de radiopatrulha costumam ter duplas de policiais, as viaturas dos grupos ROTAM costumam ser formadas por 4 ou 5 policiais.

ocorrências com maior complexidade; atividades de ROCAM (Rondas Ostensivas com o Apoio de Motos), nas quais os policiais utilizam as motocicletas como meio de deslocamento; operações policiais em eventos, como shows públicos, jogos de futebol, manifestações populares; entre outras atividades. Os estágios operacionais realizados pelos alunos soldados são acompanhados por policiais militares que já desempenham as atividades operacionais, tendo estes a incumbência de repassar aos alunos soldados, de forma verbal os procedimentos de rotina, como se dão os atendimentos das ocorrências e o contato com a comunidade⁸.

Após o término das duas fases da formação, esses profissionais deixam a condição de alunos e passam a ser nomeados Soldados da Polícia Militar, executando as atividades-fim, ou seja, o atendimento à população em suas demandas cotidianas. Os novos soldados são acompanhados em seus primeiros serviços por policiais com mais experiência prática, que têm a função de apoiar e ensinar as peculiaridades da atividade profissional aos mais novos.

Pensando na realidade do profissional, desde o momento da contratação até a sua chegada como novo policial militar ao atendimento à população, questiona-se de que maneira a formação profissional oferecida pelos Cursos de Formação de Soldados, em suas duas fases, contribui para o atendimento do policial militar à população. No interior dos quartéis da PM costuma-se comentar que “se aprende a ser polícia de verdade na rua” (sic). Muniz e Proença Junior (2007, p. 163) apontam que

“Na teoria a prática é outra”. Essa é uma importante lição nas academias de polícia, nas ruas, na fala dos policiais calejados. É um alerta: para “tirar polícia”, se manter na carreira, é preciso saber lidar com as “carteiradas” de dentro e de fora da polícia. Na “prática”, cada policial tem que inventar, a cada nova circunstância, seu próprio equilíbrio entre a “convivência” e a “conivência” com os interesses e negócios que atravessam o fazer policial. Saber lidar com os momentos em que o que se aprendeu e deseja praticar da patrulha, da investigação, da inteligência, do atendimento emergencial, das atividades assistenciais ou das operações especiais pode ser posto em xeque por algum “acerto”, antes, durante ou mesmo depois de uma ação policial. Esse é um aprendizado doloroso para os jovens policiais, que vão descobrindo a desencantada realidade do trabalho policial no Brasil: “a polícia tem vários padrões”. (MUNIZ, PROENÇA JUNIOR, 2007, p. 163)

⁸ O período de estágio operacional ocorre eminentemente por meio do acompanhamento das rotinas operacionais da Polícia Militar. Diferentemente de alguns cursos de graduação (como o de Psicologia, por exemplo), os estágios não são acompanhados de discussões acadêmicas que visam problematizar as práticas vivenciadas na atividade-fim. Os estagiários e/ou seus acompanhantes, ao término de seu período de estágio, devem apresentar relatórios apontando dados sobre a prática de estágio.

Se essas afirmações forem verdadeiras, há que se discutir sobre o período de formação teórico-prático oferecido nos Cursos de Formação de Soldado. Esta pesquisa analisará os relatos de soldados da Polícia Militar sobre o aprendizado adquirido desde seu ingresso na corporação, passando pela formação oferecida pela corporação até o seu trabalho cotidiano atual no atendimento às demandas da população. O presente trabalho está vinculado ao enfoque da Psicologia Social Comunitária, que busca, conforme Montero (2004), o entendimento da relação das pessoas no contexto social, histórico e político na qual se encontram inseridas. Ou seja,

un modo de hacer ciencia y de hacer específicamente psicología que integra un paradigma, es decir, un modo de producción y organización del conocimiento y un modo de comprender al mundo y a los seres humanos. Tal modelo ha surgido en una psicología de la acción para la transformación, en la cual investigadores y sujetos están del mismo lado en la relación de estudio, pues ambos forman parte de la misma situación. (MONTERO, 2004, p. 51)

Diante disso, o **problema de pesquisa** desta dissertação é: Que impactos o processo de formação dos policiais militares produz nas suas práticas de trabalho junto à população?

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Como **objetivo geral**, pretende-se compreender as relações entre os aprendizados da “rua” e os aprendizados vivenciados na academia militar. Para tanto, foram traçados os seguintes **objetivos específicos**:

- a) descrever e analisar os processos de formação de policiais nos Cursos de Formação de Soldados;
- b) descrever e analisar os processos de formação de policiais militares em contextos não formais;
- c) identificar e analisar os impactos das aprendizagens formais e não formais para a prática de policiais militares.

1.4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Esta dissertação está organizada em sete capítulos, sendo o primeiro capítulo relativo à introdução que visa situar o leitor a respeito dos propósitos desta pesquisa.

O segundo capítulo apresenta uma revisão bibliográfica, que organiza e sistematiza as pesquisas sobre as atividades de Polícia Militar e o campo da Segurança Pública e que foram publicadas em periódicos científicos, teses e dissertações. O terceiro capítulo enfoca o campo de pesquisa traçando um panorama da organização, da estrutura e dos processos educacionais da Polícia Militar no território paranaense, propondo reflexões sobre as aproximações e distanciamentos entre a Psicologia Social Comunitária e a realidade educacional de policiais militares. O quarto capítulo apresenta a perspectiva metodológica adotada na realização do trabalho de campo junto aos policiais militares. O quinto capítulo apresenta os resultados dos dados coletados nas entrevistas e organizados em eixos temáticos sobre as memórias do curso de soldados, as vivências do estágio operacional, as rotinas atuais de serviço e os horizontes educacionais dos entrevistados. O sexto capítulo propõe a discussão dos dados sob o referencial da Psicologia Social Comunitária, relacionando com os materiais levantados na revisão bibliográfica, com enfoque em quatro aspectos: as mudanças dos níveis de escolaridade dos policiais militares, as tensões entre os discursos e as práticas sobre a formação policial, as aproximações e afastamentos na relação polícia e comunidade, e, as comparações entre os aprendizados da academia e da rua. As considerações finais, apresentadas no capítulo sete, trazem reflexões sobre o foco e os impasses desta pesquisa e também sobre as possibilidades de práticas formativas em comunidade na educação de policiais militares.

2 SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA E POLÍCIAS MILITARES: DIVULGAÇÃO DAS TEMÁTICAS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Costuma-se receber informações sobre o contexto da Segurança Pública e sobre a atuação das Polícias Militares por meio de informações jornalísticas, sejam por televisão, rádio, jornal, revista ou da internet. Em contraponto, o propósito deste capítulo, é organizar e sistematizar as informações sobre o cenário da Segurança Pública Brasileira e da atuação das Polícias Militares a partir de pesquisas publicadas em periódicos científicos.

Inicialmente, apresentaremos o percurso metodológico adotado para a sistematização e a organização do material coletado. Na sequência, os resultados desse processo serão expostos em três partes: a primeira indicará como os artigos científicos na área de Ciências Humanas e de Psicologia tratam a temática da Segurança Pública, especialmente em relação ao trabalho das Polícias Militares; a segunda apresentará as temáticas discutidas nos artigos da Revista Brasileira de Segurança Pública que abordam a educação de policiais militares; e a terceira parte terá foco nas teses de doutorado e nas dissertações de mestrado que discutem aspectos relacionados à educação e ao cotidiano de profissionais policiais militares.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para realização desta revisão bibliográfica, foram empregados três percursos metodológicos distintos, conforme as bases de dados selecionadas para a coleta dos materiais. A seleção e a organização dos artigos científicos, publicados entre 2000 e 2017, das bases de dados Scielo⁹, PePSIC¹⁰ e da Revista Brasileira de Segurança Pública¹¹, foram feitas com a “garimpagem manual”¹² (FREITAS, VIANA, 2018), sendo que as duas primeiras bases de dados e a revista apresentam

⁹ Scientific Eletronic Library *On-line*, disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>.

¹⁰ Periódicos Eletrônicos de Psicologia, disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>.

¹¹ Revista Brasileira de Segurança Pública, disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp>.

¹² O método de “garimpagem manual” tem a qual tem uma metodologia que se diferencia da busca por palavras-chave e será detalhada no item 2.1.1 desta dissertação.

diferenças quanto à escolha do conteúdo para seleção dos artigos. A seleção e a organização das teses e dissertações, inicialmente, foram realizadas com a mesma metodologia, porém a dificuldade para localização do material nos sites das universidades fez com que se optasse pela busca com palavras-chave na base de dados da CAPES. A seguir, cada um dos métodos é apresentado.

2.1.1 A “garimpagem manual” nas bases Scielo e PePSIC

Realizou-se o levantamento bibliográfico sobre as temáticas “Segurança Pública e atuação dos órgãos policiais”, disponíveis em artigos publicados entre os anos de 2000¹³ e 2017. Os levantamentos aconteceram em duas etapas: a primeira, entre os meses de junho e setembro de 2016, e a segunda etapa aconteceu ao longo dos meses de junho e julho de 2017. Não foram utilizados descritores para a realização das buscas e seleção dos artigos. O método¹⁴ utilizado para a seleção dos artigos, denominado “garimpagem manual”, teve as seguintes etapas:

- 1) Seleção das bases de dados: Foram utilizadas as bases de dados Scielo (em específico na área de Ciências Humanas) e PePSIC para a realização do levantamento bibliográfico.
- 2) Seleção dos Periódicos pela análise do escopo:
 - a. Na base de dados Scielo, na área de Ciências Humanas, de um total de 355 periódicos, foram selecionados 277. A análise do escopo de cada um dos periódicos foi adotada como critério para seleção e exclusão das revistas.
 - b. Na base de dados PePSIC, de um total de 101 periódicos, após a análise dos escopos, optou-se por não excluir nem um sequer dos periódicos.
- 3) Abertura de todos os números de cada periódico e seleção dos artigos pelo título: Para cada periódico selecionado, foram abertos todos os

¹³ O ano de 2000 foi escolhido em razão de ser o ano do lançamento do primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) brasileiro, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <https://goo.gl/zWPZyd>

¹⁴ Para a construção do método dessa revisão bibliográfica foram utilizadas a produção de Freitas e Weiland (2014), bem como três teses de doutorado orientadas pela Prof. Dr^a Maria de Fátima Quintal de Freitas: as de Cunha (2008), Weiland (2010) e Romanelli (2013).

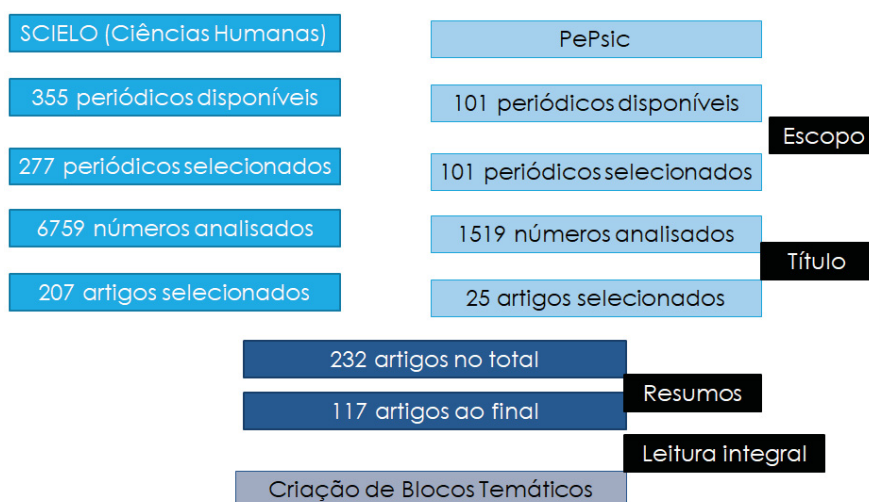
números e selecionados artigos que possuíam títulos que apresentavam ligação com a temática “Segurança Pública e atividade policial”.

- a. Na base Scielo, foram abertos 6759 números de periódicos, chegando a um total de 207 artigos selecionados pelo título.
- b. Na base PePSIC, foram abertos 1519 números de periódicos, chegando a um total de 25 artigos selecionados pelo título.

- 4) Seleção dos artigos pela análise do resumo: Dos 232 artigos selecionados pelo título, nas duas bases de dados, foram realizadas as leituras de todos os resumos. Optou-se por excluir os artigos que tratassem exclusivamente das Forças Armadas, das atividades típicas de Polícia Civil e de Bombeiro Militar, num total de 115 artigos. Foram selecionados os 117 artigos, que tratavam da Segurança Pública e das situações relacionadas às atividades de Polícia Militar.
- 5) Organização dos artigos em blocos temáticos a partir da leitura completa: Após a leitura completa dos 117 artigos, os mesmos foram agrupados em blocos temáticos. O agrupamento dos artigos em blocos temáticos deu-se pela aproximação do conteúdo dos mesmos. Foram criados, então, sete blocos temáticos: 1- Políticas de Segurança Pública, 2- Atividades operacionais de policiais militares, 3- Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar, 4- Aspectos socioculturais e a realidade PM, 5- Concepções sobre o trabalho policial militar, 6- Educação Policial Militar e 7- Estudos históricos. Alguns desses “blocos temáticos”, dada a complexidade temática, foram subdivididos em “assuntos”. Os “assuntos”, em poucos casos, foram subdivididos em porções menores denominadas de “conteúdos”.

Apresenta-se na sequência uma figura para sintetizar o percurso metodológico adotado nesta “garimpagem manual”:

FIGURA 1- PERCURSO DA “GARIMPAGEM MANUAL” DOS ARTIGOS NAS BASES DE DADOS



FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Por que empregar a “garimpagem manual” (FREITAS, VIANA, 2018) para revisão bibliográfica ao invés de realizar a busca por descritores em bases dados? A vantagem principal da “garimpagem manual” é a possibilidade de localizar artigos que não seriam encontrados em buscas por descritores, já que, muitas vezes, os descritores ou as palavras-chave utilizadas para caracterizar a pesquisa não possibilitam a localização dos artigos. A limitação desse método é o tempo dispendido para a realização de todos os procedimentos necessários para a localização dos artigos que tenham relação direta com o propósito da pesquisa.

A seguir, é apresentada uma tabela com a quantidade de artigos selecionados em cada um dos blocos temáticos.

TABELA 1– QUANTIDADE DE ARTIGOS SELECIONADOS POR BLOCO TEMÁTICO

1. Políticas de Segurança Pública	53
2. Atividades operacionais de policiais militares	23
3. Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar	19
4. Aspectos socioculturais e a realidade PM	8
5. Concepções sobre o trabalho policial militar	5
6. Educação Policial Militar	6
7. Estudos históricos	3
TOTAL DE ARTIGOS	117

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Apresenta-se uma categorização geral dos 117 artigos selecionados para a composição desta revisão bibliográfica, a partir de três critérios: a quantidade de artigos por ano de publicação, a quantidade de artigos por revista científica selecionada e a quantidade de artigos e revistas por área do conhecimento.

- a) Quantidade de artigos por ano de publicação: É possível notar, conforme a tabela que segue, que, desde o ano de 2000 até o ano de 2017, ao menos um artigo sobre a temática “Segurança Pública/atividade policial” foi publicado por ano. Ainda, o ano de 2010, seguido pelo ano de 2016, foram os que mais tiveram publicações sobre a temática, sendo em número de 19 e de 15 artigos, respectivamente. Essa etapa da pesquisa se encerrou em julho de 2017, e os artigos publicados posteriormente não foram contabilizados nesta pesquisa. Os anos com menor quantidade de artigos publicados foram os de 2000 e 2001, com um artigo publicado em cada ano. Em média, 6,5 artigos por ano foram publicados entre 2000 e 2017 sobre a temática em estudo.

TABELA 2- QUANTIDADE DE ARTIGOS PUBLICADOS POR ANO

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	total
quantia	1	1	5	4	7	4	5	4	4	4	19	8	7	11	8	8	15	2	117

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

- b) Quantidade de artigos por revista científica: Conforme a tabela que segue, é possível perceber que os 117 artigos selecionados se distribuíram entre 58 revistas científicas. As revistas que mais publicaram artigos relacionados ao tema são a Caderno CRH (Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades), a Sociologias, a Estudos Avançados e a São Paulo em Perspectiva (que já deixou de circular), tendo a primeira publicado 9 artigos, a segunda 8 artigos, a terceira e a quarta 6 artigos cada. 9 revistas publicaram, cada uma delas, 3 artigos, 10 revistas publicaram 2 artigos cada, e 33 revistas publicaram 1 artigo cada.

TABELA 3- ARTIGOS SELECIONADOS POR REVISTA CIENTÍFICA

Nº	PERIÓDICO	QUANTIA
1	Cad. CRH	9
2	Sociologias	8
3	Estud. Av.	6
4	São Paulo Perspec	6
5	Psicol. cienc. Prof	4
6	Psicol. Reflex. Crit.	4
7	Análise Social	3
8	Cuad. antropol. soc.	3
9	Fractal: Revista de Psicologia	3
10	Psicol. Estud.	3
11	Psico-USF (Impr.)	3
12	Rev. bras. Ci. Soc	3
13	Rev. cienc. polít. (Santiago)	3
14	Rev. Sociol. Polit.	3
15	Saúde soc	3
16	Etnográfica	2
17	Horiz. Antropol.	2
18	Liberabit.	2
19	Opin. Pública	2
20	Psicol. Soc.	2
21	Psicol. teor. prat.	2
22	Rev. Epos.	2
23	Rev. int. direitos human.	2
24	SA crime q	2
25	Tempo soc.	2
26	Outros	33
	TOTAL	117

FONTE: VIANA, FREITAS (2018)

No item 26- Outros, da tabela acima, cada uma das 33 revistas a seguir publicou apenas um artigo: Act.Colom.Psicol, Afr. hum. rights law j., Afro-Ásia, Ágora U.S.B., Aletheia, Aná. Psicológica., Análisis Político, Anu. Investig, Avances en Psicología Latinoamericana, Bol. Psicol., Caderno CEDES, Cuadernos de Historia, Dados, Educação e Pesquisa., Educar em Revista, Eidos, Estud. afro-asiático., História, Intersecciones antropol., Mana, Polít. cult., Postdata, Prohistoria, Psicol. educ., Reflexiones, Relaciones (Zamora), Rev. NUFEN., Rev. Polis Psique, Rev. Puertorriq. Psicol., Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, Revista Psicologia Organizações e Trabalho, Ter Psicol, e Vibrant, Virtual Braz. Anthr..

- c) Quantidade de artigos e revistas por área: Realizou-se a classificação das revistas e dos artigos segundo o escopo das revistas em cinco áreas: Ciências Sociais, Direito, Educação, Interdisciplinar e Psicologia. As maiores quantidades de revistas e de artigos selecionados encontram-se na área de Ciências Sociais, seguida pela área de Psicologia. Dentre as áreas, a que menos apresenta trabalhos publicados sobre a temática de Segurança Pública e cotidiano policial militar é a área da Educação.

TABELA 4- REVISTAS E ARTIGOS SELECIONADOS POR ÁREA

Área	quantia de revistas	Quantia de artigos
Ciências Sociais	30	71
Psicologia	20	35
Direito	4	6
Educação	2	2
Interdisciplinar	2	3
Total	58	117

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

A organização dos artigos em blocos temáticos e os resultados com os assuntos e os conteúdos de cada bloco serão apresentados nas seções seguintes.

2.1.2 Método de seleção dos artigos da Revista Brasileira de Segurança Pública

A Revista Brasileira de Segurança Pública é um periódico não indexado de caráter multidisciplinar que, desde o ano de 2007, é publicado semestralmente com o intuito de ampliar e consolidar os estudos sobre a temática da Segurança Pública. Durante o mês de outubro de 2017, foram realizadas buscas em todos os 20 números da revista, que estão disponíveis *on-line*. Por meio da leitura dos títulos dos trabalhos publicados, foram selecionados, inicialmente, 13 artigos que tratassem da educação profissional de policiais militares. Foram realizadas as leituras dos resumos, optando-se pelo estabelecimento dos seguintes critérios para seleção dos artigos que comporiam a presente revisão bibliográfica: que os artigos tratassem da realidade de organizações policiais militares brasileiras e que os estudos apresentados tivessem caráter empírico. A partir dos critérios estabelecidos, dos 13

artigos inicialmente selecionados, foram mantidos 6, os quais serão apresentados na seção dos resultados.

2.1.3 Método de seleção das teses e dissertações

Foram realizadas buscas em teses de doutorado e dissertações de mestrado, ao longo dos meses de junho e julho de 2017, pela plataforma “Banco de Teses e Dissertações da CAPES”, pelo site <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>, utilizando-se os seguintes descritores: “segurança pública”, “atividade policial”, “trabalho policial” e “formação policial”. Abaixo, segue a tabela, em que a quantidade de trabalhos disponíveis e selecionados por descritor é apresentada. A seleção dos trabalhos deu-se, num primeiro momento, a partir da leitura dos títulos, sendo que, de um total de 2179 teses e dissertações disponíveis para os descritores pesquisados, foram selecionados 107 trabalhos, publicados entre 1999 e 2016.

TABELA 5- PRIMEIRA SELEÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES POR DESCRITOR, NO PERÍODO DE 1999 A 2016.

NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS		
DESCRITOR	DISPONÍVEIS	SELECIONADOS
Segurança Pública	1907	53
Trabalho policial	90	11
Formação policial	51	30
Atividade policial	131	13
TOTAL	2179	107

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Dos 107 trabalhos selecionados, uma nova triagem foi realizada, pois se notou que alguns trabalhos se repetiam em dois ou mais descritores. Após a identificação dos trabalhos repetidos (11), chegou-se ao número final de 96 teses de doutorado e dissertações de mestrado, que tratam da educação profissional e do cotidiano de policiais militares.

Faz-se aqui uma consideração sobre o processo de acesso às teses de doutorado e dissertações de mestrado. O Banco de Teses e Dissertações da CAPES, especialmente após a implantação da Plataforma Sucupira¹⁵, facilita a

¹⁵ Plataforma Sucupira: Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Segundo dados do site da CAPES, a Plataforma foi criada em 2014. Para saber mais, acesse: <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6810-capes-lanca-plataforma-sucupira-para-gestao-da-pos-graduacao>.

localização das pesquisas oriundas da pós-graduação; no entanto, trabalhos que antecedem a Plataforma Sucupira necessitam ser buscados nas “Bibliotecas de Teses e Dissertações” de cada instituição de ensino superior, o que dificulta sobremaneira a localização dos trabalhos. Provavelmente, muitos trabalhos que abordam a temática central desta revisão bibliográfica não constarão em virtude de algumas dificuldades como a busca por descritores e sua imprecisão para a localização dos trabalhos, a indisponibilidade de trabalhos *on-line* para consulta e ainda a não unificação de informações entre as diversas bibliotecas de teses e dissertações das diferentes instituições públicas e privadas do país. Em relação a esse levantamento em específico, dos 96 trabalhos selecionados, 23 trabalhos não foram localizados nas bibliotecas virtuais das universidades e nem com busca simples na plataforma de buscas *Google*. Com o intuito de minimizar esta limitação de nossa pesquisa, fizemos a busca dos currículos dos pesquisadores responsáveis pelos 23 trabalhos, na “Plataforma Lattes”¹⁶, a fim de localizar seus endereços eletrônicos, para enviar uma carta solicitando o acesso a seus trabalhos de pós-graduação. Dos 23 pesquisadores, foi possível localizar apenas o e-mail de um deles. A este foi enviada a carta de solicitação, porém não obtivemos o retorno. O e-mail foi enviado no dia 05 de julho de 2017.

A sistematização desses 96 trabalhos será apresentada em duas partes: uma geral e uma temática. A sistematização geral considera quatro aspectos: os anos de publicação dos trabalhos, a instituição em que o trabalho foi realizado, o nível de pesquisa (mestrado ou doutorado) e os programas de pós-graduação em que as temáticas foram pesquisadas. A sistematização temática visou a categorização de cada um dos 96 trabalhos, de acordo com os blocos temáticos propostos anteriormente, conforme a tabela 1, a partir da leitura do resumo de cada trabalho.

O primeiro critério de sistematização refere-se ao ano das publicações, conforme o quadro que segue:

TABELA 6- QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES POR ANO

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Quantidade	2	1	1	1	1	4	4	3	6	9	4	1	8	13	14	7	7	10	96

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

¹⁶ Plataforma Lattes: disponível em: lattes.cnpq.br/

Em relação aos anos de publicações dos trabalhos, pudemos notar que nas proximidades dos anos 2000, entre 1999 e 2006, a temática de educação e cotidiano de policiais militares era um assunto pouco tratado nas pesquisas de pós-graduação. A partir do ano de 2011, observa-se que um maior número de trabalhos passa a ser publicado, com destaque para o ano de 2013, que concentra o maior número de trabalhos sobre a temática. Algumas hipóteses podem ser lançadas a respeito do aumento do interesse dos pesquisadores em relação aos temas de educação profissional e cotidiano de policiais militares: a partir dos anos 2000¹⁷, são criadas várias versões do Plano Nacional de Segurança Pública e nelas a educação profissional de profissionais de segurança pública passa a ser destacada enquanto Política Pública; ainda, passa a ocorrer uma maior, ainda que tímida, aproximação entre as universidades e as instituições de segurança pública, mesmo em casos em que essa aproximação não se dá de maneira formalmente institucionalizada¹⁸ e sim, por iniciativa pessoal na busca de uma formação em pesquisa nesse tema na pós-graduação. Ainda, os megaeventos no Brasil como os jogos Pan-Americanos de 2007, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 fizeram com que a Segurança Pública em grandes eventos fosse alvo de reflexão.

Quanto ao nível de pesquisa (Mestrado ou Doutorado), os 96 trabalhos foram realizados, conforme a tabela que se segue:

¹⁷ A primeira versão do Plano Nacional de Segurança Pública foi lançada em 2000 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Os governos de Lula e Dilma também lançam suas versões. Em 2017, é lançada a versão mais recente, durante a gestão de Michel Temer. Para conhecer a versão mais recente, acesse: <http://www.justica.gov.br/news/plano-nacional-de-seguranca-preve-integracao-entre-poder-publico-e-sociedade/pnsp-06jan17.pdf>.

¹⁸ Como exemplo, podemos citar o caso de policiais militares do Estado do Paraná que procuram por interesses extrainstitucionais a aproximação da pesquisa com a realidade da Segurança Pública, como os casos de Blasius, Perovano, Karpinski, Goedert Filho, Peres, Viana sendo todos esses ligados ao Setor de Educação da UFPR. Certamente, há outros pesquisadores em diferentes programas de pós-graduação pelo país que discutem estas temáticas.

TABELA 7- TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS POR NÍVEL DE PESQUISA

Nível	Quantidade
Mestrado	71
Doutorado	15
Mestrado Profissional	10
Total	96

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Nota-se que o número de pesquisas sobre a temática da educação profissional e o cotidiano de policiais em nível de Mestrado é muito superior ao número de pesquisas em nível de Doutorado. Outra consideração a ser feita, é que o número de doutorados no Brasil ainda é restrito.

Em relação aos programas de pós-graduação que se dedicaram (ou ainda se dedicam) ao tema objeto desta pesquisa, apresenta-se o quadro a seguir:

TABELA 8- TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS POR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

nº	Nome do Programa de Pós-Graduação	Quantidade
1	Educação, Educação e Contemporaneidade.	34
2	Antropologia, Antropologia Social, Ciência Política, Ciências Sociais, Sociologia, Sociologia e Política, Sociologia Política.	19
3	Administração, Administração e Governo, Administração Pública, Gestão em organizações aprendentes, Políticas Públicas e Sociedade.	15
4	Psicologia, Psicologia Clínica, Psicologia Social, Psicologia Social e Institucional, Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, Serviço Social.	10
5	Segurança Pública; Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania; Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Direitos Humanos, Adolescente em conflito com a lei.	7
6	Ciências Jurídicas, Direito.	6
7	Ecologia e produção sustentável, Engenharia da Produção, Engenharia e Gestão do Conhecimento.	4
8	Estudos Fronteiriços	1
	total	96

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Os programas de pós-graduação foram organizados em 8 grupos. Ligados à Educação com 34 trabalhos, ligados às Ciências Sociais com 19 trabalhos, ligados à

gestão com 15 trabalhos, ligados à Psicologia com 10 trabalhos, ligados diretamente à Segurança Pública com 7 trabalhos, ligados ao Direito com 6 trabalhos, ligados à Engenharia com 4 trabalhos e 1 trabalho ligado aos Estudos Fronteiriços. Nota-se que variados programas de pós-graduação brasileiros dedicaram-se ou dedicam-se ao estudo da educação profissional e o cotidiano de policiais militares, destacando-se os programas de Educação, Administração e Sociologia. A criação de programas específicos para o estudo da Segurança Pública, como os programas de pós-graduação em Segurança Pública, Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania e Segurança Pública, Justiça e Cidadania deve ser positivamente considerada.

Quanto às instituições de ensino superior que promoveram as pesquisas sobre educação profissional e o cotidiano de policiais militares, apresenta-se a tabela que segue.

TABELA 9- TRABALHOS SELECIONADOS POR UNIVERSIDADE

Região Sudeste			Região Nordeste			Região Sul			Região Centro-Oeste			Região Norte		
nº	Instituição	Qnt	nº	Instituição	Qnt	nº	Instituição	Qnt	nº	Instituição	Qnt	nº	Instituição	Qnt
1	FEAD- MG	2	1	FCV - BA	1	1	PUCRS	2	1	PUCGO	2	1	UEPA	1
2	FGV - RJ	3	2	UCPE	1	2	UFPF - RS	1	2	UFGO	1	2	UFAM	2
3	FGV- SP	1	3	UEBA	1	3	UFPR	6	3	UFMT	6	3	UFPA	5
4	FJP	1	4	UECE	1	4	UFRS	3	4	UFTO	1	Total /região N		8
5	PUCMG	2	5	UFAL	2	5	UFSC	2	5	UNB	2			
6	PUCSP	3	6	UFBA	3	6	UFSM	1	Total /região CO		12			
7	UENF	1	7	UFC	4	7	Unicesum ar	1						
8	UERJ	1	8	UFPB	1	8	UNISC	1						
9	UFF	2	9	UFPE	3	9	UNISUL	1						
10	UFL	1	10	UFPI	1	10	Unoesc	1				Total geral		96
11	UFMG	7	11	UFRN	2	Total /região S		19				Total de instituições		45
12	UFRJ	2	12	UFS	4									
13	UNESP	2	Total /região NE		24									
14	Uniban	1												
15	USP	4												
Total /região SE		33												

FONTE: VIANA, FREITAS (2018)

Pudemos notar que os trabalhos analisados foram realizados em 45 instituições de ensino superior brasileiras, sendo a sua maioria localizadas na região Sudeste (15 instituições), seguida da região Nordeste (12 instituições), região Sul (10 instituições), região Centro-Oeste (5 instituições) e região Norte (3 instituições). A quantidade de trabalhos também predominou entre as instituições de ensino superior da região Sudeste. Entre essas instituições, 3 destacaram-se pela quantidade de trabalhos produzidos: 7 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e 2 universidades apresentaram a mesma quantidade de trabalhos: a

Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal do Mato-Grosso (UFMT), cada uma com 6 trabalhos. Das 45 instituições, a sua maioria são públicas num total de 34, sendo apenas 11 instituições privadas.

Nas seções seguintes, serão apresentados os resultados das revisões bibliográficas. A primeira seção indicará os artigos selecionados das bases de dados Scielo e PePSIC e os blocos temáticos em que os artigos foram organizados e sistematizados. A segunda seção apresentará os artigos da Revista Brasileira de Segurança Pública e as categorias temáticas criadas a partir da leitura completa dos textos. Por fim, a terceira seção indicará as teses e dissertações selecionadas e organizadas em blocos temáticos.

2.2 RESULTADO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NAS BASES DE DADOS SCIELO E PEPSIC

Os 117 artigos selecionados nas bases de dados Scielo e PePSICO foram sistematizados e organizados em 7 blocos temáticos que serão apresentados a seguir: 1- Políticas de Segurança Pública, 2- Atividades operacionais de policiais militares, 3- Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar, 4- Aspectos socioculturais e a realidade policial militar, 5- Concepções sobre o trabalho policial militar, 6- Educação Policial Militar e 7- Estudos históricos. No final, um oitavo tópico traz as considerações finais da revisão bibliográfica realizada nas duas bases de dados.

2.2.1 Políticas de Segurança Pública

O bloco temático *Políticas de Segurança Pública* contém 53 artigos dos 117 inicialmente selecionados, correspondendo a um total de 48%. Os artigos do bloco temático foram reunidos em dois assuntos: definições sobre a Segurança Pública e papéis atribuídos às Polícias Militares. Cada um desses assuntos foi desdobrado em variados conteúdos. As discussões trazidas por um mesmo artigo são contempladas em diferentes conteúdos.

A seguir, é apresentado um quadro com a sistematização do Bloco temático segundo os assuntos e os conteúdos.

QUADRO 2- ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PRESENTES NOS 53 ARTIGOS SELECIONADOS

Assuntos	Conteúdos
1- Definições sobre Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none"> a. Concepções de Segurança Pública b. Conceito de Segurança Humana c. Noção de Ordem Pública d. Concepções de violência e criminalidade e. Concepções de Direitos Humanos f. Ações do governo brasileiro g. Gestão em Segurança Pública h. Parceria com outros órgãos e com a comunidade i. Privatização da segurança j. Municipalização da Segurança
2- Papéis relacionados às Polícias Militares	<ul style="list-style-type: none"> a. Práticas tradicionais b. Práticas em comunidade c. Militarização das polícias estaduais d. Corrupção policial e. Violência Policial f. Educação Policial

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.2.1.1 Definições sobre Segurança Pública

Para Bengochea et al (2004) e Neme (2005), o cenário da Segurança Pública no Brasil e nos demais países das América Latina encontra-se num período de transição iniciada com o encerramento dos regimes ditatoriais e com o começo do processo de democratização. Bicudo (2000) e Orces (2008) questionam a maneira como a democracia e a cidadania atingiram as pessoas em suas vivências cotidianas. Se por um lado, algumas práticas sociais e políticas se alteram com a emergência dos regimes democráticos, por outro, segundo Bengochea et. al. (2004) e Sorj (2005), as práticas em Segurança Pública pouco avançaram ao continuar seguindo a lógica ditatorial da Segurança Nacional de modelo repressivo e pouco democrático, mantendo-se a serviço do Estado.

Con el fin de los gobiernos autoritarios en la mayoría de los países de América Latina, una cuestión esencial que todavía preocupa a los académicos es la durabilidad y la calidad de la democracia en la región. De este modo, y siendo la corrupción uno de los problemas prevalecientes en la región, no sólo es importante saber cómo ésta puede erosionar la sostenibilidad y calidad de estas democracias, sino también quienes son aquellas personas que con mayor probabilidad van a ser víctimas de la corrupción. (ORCES, 2008, sem página)

Esta seção está dividida em 10 conteúdos, que apresentam variadas definições sobre a facetas da Segurança Pública indicadas nos artigos analisados.

Os conteúdos a serem apresentados são: as concepções de segurança pública, segurança humana, ordem pública, violência e criminalidade, Direitos Humanos, ações do governo brasileiro, gestão da Segurança Pública, parceria com outros órgãos e com a comunidade, privatização da segurança e municipalização da segurança.

a) Concepções de Segurança Pública

O primeiro conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* são as variadas concepções atreladas à ideia de Segurança Pública, as quais são mostradas pelos variados autores de modo ambivalente.

Cano (2006) discute o cenário atual da segurança pública brasileira e apresenta, de um lado, algumas deficiências como a falta de investimentos no setor, a herança autoritária proveniente dos regimes ditatoriais, a formação deficiente, o desrespeito aos direitos humanos, os conflitos com as comunidades pobres e a corrupção; e, de outro lado, experiências relevantes, como a integração entre os órgãos policiais, a criação de ouvidorias nas polícias dos estados brasileiros e o uso de técnicas de georreferenciamento para o planejamento das ações de Segurança Pública.

Garcia-Castro e Barrantes Umaña (2016), Scheinvar (2014) e Soares (2003) atrelam à lógica da segurança pública as sensações de insegurança e de medo, refletidas em altas taxas de criminalidade, descrédito em relação aos órgãos públicos responsáveis pela mudança dessa realidade e ausência de políticas governamentais que garantam a efetividade democrática.

... o medo da sociedade não é ilusório nem fruto de manipulação midiática. O quadro nacional de insegurança é extraordinariamente grave, por diferentes razões, entre as quais devem ser sublinhadas as seguintes: (a) a magnitude das taxas de criminalidade e a intensidade da violência envolvida; (b) a exclusão de setores significativos da sociedade brasileira, que permanecem sem acesso aos benefícios mais elementares proporcionados pelo Estado Democrático de Direito, como liberdade de expressão e organização, e o direito trivial de ir e vir. (c) a degradação institucional a que se tem vinculado o crescimento da criminalidade. (SOARES, 2003, p. 76)

Bonamigo (2011) e Reishoffer e Bicalho (2009) explicam que a Segurança Pública tem sido pautada em dois modelos distintos. O primeiro é pautado em uma

lógica penalizadora por meio do controle repressivo e punitivo da criminalidade, mesmo que, para isso, a força e a repressão precisem ser utilizadas. O segundo busca compreender a Segurança Pública como um direito fundamental de todos por meios democráticos e não-repressivos de controle da violência, com a garantia da cidadania e de acesso à justiça.

Dornelles (2003) irá caracterizar dois modelos de segurança pública empregadas no período pós-ditaduras, que, desde 1983, têm sido implementados alternadamente: o modelo do eficientismo penal e o modelo da garantismo constitucional. O primeiro, marcado pelo discurso da “lei e ordem” e pela militarização das práticas policiais, na qual se destaca o uso da força por meio de ações repressivas diretas e até o uso de ações ilegais e de práticas de terror, que nada deixam a dever à época ditatorial. O segundo baseia-se no discurso da cidadania, buscando articular medidas imediatas com planejamentos de longo prazo, visando conter o crime com estratégias não-repressivas que importem a articulação de políticas públicas de diferentes naturezas, buscando controlar a criminalidade e a violência sem perder os princípios democráticos como diretriz. (REISHOFFER, BICALHO, 2009, p. 431)

Santos, Gontijo e Amaral (2015) entendem que os modelos penalistas já não dão conta de atender a realidade atual. Berlatto (2011), ao analisar os comunicados oficiais emitidos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná durante o governo de Roberto Requião, concluiu que os comunicados apontavam para uma lógica humanitária, porém as práticas de atendimento à população mantinham as estratégias repressivas, denotando a incoerência entre os discursos e as práticas.

A *prática discursiva* da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, diferentemente do que se poderia concluir de antemão, não está separada de sua *prática repressiva*, ainda que aquela mobilize politicamente a retórica cortês e correta dos “direitos humanos”. A prática repressiva está apoiada no que se pode chamar de o “discurso da eficiência policial”, que se daria pela utilização de critérios técnico-científicos de “guerra” ao crime. Esse segundo tipo de discurso não nega nem se opõe ao “discurso dos direitos humanos”. A coexistência deles na mesma política-retórica de Estado é que constitui o problema. (BERLATTO, 2011, p. 125)

Dentre as ideias em torno da Segurança Pública, Bengochea et al (2004) trazem um conceito mais ampliado, porém ainda longe de concretizar-se enquanto prática, conforme segue:

A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. (BENGOCHEA, et al, 2004, p. 120)

b) Conceito de Segurança Humana

O segundo conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* é o *conceito de Segurança Humana*. Niño-Peres et. al. (2016), Gledhill (2012) e Sorj (2005) trazem o conceito de Segurança Humana que envolve não só a segurança de pessoas e patrimônios, mas aspectos mais amplos para a mudança da desigualdade social que abarca a qualidade e a capacidade alimentar (segurança alimentar) e a oferta de postos de trabalho dignos para as pessoas. Nesse sentido, a segurança humana é vista como direito para todos e não apenas como garantia de poucos. Desse modo,

A segurança humana é um direito e uma condição de toda a sociedade, inclusive para os segmentos menos poderosos. E nem sempre é claro que essa seja a meta, ou pelo menos a consequência prática das políticas aplicadas de segurança cidadã. (GLEDHILL, 2012, p. 525)

Sorj (2005) caracteriza a segurança humana como um conceito ampliado e holístico numa dimensão global, centrada nos direitos humanos, que valoriza o papel da sociedade civil e diminui o dos governos, justificando intervenções da comunidade internacional em países que vivenciam crises humanitárias. A mesma autora apresenta as críticas relacionadas a esse conceito, tais como: não considerar relações políticas, de poder e, nos casos em que o uso do poder repressivo se faz necessário, incluir todos os tipos de inseguranças confundindo as possibilidades de compreensão do fenômeno e também a ausência de proposição de soluções e a redução do papel dos Estados.

Não fundir problemas sociais diferentes – embora eles se inter-relacionem, cada um tem sua própria dinâmica e requer políticas e instituições específicas. Reconhecer as inter-relações de problemas como violência e pobreza não implica uma visão reducionista das questões sociais e/ou de segurança. (...) Desenvolver uma visão que focalize em particular a construção das instituições estatais, incluindo a participação da sociedade civil, mas que tenha por objetivo principal a garantia do funcionamento de um Estado de Direito. Focalizar os problemas de segurança sob uma ótica multilateral e multissetorial, permitindo que os diferentes participantes (instituições públicas, ONGs, associações comunitárias e empresariais, entre outros) discutam e proponham novas políticas e abordagens. Reconhecer que em situações concretas podem existir tensões entre uma visão universalista dos direitos humanos (ou da defesa da ecologia) e o reconhecimento da soberania como um dos pilares do sistema internacional. (SORJ, 2005, p.47- 48)

Nota-se que o conceito de Segurança Humana também é fruto de contradições e pode ser usado tanto como forma de justificativa de práticas reacionárias, quanto pode ser utilizado com intuito de ampliar as discussões para além dos conceitos de segurança pública e segurança cidadã, colocando em destaque a segurança inclusive dos que são excluídos.

c) Noção de Ordem Pública

O terceiro conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* é a *noção de ordem pública*. Azevedo (2003) mostra que as políticas de Segurança Pública necessitam, em suas práticas, conciliar dois polos aparentemente antagônicos, um é o da busca da paz e da ordem, e outro é o da garantia dos direitos humanos. Soares (2003, 2007) aponta que essas duas realidades não são antagônicas, mas podem ser buscadas conjuntamente, a observar:

Durante duas décadas de disputas políticas, desde o início da transição democrática, esses dois polos foram antepostos, como se se contradissem: os defensores dos direitos humanos negligenciaram a questão relativa à eficiência do aparelho policial, pressupondo, tacitamente, a correlação entre eficiência e brutalidade. Com isso, assumiam uma posição unilateralmente crítica e silenciavam ante o quadro de avanço da violência criminal e à problemática social, à qual atribuíam responsabilidade pelo agravamento da situação. Já os críticos dos direitos humanos afirmavam que a eficiência só seria alcançada com a liberdade policial para ser violenta e para matar, independentemente dos marcos legais. (SOARES, 2003, p. 80)

No entanto, para Silva (2010), é comum que as práticas de segurança, na lógica da ordem, contribuam para o afastamento do outro que é visto como diferente, valorizando práticas que, ao invés de estimularem a relação entre as pessoas, passam a bloqueá-las. Assim:

As “classes perigosas” reaparecem, assim, encarnadas no “vizinho diferente”, com o perigo e a desconfiança envolvidos na relação com o Outro sendo definidos no imediatismo da ameaça à integridade física e patrimonial de cada um, que são os pressupostos da continuidade regular das atividades rotineiras. A consequência de tudo isso é que o tema da ordem e da integração social torna-se quase uma obsessão, mas, ao mesmo tempo, o esforço de organização da sociabilidade reduz-se a tentativas de isolamento e a uma construção restrita da alteridade, que, no limite, não passa de mera variação entre iguais. (SILVA, 2010, p. 287)

Essa concepção de ordem favorece uma lógica punitiva (PEDRINHA, 2011) em que segmentos sociais são individualizados e culpabilizados (REISHOFFER, BICALHO, 2009), fazendo com que as relações próprias do cotidiano passem a ser judicializadas (REISHOFFER, BICALHO, 2009; SCHEINVAR, 2014) e usadas para justificar o extermínio, a eliminação e a barbárie contra os diferentes (BICALHO, ROSSOTTI, REISHOFFER, 2016; REISHOFFER, BICALHO, 2009; PEDRINHA, 2011). Emergem assim, de acordo com Pedrinha (2011), discursos punitivos que incentivam a dureza na aplicação das penas, incentivando, inclusive, as execuções extrajudiciais, como o exposto a seguir:

Em tempos de crise, assistimos à construção de subjetividade punitiva. A produção de subjetividade punitiva se dá pela projeção do medo e das angústias nas questões do cotidiano, no fantasma da quebra da rotina. A mera possibilidade de ameaça à estabilidade do cotidiano, faz com que o indivíduo acuado busque soluções rápidas, emergenciais, rígidas especialmente no campo punitivo. Nesse âmbito, a mídia tem um papel de relevo. Pois alardeia crimes reiteradamente, veicula a violência com sensacionalismo, difunde o temor social, imprime a necessidade de respostas pela sociedade, que serão formuladas pela produção de subjetividade punitiva, que almejará o recrudescimento das políticas criminais, da atuação policial. (...) em tempos de crise, acompanhamos a profusão dos discursos de produção de subjetividade punitiva, que clamam por mais normas penais incriminadoras, por mais sanções, por mais tempo de punição e até por mortes em execuções sumárias extrajudiciais. (PEDRINHA, 2011, p. 7)

Gonçalves, Queiroz e Delgado (2017) atrelam a violência à Saúde Pública, especificamente a situações de saúde mental, integrando um olhar para essa realidade por uma perspectiva mais ampla para além, exclusivamente, de Políticas

de Segurança. No entanto, Mitjavila e Mathes (2016) indicam que a perspectiva do crime e da violência pode passar por um processo acrítico de medicalização:

Entre as principais características desse novo perfil dos discursos médicos sobre a periculosidade criminal se encontram a ampliação do campo de comportamentos e atributos individuais que são codificados como sinais de periculosidade social e o predomínio de modelos etiológico-terapêuticos que localizam os fatores de risco na constituição biológica e psíquica do próprio indivíduo. Poderíamos inferir que no caso dos crimes, dos desvios de conduta, das infrações éticas, dos descumprimentos de normas sociais, o indivíduo desajustado socialmente sempre poderá vir a ser um anormal e, portanto, um objeto da medicina psiquiátrica. (MIJAVILA, MATHES, 2016, p. 854)

Percebe-se que o conceito de ordem pode ser utilizado em consonância com as propostas de respeito aos Direitos Humanos, porém, e mais costumeiramente, tal conceito é empregado para justificar modelos de lei e ordem, pautadas em lógicas punitivistas e medicalizantes.

d) Concepções de violência e de criminalidade

O quarto conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* são as *concepções de violência e de criminalidade*. A violência é compreendida por Madera e Negron (2010) como multicausal, sendo afetada por aspectos políticos e econômicos, pela reincidência criminal e pela deterioração das relações humanas num sistema em que a diversidade é repelida. Bonamigo et. al (2011) e Zaluar (2007, 2014) apontam que as condições de vida precárias favorecem o vínculo das pessoas a atividades criminais, como o tráfico de drogas. Segundo eles,

muitos homens jovens e pobres se tornaram vulneráveis às atrações do crime-negócio por causa da crise em suas famílias, muitas dessas incapazes de lidar com os conflitos surgidos na vida urbana mais multifacetada e imprevisível. Vulneráveis também por causa do abismo entre adultos e jovens, por causa do sistema escolar ineficaz, além da falta de treinamento profissional, adicionado aos postos de trabalho insuficientes. (ZALUAR, 2007, p. 35)

Zaluar (2007) indica que o crescimento dos crimes violentos no Brasil é também reflexo do mau funcionamento do sistema de Justiça, que fortalece a descrença nos valores morais. Assim,

Mesmo reconhecendo a importância do econômico, não há como descartar um outro elemento importante para o crescimento do crime violento no Brasil: o funcionamento precário e desigual do sistema de Justiça em razão das práticas organizacionais, que fazem a lógica da ação de seus funcionários, assim como o Código Penal caduco (...) O resultado disso foi o desenvolvimento de um ethos de cinismo e descrença de valores morais, muito claros entre aqueles que optam pelas práticas criminosas, de qualquer classe social.. (ZALUAR, 2007, p. 41-42)

Todo esse cenário gera a insegurança e assim, conforme Silva (2010), as relações sociais são ameaçadas gerando desconfiança entre as pessoas.

Processada na linguagem da violência urbana, a questão sobre como deve se organizar o controle social – que, em última instância, se resolve nas políticas de segurança adotadas, propostas e criticadas – tem implicado uma intensa dessolidarização, que é a face mais profunda e menos visível da criminalização da pobreza e sua segregação territorial (...) No Brasil, a violência policial tem se mostrado a condição de possibilidade do conflito regulado e institucionalizado no Estado. (SILVA, 2010, p. 295)

As concepções de criminalidade e de violência, de acordo com os artigos desta revisão bibliográfica, tendem a criminalizar as classes populares e a estimular a hostilidade entre os grupos diferentes, ao mesmo tempo em que refletem um sistema de justiça com funcionamento precário.

e) Concepções de Direitos Humanos

O quinto conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* são as *concepções de Direitos Humanos*. De um lado, temos os que, segundo Barreira (2004), representam a maioria da população e entendem que os que apoiam os direitos humanos defendem também a liberalidade criminal e a “proteção” de criminosos, e por serem contrários entendem que a força policial deve ser usada com vigor.

É preocupante, entretanto, o fato de que, para uma boa parcela da população e dos responsáveis pela segurança pública, os defensores dos direitos humanos preservam, em última instância, a impunidade do “criminoso” e se opõem, sistematicamente, a todo esforço de contenção da criminalidade. Por outro lado, estes representantes tentam mostrar que não defendem a impunidade, mas sim a competência do sistema de segurança, usando a força segundo as necessidades e trabalhando dentro dos princípios da lei. A competência dos órgãos de segurança estaria diretamente ligada ao respeito ao cidadão possuidor de direitos. (BARREIRA, 2004, p. 86)

Soares (2003) propõe “novas políticas de segurança pública” em que a repressão e o controle ao crime e à violência ocorram em conformidade com os direitos humanos. A repressão, para ele, é compreendida em uma dimensão positiva como uso comedido e legal da força em casos de necessidade comprovada. “A tese fundamental que marca a originalidade dessas novas políticas de segurança sustenta que é possível e necessário combinar respeito aos direitos humanos com eficiência policial” (SOARES, 2003, p. 80).

f) Ações do governo brasileiro

O sexto conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* são as *ações do governo brasileiro*. Adorno (2003), Cano (2006), Santos, Gontijo e Amaral (2015) e Soares (2007) apresentam alguns marcos legais dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva em relação à Segurança Pública, apontando:

- Durante o governo FHC: a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) nas versões I em 1996, e II em 2002, do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e do Fundo Nacional de Segurança Pública.
- Durante o governo Lula: criação do Sistema Único de Segurança Pública, da versão III do PNDH e do Pronasci (Programa Nacional de Segurança com cidadania).

Apesar de não figurar entre os artigos selecionados, em razão de não se encontrar em nem uma sequer das bases de dados consultadas, Azevedo e Cifali (2015) fazem uma análise das ações em Segurança Pública dos governos Lula e Dilma (ainda ao final de sua primeira gestão), conforme segue:

os governos dirigidos pelo PT no Brasil não tiveram a capacidade para construir uma efetiva hegemonia de uma concepção de segurança pública vinculada à afirmação de direitos e ao funcionamento adequado e republicano dos órgãos responsáveis pela persecução criminal. Perderam também a possibilidade política de incidir sobre outras esferas de governo, como os estados e municípios, e mesmo outras dimensões institucionais, como parlamento e judiciário, para a mudança de orientação das decisões judiciais e a ampliação de um sistema legal capaz de reestruturar os órgãos policiais e implementar mecanismos eficazes de controle. (AZEVEDO, CIFALI, 2015, p. 125).

Quanto à gestão de Michel Temer, alguns fatos foram marcantes em relação à agenda da Segurança Pública: a criação da Secretaria Extraordinária de Segurança Pública¹⁹, a intervenção militar com as Forças Armadas no Rio de Janeiro²⁰, que teve em seus primeiros dias um caso emblemático com a execução da vereadora²¹ Marielle Franco²², e, ainda em julho de 2018, a criação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP²³.

g) Gestão em Segurança Pública

O sétimo conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* é a *gestão em Segurança Pública*. Azevedo (2003), Beato, Silva e Tavares (2008) e Soares (2006, a) propõem medidas para a gestão das Políticas de Segurança Pública, que vão de propostas mais amplas até propostas mais focalizadas. Entre as propostas amplas, Alexander, Runciman e Maruping (2016) e Bruce (2016) apontam a necessidade do uso eficaz da informação em Segurança Pública, sendo que Bruce (2016) indica a importância do uso da informação em protestos. Beato, Silva e Tavares (2008) ressaltam a necessidade do uso das informações para o planejamento e avaliação dos resultados das estratégias adotadas em segurança pública.

Soares (2006, a) sugere a integração de órgãos federais e a desconstitucionalização dos órgãos estaduais de segurança pública, possibilitando que esses tenham estruturas diferenciadas conforme a realidade de cada local, em que o respeito aos direitos humanos se torne realidade, bem como o apoio às boas

¹⁹ BRASIL. Medida Provisória nº 821 de 26 de fevereiro de 2018. Cria a Secretaria Extraordinária de Segurança Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv821.htm. Acesso em 08 jun. 2018.

²⁰ BBC Brasil. **Congresso aprova decreto de intervenção militar no Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114>. Acesso em 08 jun. 2018.

²¹ G1. **Marielle Franco (PSOL) é assassinada e polícia acredita em execução**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2018/03/marielle-franco-psol-e-assassinada-e-policia-acredita-em-execucao.html>. Acesso em 08 jun. 2018.

²² Dissertação de Mestrado de Marielle Franco, intitulada “UPP- a redução da favela a três letras: uma análise da política de Segurança Pública no Rio de Janeiro”, defendida em 2014, encontra-se disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>.

²³ O SUSP é criado por lei federal em junho de 2018, conforme Lei Federal 13.675. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13675.htm.

experiências em segurança pública e a valorização do papel dos municípios na gestão da segurança. Soares (2006, a) ainda propõe a realização de diagnósticos locais e a focalização territorial das ações, a intersetorialidade de políticas públicas, a realização de consórcios e de uma gestão participativa, além de uma ampla reforma policial.

Em âmbito local, Azevedo (2003) explica que a redução das oportunidades de crime com arranjos arquitetônicos urbanos e a mudança de comportamento da comunidade pode dificultar e desestimular o cometimento de crimes. Beato, Silva e Tavares (2008) também defendem que estratégias de mudança dos desenhos ambientais podem contribuir para redução da criminalidade.

h) Parceria com outros órgãos e com a comunidade

O oitavo conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* é a *parceria com outros órgãos e com a comunidade*. Os variados artigos que abordaram o tema da parceria da Polícia com outros órgãos e com a comunidade indicaram, pelo menos, três instâncias em que as parcerias podem ocorrer: entre os órgãos policiais, entre a polícia e os demais órgãos públicos e entre a polícia e a comunidade.

Barreira (2004) defende a integração dos órgãos policiais, já que os trabalhos entre as polícias militares e civis se encontram desarticulados. Brasil e Abreu (2002) apresentam uma experiência de integração dos trabalhos de policiais militares e policiais civis em delegacias em decorrência da diminuição do efetivo de policiais civis. Na avaliação dos policiais de ambas as corporações, apesar da ação ter sido adotada como medida de emergência, os resultados obtidos foram positivos para a população atendida.

As parcerias com outros órgãos da administração pública são apontadas por Barreira (2004), Bengochea et. al. (2004), Mesquita Neto (2004) e Gledhill (2002). Sugere-se uma integração entre as atividades policiais e as do Judiciário e do Ministério Público para a redução da impunidade. Ainda se sugere que as esferas econômica, social, cultural e educacional sejam fortalecidas, com medidas que possibilitem a geração de renda e o acesso aos equipamentos públicos. Bonamigo et. al. (2011) destacam que as várias instâncias dos governos federal, estadual e municipal devem estar integradas para a discussão e efetivação de políticas

relacionadas à violência, envolvendo setores como saúde, trânsito e assistência social.

As parcerias dos órgãos de segurança pública com a comunidade são apontadas como possíveis por Bengochea et. al (2004), por Barreira (2004) e por Cano (2006). Barreira (2004) destaca que a criação de conselhos comunitários de segurança pode ser uma medida favorável, se adotada com os devidos cuidados necessários para a participação coletiva.

Cano (2006) avalia que estratégias de participação da comunidade na gestão da segurança pública podem contribuir para a democratização das relações entre polícia e comunidade e fortalecer aspectos relativos à prevenção da violência. No entanto, Cano (2006) apresenta alguns riscos relativos a essa participação. O primeiro é o de que a participação seja um recurso retórico para imposição da vontade de alguns. Outro risco é relativo à dificuldade de mobilização em locais em que a violência é alta e a confiança entre os moradores é reduzida. Nesse aspecto, Reishoffer e Bicalho (2009) apontam que a insegurança pode impedir ações coletivas, já que a desconfiança em relação ao outro tende a produzir relações competitivas e ações individualizadas. Cano (2006) aponta que, em alguns casos, a mobilização comunitária é pontual e condicionada à resolução de um problema específico não tendo continuidade. Outro risco apontado por Cano (2006) e por Gledhill (2012) é que a participação da comunidade seja restrita à representação de pessoas influentes, excluindo a participação de camadas populares da população. Cano (2006) explicita outro risco que é o do “uso” do discurso da participação popular como forma de angariar recursos para o custeio de atividades de segurança pública, como a manutenção de viaturas.

Barreira (2004) explica a necessidade de atentar-se para os tipos de demanda apresentadas pela comunidade em órgãos de parceira com a polícia.

Um dado preocupante é que a atuação dos Conselhos Comunitários de Defesa Social passam a ocupar, em parte, um espaço dos “serviços de inteligência”, os quais não funcionam a contento. Esta atuação apareceria no mapeamento dos “pontos de intranquilidade social”, os denominados “pontos críticos de criminalidade”, inclusive apontando o tipo de estratégia policial mais eficaz. O apoio que a “comunidade” pode oferecer, que parte de um saber forjado, simplesmente, no cotidiano das experiências vividas e não metódico e cientificamente construído, pode ser bastante negativo, reforçando alguns estereótipos no campo da violência. Também o apoio da “comunidade” pode não servir para indicar soluções mais racionais e eficientes de combate à criminalidade. Os estereótipos reforçariam as segmentações sociais e aumentariam as intolerâncias diante do diferente e do desconhecido. (BARREIRA, 2004, p. 84)

Beato, Silva, Tavares (2008) e Melicio, Geraldini e Bicalho (2012) expõem que o estabelecimento de parcerias entre os órgãos policiais, juntamente com as demais políticas públicas e com a comunidade implica mudança dos processos de formação de planejamento das atividades da polícia para uma reinvenção de saberes e de práticas da polícia.

i) Privatização da segurança

O nono conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* é a *privatização da segurança*. Reishoffer e Bicalho (2009) apontam que os quadros de insegurança e medo fazem com que cresça o número de empresas de segurança privada, as quais oferecem mão de obra e aparelhos eletrônicos para o monitoramento de espaços. Muniz e Paes-Machado (2010) indicam algumas possibilidades de atuação relacionadas à segurança privada indo de atividades legais a ilegais, em locais públicos e privados, por agentes e não agentes de segurança²⁴, conforme segue:

- atividades legais em locais privados realizadas por não agentes de segurança como segurança de bancos, empresas, condomínios, clubes e grandes eventos;
- atividades legais em locais públicos realizadas por não agentes de segurança como vigilância e controle entre vizinhos;

²⁴ Neste item, entende-se por agentes de segurança: policiais, bombeiros, guardas municipais e agentes penitenciários.

- atividades ilegais em locais privados realizadas por não policiais com vigilâncias clandestinas em ruas, bares, boates e propriedades rurais;
- atividades ilegais em locais públicos realizadas por não agentes de segurança pública como a ação de gangues e grupos armados;
- atividades ilegais em locais privados realizadas por agentes de segurança por meio dos “bicos”.

Apesar de não apontada por Muniz e Paes-Machado (2010), há ainda a possibilidade de realização de atividades ilegais em locais públicos realizadas por agentes de segurança pública (estando ou não escalados para a realização de serviços por parte do Estado).

Huggins (2010) evidencia que a privatização da segurança é realizada tanto por agentes de segurança pública com formação específica e em atividades irregulares, como por cidadãos comuns que ora exercem suas funções de forma regulamentada e ora clandestina. O autor pontua que o controle parcial da segurança privada pelo Estado promove possíveis riscos à segurança pública do país.

... la aparición de la seguridad privada se debe a la combinación de fallas del servicio público policial y una tendencia cultural (anglosajona) propicia a la autoprotección. Las “policías privadas” hacen lo que la “policía pública” no puede hacer: esta última se encarga cada vez más de actividades ligadas al mantenimiento (general) del orden y cada vez menos de la protección (específica) de los bienes y las personas (LORENC VALCARCE, 2013, p. 20)

j) Municipalização da segurança

O décimo conteúdo a ser tratado dentro do assunto *definições de Segurança Pública* é a *municipalização da segurança pública* que é apontada de duas formas pelos autores.

De um lado Bengochea et. al. (2004) defendem que as prefeituras devem ter suas Guardas Municipais para contribuir com o patrulhamento das cidades, indicando a necessidade de “uma polícia municipal para aumentar os efetivos de patrulhamento comunitário e determinar responsabilidades ao Executivo municipal na segurança de sua comunidade” (BENGOCHEA, et al, 2004, p. 129). De outro lado, Bonamigo et. al. (2011) e Soares (2003) expõem que os municípios podem tomar ações preventivas de natureza não-policial. Assim,

... as ações municipais de segurança precisam abranger, além da prefeitura, associações comunitárias, fóruns de discussão e de mobilização de pessoas, grupos e instituições interessadas na produção de conhecimento sobre realidades onde se produzem violências, e na elaboração, operacionalização e avaliação de políticas públicas para o seu enfrentamento. (BONAMIGO, I. S. et al., 2011, p. 807)

Bonamigo et. al. (2011) sugerem o fortalecimento de associações comunitárias, com discussões e mobilizações entre as pessoas para planejar, sugerir e avaliar as políticas de segurança. Soares (2003) fala da importância do cuidado com os jovens e da necessidade de que os municípios pensem políticas públicas específicas para esse grupo, evitando que a criminalidade se torne uma alternativa viável para eles.

2.2.1.2 Papéis relacionados às Polícias Militares

O segundo assunto a ser discutido dentro do Bloco Temático 1 denominado *Políticas de Segurança Pública* é o dos *papéis relacionados às Polícias Militares*. Segundo Beato, Silva e Tavares (2008, p. 688) “a polícia é ator estratégico nas paisagens urbanas, e poucas agências públicas têm penetração tão constante nos mais diversos ambientes de uma cidade, mantendo contato frequente com seus habitantes em variados estratos”. Barreira (2004) aponta que a atividade das polícias ocorre predominantemente em áreas urbanas periféricas em atendimento de ocorrências de caráter não-criminal. Azevedo (2003, p. 21) exemplifica algumas das atividades não-criminais atendidas pela polícia: “ajudar pessoas alcoolizadas, apartar brigas de família e rixas entre vizinhos, socorrer vítimas de acidentes e doentes mentais, retirar animais das vias públicas, recolher mendigos, atender parturientes etc.”.

Landaeta Mardones, Arias Krause, Espinoza Lolas (2015) analisam a polícia em sua função limitadora de liberdades e os conflitos dessa com as formas de viver em sociedade. Ribeiro (2014) mostra a polícia como instituição que usa da força legal para impor aos indivíduos o comportamento de acordo com as regras estabelecidas.

O fenômeno do policiamento tem a sua inteligibilidade articulada à noção de controle social e suas dinâmicas descontínuas na vida social. Nesse recorte, ele pode ser visto como um expediente particular de controle pela ênfase no seu caráter instrumental, isto é, na sua capacidade de produzir efeito inibitório e o mais imediato possível sobre os acontecimentos e as atitudes de indivíduos e grupos. Constitui-se como um variado repertório de *meios* (vigiar, regular, impor, fiscalizar, patrulhar, guardar, conter etc.), aplicados através de certos *modos*, para determinados *fins*: a sustentação de um *status quo*, de uma determinada visão e expectativa de ordem que se deseja obedecida e, em alguma medida, consentida pelos indivíduos ou grupos policiados. (MUNIZ, PAES-MACHADO, 2010, p. 438)

As possíveis atuações da polícia são descritas nos artigos com lógicas que oscilam entre práticas tradicionais e práticas em comunidade, conteúdos tratados nos itens a) e b) a seguir. Os demais conteúdos são a militarização das polícias estaduais, a corrupção policial, a violência policial e a educação policial.

a) Práticas tradicionais

O primeiro conteúdo a ser tratado dentro do assunto *papéis relacionados às Polícias Militares* são as *práticas tradicionais*, as quais assentam-se, segundo os artigos, sobre duas ideias: a segurança nacional e a postura reativa. Para Sampson (2010), às práticas tradicionais orientadas pela lógica da segurança nacional entendem que a polícia deve ir em busca e prender aqueles que representam ameaças à segurança do território, das instituições e das pessoas. “El discurso público de nuestros líderes aluden a la promesa de una seguridad pública lograda a través de consignas políticas tales como el castigo seguro, antes nombrada mano dura” (MADERA, NEGRON, 2010, p.63)

Diretamente relacionada à lógica da segurança nacional, a postura reativa é apontada por Azevedo (2003) e por Beato, Silva e Tavares (2008) como a atitude de atendimento policial após a emergência de um fato relatado pela população, através do contato com a central 190. Nesses casos, a equipe policial se desloca até o local, registra o fato em Boletim de Ocorrência, e, se for o caso, busca pelos criminosos.

A abordagem “orientada por incidentes” significa basicamente que o acionamento da polícia se dá mediante as chamadas feitas ao teleatendimento emergencial (190) por cidadãos, outras instituições governamentais ou, em menor número, pela própria iniciativa da polícia. O procedimento adotado pelos policiais nesses casos é exatamente o mesmo: tomam nota dos incidentes por meio dos boletins de ocorrência, comunicam-se com a central de operações sobre o que fazer, encaminham-nos aos canais competentes, encerram o incidente e vão embora. (BEATO, SILVA, TAVARES, 2008, p. 696)

Tanto Azevedo (2003) quanto Beato, Silva e Tavares (2008) e Bonamigo (2011) indicam que essa prática de policiamento já não dá conta das demandas atuais, por isso

[Há] necessidade de ruptura do modelo tradicional de segurança pública, ainda predominante no Brasil, focado no controle repressivo e punitivo do crime. (...) rupturas à lógica penal, ao afirmar a segurança pública como direito fundamental, reconhecer a necessidade de reformas estruturais no modelo organizacional de suas instituições nos três níveis de governo e ao garantir o acesso aos sistemas de Justiça e de segurança pública a todos. (...) as violências são produzidas por uma multiplicidade de fatores, o que demanda uma multiplicidade de estratégias de enfrentamento. (BONAMIGO, I. S. et al., 2011, p. 808)

b) Práticas em comunidade

O segundo conteúdo a ser tratado dentro do assunto *papéis relacionados às Polícias Militares* são as *práticas em comunidade*. Argueta (2015) aponta que os modelos de policiamento comunitário passaram a ser implantados nos países latino-americanos durante os anos de 1990, importando a ideia desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa, porém continuam a ser usados como uma “fórmula” para a resolução dos problemas de segurança.

O policiamento comunitário é trazido para o Brasil no momento de reabertura democrática, quando o debate sobre como reformar as polícias militares – forças auxiliares do Exército – começa a emergir. No entanto, as apropriações que o termo passa aqui a ter são muito diferenciadas daquelas apresentadas pela literatura: um modelo de reforma da polícia que visa à descentralização, à aproximação comunitária e à solução dos problemas que causam insegurança na população. Em parte, isso parece ocorrer porque a categoria “policiamento comunitário” vai sendo progressivamente apropriada para identificar iniciativas que têm como objetivo maior o estabelecimento da soberania estatal em áreas que se encontravam sob o domínio do “poder paralelo” exercido por “perigosos delinquentes”, ou seja, nas favelas. (RIBEIRO, 2014, p.305)

Se, por um lado, conforme Lis Rios (2010), a lógica “comunitária” é apresentada como uma contraposição ao modelo tradicional pautado pelas concepções de segurança nacional, visando meios democráticos para a atuação policial, de outro, Argueta (2015) esclarece que tais modelos foram adotados na América Latina com ações “top-down”, que não representam efetivamente a participação e a parceria com as comunidades.

Community policing programmes did not emerge in an ahistorical context. On the contrary, strong institutional patterns of self-defence were reinforced through a process of institutional change. The main characteristic of this process is the layering mode through which a new rule became a reinforcing mechanism of a pre-existing pattern. The top-down and exogenous characteristics of community policing programmes were adapted to self-defence patterns mainly through the dynamism and ambiguity of public security institutions. (ARGUETA, 2015, p. 577)

Para Ribeiro (2014), no Brasil, o policiamento comunitário ficou atrelado à retomada de locais sob domínio do tráfico para o restabelecimento das ações do Estado, gerando resistência das comunidades à participação nas ações de segurança pública, a exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)²⁵ no Rio de Janeiro.

Como o policiamento comunitário passa a designar as experiências que tinham como objetivo a retomada de territórios antes dominados pelo tráfico, passa a significar uma modalidade de policiamento cujo fim maior não é a garantia da segurança pela coprodução do serviço policial, mas sim o estabelecimento da soberania do Estado nessas áreas, missão cuja execução, muitas vezes, requiere o uso da violência em detrimento da arte da conversa com os cidadãos mais resistentes. Uma vez estabelecida a soberania estatal nas áreas de favela (ou nas comunidades), a função da polícia passa a ser disciplinar os indivíduos que residem nesse território, fazendo com que eles apresentem o padrão de comportamento desejado como característico daquela localidade. Nesse contexto, a função da polícia passa a ser reprimir os errantes, mostrando a toda a população que tipo de conduta deve ser adotado. Assim, a polícia passa a constituir-se como engrenagem principal de viabilização do processo civilizador. (RIBEIRO, 2014, p.306)

Segundo Miagusko (2016), esse modelo está pautado numa lógica em que o Estado busca entrar num território em que nunca esteve presente enquanto Política Pública e que a Polícia acaba por ser o elemento mais ou menos visível para a

²⁵ No Paraná, tal modelo foi denominado de Unidades Paraná Seguro (UPS), objeto de estudos de Peres (2015) orientado pela professora Dr^a Maria de Fatima Quintal de Freitas.

população dessas áreas. Ribeiro (2014) mostra que esses programas têm se mostrado descontínuos, fazendo com que a criminalidade volte a ocorrer nas áreas antes “pacificadas”, fazendo com que o descrédito das ações de segurança seja aumentado. A descontinuidade ainda é sinalizada por Gledhill (2012), que expõem a constante troca de comandantes desses programas.

... os programas de policiamento comunitário executados ao longo do tempo falham na missão de garantia da soberania. Assim, estes programas terminam descontinuados depois de um tempo em razão da volta do “poder armado” dos “bandidos”, muitas vezes decorrente da própria cooptação dos polícias empregados nessa modalidade de policiamento. Contudo, como não pode existir Estado sem soberania em todo o território, essas margens continuam a integrar a agenda de preocupação das polícias e, dessa forma, de tempos a tempos, são implementados novos programas de policiamento comunitário com vista a reintegrar esses espaços e, por conseguinte, os seus cidadãos à soberania do Estado-nação. (RIBEIRO, 2014, p.306)

Em contraponto às críticas aos modelos de polícia comunitária, os autores indicam propostas para tornar esses programas mais coerentes às realidades das diferentes localidades do Brasil. Miagusko (2016) e Wendel e Curtis (2002) apontam a necessidade de um policiamento responsável para além da “higienização” da comunidade. Beato, Silva e Tavares (2008) propõem um olhar para os espaços urbanos a fim de planejar ações e estabelecer metas. Para Azevedo (2003) e Bengochea (2004), a perspectiva do trabalho numa lógica comunitária deve ser mais solucionadora de problemas e menos penalizadora das ações, mais preventiva e menos reativa.

c) Militarização das polícias estaduais

O terceiro conteúdo a ser tratado dentro do assunto *papéis relacionados às Polícias Militares* é a *militarização das polícias estaduais*. Para Nóbrega Junior (2010) a militarização das polícias estaduais é um entrave para consolidação da democracia no Brasil. Segundo Bicudo (2000) a lógica da polícia é bélica e contribui para violência contra algumas minorias. Zaluar (2007) indica que as instituições pautadas pelo modelo bélico permanecem a realizar suas ações sem o respeito aos direitos civis dos cidadãos. Huggins (2010) mostra que

... essa militarização reduziu significativamente a visibilidade das políticas estatais repressivas, por meio das ideologias da “guerra contra o crime” e “profissionalismo” da polícia, que se justificam e se reforçam mutuamente. A primeira permite que os formuladores de políticas e o público definam o crime e os “outros” desviantes como externos à ação política “legítima”, justificando a extensa e violenta repressão pelo Estado como socialmente necessária e moralmente inatacável, sobretudo quando ordenada ou realizada pela polícia. Por sua vez, a ideologia do “profissionalismo” policial modernizado e racional transforma os policiais em “profissionais” treinados e qualificados, com ampla liberdade para decidir por si mesmos quando e como usar a violência letal para derrotar um “inimigo” generalizado na guerra militarizada contra o crime. Quando essa guerra resulta em mortes de cidadãos, esses assassinatos são apresentados como o resultado inevitável da legítima defesa da polícia contra “criminosos perigosos”. (HUGGINS, 2010, p. 546)

Nesse sentido, Azevedo (2003) indica que as polícias que passaram por processos de desmilitarização têm apresentado resultados significativamente positivos em relação às ações democráticas.

Seria, por si só, o processo de “des”militarização das polícias capaz de alterar uma cultura de segurança pública que opera numa lógica punitivista e de guerra contra o crime?

d) Corrupção policial

O quarto conteúdo a ser tratado dentro do assunto *papéis relacionados às Polícias Militares* é a *corrupção policial*. Gledhill (2012), Huggins (2010), Orces (2008) e Zaluar (2007) atrelam a corrupção policial à relação de policiais com políticos e traficantes.

os policiais corrompidos que formam o que se poderia chamar “grupo de extorsão”, um nome mais apropriado que “grupo de extermínio”, já que os policiais matam jovens traficantes que habitam as regiões pobres das cidades exigindo a sua parte do dinheiro do tráfico. Apesar disso, os jovens pobres são assassinados, sobretudo na guerra de quadrilhas. (ZALUAR, 2007, p. 42-43)

A corrupção também é atrelada às execuções extrajudiciais. “Os assassinatos são realizados por policiais fora de serviço e em serviço, sob contrato com empresas particulares e moradores, ou por esquadrões da morte e “justiceiros” contratados para matar” (HUGGINS, 2010, p. 546). Zaluar (2007) indica que o mecanismo que liga corrupção, tráfico e execuções extrajudiciais ocorre assim:

policiais executam traficantes exigindo o dinheiro em troca de tal “serviço” para o traficante rival.

A permanência de altos níveis de violência policial é um indicador de como o equilíbrio entre segurança e direitos humanos está longe de ser alcançado (...) Acrescente-se que, além de contribuir para a segregação social, essa lógica permite que dentro da instituição formem-se “bandas podres”, em que policiais aproveitam-se do recurso fácil à violência para obter vantagens individuais (por meio de corrupção ou extorsão). (NEME, 2005, p. 131)

e) Violência Policial

O quinto conteúdo a ser tratado dentro do assunto *papéis relacionados às Polícias Militares* é a *violência policial*. Para Adorno (2003), a violência dos órgãos policiais é consequência da autonomia excessiva no trabalho, a ausência ou ineficácia de mecanismos de *accountability* externo e o do excessivo corporativismo das instituições. Soares (2003, p. 75) aponta que, apesar de haver um número considerável de bons policiais “honestos, corretos, dignos e que tratam todos os cidadãos com respeito”, ainda a lógica da violência se faz presente, por meio de alguns fatores, entre eles estão

... a violência arbitrária contra excluídos (particularmente pobres e negros), a tortura, a chantagem, a extorsão, a humilhação cotidiana e a ineficiência no combate ao crime, sobretudo se os criminosos pertencem a altos escalões. Claro está que sempre houve milhares de policiais honestos, corretos, dignos, que tratam todos os cidadãos com respeito e apresentam-se como profissionais de grande competência. Mas as instituições policiais, em seu conjunto e com raras exceções regionais, funcionaram e continuam a funcionar como se estivessemos em uma ditadura ou como se vivêssemos sob um regime de *apartheid* (SOARES, 2003, p. 75).

f) Educação Policial

O sexto conteúdo a ser tratado dentro do assunto *papéis relacionados às Polícias Militares* é a *educação policial*. Para Lima (2013), as academias de polícia e os cursos de Direito não realizam um ensino voltado para a realidade do exercício do controle social típico das atividades de polícia. Segundo Lima (2013), “esse exercício é aprendido pelos agentes da segurança pública de maneira informal, não escolarizada e isso faz com que eles naturalizam a sua prática, dissociando-a das “teorias” que possivelmente aprendam através do ensino escolarizado”. (p. 51)

A fim de mudar essa realidade, Azevedo (2003), Barreira (2004) e Scheinvar (2014) entendem que a educação de policiais militares deve ser multidisciplinar e ocorrer em parceria com as universidades. Entre as possibilidades de educação profissional para policiais, sugere-se conteúdos que contemplem o respeito às diferenças e aos valores socioculturais, o respeito aos direitos humanos e a valorização da cidadania e o estabelecimento de relações com as comunidades atendidas. Segundo Barreira (2004), trata-se de

uma “mudança de mentalidade”, que envolve necessariamente uma formação mais humanista dos contingentes profissionais. Tal formação, que não deve resumir-se à melhor capacitação técnica, dá ênfase aos princípios das ciências humanas de respeito à diferença e aos valores socioculturais. Obtém cada vez mais espaço a formação e a qualificação dos profissionais da área de segurança no domínio dos direitos humanos e no respeito à cidadania. No espaço de formação e qualificação, as universidades, como depositárias dos conhecimentos humanistas, são as grandes parceiras deste projeto, caminhando concomitante à linha de preocupação crescente da população com os direitos humanos e os princípios democráticos. A democracia e, especificamente, as estratégias utilizadas para a manutenção da ordem pública dependem diretamente da qualidade de sua polícia. (BARREIRA, 2004, p. 86)

No quadro que segue, são apresentados os 53 artigos que compõem o bloco temático “Políticas de Segurança Pública”.

QUADRO 3- LISTA DOS 53 ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO *POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA*

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO
01	2017	Urban violence and mental health: challenges of a new agenda?	GONÇALVES, H. C. B.; QUEIROZ, M. R.; DELGADO, P. G. G.	Fractal:
02	2016	“Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos	ARAUJO, F. A.	Horiz. Antropol.
03	2016	A pesquisa em instituições de preservação da ordem	BICALHO, P. P. G.; ROSSOTTI, B. G. P. P.; REISHOFFER, J. C.	Rev. Polis Psique
04	2016	Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense	MIAGUSKO, E.	Rev. bras. Ci. Soc
05	2016	Labirintos da medicalização do crime	MITJAVILA, M.; MATHES, P.	Saude soc
06	2016	O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro	PICANÇO, F. S.; DE OLIVEIRA LOPES, N. P	Análise Social
07	2016	Percepción y miedo al crimen: revisión de artículos en español 2004-2014	GARCÍA-CASTRO, J. D.;	Reflexiones

			BARRANTES UMAÑA, B.	
08	2016	Políticas de Seguridad contra el Narcotráfico: México, Brasil y Colombia	ESTRADA, F. MOSCOSO DURAN, F. F.; ANDRADE VALBUENA, N. A.	Análisis Político
09	2016	Public order transparency: Using freedom of information laws to analyse the policing of protest	BRUCE, D.	SA crime q
10	2016	Seguridad humana: securitización del desarrollo y evaluación de amenazas en el siglo XXI	NIÑO PÉREZ, J. J.; DEVIA GARZÓN, C. A.; ORTEGA AVELLANEDA, D.	Rev. de la Facultad de Der. y Cienc. Políticas
11	2016	The use and abuse of police data in protest analysis South Africa's Incident Registration Information System (IRIS)	ALEXANDER, P.; RUNCIMAN, C.; MARUPING, B.	SA crime q
12	2016	Uma etnografia da expansão do mundo do crime no Rio de Janeiro	MATTOS, C. S.	Rev. bras. Ci. Soc
13	2015	A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010)	SANTOS, I. G.; GONTIJO, J. G. L.; AMARAL, E. F. L.	Opin. Pública
14	2015	Community Policing in Guatemala: Continuity in Self-Defence?	ARGUETA, O.	Rev. cienc. polít. (Santiago)
15	2015	La función de la policía como debate de libertades	LANDAETA MARDONES, P.; ARIAS KRAUSE, J. I.; ESPINOZA LOLAS, R.	Eidos
16	2015	La Policía Comunitaria: Experiencia de organización y lucha en la Montaña de Guerrero	BENITEZ RIVERA, R. D.	Polít. cult.
17	2014	A indústria da insegurança e a venda da segurança	SCHEINVAR, E.	Psicol. estud.
18	2014	O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012)	RIBEIRO, L.	Anál. Social.
19	2014	Sociability in crime. Culture, form of life or ethos?	ZALUAR, A.	Vibrant, Virtual Braz. Anthr.
20	2013	Antropologia, Direito e Segurança Pública: uma combinação heterodoxa	LIMA, R. K.	Cuad. antropol. soc.
21	2013	Estado, policías y criminalidad: seguridad pública y seguridad privada en la Argentina actual	LORENC VALCARCE, F.	Postdata
22	2012	Biopoder e UPPs: alteridade na experiência do policiamento permanente em comunidades cariocas	MELICIO, T. B. L.; GERALDINI, J. R.; BICALHO, P. P. G.	Fractal, Rev. Psicol.
23	2012	La estructura de la percepción de la inseguridad pública	GARCIA LIRIOS, C.	liber.
24	2012	Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra	BICALHO, P.P.G.; KASTRUP, V.; REISHOFFER, J. C.	Psicol. Soc.
25	2012	Segurança humana: uma meta viável?	GLEDHILL, J.	Cad. CRH.
26	2011	A política dos discursos políticos: as duas	BERLATTO, F.	Rev. Sociol. Polit.

		retóricas da segurança pública do Paraná		
27	2011	Política criminal em tempos de crise: a produção de subjetividade punitiva, a sociedade do trabalho, a produção de excluídos e a prática policial.	PEDRINHA, R. D.	Rev. Epos.
28	2011	Violências, direitos humanos e segurança pública em debate	BONAMIGO, I. S. et al.	Psicol. cienc. Prof.
29	2010	"Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual	SILVA, L. A. M.	Cad. CRH.
30	2010	A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira.	NOBREGA JUNIOR, J. M. P.	Rev. Sociol. Polit.
31	2010	Gubernamentalidad y poder de policía: la articulación de un modelo de policiamiento dual en Buenos Aires, 2004-2007	LIS RIOS, A.	Cad. CRH.
32	2010	La seguridad ciudadana: Del modelo reactivo al enfoque preventivo.	MADERA, S. R.; NEGRON, S. S.	Rev. Puertorriq. Psicol.
33	2010	Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento	MUNIZ, J. O.; PAES-MACHADO, E.	Cad. CRH.
34	2010	The right to demonstrate in a democracy: An evaluation of public order policing in Nigeria.	SAMPSON, I. T.	Afr. hum. rights law j.
35	2010	Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível	HUGGINS, M. K.	Cad. CRH.
36	2009	Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo	REISHOFFER, J. C.; BICALHO, P. P. G.	Fractal, Rev. Psicol.
37	2008	Crime e estratégias de policiamento em espaço urbano	BEATO, C.; SILVA, B. F. A.; TAVARES, R.	Dados
38	2008	Victimización por Corrupción por la Policía	ORCES, D.	Rev. cienc. polít. (Santiago)
39	2007	A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas	SOARES, L. E.	Estud. Av.
40	2007	Democratização inacabada: fracasso da segurança pública	ZALUAR, A.	Estud. Av.
41	2006	Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização <i>versus</i> a guerra contra o crime	CANO, I.	Rev. int. direitos human.
42	2006	Segurança pública: presente e futuro	SOARES, L. E.	Estud. Av.
43	2005	Segurança, segurança humana e América Latina	SORJ, B.	Rev. int. direitos human.
44	2005	Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil	NEME, C.	Rev. Sociol. Polit.
45	2004	A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã	BENGOCHEA, J. L. P. et al	São Paulo Perspec.
46	2004	Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública	BARREIRA, C.	São Paulo Perspec.
47	2004	Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar	MESQUITA NETO, P.	São Paulo Perspec.
48	2003	Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento	AZEVEDO, M. A.	Psicol. cienc. prof.
49	2003	Lei e ordem no segundo governo FHC	ADORNO, S.	Tempo soc.
50	2003	Novas políticas de segurança pública	SOARES, L. E.	Estud. Av.
51	2002	Tolerância zero: a má interpretação dos resultados	WENDEL, T; CURTIS, R.	Horiz. antropol.
52	2002	Uma experiência de integração das polícias civil e militar: os Distritos-Modelo em	BRASIL, G. M.; ABREU, D.	Sociologias

		Fortaleza		
53	2000	A unificação das polícias no Brasil	BICUDO, H.	Estud. Av.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.2.2 Atividades Operacionais de policiais militares

O bloco temático *Atividades operacionais de policiais militares* contém 23 artigos dos 117 selecionados, correspondendo a 19% do total de artigos, tendo como principal temática a atividade fim da Polícia Militar, que é o atendimento e a procura por soluções para as demandas conflituosas da população.

Os assuntos que emergiram desses artigos foram: a cultura policial, o atendimento às ocorrências policiais e a educação para a profissionalização da atividade policial. O assunto cultura policial aborda os seguintes conteúdos: o saber das ruas, a militarização dos profissionais de polícia, a concepção de Direitos Humanos e de uso da força e a violação das normas institucionais (seja por violência, por corrupção ou por atividades ilegais). Já o assunto atendimento às ocorrências policiais foi sistematizado em três conteúdos: trabalhos operacionais cotidianos, atividades operacionais em grandes eventos e atividades operacionais em situações de alto risco. O terceiro assunto, educação para a profissionalização da atividade policial, não foi subdividido.

Neste bloco temático, um mesmo artigo pode apresentar dados que foram categorizados em mais de um assunto ou conteúdo. O quadro a seguir apresenta esquematicamente os assuntos e os conteúdos deste bloco temático. O último assunto deste bloco temático não é subdividido em conteúdos.

QUADRO 4- ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO *ATIVIDADES OPERACIONAIS DE POLICIAIS MILITARES*, PRESENTES NOS 23 ARTIGOS SELECIONADOS

Assuntos	Conteúdos
1- Cultura policial	a. O saber das ruas b. Violação de normas institucionais c. Militarização dos profissionais de polícia d. Concepção de Direitos Humanos e uso da força
2- Atendimento às ocorrências policiais	a. Trabalhos operacionais cotidianos b. Atividades operacionais em grandes eventos c. Atividades operacionais em situações de alto risco
3- Educação para a profissionalização da atividade policial	

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.2.2.1 Cultura policial

Segundo Lopes, Ribeiro e Tordoro (2016, p. 323), a cultura policial é definida como o “conjunto de valores, crenças e regras informais que orientam o modo como os policiais enxergam o mundo social e o modo como deveriam agir nele”. Corroborando com essa ideia, Silva (2011, p. 78) mostra que “as corporações produzem uma cultura própria, autônoma e pouco racionalizada, que depende em grande medida das decisões e trajetórias pessoais de cada policial e dos conflitos internos entre seus diferentes grupos”. A cultura policial favorece, conforme Durão (2011) e Porto (2004), padrões de atuação altamente corporativistas.

Porto (2004) aborda pelo menos dois pontos sobre a cultura policial. O primeiro, refere-se à visão dos profissionais de polícia de que não se percebem como cidadãos comuns por fazerem parte de uma corporação de segurança pública; e o segundo é que, para ser policial de rua, há necessidade de agir de maneira violenta para atender tanto aos aspectos da própria cultura policial quanto às expectativas sociais. Assim, na cultura policial, segundo Porto (2004), existe a ideia de que

A convicção de que o policial não é um cidadão, um indivíduo como os demais, funciona no sentido de colocá-lo fora dos parâmetros legais: “a missão’ o coloca acima da lei e algumas vezes até mesmo contra a lei, na medida em que respeitá-la é ver-se impossibilitado de cumprir com seu dever. (...) o policial se percebe “protegido” por uma cultura institucional que inclui a violência como possibilidade para conter a violência (e as transgressões de modo mais amplo). Entre o dito, o não-dito e o interdito estão sentidos, valores e visões de mundo que orientam práticas e conduzem ao agir em uma dada direção. (PORTO, 2004, p. 136)

Apresentaremos, nos próximos itens, cada um dos conteúdos presentes no assunto cultural policial.

a) O saber das ruas

O primeiro conteúdo do assunto cultura policial é denominado de o *saber das ruas*. Este saber é apontado por Muniz e Silva (2010, p. 458) como “um precioso relicário de *saberes-em-ato*, muito apreciado exatamente porque resulta de um empirismo ou de um *aprender fazendo* nas ruas”. Durão (2011, p. 136) explica que a aprendizagem em contexto é necessária para a realização do policiamento.

Para policiar, há que aprender o contexto. Os polícias numa esquadra produzem conhecimento social e profissional enquanto vão criando um ambiente policiado, isto é, enquanto vão socializando os diferentes espaços da cidade. Esta aprendizagem produz-se pelo menos em três eixos que se conjugam. Em primeiro lugar, os polícias, enquanto trabalham, vão produzindo códigos cognitivos do policiamento local. Parte do seu saber profissional depende de aprendizagens toponímicas, observacionais, manifestas nas “enunciações pedonais”, como diria De Certeau (2000 [1990]: 109). Dir-se-ia que há uma inteligibilidade no andar ou, para parafrasear Ingold, “andar é uma forma de saber em circulação” (2004: 331). Uma outra parte fundamental baseia-se em conhecimentos topográficos, operacionais, legais e de circulação pela cidade, onde as ruas passam a ser “o território dos agentes”, no carro-patrolha, um verdadeiro objeto-agência na polícia e na cidade. O andar implica uma percepção multissensorial, em detalhe, e um manifesto envolvimento com as especificidades do ambiente local. Por isso, e não apenas por apelar à comunicação direta com os cidadãos, o andar honra o patrulhamento mais preventivo e menos ostensivo, embora, de modo assimétrico, também possa estar associado ao policiamento infiltrado nos meios sociais. Este difere da percepção suscitada pela viatura policial, muito mais panorâmica e aproximada da visão do comboio, instituição que no século XIX revolucionou a consciência do meio envolvente, como defende Schivelbusch (1986, cit. em Pickering 2001: 167). Não menos importantes, sobretudo para os novos saberes dos agentes dos programas de proximidade, são as aprendizagens relacionais, de comunicação e em rede. Aqui é não só o andar e o olhar em volta, mas também a propensão para o diálogo. No seu conjunto, tais saberes assentam naquilo a que chamo uma percepção itinerante do policiamento e da cidade. (DURÃO, 2011, p. 136)

Muniz e Proença Junior (2007) apontam que vários aprendizados são necessários aos policiais militares logo em seus primeiros dias de trabalho dentro de uma viatura. Um deles é conhecer o local em que devem se alimentar, pois não é sempre e nem todos os quartéis que dispõem de alimentação para as equipes de serviço. Corroboram com essa ideia, Freitas, Peres e Goedert Filho (2015),

... vários processos de desvalorização e de conflito que podem culminar em formas de desumanização do policial militar, com práticas excludentes de profissional da área de segurança pública. Algumas vezes os policiais não são percebidos como indivíduos, a eles são negadas algumas condições naturais do ser humano, como sentir frio, fome, ter sentimentos e enfrentar dilemas. Em alguns momentos o fato de um policial militar estar fardado num local público pode gerar indignação na comunidade. (FREITAS, PERES, GOEDERT FILHO, 2015, p. 53)

As falhas estruturais das organizações levam as equipes policiais a buscar junto à comunidade em que atuam o apoio necessário para dar continuidade ao serviço policial e não prejudicar a própria população. “Esses podem ‘quebrar um galho’, oferecendo passagens gratuitas em ônibus ou vans, fazendo pequenos

consertos de lanternagem e mecânica, ou mesmo completando o combustível da viatura (...). (MUNIZ, PROENÇA JR., 2007, p. 163)

O saber das ruas também indica formas de conceber quem “merece” o policiamento, como indica Durão (2011)

... a aprendizagem da cidade está intimamente ligada à classificação de pessoas e de grupos de pessoas. Os polícias desenvolvem uma visão “sociointerativa da cidade”. Estas classificações combinam dados formais da atividade legal da polícia e dados informais que resultam das experiências e encontros com os cidadãos. As classificações informais não são menos poderosas por serem menos formalizadas. (...) no conjunto dos aspetos que acionam o trabalho policial – por ordem, chamada ou iniciativa –, a intensidade de circulação e o tempo de permanência do policiamento é muito maior nos designados “bairros de classe média” (Durão 2008b). Aos outros bairros os polícias dirigem-se sobretudo para resolver situações de emergência ou quando executam ordens e diligências superiores. Desse modo, os polícias tendem não só a reproduzir no policiamento certas desigualdades sociais manifestas no espaço urbano como a intensificar a atividade penalizadora em alguns lugares e a reservar a atividade de manutenção de ordens quotidianas para outros – mesmo quando a relação com a criminalidade conhecida não é direta. (DURÃO, 2011, p. 137-138)

b) Violação das normas institucionais

O segundo conteúdo do assunto *cultura policial* é denominado de *violação das normas institucionais*. Tal conteúdo aparece, especialmente nos trabalhos de Muniz e Proença Junior (2007) e de Durão (2011), como o retrato da troca de favores entre policiais e comunidades atendidas e que pode resultar em atividades remuneradas em horários de folga, os chamados “bicos” e, até mesmo, o privilégio pelo policiamento em áreas específicas da cidade onde alguma vantagem pode ser obtida. De acordo com os citados autores,

“bico” é tolerado por governos e polícias e, em boa medida, tratado como uma política salarial informal e velada. O segundo emprego está tão disseminado que a definição de turnos e escalas de policiamento pode considerar os “bicos” dos policiais, já que “tirar algum por fora no bico” é visto como um meio decente de “honrar compromissos” sem “cair na bandidagem” (p.164) (...) O “bico” pode adquirir diversas formas eventuais ou regulares de reciprocidades que entrelaçam, direta ou indiretamente, as redes domésticas de conhecidos e colaboradores dos policiais com outras clientelas dentro e fora das polícias: um simples arranjo com algum dos gentis fornecedores de comida ou amenidades, um trabalho em alguma firma de vigilância privada, ou até o empreendimento de um policial que fornece vigilantes, policiais ou não, para grupos ou indivíduos. Isso sustenta diversas articulações entre policiais de distintas patentes e funções que correm em paralelo e que, com o tempo, atravessam e comprometem a estrutura formal de comando das polícias. (p. 164-165) (...) O policial que “faz bico na segurança” e o policial que está “envolvido numa milícia” situam-se numa ampla zona cinzenta cujos matizes são redutíveis ao aluguel do mandato policial, ao “negócio da proteção”. Ilegalidades e licenciosidades privilegiadas vinculam, dentro e ao lado das polícias, patrões e clientes que convertem, de forma deliberada ou não, o poder de polícia em mercadoria: a “clientela do lado”. (MUNIZ, PROENÇA JR., 2007, p. 166)

c) Militarização dos profissionais de polícia

O terceiro conteúdo do assunto *cultura policial* é a *militarização dos profissionais* de polícia trazidos por Adang (2010) e por Costa (2004). Os dois autores apontam que a concepção militarizada de polícia não dá conta de atender às necessidades de uma nova forma de policiar, que se deve dar em maior proximidade com a população em atendimento.

A ideologia do militarismo, ainda presente nas corporações policiais, precisa ser, de vez, (des)construída e desvalorizada como orientadora das práticas dos profissionais da segurança do cidadão. Essa ideologia não condiz com o perfil dos profissionais de segurança e não contribui para o fortalecimento da cidadania civil numa sociedade marcada pelo Estado de Direito. (COSTA, 2004, p. 117)

Adang (2010) segue propondo a necessidade de uma clara visão sobre os tipos de comportamentos esperados para os profissionais que atuam junto à Segurança Pública da população. Segundo ele,

Aplicar el perfil de actuación policial implica más que hacer que cada funcionario policial utilice correctamente el mismo uniforme. Además, definir un perfil de actuación puede ser visto como un ejemplo de liderazgo claro: al adoptar y promover un perfil de actuación los oficiales a cargo dan una clara indicación de cómo quieren ellos que sus policías se comporten. (ADANG, 2010, p. 479)

Novamente se questiona: desmilitarizar as polícias seria a melhor forma de mudar os problemas da Segurança Pública?

d) Concepção de Direitos Humanos e de uso da força

O último conteúdo do assunto *cultura policial* aborda a *concepção de Direitos Humanos e de uso da força* por policiais militares. Fuentes (2004) aponta que a democracia recente nos países da América Latina poderia contribuir para as políticas de participação popular que visassem o fortalecimento de redes de apoio e de garantia de Direitos Humanos. No entanto, poucos avanços nesse sentido foram percebidos, já que

en América Latina las condiciones políticas, sociales y económicas tienden a favorecer políticas anti delincuencia que implican aumentar las facultades de la policía, restringir derechos individuales e incrementar la capacidad de las instituciones del Estado para arrestar, procesar y mantener en prisión a las personas con mayor eficiencia. (FUENTES, 2004, p. 25)

É nesse sentido que Guimarães, Torres e Faria (2005) criticam a violência por parte das polícias e que Oliveira (2010) aponta a necessidade de que, em estados democráticos, a atividade da polícia seja controlada.

Do ponto de vista dos direitos humanos, existem várias críticas aos métodos violentos utilizados pela polícia, como baixa efetividade do sistema de justiça criminal no combate à criminalidade (estímulo a resoluções extralegais de agressões criminosas) e facilitação de conteúdos autoritários (reforço de atitudes de cinismo e descrença frente à competência de modelos democráticos de resolução de conflitos). (GUIMARAES, TORRES, FARIA, 2005, p. 264)

Lopes, Ribeiro e Tordoro (2016), ao pesquisarem a visão sobre Direitos Humanos entre policiais militares do Paraná, concluíram que não-oficiais, policiais de rua e policiais jovens rejeitam mais as concepções de Direitos Humanos que oficiais, policiais administrativos e policiais com mais tempo de serviço.

As concepções sobre Direitos Humanos podem auxiliar na compreensão do modo como a força é usada por policiais militares durante o atendimento a ocorrências e como essa força utilizada de forma equivocada pode resultar em violência policial. Ao estudar uma instituição militarizada de segurança pública

argentina, Garriga Zucal (2010) identificou que as variáveis gênero, tempo de serviço na instituição, graduação militar e estima social influenciam o uso da força.

Los policías sostienen al uso de la fuerza como respuesta a una acción de los ciudadanos o de los delincuentes. Sus usos de la fuerza son moralmente admisibles, y por ello nunca definidos como violentos cuando se conciben como respuesta a la violencia de sus interlocutores. (p. 79) (...) está bien usar la fuerza cuando es en legítima defensa, señalando que es inaceptable el uso de la misma cuando su integridad no corre peligro. (GARRIGA ZUCAL, 2010, p. 81)

Para Trindade e Porto (2011), o modo como o uso da força é realizado, “na maioria das situações do dia a dia, cabe ao policial decidir o quanto de força física ele vai utilizar, antes ou depois da imobilização, com ou sem testemunhas, em situação de risco ou não” (p. 349). Tanto os trabalhos de Garriga Zucal (2010), de Martinez e Mariel Sorribas (2014) e de Monsalve Briceno (2010) apontam que, na visão dos policiais, o uso da força aumenta à medida que a ameaça por parte dos cidadãos em conflito com a lei também aumenta.

Hallamos que para los policías existen básicamente tres tipos de ciudadanos: (a) “*Los choros*” ante quienes el uso de la fuerza se justifica porque poseen determinadas características (rasgos físicos, vestimenta, lenguaje) estables en el tiempo, que además son compartidas por otros ciudadanos categorizados también dentro del mismo grupo. Compartir dichas características implica automáticamente una pertenencia social, lo cual deviene factor explicativo en las atribuciones de los policías; (b) “*Los borrachos*” que son personas a las que se atribuye algún tipo de alteración por ingesta de alcohol o drogas, de menor estabilidad temporal que en el caso anterior. Los policías explican que se utiliza la fuerza para “*protegerlos*” a ellos mismos y a terceros de las posibles consecuencias de su estado y (c) “*La gente común*” quienes no representan ningún peligro y se les atribuye una identidad social positiva. Cuando éste tipo de ciudadano es objeto del uso de la fuerza por parte de la policía, las explicaciones refieren a estados transitorios de alteración como en el caso anterior, y su accionar no es visto en términos de agencia intencional. (MARTINEZ, MARIEL SORRIBAS, 2014, p. 436-437)

Porém, além do uso legal ou não da força, Oliveira (2010) ressalta duas situações que podem estimular o uso da violência por parte dos policiais. O primeiro, também apontado por Machado e Noronha (2002) e por Wikman (2013), é o incentivo popular e até de autoridades políticas para que, em algumas situações, a violência seja cometida por parte da polícia; outra situação é quando o profissional de polícia personaliza a agressão sofrida, ou seja, toma a situação de atendimento de forma pessoal, sem isenção, agredindo o outro como resposta à humilhação

sofrida. Oliveira (2010, p. 149) chama essas racionalizações como justificativa para as ações ilegais de “técnicas de neutralização”.

a arbitrariedade policial não é um aspecto isolado, mas é parte de um sistema que, abrangendo autoridades e cidadãos, coloca o combate da criminalidade acima da aplicação da lei e proteção da sociedade. Se, do ponto de vista oficial, a violência é um meio fácil de resolver os problemas da criminalidade, a população não demonstra recusar este meio. (...) Testemunhando uma violência que é a negação do Direito, estes segmentos apoiam os abusos policiais que não sejam dirigidos contra eles. (MACHADO, NORONHA, 2002, p. 218)

Se, de um lado, em alguns casos, os policiais podem agir de forma desproporcional, de outro, há casos em que algumas pessoas são incapazes de atender às ordens da polícia. “Pessoas embriagadas, drogadas, com transtornos emocionais ou psíquicos, frequentemente oferecem níveis significativos de resistência passiva e ativa, expondo a si mesmas e aos outros a riscos de vitimização”. (MUNIZ, SILVA, 2010, p. 465)

Para Freitas, Peres e Goedert Filho (2015, p. 61) “a insegurança gerada pela incerteza de que está agindo de maneira correta” é um dilema psicossocial próprio da atividade policial, já que, não poucas vezes, em seu trabalho seus valores pessoais podem ser alvo de questionamento. Os autores mostram que

[E]m algumas situações o policial tem dúvidas a respeito do próprio trabalho. O conflito da lei com a ética, com o moral e com o binômio justo/injusto acompanham as atuações, condições que desconstroem a ideia de desumanidade do policial e apontam para a necessidade da avaliação dos resultados de sua própria ação. (FREITAS, PERES, GOEDERT FILHO, 2015, p. 61)

2.2.2.2 Atendimento às ocorrências policiais militares

Dentro do bloco temático 2, chamado *atividades operacionais de policiais militares*, passamos a apresentar os artigos que tratam do segundo assunto que é *atendimento a ocorrências policiais militares*. Foram enfatizados três tipos de ocorrências: as de alto risco, as de grandes eventos e as cotidianas. As ocorrências de alto risco, abordadas no trabalho de Cirilo (2013), apontam o quanto a cena da ocorrência influencia o modo como as equipes devem atuar nesses casos, pois

há ocasiões em que o processo se passa num espaço confinado sem acesso favorável ao que se passa lá dentro. Noutros casos, o cenário se desenrola no interior de um ônibus ou no quintal de uma residência, oferecendo mais visibilidade pública. Em suma, o primeiro aspecto com o qual a equipe de resgate precisa se deparar é exatamente a questão do acesso à observação visível dos fatos em sequência, pois é a maior ou menor possibilidade de visualizar a situação que define como as ações serão conduzidas. (CIRILO, 2013, p. 5)

Adang (2010) aponta a realidade do policiamento em grandes eventos esportivos, especificamente a Eurocopa dos anos de 2000 e 2004, mostrando a necessidade de rever os padrões repressivos ante as multidões, buscando uma maior comunicação com e um maior conhecimento sobre o público presente nos eventos de grande porte.

É nos trabalhos operacionais cotidianos que a maioria dos artigos dessa categoria concentra a sua atenção. Durão (2011, p. 131) explica que o policiamento ocorre “em patrulhas regulares e é firmado como prática secularmente integrada nas cidades. É conduzido por agentes orientados para vigiar e agir sobre quem e o que se passa nos domínios dos espaços públicos”. O atendimento, segundo a autora, pode ocorrer por iniciativa da equipe policial ou por chamadas nas centrais da polícia.

Tanto Durão (2011) quanto Muniz e Silva (2010) indicam que a maior parte da atividade da polícia militar é ocupada com o atendimento de pequenas ocorrências, muitas vezes de caráter não-criminal e de baixa visibilidade para a população e para a mídia. Para os autores,

os pequenos fatos que constroem a ordem pública, apesar de gerarem os grandes problemas de insegurança, possuem baixa visibilidade social, fazendo parte das histórias legítimas de pessoas comuns, e não das histórias legitimadas pelos registros. Por tudo isso, são exatamente as pequenas ocorrências criminais de menor potencial ofensivo e não-criminais que ordenam o dia a dia da polícia ostensiva e desafiam a compreensão dos processos decisórios policiais. (MUNIZ, SILVA, 2010, p. 456)

Freitas, Peres e Goedert Filho (2015, p. 61) mostram que “a ação policial resulta no contato direto com a comunidade, individual ou coletivamente, proximidade que, por algumas vezes, relaciona-se ao atendimento de alguma ocorrência e, em outras oportunidades, ao gerenciamento desta”.

Entre as atividades corriqueiras, estão as de policiamento de trânsito como as operações “blitz”, conforme apontam Nascimento e Menandro (2016) e as

abordagens policiais²⁶, estudadas por Souza e Reis (2014). Essas últimas permitem que o arbítrio dos policiais seja utilizado para selecionar quem serão as pessoas alvo da abordagem. “Os policiais na linha de frente devem fazer cumprir todas as leis e em todas as circunstâncias, mas na prática cabe a eles decidirem onde e como agir” (LOPES, RIBEIRO, TORDORO, 2016, p. 324)

Para Souza e Reis (2014), algumas marcas culturais como o vestuário, o modo de andar e de se portar, a presença de tatuagens, o tipo de cabelo são fatores que podem construir a condição de suspeição de uma pessoa.

A constatação da existência dessas marcações culturais pode ser observada, por exemplo, nas atitudes dos policiais que trabalham no policiamento ostensivo, os quais são constantemente solicitados a avaliar a condição de suspeição e eventual periculosidade de grupos e indivíduos. Dessa avaliação, depende sua decisão de realizar ou não medidas de contenção, de busca ou de revista pessoal. (...) A arbitrária adjetivação negativa de certos usos sociais, tais como tatuagens, modo de se vestir, tipo de corte e coloração de cabelos, para incutir a condição de suspeito, constitui um fenômeno recorrente nas polícias do Brasil. (SOUZA, REIS, 2014, p. 130-131)

Segundo Cerqueira-Santos et. al. (2006), as crianças de rua são alvos de atuação da polícia, e a visão delas sobre os policiais oscila entre diferentes posições.

Há muitos que indicam o policial como amigo, como tio e como pessoas com quem sabem que podem contar nas horas de necessidade e de busca de companhia. No entanto, há também o relato comum de palavras e atitudes carregados de preconceito, incluindo, muitas vezes, ações policiais que levam à limitação de espaço e imposição de fronteiras às crianças. (CERQUEIRA-SANTOS, et al, 2006, p. 249)

2.2.2.3 Educação para a profissionalização da atividade policial

Passamos ao último assunto referente às *atividades operacionais de policiais militares* que é a *educação para a profissionalização da atividade policial*. Este assunto não será subdividido em conteúdos. Adang (2010), Costa (2004), Cirilo

²⁶ A abordagem policial, também conhecida popularmente como “revista”, é definida juridicamente como “busca pessoal” e está prevista no Código de Processo Penal, em seu artigo 144: “A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar”.

(2013), Freitas, Peres e Goedert Filho (2015), Guimarães, Torres e Faria (2005), Martinez e Mariel Sorribas (2014), Muniz e Proença Junior (2007), Oliveira (2010), Porto (2004) e Trindade e Porto (2011), ao analisarem as atividades operacionais desenvolvidas por policiais militares, citam a necessidade de lançar um olhar sobre os processos educacionais de policiais militares.

De um lado, Muniz e Proença Junior (2007) criticam o empirismo dos processos educacionais de policiais militares; de outro, Adang (2010) enfatiza a necessidade de que os temas cotidianos do trabalho policial sejam alvo da construção dos currículos dos cursos para educação de profissionais.

O próprio conteúdo técnico do fazer policial está muito mais em aberto no Brasil do que se poderia imaginar. Está entregue ao “empiricismo” da “prática pela prática na prática” de trajetos policiais específicos de grupos ou indivíduos. O que se consente que as polícias façam ou devam fazer é algo que beira o mistério para todos. Quando se tem “cada cabeça, uma sentença”, a interação entre governantes, policiais e cidadãos se dá num ambiente de mútuo desconhecimento, de mútua suspeita. (MUNIZ, PROENCA JR., 2007, p. 162)

Trindade e Porto (2011) ressaltam a dificuldade em se atrelar a teoria e a prática na formação e na atuação de profissionais de polícia.

A escassez de normas de conduta e a sua omissão com relação às técnicas e procedimentos tornam o treinamento pouco útil para controlar a atividade policial. Afinal de contas, só é possível treinar alguém se sabemos previamente como esperarmos que ele proceda. Do contrário, o treinamento policial específico fica restrito às aulas de tiro, ordem unida, treinamento físico e legislação penal, como na maioria das polícias militares brasileiras. Nesses casos, pouca ênfase é dada às situações de contato entre policiais e cidadãos. Sem o estabelecimento de normas claras de conduta, não é possível adequar as técnicas de ação e o treinamento aos princípios previstos no código de deontologia. O treinamento policial é mais do que a simples transmissão de habilidades específicas. Nele também são transmitidos os valores e princípios contidos no código de deontologia. Esta ausência de normas de conduta tem sido objeto de preocupação de policiais e especialistas. Visando preencher esta lacuna, nos últimos anos algumas polícias brasileiras vêm tentando elaborar normas de conduta para determinadas situações do policiamento cotidiano. Entretanto, o processo ainda é bastante incipiente, sem uma clara articulação entre estas normas e os códigos de deontologia. (TRINDADE, PORTO, 2011, p. 378)

Para Costa (2004), é necessário que a profissionalização desses profissionais ocorra em parceria com as universidades e, para Porto (2004) as disciplinas de cunho humanístico devem ser enfatizadas nos currículos.

Afirma-se que o despreparo, a falta de uma maior concentração curricular em disciplinas das áreas sociais e de humanidades e a ênfase que certos conteúdos curriculares atribuem à força como requerimento para o trabalho do policial são componentes da atuação violenta do policial. (PORTO, 2004, p. 139)

Guimarães, Torres e Faria (2005) e Martinez e Mariel Sorribas (2014) destacam, respectivamente, a importância de que a formação de policiais militares leve em conta os valores democráticos e a cultura dos Direitos Humanos. Oliveira (2010) entende que atividades educacionais para profissionais policiais militares podem garantir um melhor atendimento à população.

A seguir, é apresentado um quadro com os 23 artigos sistematizados no bloco temático *atividades operacionais de policiais militares*:

QUADRO 5- LISTA DOS 23 ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO ATIVIDADES OPERACIONAIS DE POLICIAIS MILITARES

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO
01	2016	Bebida Alcoólica e Direção Automotiva: Relatos de Policiais Militares Sobre a “Lei Seca”	NASCIMENTO, A. S. ; MENANDRO, P. R. M.	Psicol. cienc. prof.
02	2016	Direitos Humanos e Cultura Policial na Polícia Militar do Estado do Paraná	LOPES, C. S.; RIBEIRO, E. A.; TORDORO, M. A.	Sociologias
03	2015	Dimensões da prática cotidiana e (des)humanização do policial militar	FREITAS, M. F, Q.; PERES, M. R. S.; GOEDERT FILHO, V.	Psicol. educ.
04	2014	A discricionariade policial e os estereótipos suspeitos	SOUZA, J. L. C.; REIS, J. F. G.	Rev. NUFEN.
05	2014	Atribuciones sobre el uso de la fuerza policial desde la perspectiva del agente.	MARTINEZ, J.; MARIEL SORRIBAS, P.	Psicol. Soc.
06	2013	La construcción de una verdad jurídica sobre un "otro" peligroso en un caso de violencia policial del Conurbano	WIKMAN, M. Ø.	Cuad. antropol. Soc.
07	2013	Resgate policial de reféns: uma forma de espetacularização da vida.	CIRILO, B. S. S.	Rev. Epos.
08	2011	Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá	TRINDADE, A; PORTO, M. S. G.	Sociologias
09	2011	Corrupción en la policía de tránsito: Una primera aproximación a través de entrevistas con taxistas colombianos.	FINK, H.; BOEHM, F.	Relaciones (Zamora)
10	2011	Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira	SILVA, L. A. M.	Etnográfica
11	2011	Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes.	DURAO, S.	Etnográfica

12	2010	Control social y castigo: percepción del castigo en funcionarios policiales venezolanos.	MONSALVE BRICENO, Y.	Cad. CRH.
13	2010	Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa.	MUNIZ, J. O.; SILVA, W. F.	Cad. CRH.
14	2010	Mantenimiento del orden público: teoría, práctica y educación del policiamiento de los campeonatos europeos de fútbol de 2000 y 2004	ADANG, O. M.J.	Cad. CRH.
15	2010	Os policiais podem ser controlados?	OLIVEIRA, A.	Sociologias
16	2010	"Se lo merecen": Definiciones morales del uso de la fuerza física entre los miembros de la policía bonaerense	GARRIGA ZUCAL, J.	Cuad. antropol. Soc.
17	2007	Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são	MUNIZ, J. O.; PROENÇA JR., D.	Estud. Av.
18	2006	Concepções de policiais sobre crianças em situação de rua: um estudo sobre preconceito.	CERQUEIRA-SANTOS, E. et al .	Psico-USF (Impr.)
19	2005	Democracia e violência policial: o caso da polícia militar	GUIMARAES, J. G.; TORRES, A. R. R.; FARIA, M. R. G. V.	Psicol. estud.
20	2004	La inevitable "mano dura": sociedad civil y violencia policial en Argentina y Chile.	FUENTES S., C.	Rev. cienc. polít. (Santiago)
21	2004	Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso	COSTA, N. R.	São Paulo Perspec.
22	2004	Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal	PORTO, M. S. G.	São Paulo Perspec.
23	2002	A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas.	MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V.	Sociologias

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.2.3 Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar

O bloco temático *Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar* é contemplado por 19 artigos científicos dos 117 selecionados, correspondendo a 16% do total. Dos 19 artigos, seis trabalhos, os de Gomes e Afonso (2016), de De la Iglesia e Rojas Breu (2014), de Oliveira e Santos (2010), de Silva e Vieira (2008), de Spode e Merlo (2006) e de Brito e Goulart (2005) estão numa perspectiva qualitativa, enquanto os 13 trabalhos restantes apoiam-se em perspectiva quantitativas.

Ao todo, nove artigos avaliam a realidade de polícias estrangeiras: Gomes e Afonso (2016), De la Iglesia e Rojas Breu (2014), Afonso e Gomes (2009), Esteves e Gomes (2013), Figueiredo-Ferraz et. al (2014), Gonçalo et. al. (2010), Sanchez-Nieto (2012), Rodriguez- Esbobar et. al. (2013) e Vallejo (2011). Os artigos que avaliam a saúde do (a) trabalhador (a) policial militar brasileiro são os de Lipp, Costa e Nunes (2017), que abordam o estresse, a qualidade de vida e os estressores

ocupacionais em policiais militares mato-grossenses; de Almeida et. al. (2016), que analisam a satisfação no trabalho de policiais militares gaúchos; de Oliveira e Santos (2010), que analisam a realidade paulista, de Silva e Vieira (2008), que investigam policiais da cidade de João Pessoa; de Dantas, et. al. (2010), com policiais militares mineiros; e de Oliveira e Bardagi (2009) e Spode e Merlo (2006), com policiais militares gaúchos. Os artigos de Reis e Faiad (2014), Souza et. al. (2015) e Brito e Goulart (2005) não apontam especificamente qual corporação foi objeto do seu estudo.

Os artigos foram reunidos pelos seguintes assuntos: construção ou validação de escalas, estresse e burnout, e, ainda, percepções e prognósticos, como indicado na tabela abaixo:

QUADRO 6- ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO *SAÚDE DO (A) TRABALHADOR (A) POLICIAL MILITAR*, COMPOSTO POR 19 ARTIGOS

ASSUNTOS	Quantidade de artigos
a. Construção ou validação de escalas	2
b. Estresse e burnout	10
c. Percepções e Prognósticos	7
TOTAL	19

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Na construção ou validação de escalas, Figuero-Ferraz et. al (2014) buscam validar o “Spanish Burnout Inventory” para realidade de polícias portuguesas e Reis e Faiad (2014) constroem um instrumento denominado “Escala de instabilidade emocional para a Segurança Pública”.

Em relação ao estresse e burnout, as realidades investigadas são da Polícia Militar mato-grossense com Lipp, Costa e Nunes (2017), a da Guarda Militar Republicana Portuguesa com Gomes e Afonso (2016) e Afonso e Gomes (2009), Esteves e Gomes (2013) e Gonçalo et. al. (2010); da Polícia Preventiva da Cidade do México com Sanchez-Nieto (2012); Souza et. al. (2015) com cadetes policiais militares e bombeiros militares de uma academia brasileira. Vallejo (2011) analisa quantitativamente as mudanças provocadas por psicoterapias grupais para policiais colombianos acometidos de transtorno do estresse pós-traumático. Dantas et. al. (2010) avalia o estresse em policiais mineiros e Oliveira e Bardagi (2009) investigam o quanto o estresse pode comprometer a carreira de policiais militares, especificamente os gaúchos.

Por fim, “percepções e prognósticos” traz os artigos de Almeida et. al. (2016), que analisam a satisfação no trabalho de policiais militares gaúchos, de De

la Iglesia e Rojas Breu (2014), que teorizam sobre o esgotamento laboral em policiais militares; Oliveira e Santos (2010) que, avaliam a percepção de saúde mental por policiais militares de São Paulo; o de Rodriguez-Esobar et. al. (2013), que investigam a ideação suicida em polícias de Pereira na Colômbia; e de Silva e Vieira (2008), que analisam, qualitativamente, entre policiais militares de João Pessoa, a relação entre organização do trabalho policial militar e a saúde mental. Spode e Merlo (2006) realizam uma pesquisa junto a capitães de uma polícia militar brasileira para relacionar o trabalho realizado por eles à sua condição de saúde mental; e Brito e Goulart (2005), que avaliam qualitativamente, de modo documental, os resultados da avaliação psicológica para ingresso na corporação policial militar brasileira e os comportamentos apresentados por policiais contraindicados e selecionados para trabalhar na polícia.

São apresentados na sequência os 19 artigos selecionados no bloco temático *Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar*.

QUADRO 7- LISTA DOS 19 ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO SAÚDE DO (A) TRABALHADOR (A) POLICIAL MILITAR

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO
01	2017	Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes	LIPP, M. E. N.; COSTA, K. R. S. N.; NUNES, V. de O.	Revista Psicol. Organizações e Trabalho
02	2016	Occupational Stress and Coping among Portuguese Military Police Officer	GOMES, A. R.; AFONSO, J. MP	Avances en Psicología Latinoamericana
03	2016	Satisfação no Trabalho dos Policiais Militares do Rio Grande do Sul: um Estudo Quantitativo	ALMEIDA, D. M. et al.	Psicol. cienc. prof
04	2015	Bem-Estar Subjetivo e Burnout em Cadetes Militares: O Papel Mediador da Autoeficácia	SOUZA, L. A. S. et al .	Psicol. Reflex. Crit.
05	2014	Escala de instabilidade emocional para a segurança pública.	REIS, M. S.; FAIAD, C.	Psico-USF.
06	2014	Hostigamiento laboral: introducción de una cuarta dirección en una institución de ley	DE LA IGLESIA, M.; ROJAS BREU, G.	Anu. investig
07	2014	Validação Fatorial do "Spanish Burnout Inventory" em Policiais Portugueses	FIGUEIREDO-FERRAZ, H. et al.	Psicol. Reflex. Crit.
08	2013	Ideación suicida y factores asociados en un grupo de policías de Pereira-Colombia	RODRIGUEZ ESCOBAR, A. et al .	Ágora U.S.B.
09	2013	Stress ocupacional e avaliação cognitiva: um estudo com forças de segurança	ESTEVES, A.; GOMES, A. R.	Saúde soc.
10	2012	Frecuencia del burnout en policías de la Ciudad de México	SANCHEZ-NIETO, J. M.	Liberabit.
11	2011	Cambios Sintomáticos en Policías con Estrés Postraumático y Psicoterapia de Grupo	VALLEJO, Á. R.	Ter Psicol,

12	2010	Avaliação de estresse em policiais militares	DANTAS, M. A. et al .	Psicol. teor. prat.
13	2010	Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua	OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, L. M.	Sociologias
14	2010	Stresse ocupacional em forças de segurança: Um estudo comparativo.	GONCALO, H. et al .	Aná. Psicológica.
15	2009	Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares	OLIVEIRA, P. L. M.; BARDAGI, M. P.	Bol. Psicol.
16	2009	Stress ocupacional em profissionais de segurança pública: um estudo com militares da Guarda Nacional Republicana	AFONSO, J. M. P.; GOMES, A. R.	Psicol. Reflex. Crit.
17	2008	O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental	SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B.	Saúde soc.
18	2006	Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar	SPODE, C. B.; MERLO, Á. R. C	Psicol. Reflex. Crit.
19	2005	Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar.	BRITO, D. P.; GOULART, I. B.	Psico-USF (Impr.)

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Os artigos presentes neste bloco temático apontaram situações do cotidiano do trabalho do policial militar, as quais podem contribuir para o agravamento da vulnerabilidade desses profissionais no desencadeamento de dificuldades de saúde mental. Figueiredo-Ferraz et. al. (2014, p. 291-292) explicam que “o desempenho das atividades ligadas ao policiamento pode provocar, para além do estresse e *burnout*, doenças físicas, depressão, agressividade e até o suicídio”. Algumas características da função policial militar são importantes para a configuração desse quadro: alerta constante, mesmo estando fora do horário de trabalho (DANTAS et. al., 2010; OLIVEIRA, SANTOS, 2010, p. 226), lidar com constantes situações de risco e tensão (OLIVEIRA, BARDAGI, 2009; SOUZA et. al., 2015; SPODE, MERLO, 2006) e a pressão para a rápida tomada de decisões em atividades de rua (SPODE, MERLO, 2006).

(...) a atividade da polícia militar é considerada como “desumana” por parte dos próprios profissionais. Eles chegam a admitir que, para exercê-la, é preciso ser um “*robocop*”, ou seja, uma máquina cujas capacidades humanas devem ser subtraídas. Nesse sentido, é importante considerar algumas determinações que podem estar na origem dessa concepção, sendo que a principal delas é a própria formação dos policiais. (SILVA, VIEIRA, 2008, p. 165)

Além dos riscos e dificuldades próprias da atividade desempenhada, outros fatores contribuem para o agravamento da saúde mental de policiais militares, como

a precarização do trabalho (SILVA, VIEIRA, 2008, p. 166) percebida em “armas obsoletas, as viaturas insuficientes e em más condições de uso, (...) além dos baixos salários”. Os baixos salários dão causa a outro fator que pode ampliar ainda mais o desgaste físico e emocional, conforme apontam Oliveira e Santos (2010) e Silva e Vieira (2008), que é complementação da renda com trabalhos além dos oferecidos pela corporação.

Mas o estresse próprio da atividade policial começa muito antes da prática de trabalho com o atendimento de ocorrências, uma vez que Souza et. al. (2015) indicam que a realidade das academias de formação de policiais militares pode ser uma fonte de desgaste.

quanto mais tempo os participantes da pesquisa passam na corporação, maior é o nível de *burnout* apresentado, e que esta relação é mediada pela autoeficácia. Este resultado salienta a importância de termos em conta as condições laborais pois, além do desgaste físico e emocional da função, a corporação em si mesma é considerada como mais uma fonte geradora de transtornos relacionados ao estresse com a qual o cadete militar tem que lidar, podendo ser apontada como significativa obstrução à sua saúde. Neste sentido, as corporações devem estar preparadas para fornecer um ambiente adequado ao ensino e a prática profissional do cadete, como também devem adequar seu regime de regras e princípios militares à realidade deles, criando condições educacionais e laborais adequadas, que ajudem a promover a sua saúde geral e o bem-estar dos cadetes. (SOUZA et. al., 2015, p. 750)

2.2.4 Aspectos socioculturais e a realidade policial militar

O bloco temático *Aspectos socioculturais e a realidade policial militar* contém oito artigos dos 117 inicialmente selecionados, correspondendo a 6% do total. Os oito artigos que compõem este bloco temático abordam quatro assuntos: as relações “familiares” nas corporações policiais militares, os impactos do uso da farda, os aspectos raciais e os aspectos religiosos, conforme apresentado no quadro a seguir.

QUADRO 8- ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E A REALIDADE POLICIAL MILITAR, PRESENTES NOS OITO ARTIGOS SELECIONADOS

BLOCO TEMÁTICO IV- ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E A REALIDADE POLICIAL MILITAR	
1-	Relações “familiares” nas corporações policiais militares
2-	Impactos do uso da farda
3-	Aspectos raciais
4-	Aspectos religiosos

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.2.4.1 Relações familiares nas corporações policiais militares

Os artigos de Derenusson e Jablonski (2010), Pivaro Stadniky (2006), Sirimarco (2013, a) e Tena (2013) contemplam o assunto das relações familiares nas corporações policiais militares. As concepções de família apresentadas pelos trabalhos apresentam conotações distintas. De um lado, Derenusson e Jablonski (2010), Pivaro Stadniky (2006) e Tena (2013) tratam da lógica familiar relacionada ao grupo de pessoas ligadas por vínculos pessoais e/ou biológicos, podendo essa relação dar, ou não, origem a filhos (as); de outro, Sirimarco (2013,a) analisa o conceito de família policial enquanto construção sociocultural própria dos membros das instituições policiais que se conectam institucionalmente.

Abordaremos, primeiramente, os artigos que entendem a família numa lógica mais comum. Os três artigos aqui categorizados apresentam o traço em comum de ter as mulheres como alvo central das pesquisas: seja enquanto concepção do trabalho exercido por seus cônjuges (DERENUSSON E JABLONSKI, 2010), enquanto esposa que é afetada pelas relações de trabalho do marido (PIVARO STADNIKY, 2006) ou, ainda, enquanto mulher trabalhadora da segurança pública e que tem sua lógica familiar afetada pelo trabalho desempenhado na corporação policial (TENA, 2013).

Derenusson e Jablonski (2010) estudam as percepções de esposas e companheiras de policiais militares cariocas sobre o impacto do trabalho de seus cônjuges nas relações familiares. O risco do trabalho e o salário foram os principais impactos apontados por elas, sendo que o risco é abordado como um fator que impacta não só a preocupação da família quando o policial se encontra de serviço, mas também pelos riscos que o profissional continua correndo durante seus horários de folga, risco esse que se estende a toda família do mesmo. Os autores percebem que

permanece elevada, ao longo da carreira, a preocupação das companheiras em relação à segurança deste trabalhador, o que indica que a família do policial não “se acostuma” com o risco que este profissional corre em sua profissão, mesmo passados muitos anos de serviço. Em relação ao horário de trabalho, percebemos uma queda brusca da satisfação das companheiras de policiais entre a graduação de soldado e as demais, o que demonstra dificuldades cada vez maiores da família em se adaptar à rotina de trabalho do policial. (DERENUSSON, JABLONSKI, 2010, p. 30)

Essa realidade não é exclusiva da polícia carioca. Pivaro Stadniky (2006) estudou o movimento por melhoria de salários e de condições de trabalho de policiais militares do estado do Paraná, ocorrida no ano de 2001, que teve as esposas dos profissionais como protagonistas das lutas num movimento denominado “mulheres sem mordaca” que

ganhou visibilidade no espaço público nacional a partir do momento que assumiu a tarefa de ser porta-voz e defender a bandeira de reajuste salarial dos maridos engajados na corporação policial e proibidos pelo regulamento de manifestar-se através de movimentos grevistas. As mulheres, representantes de várias regiões do Paraná, se organizaram em acampamentos em frente dos principais quartéis da Polícia Militar do Estado, revelaram práticas políticas até então inéditas, que podem ser questionadas e tomadas como inovadoras formas de manifestação de cidadania ou novos atributos políticos do feminino. (PIVARO STADNIKY, 2006, p. 114)

Tena (2013) analisa a realidade de mulheres policiais militares mexicanas e de como o trabalho desenvolvido por elas na corporação impacta suas realidades familiares e chega a pelo menos três conclusões:

Competition of men with their police wives when faced with the fact that these women had advanced in terms of income and rank (...)Incompatibility of time demands from the partner with the labor time of policewomen (...)Awareness of gender inequality at an evident unequal distribution of domestic work. (TENA, 2013, p. 87)

Sirimarco (2013, a) aborda a categoria conceitual “família policial” ao estudar as relações entre militares da Escuela de Suboficiales y Agentes da Polícia Federal Argentina.

A *família* que se nomeia aqui é a que compartilha um destino comum — a inevitável missão de manter a ordem pública — e, ao fazê-lo, define posições: aqueles que pertencem a ela e aqueles que lhe são alheios. A “família policial”, afastada de seu sentido “literal” de parentesco, concebe uma maneira contundente de se referir à instituição inteira. (SIRIMARCO, 2013, a, p. 562)

Para Sirimarco (2013, a), a “família policial” permite a construção de uma identidade coletiva entre os policiais que, com narrativas constantes e repetitivas, marcam a diferença entre os que estão dentro e os que estão fora da corporação.

Levando em conta que os espaços de ingresso à instituição podem se revestir como âmbitos de separação (entre a vida civil que se deve abandonar e a vida policial que se deve construir), pode-se sugerir então que a incorporação à agência policial roce sentidos de procriação social, na medida em que os indivíduos (civis) que nela ingressam são acolhidos em um novo sistema de legitimação e configuração social, isto é, na medida em que “nascem” na “família policial”: (SIRIMARCO, 2013, a, p. 565-566)

Os recém-ingressos passam a ser aos poucos acolhidos por essa “família” e separados das vivências anteriores à medida em que vão deixando de lado os traços da vida civil e incorporando as lógicas corporativas, que mudam as concepções do “relacionamento do profissional para o privado, fazendo com que as relações próprias da instituição policial pareçam obrigadas por lealdades e aproximações, antes que por estruturações hierárquicas ou regulamentárias”. (SIRIMARCO, 2013, a, p. 569)

2.2.4.2 Impactos do uso da farda

É nessa mesma lógica que Sirimarco (2013, b) analisa o uso da farda como parte do processo simbólico de incorporação no corpo dos relatos e vivências institucionais que identificam o militar com o grupo ao qual pertence.

A farda é, ao menos à primeira vista, a marca distintiva de um policial. Aquela que o aponta como tal. Imagem da força policial, seu uso desencadeia múltiplos significados. (...) Farda e instituição são – ou pretende-se que sejam – uma coisa só. (...) Como uma segunda pele, ou melhor, uma extensão da própria pele, a vestimenta cobre e descobre, ao mesmo tempo, o corpo; dá indícios daquilo que se é. Como a farda vai unida ao indivíduo, indivíduo e farda constituem um todo. (SIRIMARCO, 2013, b, p. 35)

A autora aponta que a farda investe quem a usa de certos poderes que permitem ou impedem determinados comportamentos:

A farda compele o policial a uma nova aprendizagem: como mover-se usando botas, camisa, quepe e acessórios. E, ainda mais, o compele a mover-se, no contexto da instituição e da sociedade, *conforme* o trajar dessa farda. Para ambas as óticas, policial e civil, a farda se transforma em um tipo de investidura: é seu simples uso o que habilita ou desautoriza práticas e comportamentos, de tal modo que, nesse jogo entre pessoa e farda, já não é tão fácil distinguir quem deve ser merecedor de quem. (SIRIMARCO, 2013, b, p. 35)

No entanto, nem sempre essa é a conotação do uso da farda. Se de um lado é motivo de orgulho, de outro é motivo de ocultamento, pois, conforme apontou Sirimarco (2013, b), seu uso pode ser um fator de risco ante ao cenário de criminalidade e de desconfiança reinante nas cidades.

Para muitos policiais, vestir a farda torna-se não um orgulho a proclamar, mas um estigma a ocultar. *“No seu bairro, você não pode ser policial”*, comentou um oficial da PPBA. E relatava como saía de sua casa sem usar a farda. *“Os vizinhos não sabem que sou policial, por uma questão de não me delatar”*, acrescentou. Atitudes semelhantes e subterfúgios se repetiram em quase a totalidade dos oficiais que estavam fazendo o curso nesse estabelecimento. *“Eu ando sem pistola, tento andar o menos possível fardado. Não me sinto apoiado nem pelas pessoas nem pela instituição, por ser policial 24 horas, por sair para ser morto”*, concluiu outro oficial. (SIRIMARCO, 2013, b, p. 40)

2.2.4.3 Aspectos raciais

Os artigos de Ramalho Neto (2012) e Sansone (2002) abordam a realidade de policiais negros no interior das corporações, sendo que o primeiro analisa a realidade da Polícia Militar da Bahia e o segundo, o da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Os dois autores apontam que o ingresso em corporações militares e no funcionalismo público são oportunidades para a mobilidade social da população, em específico da população negra. E indicam que o marcador raça para os policiais militares não é percebido como fator de exclusão ou discriminação nas corporações estudadas.

O funcionalismo público, a polícia e o Exército foram uma via importantíssima de mobilidade social para os brasileiros negros, especialmente a partir da ditadura populista de Getúlio Vargas, na década de 1930, a qual, depois de um período de imigração maciça de europeus, criou quotas no serviço público e nas empresas estatais para a população brasileira nata, predominantemente preta e parda (...) Hoje, como no passado, os negros têm uma enorme representação na força policial e no “público policial”, uma vez que a maciça maioria das pessoas detidas e presas pela PM são “pobres indignos” – pequenos delinquentes, prostitutas, “aviões” dos escalões inferiores das quadrilhas de traficantes, meninos de rua, sem-teto, bêbados, etc. Pelo menos no Brasil a maioria dos confrontos entre “polícia e ladrão”, portanto, compõe-se de fenômenos que, pelo menos na mídia, opõem homens pretos a outros homens pretos – a televisão e a imprensa oferecem diariamente uma profusão dessas imagens. (SANSONE, 2002, p. 520)

2.2.4.4 Aspectos religiosos

Albernaz (2010) analisa a realidade de policiais militares cariocas evangélicos e de como relacionam sua fé com as missões próprias de suas atividades corporativas. “A religião apareceu como um tipo de instrumento poderoso de negociação das realidades conflitivas e frustrações da experiência policial militar, atribuindo sentido às inconsistências vivenciadas pelos sujeitos e oferecendo conforto ou mesmo suporte emocional”. (ALBERNAZ, 2010, p. 530)

A seguir é apresentado o quadro com os 8 artigos selecionados no bloco temático *aspectos socioculturais e a realidade policial militar*, que enfocou os assuntos da família policial, dos impactos do uso da farda, os aspectos raciais e os aspectos religiosos.

QUADRO 9- LISTA DOS OITO ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO *ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E A REALIDADE POLICIAL MILITAR*

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO
01	2013	A "família policial": vinculações e implicações entre relato e instituição	SIRIMARCO, M.	Mana
02	2013	A vida com farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa	SIRIMARCO, M.	Rev. bras. Ci. Soc.
03	2013	Strategies to reconcile domestic and paid work duties in mexican police women: a stepping stone to gender equality?	TENA, O.	Act.Colom.Psicol
04	2012	Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia	RAMALHO NETO, J. P.	Afro-Ásia
05	2010	Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas	ALBERNAZ, E. R.	Cad. CRH
06	2010	Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial	DERENUSSON, F. C.; JABLONSKI, B.	Aletheia
07	2006	Mulheres sem mordaza X tropa de choque: estratégias de lutas políticas no contexto das greves policiais no estado do Paraná.	PIVARO STADNIKY, H.	Prohistoria
08	2002	Fugindo para a força: cultura corporativista e "cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.	SANSONE, L.	Estud. afro-asiát.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.2.5 Concepções sobre o trabalho policial militar

O bloco temático *Concepções sobre o trabalho policial militar* contém cinco artigos dos 117 inicialmente selecionados, correspondendo a 4% do total, com artigos que abordam a visão da mídia (PAIS, et.al., 2015; PORTO, 2009) e

diferentes estratos da população (RAMOS, NOVO, 2002; SILVA, BEATO, 2013; TORRES, et. al., 2007) a respeito de diferentes nuances do trabalho desenvolvido por policiais militares no atendimento à comunidade.

Apesar de terem em comum a apresentação de concepções sobre o trabalho policial militar, os artigos apresentam locais e contextos distintos. Ramos e Novo (2002) mostram as representações sociais de pessoas de classe média e popular da Grande Vitória a respeito da função da polícia de um modo amplo com entrevistas semidirigidas. Torres et. al. (2007) enfocam especificamente a concepção de estudantes de ensino médio de uma região periférica de Goiânia sobre a violência policial com um questionário. Porto (2009) apresenta a influência da mídia para a representação social popular a respeito da Segurança Pública. Pais et.al (2015) analisam os discursos veiculados pela mídia portuguesa sobre a atuação da polícia no contexto dos grandes eventos políticos de 2012 naquele país. Silva e Beato (2013) analisam o grau de confiança de cidadãos do estado de Minas Gerais em relação ao trabalho desenvolvido pelas polícias.

Em face à diversidade de público estudado pelos artigos, optou-se por agrupar as concepções dos diferentes atores investigados nas pesquisas em 5 assuntos: enfoque da mídia, o crédito/descrédito na atividade policial, o medo da polícia, aceitação popular da ilegalidade e o despreparo policial, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 10 - ASSUNTOS DO BLOCO TEMÁTICO *CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO POLICIAL MILITAR*, PRESENTES NOS CINCO ARTIGOS

1- Enfoque da mídia
2- Crédito/descrédito na atividade policial
3- O medo da polícia
4- Aceitação popular da ilegalidade
5- Despreparo policial

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

O assunto *enfoque da mídia* é temática apresentada nos artigos de Pais et. al (2015), Porto (2009) e Silva e Beato (2013). Porto (2009) destaca que a abordagem massiva da mídia nos crimes violentos, acaba por causar uma percepção equivocada da população e aumentar a sensação de medo. “O crime seria reproduzido nos meios de comunicação como espetáculo para o público”. (SILVA, BEATO, 2013, p.131). Para Pais et. al. (2015), a maneira como a mídia divulga as ações policiais influencia na formação da opinião do público sobre a atuação desses profissionais.

Os fenômenos da violência, ao serem enfocados pelos meios de comunicação de massa, invadem cotidianamente nossos sentidos com espetáculos que parecem querer sinalizar a barbárie, colocando-nos às vésperas de uma guerra civil (PORTO, 2009, p. 218).

O enfoque dado pela mídia sobre os crimes e sobre a atuação da polícia impacta diretamente na concepção de crédito/des crédito na atividade policial que é o objeto de nosso segundo assunto. Ramos e Novo (2002) destacam que as camadas média e popular, alvos de sua pesquisa, são descrentes com relação aos órgãos responsáveis pela manutenção da ordem e da justiça. Para Silva e Beato (2013), tal desconfiança nas instituições policiais é comum nos países latino-americanos. Porto (2009) entende que a impunidade dos criminosos contribui para que o descrédito no trabalho dos órgãos policiais seja uma constante para a população. A seletividade na atuação dos órgãos policiais, apontada por Porto (2009) e por Silva e Beato (2013), também é um fator que acentua o descrédito popular no trabalho desenvolvido.

...por um lado, a polícia, favorecida por características organizacionais e históricas, atua de forma seletiva ao praticar coerção, mas, por outro, está entre as instituições estatais mais presentes, atuando de forma assistencialista em áreas carentes. De alguma maneira, estas características influenciam o seu nível de confiança, seja negativamente, quando ela não consegue manter a ordem ou usa da violência na tentativa de fazê-lo, seja positivamente, quando a polícia assiste à população com procedimentos justos ou é tida como eficiente. (SILVA, BEATO, 2013, p. 126)

O descrédito na atuação policial é acompanhado pelo medo da polícia. O assunto medo da polícia é focado nos artigos sob dois vieses: o medo de ser agredido pela polícia e a insegurança em relação à honestidade da atuação dos policiais colocando-os em posição similar à dos bandidos. O medo que a população sente da polícia

tem lugar nesse cenário em que não se sabe mais quem é o bandido e quem não é; as ações da polícia acabam por demonstrar que muitas vezes a própria polícia comete atos criminosos e pratica a violência, ao invés de combatê-la. (RAMOS, NOVO, 2002, p.33)

identificar como criminosa a atuação do policial, em nada distinta daquela do bandido, considerando, especificamente, aquilo que, a rigor, investe o policial de seu poder legal de promotor da ordem, a saber, a utilização das armas. Por outro lado, é fato que essa forma “bandida” de o policial cumprir sua função tende a ser percebida como inevitável para boa parcela da população. (PORTO, 2009, p. 223)

É justamente a suposta inevitabilidade da “atuação bandida”, conforme Porto (2009, p. 223), que nos leva a analisar o assunto aceitação popular da ilegalidade. Os adolescentes pesquisados por Torres et. al. (2007, p. 236) entendem que “desde que a violência policial seja dirigida aos marginais, ela é vista como algo necessário que trará segurança para a comunidade”. E nesses casos tolera-se “um tipo de ação policial ilegal que coloca em risco a organização democrática do Estado brasileiro” (p. 236). No entanto, se, de um lado,

os policiais são continuamente apontados como fonte de condutas violentas, transgressoras e violentadoras dos direitos humanos, de outro são, seguidas vezes, demandados e cobrados para agir com mais eficiência, inclusive com utilização de violência. (PORTO, 2009, p. 224)

Para Porto (2009), há um círculo vicioso no qual a insegurança e o medo fazem com que haja a necessidade do aumento da segurança, abrindo a possibilidade para mais uma forma de aceitação da ilegalidade por parte da própria população. São os casos dos linchamentos e da formação de grupos de justiceiros, indicados por Ramos e Novo (2002) e por Porto (2009).

a sensação de insegurança, por si só, “cria” a demanda por aumento de segurança. Aliada a representações de ineficiência ou ineficácia do sistema público de segurança, tal demanda induz à utilização do aparato de segurança em defesa de interesses particularistas, em detrimento do coletivo. Esse descrédito que leva a uma lógica do “salve-se quem puder e como puder” é compatível com outra lógica que informa esse tipo de raciocínio, a de “fazer justiça com as próprias mãos”, que leva cidadãos a se armarem e a se prepararem para a “guerra urbana”. (PORTO, 2009, p. 221)

aceitação e legitimação do surgimento de linchamentos e grupos de justiceiros, que acabam por assumir o lugar e o papel que deveriam ser ocupados pelas instituições responsáveis por manter a ordem e a justiça. (RAMOS, NOVO, 2002,p.33)

Em meio a essa tessitura de concepções sobre o medo, a insegurança, o descrédito na atuação dos órgãos policiais e a aceitação de ilegalidades, surge o último assunto apontado pelos artigos, que é o despreparo policial. Para Pais et. al.

(2015), é necessário um maior preparo por parte da polícia para lidar com os diferentes públicos. Ramos e Novo (2002, p. 31) são emblemáticos ao afirmarem que a polícia “é vista como uma instituição mal preparada e malformada, que deveria combater a violência, mas que parece contribuir para que ela cresça”.

Abaixo, é apresentado um quadro com os cinco artigos selecionados neste bloco temático.

QUADRO 11- LISTA DOS CINCO ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO *CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO POLICIAL MILITAR*

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO
01	2015	Protesto político e atividade policial: a percepção dos media	PAIS, L. G. et al	Anál. Social
02	2013	Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual	SILVA, G. F. BEATO, C.	Opin. Pública
03	2009	Mídia, segurança pública e representações sociais	PORTO, M. S. G.	Tempo soc.
04	2007	Análise psicossocial do posicionamento de adolescentes com relação à violência policial	TORRES, A. R. R. et. al.	Psicol. Estud.
05	2002	Representações sociais de governo, justiça e polícia: um estudo nas camadas média e popular da Grande Vitória/ES	RAMOS, F. P. NOVO, H. A.	Psicol. teor. prat.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.2.6 Educação Policial Militar

O bloco temático *Educação Policial Militar* contém 6 artigos dos 117 inicialmente selecionados, correspondendo a 5% do total, os quais foram sistematizados em 2 assuntos. O primeiro foi denominado de *Rituais de passagem* e o segundo de *Aspectos pedagógicos das academias de polícia*.

Os *rituais de passagem* são contemplados nos artigos de Albuquerque e Machado (2001), Calazans (2004), Galak (2010) e Melotto (2012). Por rituais de passagem serão denominados os processos de formação acadêmica e profissional de policiais militares que, por seu caráter simbólico, representam a travessia, e, portanto, o ingresso em uma nova fase da formação ou da carreira militar. Vários são os ritos de passagem presentes na trajetória acadêmica e profissional de policiais militares, como os que Albuquerque e Machado (2001, p. 2014) apresentam: “ritos de ingresso (trote acadêmico), ritos de nivelamento (corte de cabelo e uniformização da indumentária) e ritos de formatura”.

Melotto (2012) analisa dois rituais de passagem da polícia de la provincia de Buenos Aires, um referente ao juramento da bandeira e outro relacionado à condecoração de 12 alunos que passam à condição de promovidos. E Albuquerque e Machado (2001) avaliam um ritual de passagem próprio da Polícia Militar do estado da Bahia denominado de Jornada de Instrução Militar (JIM). Calazans (2004) expõem o processo de incorporação de mulheres nos quadros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, novamente as JIMs são citadas como ritual de passagem.

Os 3 artigos apontam a incoerência entre as práticas educativas para policiais militares que, de um lado, visam ao alcance da população com ações democráticas, mas que, de outro, ainda usam estratégias militares tipicamente do Exército em suas atividades.

Uma expressão disso está na imitação das práticas de instrução observadas pelo exército. Não é à toa que, formadas nesta tradição, essas polícias são tão selváticas com os trabalhadores, nas greves, e com os excluídos, nas periferias, ambos tratados como feras da selva. (ALBUQUERQUE, MACHADO, 2001, p.219)

Galak (2010) analisa a relação entre a educação e a submissão dos corpos tanto nas academias de polícia quanto nas universidades, por meio da relação teórica entre o filme “Tropa de Elite” e teorias específicas sobre subjetivação política. E aponta que a “violencia simbólica que se reproduce en las prácticas educativas, ya sea en la escuela, en la universidad o en la academia para aprendiz de policías, (...) y que se incorpora en los cuerpos”. (GALAK, 2010, p. 263-264). Os apontamentos de Galak (2010) condizem com os de Albuquerque e Nascimento (2001) sobre as JIM na Polícia Militar da Bahia em que os policiais em formação recebiam marcas no corpo para demonstrar a “forja” militar e eram submetidos a tratamentos degradantes como afogamentos e exercícios físicos exaustivos.

A incoerência nos modelos formativos é expressa por Melotto (2012, p. 233) já que “es común escuchar a nuestros nativos decir que a “ser policía” se aprende en la calle o en la comisaría, afirmando de algún modo con esto que las enseñanzas de la escuela son ineficaces”.

O segundo assunto denominado *aspectos pedagógicos das academias de polícia* é contemplado por dois artigos. O primeiro, de Nascimento e Cerqueira (2015), aponta a concepção de professores civis e militares sobre os alunos policiais militares da Academia Policial de Brasília. No segundo, Rudnik (2008) apresenta os

vários impasses relacionados ao ingresso de bacharéis em Direito para integrar os quadros dos brigadianos²⁷ do estado do Rio Grande do Sul. Os dois artigos trazem a hierarquia e a disciplina como características próprias do militarismo que ora facilitam e ora complicam os processos de ensino e aprendizagem de policiais militares. Quanto à concepção de aluno das academias de polícia, ambos os artigos apresentam os alunos policiais militares como disciplinados e com grande capacidade de aprendizagem.

O artigo de Rudnik (2008) apresenta a quebra no modelo de inclusão de profissionais na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, já que, para algumas carreiras, o critério para ingresso é a formação em Direito. Essa mudança foi encarada com desconfiança pelos professores e profissionais que passaram pelo modelo de educação profissional tradicional. No entanto, há expectativas de, que o ingresso de profissionais portadores de diplomas de curso superior possibilite uma melhoria na forma de atender a população.

Tanto os artigos da categoria *rituais de passagem* como os da categoria *aspectos pedagógicos das academias de polícia* indicaram que o ingresso de homens em mulheres, nas carreiras policiais militares, traz impactos consideráveis nos modos de viver o cotidiano. “Os alunos policiais militares sabem que ser policial não é apenas uma profissão, mas implica mudanças na sua imagem – incluindo os comportamentos –, na fala, nas roupas e no círculo de amizades”. (NASCIMENTO, CERQUEIRA, 2015, p. 905)

A seguir, apresentamos um quadro reunindo os 6 artigos analisados neste bloco temático.

QUADRO 12- LISTA DOS SEIS ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO *EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR*

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO
01	2015	Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca de seus alunos	NASCIMENTO, D. A.; CERQUEIRA, T.C.S.	Educação e Pesquisa.
02	2012	Jerarquías para el compromiso: Un análisis comparativo de dos ceremonias en escuelas de la Policía de la Provincia de Buenos Aires	MELOTTO, M.	Intersecciones antropol.
03	2010	El cuerpo y la policía: una mirada de la incorporación y de la subjetivación en la educación a través de la película "Tropa de Élite"	GALAK, E.	Educación en Revista

²⁷ No Rio Grande do Sul, a Polícia Militar é denominada de Brigada Militar e seus integrantes são identificados como brigadianos.

04	2008	O ingresso de bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha	RUDNICKI, D.	Sociologias
05	2004	Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã	CALAZANS, M. E.	São Paulo Perspec
06	2001	Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar	ALBUQUERQUE, C. L.; MACHADO, E. P.	Sociologias

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.2.7 Estudos históricos

O bloco temático *Estudos históricos* contém 3 artigos dos 117 inicialmente selecionados, correspondendo a 2% do total. Leon Iglesias (2013) apresenta a realidade dos órgãos judiciais, policiais e penitenciários, com função formal de controle social por parte do Estado, analisando a atuação desses, durante um recorte histórico de 1938 a 1958, na cidade cubana de Pinar del Río. O autor apresenta os órgãos policiais como os responsáveis diretos pela aplicação das normas, e, portanto, parte fundamental do sistema punitivo. Martins (2003) apresenta a ambiguidade do trabalho policial e de sua função de regulador das normas sociais, pois, ao mesmo tempo que reprimiam condutas consideradas inadequadas para época, eram também participantes de muitas dessas condutas por serem parte integrante da sociedade e não apartados dela. Corroborando com essa visão, Rosemberg (2010) aponta que o perfil dos homens que ingressaram nas carreiras de base da Polícia Militar de São Paulo, entre os anos de 1868 e 1896, era composto predominantemente por homens negros recém-libertados, imigrantes e estrangeiros, todos muito jovens. O estudo de Rosemberg (2010) apontou que eram poucos os critérios para selecionar os homens que ingressariam na polícia: basicamente, a faixa etária e o não envolvimento em crimes graves. “Para essa população com perspectivas reduzidas, pelo menos temporariamente, a polícia podia servir de uma guarida providencial que garantia roupa (uniforme), moradia (quartel) e comida (rancho), além de um salário no final do mês.” (ROSEMBERG, 2010, p. 99)

Tanto o trabalho de Leon Iglesias (2013) quanto o de Martins (2003) apontam para duas conclusões similares. A primeira é de que o serviço policial, em diferentes épocas e lugares, é mais voltado para repressão do que para a prevenção dos crimes e situações conflituosas. A segunda é de que a aplicação da lei pelos órgãos responsáveis é condicionada à situação socioeconômica do incriminado.

a polícia serviu não apenas como instrumento legal de manutenção da ordem. Prestou-se também a uma função pedagógica/ higienizadora que atingia de maneira contundente os mais pobres, reprimindo atos considerados reprováveis, impondo limites, ensinando como não se deveria agir. Os resultados, porém, não poucas vezes, foram inglórios, frutos da rica e imprevisível dinâmica do cotidiano, afinal muitos dos próprios policiais faziam parte desta parcela social que se pretendia reeducar, compartilhando seus hábitos e vivências. (MARTINS, 2003, p. 88)

Em meio ao cenário social do qual os policiais militares também são parte, o trabalho de Leon Iglesias (2013) apresenta questionamentos sobre a preparação científica dos policiais para atuação junto à sociedade.

La preparación científica de la policía fue siempre una deuda pendiente en el sistema policíaco cubano, pese a que los reglamentos estipulaban que el aspirante debía responder de forma exitosa una serie de exámenes en los que se evaluaba su competencia y conocimientos para ejercer las labores correspondientes a su función. Sin embargo, análisis realizados por altos funcionarios de esta institución se refieren al deplorable estado de la preparación científica de la policía en Cuba . (LEON IGLESIAS, 2013, p. 101)

Já Martins (2003) aponta que o policial, proveniente da sociedade, deveria, além de prevenir e reprimir crimes, também “educar socialmente” a população da qual também faz parte.

A polícia deveria não apenas cuidar do patrimônio dos cidadãos e manter a ordem, mas exercer também um papel educador da população mais pobre. Assim como ocorreu na Inglaterra vitoriana, os policiais passaram a reprimir energicamente velhos hábitos populares até então tolerados, tentando impor limites ao que seria aceito. (...) Desejava-se que a polícia cumprisse um papel educativo ao ditar regras de convívio e coibir ações consideradas impróprias. Muitos dos encontros entre policiais e populares eram marcados pela violência: era uma verdadeira “pedagogia do cassete”. (MARTINS, 2003, p. 82)

Porém, para Rosemberg (2010), o governo não atingiu êxito, pois,

na sua intenção de transformar os policiais em cidadãos, isto é, torná-los indivíduos reabilitados, que vestidos de catequistas e destacados da “massa ignara” de que eram originários, seriam capazes de contribuir, ao menos com uma parcela modesta, na busca pela regeneração moral do “povo” relutante em se curvar à lei e à autoridade, cuja consecução dependia ainda do adjutório do trabalho, da educação e da religião. Uma imagem desbotada do Estado que representavam e que deveriam espelhar. (ROSEMBERG, 2010, p. 112)

A seguir, é apresentado o quadro com a relação dos três artigos selecionados para a composição deste bloco temático.

QUADRO 13- LISTA DOS TRÊS ARTIGOS DO BLOCO TEMÁTICO *ESTUDOS HISTÓRICOS*

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO
01	2013	Represión al crimen: las instituciones de justicia y policía en la ciudad de Pinar del Río, Cuba (1938-1958)	LEON IGLESIAS, J. M.	Cuadernos de Historia
02	2010	Retrato policial: um perfil da praça de polícia em São Paulo (1868-1896)	ROSEMBERG, A	História
03	2003	Policiais e populares: educadores, educandos e higiene social	MARTINS, V.	Caderno CEDES

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.2.8 Considerações sobre o levantamento dos artigos científicos

O levantamento, realizado nos 117 artigos científicos das duas bases de dados consultadas, apontaram para variados aspectos do cotidiano do trabalho do policial militar. Os temas dos artigos foram dos processos de atendimento de ocorrências e contato com a população, dos impactos do uso da farda aos processos de privatização da segurança acompanhadas de mecanismos de violência e corrupção policial. Em comum, os 7 blocos temáticos, construídos por meio da sistematização dos artigos, indicam aspectos da vida cotidiana do policial militar, uma profissão construída historicamente e com nuances contraditórias.

Dos sete blocos temáticos, pelo menos três apresentam especial importância para consecução dos objetivos e para a continuidade desta pesquisa, quais sejam: Atividades operacionais de policiais militares, Concepções sobre o trabalho policial militar e Educação Policial. As *Atividades operacionais de policiais militares* sugerem aspectos da prática cotidiana do policial em situação de atendimento às demandas da população, constituindo a atividade finalística da Segurança Pública. As *Concepções sobre o trabalho policial* trazem as variadas visões da população sobre como o serviço de segurança pública oferecido pela Polícia Militar é notado e sentido. A *Educação policial*²⁸ é descrita tanto em contextos formais, quanto em contextos não formais. São essas temáticas que

²⁸ Apesar de a “Educação Policial” constituir-se em um bloco temático específico neste estudo, ela também apareceu como assunto e/ou conteúdos de outros blocos temáticos construídos na sistematização dos artigos.

guiam os próximos dois itens desse capítulo, os quais abordam especificamente a educação policial.

2.3 RESULTADO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NA REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Foram selecionados seis artigos da Revista Brasileira de Segurança tratando da temática dos processos educacionais de policiais militares. A seguir, é apresentado um quadro com os artigos selecionados.

QUADRO 14- LISTA DOS SEIS ARTIGOS SELECIONADOS DA REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE PROCESSOS EDUCACIONAIS DE POLICIAIS MILITARES

	ANO	TÍTULO	AUTORES
1	2016	"Hierarquia da invisibilidade": preconceito e homofobia na formação policial militar	FRANÇA, F. G.
2	2015	Não-formal e informal no ensino policial	BRUNETTA, A. A.
3	2015	"Se não aguentar, corra!": um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar	FRANÇA, F. G. GOMES, J. L. F.
4	2009	Desempenho policial: treinamento importa?	PINC, T.
5	2009	Processos de treinamento no uso da força para policiais militares da região sudeste: uma análise preliminar	TEIXEIRA, P. A. S.
6	2007	Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil	PONCIONI, P.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Os seis artigos apresentam convergência em três temáticas: os atributos da formação policial, a formação policial enquanto política pública de segurança e os processos de mudança na formação policial. Quanto aos atributos da formação policial, destacam-se as análises sobre a violência na formação policial, aspectos sociais e aspectos pedagógicos. Em relação à violência na formação policial, França e Gomes (2015) e França (2016) indicam que, na formação policial, o sofrimento de ordem física e psíquica é naturalizado e valorizado, pois entende-se o sofrimento como uma condição necessária para que o profissional futuramente tenha condições de defender a sociedade, inclusive empregando a violência, uma vez que ser violentado na formação e empregar a violência na prática são atributos valorizados na subcultura policial. Neste mesmo sentido, para França (2016) a virilidade e a masculinidade (inclusive em mulheres) são fatores relevantes tanto na formação quanto na prática policial.

na maioria dos cursos, a pedagogia militarista nas PMs atrela-se a uma forma de profissionalizar seus alunos voltada para o sofrimento físico e psíquico, como mote orientador da construção de uma vontade bélica de proteger a sociedade, de acordo com a crença policial. (FRANÇA, GOMES, 2015, p. 146)

E como se manifesta esta “crença policial” (FRANÇA, GOMES, 2015)?

a visão naturalizada de alguns instrutores acerca da pedagogia do sofrimento orienta as ações pedagógicas do curso. Visa-se enaltecer a crença na dualidade entre aqueles que mandam e os que obedecem sem questionamentos, além do desejo de conclusão do curso pelos alunos e do fortalecimento da cultura institucional, tudo isso traduzido num panorama de determinação para o aluno PM suportar privações físicas e morais. (p. 155)

No quesito práticas sociais, nota-se que a formação policial, para Bruneta (2015) e Poncioni (2007), leva a uma separação entre o futuro profissional e o meio social em que ele está inserido. Se, de um lado, a formação enfatiza valores cívicos e morais, de outro, ela acaba por propor práticas de controle social e manutenção das desigualdades, notada em práticas educativas com ênfase legalista e burocrática e pouco voltada para práticas preventivas.

o exame dos cursos de formação profissional de policiais civis e militares revela tendências semelhantes na sua formação. Entre essas semelhanças está a presença, ainda que com ênfases diferenciadas, de uma concepção dominante que tem como preocupação principal moldar o policial para um comportamento legalista, numa versão burocrático-militar, com forte relevo ao “combate ao crime”. Destaca-se, igualmente, nessa formação profissional, a quase total ausência de preparo na área da atividade preventiva, com enfoque na negociação de conflitos e no relacionamento direto com o cidadão; evidencia-se, ao mesmo tempo, um claro descuido na formação do policial civil e militar para o trato de outras demandas e interesses da população que não se encontram limitadas ao cumprimento da lei, mas se relacionam com a manutenção da ordem pública. (PONCIONI, 2007, p. 25-26)

Quanto às práticas pedagógicas, Bruneta (2015) e Poncioni (2007) sinalizam duas dificuldades: uma relacionada exclusivamente ao corpo docente, que costumeiramente não tem dedicação exclusiva para docência e, muitas vezes, nem formação específica para tal; a outra conectada ao vínculo entre professores e alunos em que tanto a posição hierárquica de ambos, quanto as formas de pensar próprias de cada geração acabam por dificultar o processo pedagógico.

não [há] um corpo docente integralmente dedicado ao ensino e à supervisão dos estágios curriculares; os professores/instrutores são, em boa parte, policiais da própria corporação, que, além de acumular a atividade docente com outras atividades próprias ao cargo prioritariamente exercido, não possuem necessariamente um preparo específico para o desempenho de suas funções na área de ensino e treinamento profissional das polícias (PONCIONI, 2007, p. 26).

A seguir, apresenta-se um quadro com as principais ideias trazidas pelos autores em relação aos atributos da formação policial.

QUADRO 15- ATRIBUTOS DA FORMAÇÃO POLICIAL

Violência na formação policial	Valorização do sofrimento como condição para a formação policial	FRANÇA; GOMES (2015)
	Pedagogia belicista e a lógica de sofrer para proteger a sociedade	FRANÇA; GOMES (2015)
	Violência policial como sentimento de dever cumprido	FRANÇA; GOMES (2015)
	Formação com enaltecimento da masculinidade e virilidade	FRANÇA; GOMES (2015), FRANÇA (2016)
Práticas sociais	Práticas de controle social e reprodução da desigualdade	BRUNETTA (2015)
	Lealdade, valores cívicos e morais em contraste ao apagamento do pertencimento social	BRUNETTA (2015)
	Formação pautada no legalismo, na burocracia e no combate ao crime	PONCIONI (2007)
	Atividades policiais preventivas são minimamente enfatizadas na formação	PONCIONI (2007)
Práticas pedagógicas	Relações hierárquicas e intergeracionais dificultadoras do processo pedagógico	BRUNETTA (2015)
	Corpo docente não preparado para o ensino e com outras funções além do ensino	PONCIONI (2007)

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Já quanto à concepção das práticas educativas de policiais militares enquanto um elemento das Políticas Públicas de Segurança, tanto Brunetta (2015), quanto Poncioni (2007) indicam que a formação policial é tratada como um discurso retórico de pouca efetividade, sendo costumeiramente apresentadas informações sobre o caráter democrático da formação do policial, mas que, em geral, são aparentes e não trazem implicações reais na atuação profissional dos policiais. Em

relação às práticas formativas da Polícia Militar de São Paulo, Brunetta (2015) revela que são colocados em evidência

as iniciativas que visam implantar o respeito aos fundamentos democráticos por meio de práticas punitivas e autoritárias. A combinação eficiente de diferentes paradigmas de controle social nutrindo o processo de formação de policiais é a evidência de que as liberdades democráticas não compõem o ambiente formativo do policial. (BRUNETTA, 2015, p. 138)

Em relação aos processos de mudança educacionais nas polícias militares, os autores indicam que há resistência à mudança e que, quando ela ocorre, não se dá levando em conta aspectos pedagógicos. Brunetta (2015), França e Gomes (2015), Poncioni (2007) e Teixeira (2009) retratam casos de resistência à mudança presentes no modo de pensar e agir de policiais “mais antigos” e que toma conta da subcultura policial.

Para ilustrar essa realidade, nota-se que aspectos sociais não são considerados relevantes na formação, uma vez que, na visão de Teixeira (2009), apesar de, na prática policial, os profissionais fazerem muito mais uso de recursos de mediação de conflitos sociais que o uso da arma de fogo, na formação policial, aulas com o uso da arma de fogo são mais valorizadas. Quanto às alterações nos mecanismos de formação policial, Brunetta (2015) e Poncioni (2007) mostram que, quando ela ocorre, é de forma aparente, visando atender interesses midiáticos, políticos e de clamor popular, e sem a avaliação de seus impactos na prática policial.

a educação policial, importante instrumento para criar e estabelecer um padrão de excelência para o trabalho policial, não conseguiu, até o momento, se firmar como prioridade em relação à segurança pública. Na realidade cotidiana de uma parte considerável das polícias brasileiras e da população atendida pela instituição, a qualificação do trabalho policial permanece como retórica, sem uma tradução efetiva. (PONCIONI, 2007, p. 30)

Pinc (2009) e Teixeira (2009) entendem que algumas mudanças para além da retórica são fundamentais. Teixeira (2009) expõe a necessidade de que de fato aspectos éticos e legais ligados ao uso da força sejam efetivamente tratados nas formações policiais, e Pinc (2009) menciona que outros indicadores, além da taxa de letalidade e das taxas criminais, sejam considerados para a avaliação da efetividade do trabalho policial militar.

2.4 RESULTADO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA EM TESES DE DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

As 96 Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado²⁹ selecionadas foram organizadas e sistematizadas conforme as temáticas correspondentes aos blocos temáticos do item 2.2. Entretanto, as teses e dissertações foram organizadas em quatro blocos ao invés de sete: atividades operacionais de policiais militares, saúde do (a) trabalhador (a) policial militar, aspectos socioculturais e educação policial militar.

2.4.1 Atividades operacionais de policiais militares

Neste bloco, são apresentadas as teses e as dissertações localizadas que tratam da temática *Atividades operacionais de policiais militares*. Para efeito desta dissertação, compreendemos que as atividades operacionais de policiais envolvem todos os serviços prestados pelo policial à população. Assim, aqui são apresentadas pesquisas que tratam justamente da prática do trabalho policial.

QUADRO 16- LISTA DAS 18 TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO BLOCO TEMÁTICO
ATIVIDADES OPERACIONAIS DE POLICIAIS MILITARES

Nº	ANO	Nível	Instituição	Programa de Pós	Título	Autoria
1	1999	M	PUCRS	Psicologia	Violência Policial: Verso e Reverso Do Sofrimento	AMADOR, FERNANDA SPANIER.
2	2004	M	UFF	Antropologia	Das práticas e dos seus saberes: a construção do "fazer policial" entre as praças da PMERJ.	CARUSO, HAYDÉE GLÓRIA CRUZ.
3	2004	D	UFRJ	Serviço Social	Implicações do militarismo sobre as práticas policiais militares	VALADÃO, VANDA DE AGUIAR
4	2005	D	UFMG	Sociologia e Política	Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial	BARROS, LÚCIO ALVES DE.

²⁹ Somente as teses e dissertações que forem citadas no corpo do texto desta dissertação serão mencionadas nas referências.

5	2006	M	UERJ	Psicologia Social	A polícia militar e a sociedade na representação social dos policiais militares do Rio de Janeiro	SILVA, ALEXANDR A VALÉRIA VICENTE DA
6	2006	M	UFBA	Administração	O trabalho na organização policial militar: natureza e significados atribuídos pelo operador do policiamento ostensivo fardado	SILVA, CARLOS AUGUSTO GOMES SOUZA E
7	2007	D	UFRN	Educação	Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar	SILVA, SAIRO ROGÉRIO DA ROCHA E
8	2007	M	UECE	Políticas Públicas e Sociedade	A Relação Polícia Militar e Comunidade Sob o Olhar dos Policiais Militares	VASCONCELOS, ALESSANDRA TEIXEIRA
9	2008	D	UFMG	Educação	Falar para a sociedade, falar com as comunidades: o desafio da construção do diálogo na comunicação pública da Polícia Militar de Minas Gerais	HENRIQUE S, MÁRCIO SIMEONE.
10	2008	M	UNB	Sociologia	O habitus dos policiais militares do Distrito Federal	SUASSUNA, RODRIGO FIGUEIREDO
11	2009	M	UFF	Antropologia	Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar Dom João VI	SILVA, ROBSON RODRIGUES DA
12	2012	M	UFS	Ciências Sociais	Mulheres policiais nas unidades operacionais da PMSE: surpresas e mobilidade em meio às práticas ostensivas	BRAGA, ÉLIDA DAMASCENO.
13	2012	M	UFMG	Sociologia	O trabalho policial e a lei: um estudo de caso da Polícia Militar em Belo Horizonte	SANTOS, MATEUS RENNÓ
14	2013	M	UFMG	Educação	Policiamento Ostensivo em áreas de risco: entre o prescrito e o real	SOUZA, RESANGELA PINHEIRO DE
15	2015	MP	UFPA	Segurança Pública	“Mesmo com o sacrifício da própria vida”: a multiplicidade dos riscos na profissão policial militar	MELLO, CESAR MAURICIO DE ABREU

16	2015	M	UFPR	Educação	Retratos das Unidades Paraná Seguro em notícia: repercussões psicossociais e pedagógicas	PERES, MARCOS ROBERTO DE SOUZA
17	2015	D	USP	Sociologia	Ser Policial Militar: construindo o bem e o mal na atividade diária policial	SHIMIZU, MAYUMI
18	2016	M	UFPR	Educação	Práticas comunitárias da Polícia Militar do Paraná? Reflexões na perspectiva da psicologia social comunitária como processo educativo	FILHO, VALDIR GOEDERT.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.4.2 Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar

Neste bloco são apresentadas as teses e as dissertações localizadas que tratam da temática *Saúde do (a) trabalhador (a) policial militar*. Destacam-se, neste bloco temático, pesquisas que abordam especificamente as situações ligadas à saúde mental do (a) trabalhador (a) policial militar.

QUADRO 17- LISTA DAS SEIS TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO BLOCO TEMÁTICO *SAÚDE DO (A) TRABALHADOR (A) POLICIAL MILITAR*

Nº	Ano	Nível	Instituição	Programa de Pós	Título	Autoria
1	2004	M	UFRS	Psicologia Social e Institucional	Ofício de Oficial: Trabalho , subjetividade e saúde mental na Polícia Militar	COSTA, MARIA CRISTINA GARCIA.
2	2005	D	PUCRS	Serviço Social	A Polícia Militar Ferida: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço	CUNHA, CHARLOTTE BEATRIZ SPODE DA.
3	2011	M	UCPE	Psicologia Clínica	Instituições de Segurança Pública e Práticas Psicológicas: a segurança emocional dos agentes de segurança	ELESBAO, CRISTIANE SPERLING.
4	2016	M	UFMG	Psicologia	“Atenção, sentido”: entre a posição que paralisa e a atividade que transforma - um estudo em saúde mental entre Policiais Militares'	FERREIRA, LEONARDO BORGES.
5	2016	M	UFSM	Psicologia	Um olhar sobre a presença da morte no cotidiano de trabalho dos policiais militares	FRAGA, CRISTINA KOLOGESKI.
6	2016	M	UNB	Administração	Mesmo com o sacrifício da própria vida: prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF	LIRA, WELLINGTON MARTINS DE

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.4.3 Aspectos socioculturais da atividade policial militar

Neste bloco, são apresentadas as teses e as dissertações localizadas que tratam da temática *Aspectos socioculturais da atividade policial militar*. As pesquisas relativas a este bloco temático apontam para questões de ordem cultural, social e ideológico-institucional.

QUADRO 18- LISTA DAS TRÊS TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO BLOCO TEMÁTICO
ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR

Nº	Ano	Nível	Instituição	Programa de Pós	Título	Autoria
1	1999	D	UERJ	Ciência Política	Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	MUNIZ, JACQUELINE DE OLIVEIRA
2	2006	D	USP	Psicologia Social	O profissional de segurança pública - papel social e identidade profissional	FARIA, DAVID GASPAR RIBEIRO DE.
3	2014	M	FGV	Administração e Governo	“Bandido bom é bandido morto”: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista	NUNES, SAMIRA BUENO

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.4.4 Educação policial militar

Neste bloco, são apresentadas as teses e as dissertações localizadas que tratam da temática *Educação policial militar*. Os assuntos abordados nas pesquisas deste bloco vão de discussões sobre o formato do currículo em diferentes estados brasileiros, passando pelos modelos de formação em cooperação com instituições de ensino superior.

QUADRO 19- LISTA DAS 69 TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO BLOCO TEMÁTICO
EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR

Nº	Ano	Nível	Instituição	Programa de Pós	Título	Autoria
1	2000	M	FJP	Administração Pública	A formação básica do policial militar de Minas Gerais: as especificidades do ensino militar em relação à educação profissional de nível técnico	SANTOS, MARCOS ANTÔNIO

2	2001	M	UFRS	Antropologia Social	“Em QAP”: a experiência do curso de formação na construção de um saber ser soldado da Brigada Militar	NUMMER, FERNANDA VALLI
3	2002	M	UFRS	Educação	Profissão policial: efeitos de sentidos de ambivalência nos dizeres dos alunos-policiais (o que dizem, como dizem e por que dizem?)	TASCHETTO, LEONIDAS ROBERTO
4	2003	M	PUCSP	Educação	O currículo de formação de soldados da Polícia Militar frente às demandas democráticas	LUIZ, RONILSON DE SOUZA
5	2004	M	USP	Educação	Educação de Policiais Militares: um desafio da sociedade democrática	VENDRAMINI, E7 JANIO
6	2005	M	UFS	Educação	Processos Sociais e Educativos na formação do soldado: um olhar sobre a Polícia Militar de Sergipe	COSTA, KARLA PATRÍCIA BARBOSA.
7	2005	M	UFL	Administração	Universidade Corporativa: uma proposição de mudança estratégica para a educação continuada na Polícia Militar de Minas Gerais	SANTOS, ANTONIO CLARET DOS
8	2007	M	FGV	Administração	O desafio da formação do policial militar no estado do Rio de Janeiro: Utopia ou realidade possível?	BASÍLIO, MARCIO PEREIRA.
9	2007	M	UFPA	Ciências Jurídicas	Educação para a cidadania dos policiais militares em Pernambuco	CORREIA, RICARDO AURELIANO DE BARROS.
10	2007	M	UFSC	Direito	Ensino de criminologia na formação policial	PAULA, GIOVANI DE
11	2007	M	UFMT	Educação	O uso legal da força na formação de jovens tenentes: Um Desafio para Atuação Democrática da Polícia Militar de Mato Grosso	SANDES, WILQUERSON FELIZARDO
12	2008	M	UFPR	Educação	A resiliência e a formação do policial-militar.	BLASIUS, LUCIANO.
13	2008	M	UFMT	Educação	Fenomenologia da educação jurídica na formação policial militar	FILHO, EDSON BENEDITO RONDON.
14	2008	M	UFMG	Educação	Ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais: Análise do efeito-professor no curso técnico em segurança pública	HAMADA, HELIO HIROSHI
15	2008	D	PUCSP	Educação	Ensino policial militar	LUIZ, RONILSON DE SOUZA

16	2008	M	FGV	Administração	A formação profissional dos Oficiais da primeira Turma do Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão (2002/2005) no Estado do Amazonas: Estudo de caso	MIRANDA, MARCIO RYS MEIRELLES DE
17	2008	M	UFS	Educação	O Curso de Formação de Professores da Segurança Pública na Rede Nacional de Educação a Distância: um estudo de caso no telecentro de Sergipe	OLIVEIRA, JOÃO RIBEIRO DE
18	2008	M	PUCGO	Ecologia e Produção Sustentável	A educação ambiental na formação e na atuação policial militar	SILVA, EMERSON BERNARDES DA
19	2009	M	PUCGO	Ecologia e produção sustentável	Formação do policial militar do estado de Goiás para atuar no bioma cerrado	LEAL, PAULO CÉLIO DE SOUZA
20	2009	M	UFMT	Educação	A formação da mulher para se tornar policial militar em Mato Grosso	MAINARDI, DIVA MARIA DE OLIVEIRA
21	2009	M	UFRN	Ciências Sociais	A violência policial militar e o contexto da formação profissional: um estudo sobre a relação entre violência e educação no espaço da Polícia Militar do Rio Grande do Norte	SILVA, JOÃO BATISTA DA
22	2010	M	UFPA	Educação	Formação de professores de segurança pública: realidade, limites e desafios do processo formativo continuado	CARMO., LENO MARCIO BARROS DO.
23	2011	M	UNIBAN	Adolescente em conflito com a lei	A inserção da inserção da disciplina: Adolescente em Conflito com a Lei: No currículo da formação do soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo	BERBEL, SHEILA RICARDA.
24	2011	D	PUCSP	Educação	Os paradoxos do currículo da Academia de Polícia Militar do Barro Branco: a cidadania como fundamento das Forças de Segurança Pública	CERQUEIRA, HOMERO DE GIORGE.
25	2011	M	Unicesumar	Ciências Jurídicas	A formação educacional e profissional do policial militar do Estado do Paraná: um direito da personalidade	KRUGER, FREDERICO MARCOS.
26	2011	M	UNISUL	Educação	Educação Informal e Segurança Pública: Reflexões acerca das Possibilidades Educativas de Situações Cotidianas	LIVRAMENTO, PETERSON DO
27	2011	M	UFMG	Educação	Curso de Bacharelado em ciências militares: reconstrução do percurso sócio-histórico e análise da concepção pedagógica e perspectivas	LOPES, PAOLA BONANATO.

28	2011	M	UFC	Políticas Públicas e Sociedade	Segurança Pública, Formação Policial e Mediação de Conflitos: novas orientações para a atuação de uma polícia cidadã?	MIRANDA, ANA KARINE PESSOA CAVALCANTE
29	2011	M	UFAM	Antropologia Social	Diversidade e produção de estereótipos: um estudo etnográfico da formação e atuação do soldado policial militar em Roraima	VIEIRA, FAGNER PEREIRA
30	2012	MP	FCV	Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social	Formação de oficiais na polícia militar do estado da Bahia para a mediação de conflitos sociais	ALMEIDA, ROSALINDE SILVA DE.
31	2012	M	UNESP	Ciências Sociais	Polícia em Moçambique: padrões e experiências de formação de jovens policiais (1975-2011)	BORGES, EGOR VASCO.
32	2012	D	UNESP	Ciências Sociais	Reforma Intelectual da Polícia Militar	BRUNETTA, ANTONIO ALBERTO
33	2012	MP	FEAD	Administração	Conhecimento tácito e planejamento: um estudo na polícia militar do estado de Minas Gerais	CASSAVARI, FABIO LUIS DOS SANTOS.
34	2012	M	UFAL	Educação	O signo 'segurança pública' na matriz curricular unificada da SENASP: condições de produção e efeitos de sentido	FERREIRA, DEYVID BRAGA.
35	2012	D	UFPB	Sociologia	Segurança pública e a formação policial militar: os direitos humanos como estratégia de controle institucional.	FRANÇA, FÁBIO GOMES DE.
36	2012	MP	FEAD	Administração	Competências e recursos humanos na polícia militar do Maranhão: formação e trabalho	PINTO, ANTONIO JOSÉ
37	2012	D	FGV	Administração	Formação de oficiais da PMMA: uma visão paratática acerca da segurança pública	SANTOS, VERA LUCIA BEZERRA
38	2012	M	UFPI	Educação	A formação de praças da polícia militar do Piauí: uma análise a partir da prática pedagógica do oficial formador	SILVA, ANTONIA MARIA DOS SANTOS
39	2012	M	UFC	Educação	Representações sociais de policiais militares, sobre educação a distância no âmbito da rede EAD/SENASP	SOUSA, LOURDES LOSANE ROCHA DE
40	2012	M	USP	Direito	A educação em direitos humanos na polícia militar	SOUZA, ADILSON PAES DE

41	2013	M	UFC	Educação	Policiamento comunitário e educação: discursos de produção de uma “nova polícia”	BARBOZA, ANDERSON DUARTE.
42	2013	M	UFC	Sociologia	Currículo e Contra-Currículo uma análise da formação profissional dos soldados do ronda do quarteirão	CRUZ, LARA ABREU.
43	2013	M	UFPF	Educação	Formação policial: contribuições pedagógico-filosóficas	DETONI, MAURICIO PARABONI.
44	2013	M	UFPR	Engenharia da Produção	Melhoria na segurança pública com treinamento continuado do policial militar em estande de tiro modelo: elaboração de modelo de avaliação e melhoria da qualidade	FURUIE, LESLY MIKI ABE.
45	2013	D	UENF	Sociologia Política	“O que está faltando aqui é disciplina de formar polícia.” Análise da introdução da disciplina direitos humanos na formação policial militar no Espírito Santo	GARCIA, CRISTIANO HEHR
46	2013	MP	UFBA	Segurança Pública, Justiça e Cidadania	O uso da força policial sobre o prisma das legislações internacionais: uma análise sobre a capacitação e qualificação do efetivo policial militar da Bahia atuante nas companhias independentes de policiamento tático	GOMES, VITOR ROGERIO RIBEIRO
47	2013	M	UFPR	Educação	Formação do oficial da polícia militar do Paraná	KARPINSKI, MARCELO TREVISAN.
48	2013	M	UFPB	Educação	Aprendendo a ser soldado: relações de Gênero e Formação Profissional na Polícia Militar	NASCIMENTO, IRIS OLIVEIRA DO
49	2013	M	UFPE	Educação	Da instrução militar ao ensino policial: profissionalidade docente requerida para atuar como formador na Academia Integrada de Defesa Social	PEREIRA, BENONI CAVALCANTI
50	2013	MP	UFBA	Segurança Pública, Justiça e Cidadania	O uso da aprendizagem baseada em problemas: o caso da academia de polícia militar/BA	SANTO, MARCELO CARVALHO DO ESPIRITO
51	2013	M	UFAL	Sociologia	O real em confronto com o ideal: a formação dos policiais militares em Alagoas	SANTOS, SIDCLEY DA SILVA.
52	2013	M	PUCMG	Ciências Sociais	O processo de integração policial na área de ensino: Um estudo de caso da política de integração policial de Minas Gerais	SANTOS, TAMARA MATTARELLI CARLI
53	2013	D	UFSC	Engenharia e Gestão do	Diretrizes para Implantação da Gestão do Conhecimento no Centro de Ensino	SILVEIRA, ROBERTO

				Conhecimento	da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - CEPM	MARTINS DA
54	2014	M	UNISC	Direito	Educação em direitos humanos na polícia militar do Rio Grande Do Sul, considerações e propostas	DONATO, ROBERTO DOS SANTOS.
55	2014	M	UFPE	Antropologia	"Vocês agora estão começando a parecer gente" - A transformação do indivíduo em quase Estado: um estudo etnográfico no curso de Formação dos Soldados da Polícia Militar de Pernambuco	FARIA, CRISTIANO JOSE GALVAO.
56	2014	M	UFTO	Educação	"Formar comandantes. Proteger a sociedade". Concepções de formação do curso de oficiais da Academia Policial Militar Tiradentes de Palmas em relação à formação humana	MELO, DOSAUTOMISTA HONORATO DE
57	2014	M	UFS	Educação	A (trans)formação de oficiais da polícia militar de Sergipe	SANTOS, AMANDA FREITAS DOS
58	2014	MP	UFPA	Gestão em organizações aprendentes	Cultura, aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências: a formação de policiais militares para o exercício da profissão em uma sociedade democrática	SANTOS, DANIEL LIMEIRA DOS
59	2014	MP	UFPA	Gestão em organizações aprendentes	Segurança humana e agir comunicativo: pilares para pensar a gestão da formação nas organizações policiais aprendentes	SILVA, POLLYANNA PEDREIRA
60	2015	M	UFMT	Educação	A formação do policial militar: os desafios para a promoção dos direitos da população em situação de rua	FERREIRA, JAMES JACIO
61	2015	M	UFPE	Direitos Humanos	Do porrete ao bicho papão: Os discursos de direitos humanos nos Cursos de Formação de Soldados da Polícia Militar de Pernambuco	NASCIMENTO, FLAVIA ROBERTA DE GUSMAO DO
62	2015	M	UFMT	Educação	Práticas de abordagens operacionais no contexto das relações étnico raciais: desafios para a formação policial militar	QUEIROZ, JAMIL AMORIM DE
63	2015	M	Unoesc	Educação	Educação não escolar e política de segurança pública: tensões emergentes	VARGAS, SERGIO ROGERIO SILVA DE
64	2016	M	UEBA	Educação e Contemporaneidade	Formação em segurança pública e as TIC: um estudo de caso sobre o curso de formação de soldados da PMBA	BATISTA, MARIA DA SOLEDADE CARDOSO LANDIM

65	2016	MP	UFMT	Estudos Fronteiriços	Segurança Pública na fronteira – uma abordagem sistêmica da formação policial e da prestação do serviço de segurança pública na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia	NETO, MASSILON DE OLIVEIRA E SILVA
66	2016	M	UFGO	Direitos Humanos	Polícia Violados, policiais violentos: uma análise da formação policial	OLIVEIRA, NATHALIA PEREIRA DE
67	2016	M	UFPR	Administração	A construção da identidade profissional policial-militar orientada pelas lógicas institucionais: um estudo de caso no estado do Paraná-Curitiba	SANTOS, FELIPE HALEYSON RIBEIRO DOS
68	2016	MP	UFAM	Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania	A formação continuada integrada das polícias estaduais no Amazonas: análise, reflexões e resultados	VALE, ELIZABETH CRISTINA BRITO
69	2016	M	PUCMG	Direito	A educação em direitos humanos e a formação policial	VASCONCELOS, GUILHERME CARDOSO

FORTE: VIANA, FREITAS (2018).

2.4.5 Produções do Estado do Paraná

Serão apresentadas, no quadro que segue, as produções científicas de teses de doutorado e dissertações de mestrado realizadas no estado do Paraná e que retratam a realidade da Polícia Militar do Paraná. Todos os trabalhos selecionados, nesta seção, foram produzidos em universidades do estado do Paraná.

QUADRO 20- LISTA DAS SETE TESES E DISSERTAÇÕES RELATIVAS À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

Nº	Ano	Nível	Instituição	Programa de Pós	Título	Autoria
01	2008	M	UFPR	Educação	A resiliência e a formação do policial-militar.	BLASIUS, LUCIANO.
02	2011	M	Unicesumar	Ciências Jurídicas	A formação educacional e profissional do policial militar do Estado do Paraná: um direito da personalidade	KRUGER, FREDERICO MARCOS.
03	2013	M	UFPR	Engenharia da Produção	Melhoria na segurança pública com treinamento continuado do policial militar em estande de tiro modelo : elaboração de modelo de avaliação e melhoria da qualidade	FURUIE, LESLY MIKI ABE.

04	2013	M	UFPR	Educação	Formação do oficial da polícia militar do Paraná	KARPINSKI, MARCELO TREVISAN.
05	2015	M	UFPR	Educação	Retratos das Unidades Paraná Seguro em notícia: repercussões psicossociais e pedagógicas	PERES, MARCOS ROBERTO DE SOUZA
06	2016	M	UFPR	Educação	Práticas comunitárias da Polícia Militar do Paraná? Reflexões na perspectiva da psicologia social comunitária como processo educativo	FILHO, VALDIR GOEDERT.
07	2016	M	UFPR	Administração	A construção da identidade profissional policial-militar orientada pelas lógicas institucionais: um estudo de caso no estado do Paraná Curitiba	SANTOS, FELIPE HALEYSON RIBEIRO DOS

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

3 POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: POLÍTICAS DE SEGURANÇA E FORMAÇÃO

Apresentar uma instituição que foi objeto de pesquisa é, no mínimo, desafiador. Como dar conta das diversas nuances que constituem as pessoas, a cultura e o lugar dessa instituição? Iniciamos esta apresentação apontando que nossa intenção é lançar alguns olhares, entre os vários possíveis, sobre a Polícia Militar do Paraná, visando proporcionar uma noção de aspectos institucionais que influenciam os processos educacionais de seus efetivos. Os aspectos institucionais a serem apresentados são três: o primeiro, a maneira como as Políticas de Segurança Pública no Brasil foram sendo alteradas e/ou mantidas no final do século XX e início do século XXI; o segundo é a organização territorial e as atribuições da Polícia Militar do Paraná; e, o terceiro, os processos educacionais dos policiais militares tendo a legislação e os documentos oficiais como referência.

Ainda, pretende-se refletir sobre os caminhos pedagógicos da educação policial e de suas possíveis aproximações com os aspectos da formação para a prática comunitária.

3.1 POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

O entendimento do cenário histórico da Segurança Pública no Brasil pode proporcionar algumas pistas que auxiliem na compreensão de como os processos educacionais se fazem presentes no cotidiano do policial militar nas ruas. Antes de pensarmos tais políticas no final do século XX e início do século atual, é válido considerar como as polícias militares foram se constituindo ao longo da história de nosso país. Para isso, apresentaremos a concepção de polícia durante o período colonial e a do período posterior à vinda da família real para o Brasil, momento em que as Polícias Militares foram criadas.

No período colonial, o protótipo de polícia brasileira, chamadas por Bondaruk (2005) de milícias, não se constituía como uma instituição e tampouco os processos educacionais eram levados em consideração para a seleção e/ou para continuidade dos trabalhos dos homens que faziam parte de seus efetivos. Nesse período, o principal foco do trabalho “policial” eram os crimes contra o patrimônio.

Para a segurança da colônia, principalmente de suas vilas, fez-se necessário criar um órgão de defesa. Como não estavam disponíveis recursos suficientes para esse fim, foram contratados colonos, quase todos sem nenhuma qualificação, para executarem a defesa da comunidade. O serviço de policiamento executado pelas milícias era composto por portugueses povoadores e seus dependentes, pertencentes ao Regimento Dom Sebastião. Competia a esse regimento a manutenção da vigilância e da guarda costeira, a conquista da terra e promoção da interiorização da colônia. No desempenho de suas funções, essa guarda percorria vilas e cidades, garantindo a preservação da ordem e do patrimônio. As organizações militares, antes da criação do Exército Brasileiro, eram constituídas nas províncias. Tinham a finalidade de combater os crimes nela existentes, dentre os quais destacam-se o contrabando e a exploração não autorizada de metais preciosos. (BONDARUK, 2005, p. 69)

A criação do Exército enquanto força armada no Brasil tem o ano de 1648 como marca histórica, especificamente o dia 19 de abril, data comemorada como “Dia do Exército”, quando foi iniciada a Batalha dos Guararapes, momento em que é travada uma luta contra a dominação holandesa no território pernambucano (BRASIL, 2017). “Nestes montes, brancos, negros e índios, irmanados por um só ideal, o de defender a pátria contra o invasor holandês, por duas vezes, derrotaram poderosa força de um exército muito superior em efetivo, em armamento e em equipamento” (BRASIL, 2017).

Nota-se que a criação do Exército Brasileiro é retratada por meio de uma visão de conflito contra uma ameaça estrangeira, ao mesmo tempo em que os povos que naquele momento constituíam o Brasil (portugueses, indígenas e negros), supostamente, uniam-se para defender a nação. A concepção harmônica da história da criação do Exército deixa de levar em consideração ao menos um aspecto: a escravização de negros e indígenas pelos povos portugueses. Como pode grupos com interesses, vivências e realidades tão diversas estarem “irmanadas por um só ideal”?

Até a chegada da Família Real ao Brasil, as polícias não eram institucionalizadas.

Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, por meio de Alvará datado de 10 de maio, foi criada a Polícia Brasileira, com características iguais à Polícia Portuguesa. Em 13 de maio de 1809, foi criada a Guarda Militar da Polícia do Rio de Janeiro que, juntamente com a Guarda Real de Polícia, concorreu para desabrigar o Exército das atribuições policiais da capital. Esses primeiros organismos policiais surgiram tendo como missão básica a proteção necessária contra as chamadas “classes perigosas”, que eram compostas principalmente por escravos fugitivos ou alforriados, degradados, ou desassistidos em geral, as quais se consistiam (sic) em constante ameaça ao patrimônio e à segurança do governo e dos “homens bons”, classe economicamente abastada. (BONDARUK, 2005, p. 70)

O patrimônio, o governo e as pessoas com posição social privilegiada tinham acesso aos serviços da polícia, como uma forma de proteção em relação às classes menos favorecidas daquele momento histórico representado por negros que, recentemente, tinham deixado ou que fugiram da condição de escravos e outras pessoas que, por não se enquadrarem nas normas sociais e morais da época, eram entendidas como “perigosas”.

3.1.1 Transformações e permanências

Freire (2009), ao longo do século XX e desse início do século XXI, evidencia mudanças agrupadas sob três paradigmas: a Segurança Nacional, a Segurança Pública e a Segurança Cidadã.

No paradigma de Segurança Nacional, Freire (2009) explica que as Forças Armadas eram responsáveis pela defesa do Estado contra as “ameaças internas”, e, para a manutenção da lei e da ordem, a supressão dos direitos constitucionais populares e o uso da força desproporcional pelos agentes do Estado eram ferramentas empregadas. Tal paradigma predominou durante o regime ditatorial militar, marcado por posturas conservadoras, com ações estatais de conotação bélica para “combate ao inimigo”, portanto, ligadas às noções de ameaça e de guerra. As “ameaças” podiam ser internas, representadas por pessoas que questionavam as ordens vigentes, ou “externas” em que as ideias comunistas eram alvo de rechaço. Nessa lógica, a participação das pessoas na construção da vida social e política brasileira eram restritas, já que as ordens provindas do Estado deveriam ser irrestritamente obedecidas, e, qualquer questionamento era criminalizado.

Ao longo de todo o chamado “Período de Ditadura” as Polícias Militares atuaram com força não apenas de preservação da ordem pública, mas também da chamada Defesa Interna, que significava a proteção da Nação contra a “ameaça comunista”, seguindo a política estabelecida pela Lei de Segurança Nacional. (...) Como se pode observar, ao longo de toda a evolução policial brasileira, sua característica principal foi mais de preservação da figura do Estado e dos seus interesses do que a proteção do cidadão em geral. (BONDARUK, 2005, p. 72-73)

Ainda, sobre a atuação das polícias no período ditatorial, Alves e Evanson (2013) mencionam:

De acordo com Ricardo Balestreli, a ditadura sequestrou, de fato, a polícia para os seus próprios fins e acabou com qualquer noção de policiamento de bairro. As principais tarefas atribuídas às PMs foram desencorajar e reprimir a oposição e proteger o regime, em vez de proteger o povo. Apenas muitos anos depois de 1988, foram feitos alguns esforços pontuais com a reforma da polícia e substituição da ideologia estatal de segurança nacional da ditadura pelos princípios do Estado de direito e da proteção dos direitos dos cidadãos. As velhas práticas e a antiga mentalidade, no entanto, continuaram a existir na medida em que os policiais foram incentivados a combater os traficantes como uma nova encarnação do chamado “inimigo interno”. (ALVES, EVANSON, 2013, p. 190)

Para Silva Junior (2010), devido ao processo de redemocratização nacional e também ao aumento dos índices criminais na década de 80, as práticas de Segurança necessitaram de alterações, tornando-se uma temática fundamental nas agendas políticas. É nesse contexto que emerge o que Freire (2009) denominou de paradigma da Segurança Pública, o qual se deu após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a criação das instituições de Segurança Pública para o combate à violência, entendida, naquele momento, como ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

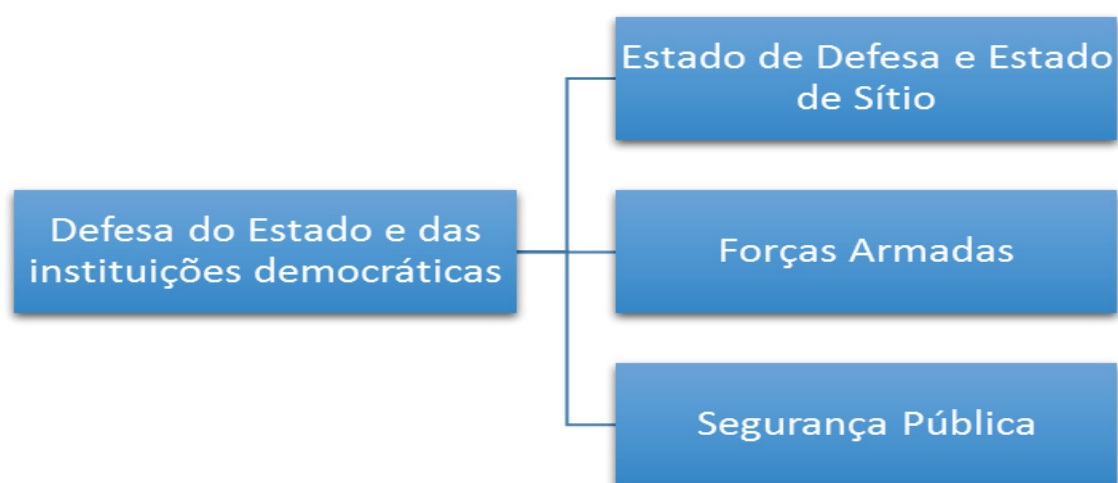
É nesse período, segundo Freire (2009), que a Segurança Pública se diferencia da Segurança Nacional, sendo a primeira responsável pelas questões criminais vivenciadas no interior do país e a segunda com atribuições voltadas à defesa de ameaças externas, visando à preservação da soberania nacional e da defesa do território brasileiro. Ressalta-se que ambas coexistem, mas agora com atribuições delineadas.

A nova Constituição trouxe uma mudança no modo de compreender o fenômeno da Segurança Pública, a qual é definida como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” (BRASIL, 1988). Dessa definição, é possível compreender de, um lado, a obrigatoriedade do Estado em prover a Segurança

Pública e, do outro, a responsabilidade de todos nesse mesmo campo da vida cotidiana, um passo importante para a mudança conceitual em relação à participação das pessoas na construção da segurança, um princípio do que viria a ser a Polícia Comunitária em nosso país. Segundo Luengo (2009), a Constituição Federal de 1988 permitiu que a vontade popular se concretizasse após inúmeros desafios e conquistas, uma vez que as pessoas passaram a ser compreendidas como cidadãs, livres e de importância para o Estado, momento em que as liberdades públicas e garantias democráticas, restringidas na ditadura militar, foram aos poucos restituídas.

Da análise da Constituição Federal de 1988, é possível perceber que a Segurança Pública está inserida em um contexto mais amplo, ao lado de um conjunto de instituições denominadas de Forças Armadas e também junto a duas condições jurídicas denominadas de Estado de Defesa e de Estado de Sítio. Desse modo, as Forças Armadas, a Segurança Pública e as condições de Estado de Defesa e de Estado de Sítio compõem um título constitucional denominado “Da defesa do Estado e das Instituições democráticas”, como é possível notar na figura que segue.

FIGURA 2 - DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS



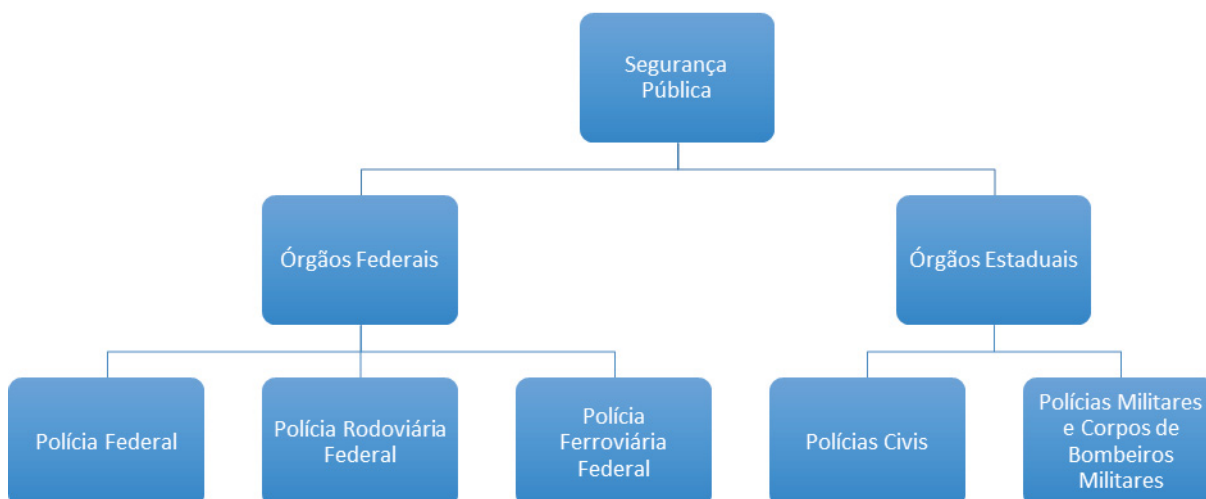
FONTE: VIANA E FREITAS (2018).

Tanto o Estado de Defesa quanto o Estado de Sítio podem ser decretados pelo Presidente da República com a anuência do Congresso Nacional. O primeiro pode ser estabelecido em caso de grave e iminente instabilidade institucional ou quando ocorrer em calamidades de grandes proporções na natureza; já o segundo

pode ser instituído quando as medidas tomadas durante o Estado de Defesa forem ineficazes, quando houver casos de grave repercussão nacional, de declaração de guerra ou ameaça estrangeira. As Forças Armadas são instituições militares subordinadas à Presidência da República e compostas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, as quais têm por finalidade defender a pátria, os poderes constitucionais, a ordem e a lei. (BRASIL, 1988)

A Segurança Pública, porém, é abordada pela Constituição Federal de 1988 de forma diferenciada das condições do Estado de Sítio e de Defesa e das atribuições das Forças Armadas. Na Segurança Pública, o Estado não é compreendido solitariamente com o dever de exercício das funções de preservação da ordem e da proteção das pessoas e do patrimônio, uma vez que a sociedade é instada a participar como titular do direito de ter a segurança e também de se responsabilizar por ela. Os órgãos responsáveis pelo provimento da Segurança Pública são divididos em instâncias de atribuição federal e estadual, conforme a figura que segue.

FIGURA 3- ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA



FONTE: VIANA E FREITAS (2018).

Os órgãos responsáveis pela Segurança Pública na esfera federal são a Polícia Federal que atua nos crimes de competência da União e a Polícia Rodoviária Federal. Apesar de citada na Constituição, a Polícia Ferroviária Federal não realiza atividades na atualidade. Nos estados, as instituições com a função de gestão da Segurança Pública são as Polícias Cíveis e as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. As Polícias Cíveis possuem a competência de polícia judiciária e

a responsabilidade pela apuração e investigação das situações criminais, as quais são, via de regra, encaminhadas pelas Polícias Militares. Já as Polícias Militares têm como função primordial o policiamento preventivo e repressivo e os Corpos de Bombeiros Militares, funções ligadas à defesa civil. Nos municípios, as Guardas Municipais poderão ser constituídas para a proteção de bens, serviços e instalações do município (BRASIL, 1988).

A Constituição, ainda no artigo 144, no parágrafo 5º, expõe que a “polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (BRASIL, 1988) são as atribuições das Polícias Militares; e o parágrafo 6º do mesmo artigo destaca a relação de subordinação das Polícias Militares ao Exército Brasileiro. Com essa Constituição, a Segurança Pública é definida como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988). Dessa definição, é possível compreender, de um lado, a obrigatoriedade do Estado em prover a Segurança Pública e, do outro, a responsabilidade de todos nesse mesmo campo da vida cotidiana, um passo para o que virá a intitular de Polícia Comunitária ou Polícia Interativa em nosso país.

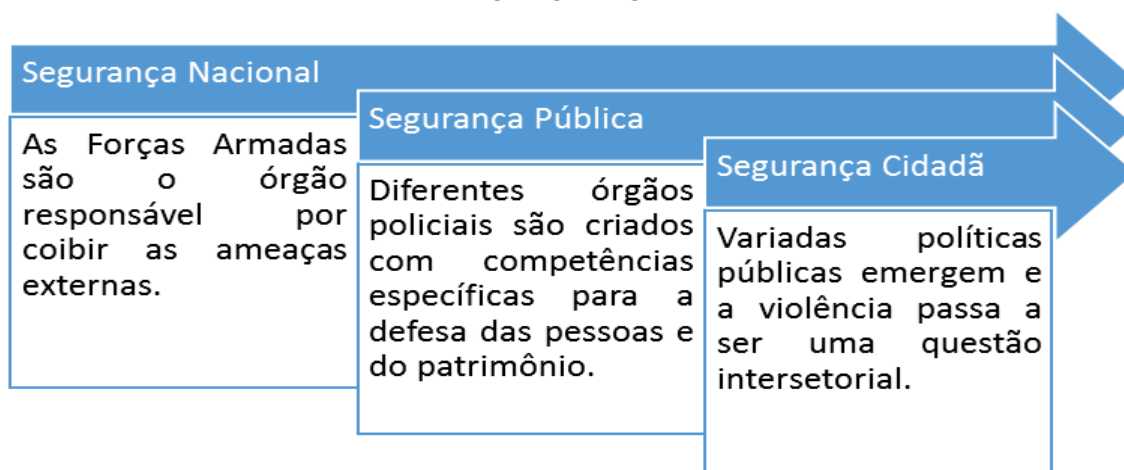
Com a Constituição Federal, a opinião pública começou a exigir o surgimento de uma nova polícia. Uma que respeitasse os Direitos Humanos, a Lei e, principalmente, protegesse efetivamente o cidadão e não mais o Estado. Começaram a surgir novos conceitos como o de Polícia Comunitária, Polícia Cidadã, ou mesmo Polícia Interativa, onde se buscava uma parceria definitiva com a comunidade para a resolução dos problemas de segurança pública da comunidade. (BONDARUK, 2005, p. 73-74)

É só a partir do ano de 2000, explica Freire (2009), que a participação da população passa a ser efetivamente incentivada, propondo-se que as instituições públicas e civis apoiem o planejamento e execução das Políticas Públicas relacionadas à segurança, inclusive para além dos espaços institucionais. Trata-se da emergência do paradigma de Segurança Cidadã, em que a violência é percebida como multicausal com manifestações heterogêneas e seu combate deve ocorrer com ações que vão do controle à prevenção. Faz-se necessária uma transição de uma Polícia “acostumada a *falar para* a sociedade, (...) [para uma Polícia] instada a *conversar com* as comunidades” (HENRIQUES, 2008, p. 40). O principal objetivo aqui é criar espaços de convívio para prevenção e controle de crimes e consequente fortalecimento da cidadania, com políticas de gestão local.

3.1.2 A Coexistência de paradigmas em Segurança Pública

Na atualidade, não é possível perceber o paradigma de Segurança Cidadã ocorrendo de forma plena, nota-se que elementos dos paradigmas de Segurança Nacional e de Segurança Pública ainda se fazem presentes. A fim de apresentar essa percepção, a figura a seguir apresenta alguns traços que apontam a coexistência paradigmática atual e a transição incompleta³⁰ para o paradigma de Segurança Cidadã.

FIGURA 4- TRANSIÇÃO INCOMPLETA E COEXISTÊNCIA PARADIGMÁTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA ATUAL



FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Podemos considerar a forma como a concepção de Segurança Pública se altera e se mantém. Conforme Freire (2009), a forma de compreender a Segurança Pública no Brasil foi sendo alterada desde o final do século XX até os nossos dias, com mudanças diversas como a concepção de crime, de participação popular e do papel do Estado. A concepção de crime ultrapassa a lógica de preservação dos interesses nacionais, transitando pela ideia de proteção à integridade das pessoas e do patrimônio e culminando com a concepção de violência multicausal em que as afrontas ao exercício da cidadania passam a ser intolerados. A forma de participação da sociedade saiu da lógica da submissão e de recepção de benefícios atingindo a noção de participação nas decisões da esfera pública. E, ainda, o Estado

³⁰ A intervenção militar no estado do Rio de Janeiro no ano de 2018 é uma marca de que a transição do paradigma de Segurança Nacional para o paradigma de Segurança Cidadã ainda tem muito a caminhar para tornar-se uma realidade concreta no Brasil.

que deixa de se tomar, ora pelas Forças Armadas e ora pelas suas polícias, como centro na gestão da Segurança Pública, abrindo possibilidades para que a sociedade se envolva nas questões a ela atinentes. Do ponto de vista teórico, todas essas mudanças foram operadas; no entanto, é necessário perceber a contradição entre as transformações legais e a continuidade das práticas do período de Segurança Nacional.

Até mesmo o marco legal em vigência, fruto das lutas para a consolidação da democracia, a Constituição Federal de 1988 ainda conserva a Segurança Pública numa posição de oposição social, já que é uma das instituições que visa à defesa do Estado, ao lado das Forças Armadas e dos institutos jurídicos do Estado de Defesa e de Sítio. A Constituição atribui um papel importante à sociedade ao considerar “todos” como responsáveis e titulares de direitos à Segurança Pública. No entanto, somente especifica as atribuições dos órgãos oficiais do Estado para o provimento da segurança, não clarificando o modo como os cidadãos podem exercer sua responsabilidade, colocando-os como receptores do seu direito à Segurança Pública. No Paraná, em 2003, foi elaborado o Regulamento Geral dos Conselhos Comunitários de Segurança (PARANÁ, 2003), o qual, em 2016, fora reformulado (PARANÁ, 2016). No entanto, nota-se que essas instâncias, ao invés de garantir a participação de todos, acabam por burocratizar o processo de participação popular.

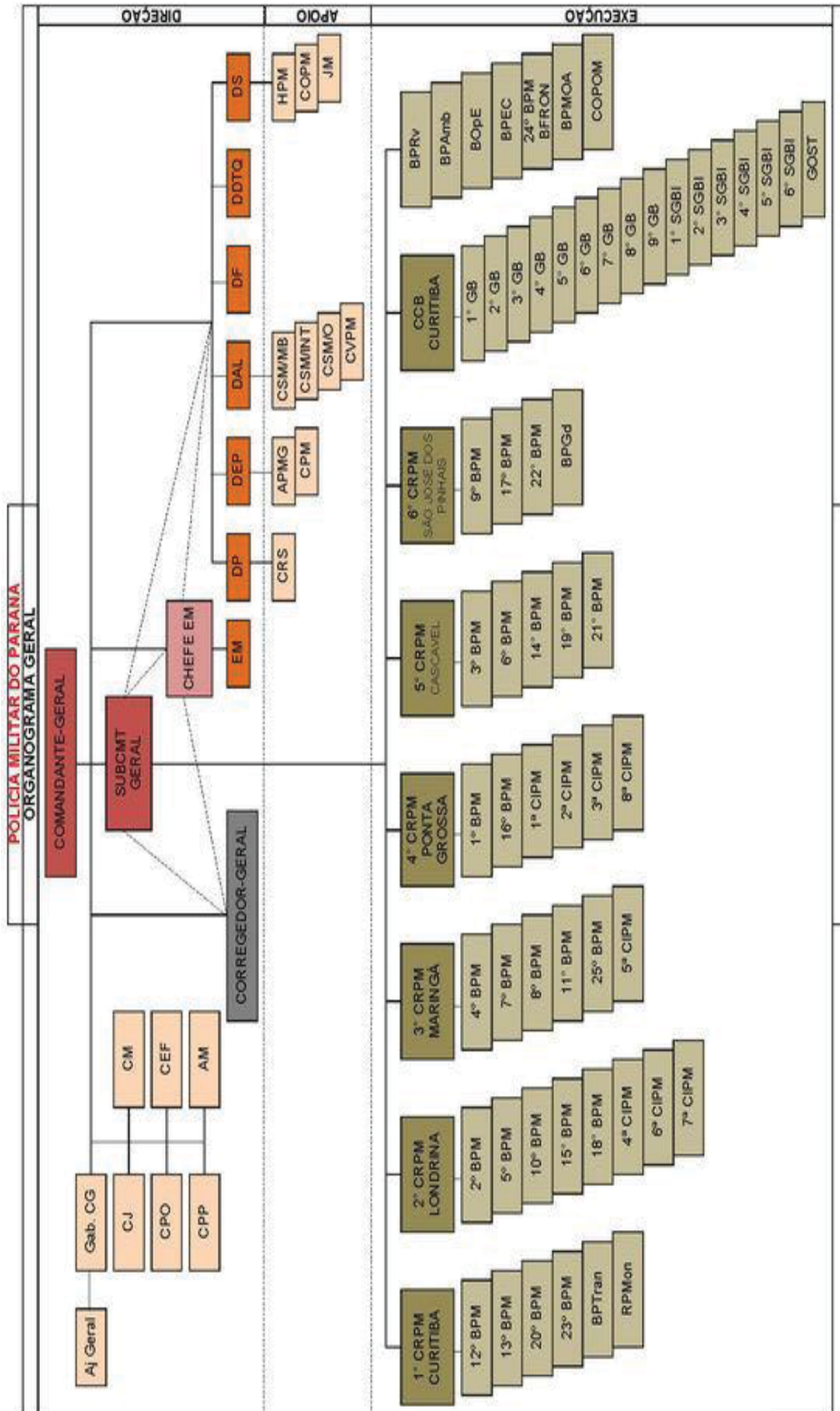
Ainda é possível notar pela análise das legislações federais (BRASIL, 1969, 1983) que as atribuições das Polícias Militares em âmbito nacional ainda são circunscritas pelo paradigma de Segurança Nacional já que a atuação das forças estaduais pode ocorrer, entre outras situações, em caso de guerra externa. No entanto, ao analisarem-se as legislações paranaenses (PARANÁ, 1954; 2010), é possível notar uma transição de uma lógica de Segurança Nacional para uma lógica de Segurança Pública ao atribuir à Polícia Militar funções de contato direto com a população desde atividades corriqueiras, passando a funções de polícia de trânsito e de polícia ambiental. Porém, percebe-se que, nas atribuições legais das polícias, tanto em âmbito federal quanto estadual, não se menciona de forma específica o modo de interação com a comunidade na sua prestação de serviço.

3.1.3 Particularidades da Polícia Militar Do Paraná

A Polícia Militar do Paraná, com seus mais de 150 anos de história, é uma instituição criada em 10 de agosto de 1854, pela Lei 1.943, de 23 de junho de 1954, em seu artigo 1º (PARANÁ, 1954). Nesse período, a corporação participou de episódios como a Guerra do Paraguai, Revolução Federalista, Guerra do Contestado, Revolta de 1924 e as Revoluções de 1930 e 1932 (POLÍCIA MILITAR, 2016).

O ano de 2010 trouxe mudanças legais referentes aos efetivos e a aplicação dos mesmos no território paranaense. A Lei Estadual nº 16.576, de 29 de setembro de 2010, fixou o efetivo da Polícia Militar em 26.747 militares estaduais (PARANÁ, 2010, b). Esse número representa os profissionais que realizam o Policiamento Ostensivo Geral, bem como Policiamento Rodoviário, de Operações Especiais, de Operações Aéreas, Ambiental, de Guardas, de Fronteira, Cavalaria, Escolar, além do Corpo de Bombeiros. A seguir, são apresentadas as unidades da Polícia Militar do Paraná, conforme o Organograma Geral da Corporação:

FIGURA 5- ORGANOGRAMA GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ



FONTE: SITE DA PMPR (2016).

As atividades da Polícia Militar são divididas em serviços administrativos, predominantemente realizados pelos órgãos de Direção e Apoio da corporação, e os serviços operacionais desempenhados pelos órgãos de execução. Apesar dessa divisão presente no organograma geral, é importante frisar que órgãos de Direção e Apoio também desenvolvem, em algumas condições, atividades de natureza operacional; e nos órgãos de execução, existem policiais que desempenham atividades de natureza administrativa. Geralmente, os serviços policiais de atendimento à comunidade em ocorrências criminais e não criminais são realizados pelos órgãos de execução.

Os órgãos de execução são escalonados em grandes comandos denominados Comandos Regionais de Polícia Militar (CRPM). O Estado está organizado em seis CRPMs, com sede respectivamente nas cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e São José dos Pinhais. O Comando do Corpo de Bombeiros (CCB), apesar de possuir todo o estado do Paraná como abrangência territorial, tem o status de Comando Regional.

Conhecida a organização territorial da PMPR, questiona-se: quais as atribuições específicas das Polícias Militares no campo da Segurança Pública? Enquanto as legislações federais apontam as funções de ordem geral para todas as Polícias Militares do Brasil, cada estado da federação, com legislações específicas, indica funções peculiares de suas Polícias em razão de singularidades locais. Na Constituição Federal, há a dupla subordinação das Polícias Militares brasileiras: de um lado, a submissão direta aos governadores dos Estados a que pertencem por definições específicas em cada Constituição Estadual; de outro, o funcionamento como forças auxiliares e de reserva do Exército Brasileiro, reguladas por legislações que antecedem a promulgação da Constituição de 1998, editadas durante a presidência de Costa e Silva (BRASIL, 1969) e o governo do presidente João Figueredo (BRASIL, 1983).

As legislações que tratam da subordinação das Polícias Militares dos estados ao Exército instituem que o órgão de controle e coordenação das Polícias Militares é o Ministério do Exército, hoje denominado Ministério da Defesa. Explicam ainda que compete às Polícias Militares a exclusividade do policiamento ostensivo fardado por meio do cumprimento da lei, da manutenção da ordem pública e garantia do exercício dos poderes constituídos; a atuação preventiva e repressiva; e o atendimento às convocações do Exército nas seguintes situações: guerra externa,

prevenção e repressão de graves perturbações da ordem, para assegurar o nível de adestramento e disciplina da tropa, em casos de calamidade pública e de estado de emergência (BRASIL, 1969, 1983).

Uma atribuição exclusiva das polícias militares é o denominado policiamento ostensivo, o qual é definido como:

Policiamento ostensivo, de competência da Polícia Militar, são todos os meios e formas de emprego da Polícia Militar, onde o policial é facilmente identificado pela farda que ostenta, como principal aspecto e de equipamentos, aprestos, armamento, meios de locomoção, para a preservação da ordem pública, observando critérios técnicos, táticos, variáveis e princípios próprios da atividade, visando a tranquilidade e o bem-estar da população. (MANOEL, 2004, p. 37)

O policiamento ostensivo, segundo Manoel (2004), apresenta as seguintes características: identificação, ação pública, totalidade, dinâmica, legalidade e ação de presença. Ainda, os princípios que embasam o policiamento ostensivo, segundo o mesmo autor, são a universalidade, a responsabilidade territorial, a continuidade, a aplicação, a isenção, o emprego lógico, a antecipação, a profundidade, a unidade de comando e o objetivo. Com o intuito de apresentar o que significam cada um dos termos, apresenta-se o quadro abaixo:

QUADRO 21- CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DO POLICIAMENTO OSTENSIVO

CARACTERÍSTICAS DO POLICIAMENTO OSTENSIVO	PRINCÍPIOS DO POLICIAMENTO OSTENSIVO
<ul style="list-style-type: none"> •Identificação: verificada pela farda, pelos equipamentos e pelos aprestos. •Ação Pública: a atividade de polícia é voltada para toda a população. •Totalidade: qualquer tipo de solicitação deve ter uma resposta da polícia. •Dinâmica: conhecimento do local e das pessoas para a aplicação do policiamento. •Legalidade: as ações da polícia devem ter base legal. •Ação de Presença: possibilidade de atendimento à população no menor tempo possível. 	<ul style="list-style-type: none"> •Universalidade: todas as ocorrências devem ser atendidas por todos os policiais. •Responsabilidade territorial: espaço específico de atuação de cada comando. •Continuidade: o serviço de policiamento é ininterrupto. •Aplicação: o policiamento deve ser realizado de forma atenta e ativa. •Isenção: impessoalidade e imparcialidade na ação. •Emprego lógico: racionalidade no uso dos meios pessoais e materiais disponíveis. •Antecipação: ações que visem evitar que crimes e problemas maiores aconteçam. •Profundidade: gestão das pessoas no local de risco. •Unidade de comando: em todas as ações sempre haverá apenas um comandante. •Objetivo: as ações da polícia visam à tranquilidade pública.

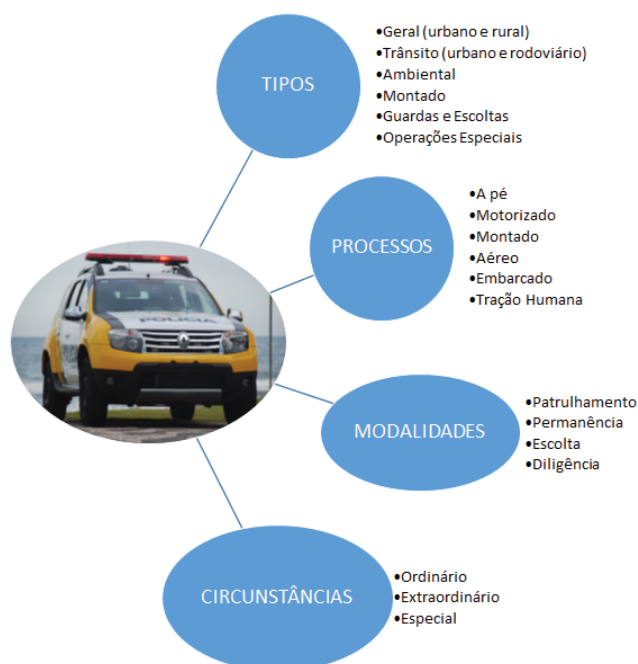
FONTE: VIANA E FREITAS (2018), ADAPTADO DO TEXTO DE MANOEL (2004).

Nota-se que o uso da farda e dos elementos que a compõem, como os armamentos, os equipamentos e os aprestos, caracterizam a ostensividade do policiamento realizado pela Polícia Militar. E a farda implica, segundo Soares (2006, b) mensagens para quem veste e para quem vê aquele (a) que a veste.

O uniforme de um policial é sua vestimenta funcional, mas é também uma mensagem dirigida à sociedade, na qual se reafirma a autoridade de quem a veste. A farda neutraliza a singularidade do indivíduo que a veste, substituindo-a por um papel público, cujo portador torna-se um agente público, cumpridor de funções institucionalizadas. Por isso, o comportamento do policial militar, na esquina - face mais tangível do Estado para a maior parte da população brasileira - pode valorizar ou comprometer o conjunto das instituições públicas. (SOARES, 2006, b, p.146)

Além das características e princípios, Manoel (2004) explica que o policiamento ostensivo é organizado em tipos, processos, modalidades e circunstâncias. Os tipos de policiamento ostensivo referem-se à forma de atuação e às ocorrências predominantemente atendidas pela polícia. Os processos de policiamento ostensivo indicam qual o meio de locomoção utilizado pela equipe policial para o desempenho da atividade. As modalidades de policiamento ostensivo evidenciam a forma de ação do policial, podendo ser móvel (patrulhamento), fixa (permanência), em atendimento de ocorrência (diligência) ou em custódia de pessoas ou bens (escolta). Por fim, as circunstâncias do policiamento ostensivo indicam a previsibilidade e o tempo de emprego dos policiais podendo ser em circunstância ordinária (rotineira, previsível e constante), extraordinária (eventual, imprevisível e temporária) e especial (eventual, previsível e temporária). Para sintetizar as várias possibilidades de organização do policiamento ostensivo, apresenta-se a figura que segue:

FIGURA 6 - POLICIAMENTO OSTENSIVO: TIPOS, PROCESSOS, MODALIDADES E CIRCUNSTÂNCIAS



FONTE: VIANA, FREITAS (2018), ADAPTADO DO TEXTO DE MANOEL (2004).

A Constituição Estadual estabelece que o Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar e que a essa instituição cabe as funções de polícia ostensiva, preservação da ordem pública, policiamento de trânsito urbano e rodoviário, policiamento de florestas e mananciais, bem como as atividades tipicamente de bombeiros: defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos. É a lei estadual 1943 (PARANÁ, 1954) que define que a subordinação da Polícia Militar ao governo do Paraná se dará através da, à época, Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça, hoje Secretaria de Estado da Segurança Pública e Departamento Penitenciário. Em 2010, a edição da Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná (PARANÁ, 2010) acrescenta as seguintes atribuições a esse órgão de Segurança Pública: funções de polícia judiciária militar; apoio ao Ministério Público e Poder Judiciário; garantia do poder de polícia dos órgãos e entidades públicas; honra, guarda, assistência militar, segurança e transporte de dignitário; e normas de polícia ostensiva.

Ante a uma gama tão ampla de atribuições, de que maneira ocorre a educação dos policiais militares para o exercício de suas funções como profissionais de Segurança Pública?

3.2 EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR COMO FORMAÇÃO

Realizou-se um recorte que indicasse as informações dos documentos oficiais que embasam as práticas educativas de policiais militares. Inicialmente, foram realizadas buscas de legislações e documentos federais e, na sequência, foram analisadas as legislações e documentos oficiais do Estado do Paraná que abarcam o tema.

3.2.1 Um recorte documental

Partimos da Lei de Diretrizes e as Bases da Educação brasileira (BRASIL, 1996), uma legislação posterior à elaboração da Constituição Federal de 1998. Nela, a única menção ao ensino militar está nas disposições gerais em seu artigo 83 que aponta que o ensino militar é regulado por lei específica; no entanto, não há um direcionamento em relação ao ensino policial militar, mas ao ensino militar genérico.

Quais são as legislações específicas a que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) se refere para o ensino militar? Há uma lei (BRASIL, 1999) que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro, mas em momento algum faz menção às Polícias Militares estaduais. No entanto, há duas legislações promulgadas durante a Ditadura Militar Brasileira, ainda em vigência, que normatizam o ensino policial militar.

O primeiro é o Decreto-Lei nº 667 (BRASIL, 1969), que estabelece que a “instrução” das polícias militares é regulada pelo Ministério do Exército, atualmente denominado Ministério da Defesa, e que cabe ao Estado-Maior do Exército emitir normas e diretrizes para fiscalizar a instrução das Polícias Militares. O segundo é o Decreto nº 88.777 (BRASIL, 1983) que apresenta um capítulo específico denominado “ensino e a instrução”. Nele, há uma listagem com definições de termos, dentre os quais se define que o adestramento é a “atividade destinada a exercitar o policial-militar, individualmente e em equipe, desenvolvendo-lhe (*sic*) a habilidade para o desempenho de tarefas para o qual já recebeu a adequada instrução” (BRASIL, 1983); porém, ao longo do texto legal, não há nenhuma definição sobre o termo “instrução”. O decreto ainda explicita que, para ascensão na escala hierárquica, os profissionais policiais militares deverão realizar cursos específicos.

3.2.1.1 A hierarquia e a disciplina: balizas para a ascensão hierárquica

Para compreender quais os cursos são realizados e como eles influenciam na carreira do policial militar, faz-necessário, antes, compreender dois pilares fundamentais do militarismo que embasam as relações profissionais na Polícia Militar: a hierarquia e a disciplina. O Decreto Federal 4.346, chamado de RDE - Regulamento Disciplinar do Exército (BRASIL, 2002), é aplicado de forma subsidiária à PMPR, e segundo o decreto:

Art. 7º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, por postos e graduações.

Art. 8º A disciplina militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar.

Para compreender a hierarquia militar na Polícia do Estado do Paraná, apresenta-se a divisão de postos e graduações a que o seu pessoal ocupa, conforme a figura que segue.

FIGURA 7- HIERARQUIA NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

OFICIAIS SUPERIORES		CORONEL ***
		TENENTE CORONEL /**
		MAJOR /***
OFICIAL INTERMEDIÁRIO		CAPITÃO ///
OFICIAL SUBALTERNO		PRIMEIRO TENENTE //
		SEGUNDO TENENTE /
PRAÇAS ESPECIAIS		ASPIRANTE +
		SUBTENENTE
PRAÇAS		PRIMEIRO SARGENTO.....
		SEGUNDO SARGENTO....
		TERCEIRO SARGENTO ...
		CABO ..
		SOLDADO .

LEGENDA:
* estrela de 6 pontas dourada
/ estrela de 4 pontas prateada
+ estrela de 5 pontas dourada
. indicativo de graduação do praça

FONTE: VIANA E FREITAS (2018), ADAPTADO DO SITE DA PMPR.

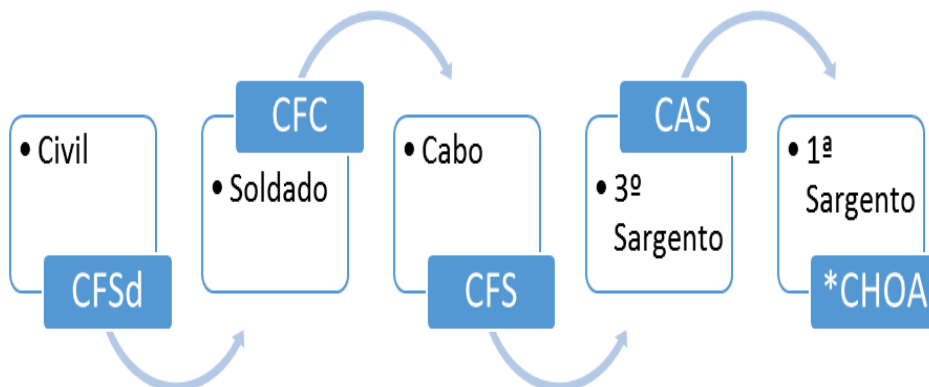
O policial militar pode ocupar duas carreiras distintas, a de Oficial e a de Praça.

A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico. Na hierarquia da Polícia Militar, o Oficial é preparado para a chefia e o comando. A eles se subordinam as praças (subtenentes, sargentos, cabos e soldados). Os Subtenentes e Sargentos formam o elo entre Oficiais e Cabos/Soldados, que são os elementos de execução. (ASFORA & DIAS, 2006, p.9)

A carreira de oficial é subdividida em: subalternos, intermediários e superiores. Os subalternos são os 1º e 2º Tenentes; os intermediários, os capitães; e os superiores, os maiores, tenentes-coronéis e coronéis. Entre os oficiais e as praças, há as chamadas praças especiais: os subtenentes que ocupam essa posição após passarem por todos os postos de praças, e o Aspirante a Oficial que é a etapa de adaptação do futuro Oficial à profissão após o seu período de formação na Escola de Oficiais.

Já as praças iniciam sua carreira como soldados através dos Cursos de Formação de Soldados (CFSd), que podem ser realizados na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) através da Escola de Formação, Especialização e Aperfeiçoamento de Praças (EsFAEP) ou nos Núcleos de Ensino (NE) espalhados em todas as sedes de unidades operacionais da PMPR em todo estado do Paraná. Para ascender na carreira, o soldado deve participar de concursos internos que o habilitam para frequentá-la os cursos que proporcionam a promoção aos níveis mais elevados da carreira, conforme a figura abaixo:

FIGURA 8- CURSOS PARA A ASCENSÃO HIERÁRQUICA DAS PRAÇAS



FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

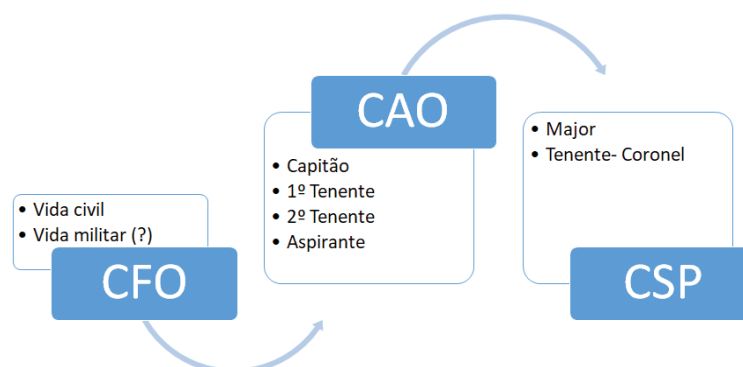
O Curso de Formação de Cabos (CFC) é a condição para que o soldado passe à condição de cabo. Para chegar à graduação de 3º Sargento, o cabo deve

realizar o Curso de Formação de Sargentos (CFS) e, para seguir ascendendo no grau hierárquico de sargento, deverá realizar, quando for 2º Sargento, o chamado Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS).

O Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos (CHOA) é uma possibilidade para policiais em qualquer grau da escala hierárquica que estejam há mais de cinco anos na corporação e que possuam curso superior. A conclusão do CHOA dá possibilidade de acesso à carreira de Oficiais já no posto de 2º Tenente (PARANÁ, 2006). No entanto, esse curso só foi oferecido uma vez na PMPR e está suspenso em decorrência de uma ação direta de inconstitucionalidade.

Já a carreira de oficiais pode ter início de duas maneiras. Uma pessoa civil pode iniciar sua carreira por meio da preparação para o Oficialato ou, ainda, uma pessoa que já estava na carreira militar (em outras corporações ou mesmo na carreira de praça da PMPR) opta por ingressar na carreira de Oficial da PMPR. O primeiro passo para o ingresso na carreira de oficial é a aprovação no concurso vestibular, atualmente realizado por meio de convênio entre a UFPR e a PMPR. Após a aprovação, o futuro oficial frequentará por 3 anos integrais o Curso de Formação de Oficiais, período em que receberá a designação de cadete. Com o término do curso, o cadete é declarado Aspirante-Oficial, período em que realiza estágios operacionais para o desempenho da função de Oficial. Na sequência, as promoções a 2º Tenente, 1º Tenente e a Capitão estão condicionadas à existência de vagas que são preenchidas por dois critérios: antiguidade (tempo de serviço) e merecimento (um dos critérios inclui a formação externa à corporação, com cursos de graduação e pós-graduação). Para promoção ao posto de major, o Oficial no posto de capitão deve realizar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO). No posto de Major ou Tenente-Coronel, é possibilitada a realização do Curso Superior de Polícia (CSP), condição para a promoção ao último posto da carreira, que é o de Coronel. A seguir, é apresentada uma figura esquematizando os cursos para ascensão hierárquica dos oficiais.

FIGURA 9- CURSOS PARA A ASCENSÃO HIERÁRQUICA DOS OFICIAIS



FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

A seguir, são apresentados todos os cursos ligados aos processos de ascensão hierárquica na Polícia Militar.

QUADRO 22- CURSOS PARA ASCENSÃO HIERÁRQUICA EM CADA FASE DA CARREIRA POLICIAL MILITAR

QUADROS	QUADROS ESPECÍFICOS	POSTOS E GRADUAÇÕES	CURSOS PARA ASCENSÃO HIERÁRQUICA
Oficiais	Oficiais Superiores	Coronel	Curso Superior de Polícia- CSP
		Tenente-Coronel	
		Major	
	Oficiais Intermediários	Capitão	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais- CAO
	Oficiais Subalternos	1º Tenente	
2º Tenente			
Praças	Praças Especiais	Aspirante-a-Oficial	
		Cadete	
		Subtenente	
	Graduados	1º Sargento	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
		2º Sargento	
		3º Sargento	
		Cabo	Curso de Formação de Sargentos
			Soldado

FONTE: VIANA, FREITAS (2018)

O decreto 88777 (BRASIL, 1983) estabelece que os cursos nas Polícias Militares podem ser de formação, especialização e aperfeiçoamento. Os cursos de Formação são quatro, no entanto, um deles não é mencionado no decreto, o de formação de soldados (CFSd). Os cursos de aperfeiçoamento são dois: de

aperfeiçoamento de Sargentos e de Oficiais. Os cursos de especialização podem ocorrer em qualquer das graduações, sendo pontuados para efeito de ascensão hierárquica, desde que as corporações os ofereçam. O Curso Superior de Polícia não se enquadra em nenhuma das categorias.

3.2.1.2 Cursos para além da promoção: educação para e na prática de policiais militares

Ainda de abrangência federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão pertencente ao Ministério da Justiça e Cidadania elaborou, em 2014, uma versão da *Matriz Curricular Nacional para ações formativas de profissionais de Segurança Pública* com uma proposta de educação inicial e continuada de policiais militares, civis e bombeiros militares. A Matriz propõe assuntos de núcleo comum entre policiais militares e civis e visa que as ações de treinamento levem em consideração as características da sociedade contemporânea, a construção de uma cultura de paz, o enfoque comunitário, a colaboração e a integração entre a justiça e a segurança, sem esquecer os princípios dos Direitos Humanos. Ainda, propõe que para que esse currículo se efetive, os fatos do cotidiano, os aportes conceituais e legais, bem como a operacionalização do aprendizado no dia a dia devem ser levados em conta. Foram realizadas algumas escolhas pedagógicas para a formação e capacitação dos profissionais de segurança pública: criticidade, complexidade, interdisciplinaridade, reflexões sobre os saberes indesejados no cotidiano educacional e modelo com vistas à segurança do cidadão (BRASIL, 2014).

No Estado do Paraná, a Lei de Organização Básica da Polícia Militar (PARANÁ, 2010) trata das atribuições do órgão denominado Diretoria de Ensino e Pesquisa e a chamada Portaria de Ensino da Polícia Militar (PARANÁ, 2014) traz as concepções pedagógicas da educação policial militar no estado. Um ponto de relevância é a consideração do ensino militar como um processo contínuo que envolve teoria e prática. Segundo a portaria, o ensino militar estadual visa compreender a atividade de Segurança Pública como exercício de cidadania, por meio da participação profissional, social e política em um estado democrático através de atitudes “de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância” (PARANÁ, 2014, p.3). O ensino militar estadual deve buscar, conforme a portaria, as seguintes condições: respeito aos

direitos humanos, posicionamento crítico, diálogo como instrumento de mediações, percepção do profissional como agente de transformação da realidade social e histórica da nação e conhecimento e valorização da diversidade social brasileira. A portaria inova ao trazer, além das modalidades de cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização, os cursos de atualização profissional e de capacitação, que visam à rotina de trabalho e não apenas à obtenção de títulos para ascensão hierárquica na carreira.

No entanto, para uma gama tão variada de atribuições, os Policiais Militares ainda apresentam, segundo a legislação e os documentos em análise, uma educação que não transitou completamente do paradigma da Segurança Nacional para o de Segurança Cidadã. Um dos motivos claros para sustentar essa afirmação é o de que as legislações federais que tratam do ensino policial militar formuladas durante a Ditadura Militar Brasileira, anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, coexistem com documentos atuais (BRASIL, 2014). Porém, não é só por questão temporal que as legislações apontam para a lógica da Segurança Nacional, mas também pelas terminologias utilizadas: “instrução” (BRASIL, 1969) e “adestramento” (BRASIL, 1983), ao lado de concepções de Segurança Cidadã com a consideração do contexto histórico e social do país (BRASIL, 2014).

Compreender qual a visão policiais militares da carreira das praças, especificamente na graduação de soldados, têm sobre a realidade da educação na Polícia Militar é um dos propósitos desta pesquisa. Para isso, apresentaremos na próxima seção como a Psicologia Social Comunitária pode ser uma aproximação que nos permita compreender a realidade cotidiana e educacional dos policiais militares e os impactos psicossociais decorrentes de suas vivências na corporação.

3.2.2 Educação Policial Militar e Formação Comunitária: Aproximações?

A história tem contribuído para que as concepções sobre criminalidade/violência e a busca por alternativas a essas situações sejam, prioritariamente, compreendidas por meio da individualização de condutas criminosas e pela visão punitiva como solução das dificuldades ligadas ao campo da Segurança Pública. Esta pesquisa busca realizar uma discussão através de uma outra ótica, na qual as relações estabelecidas no contexto social são o eixo central para a análise das variadas possibilidades de estudo e atuação no campo da

Segurança Pública. Para refletir sobre estes desafios, esta seção será composta de duas partes.

A primeira parte visa refletir sobre os caminhos pedagógicos nos quais os processos de formação de policiais para a prática em Segurança Pública se assentam, destacando-se, desde já, que, do ponto de vista legal e documental, há algumas dicotomias a serem discutidas.

Na segunda parte, pretende-se refletir sobre as proposições da Psicologia Social Comunitária, apontando aproximações e distanciamentos entre essa forma de pensar e agir na realidade social e os caminhos pedagógicos da formação policial. A partir disso, serão realizadas reflexões sobre os possíveis impactos desses caminhos sobre a formação policial e as nuances de maior ou menor impacto social e comunitário presentes. Aproximar a Psicologia do campo das políticas públicas de Segurança é um exercício, tanto do ponto de vista prático como do teórico, bastante desafiador.

3.2.2.1 Alguns caminhos pedagógicos da educação policial militar

A maneira como a educação policial militar ocorre nos chama para uma reflexão. Para isso, classificamos alguns aspectos das legislações e documentos estudados neste capítulo em dois caminhos pedagógicos que coexistem: um caminho que denominamos adaptacionista e um caminho que intitulamos de contextualizado. Os caminhos foram comparados através de cinco categorias: finalidade educativa, forma de acesso, interação educacional, relação com o conhecimento e concepção de segurança.

A categoria finalidade educativa propõe discutir sobre o foco ao qual se destina a educação policial, sendo indicadas duas finalidades concomitantes: a ascensão na carreira e a conexão com a sociedade. No caminho adaptacionista, a finalidade da educação é proporcionar ascensão à carreira por meio de cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento. Esses cursos são propostos para diferentes níveis hierárquicos e, somente após a conclusão deles, que o policial terá acesso a uma promoção na carreira. Tal caminho está refletido nas legislações que antecedem a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1969, 1983).

Art. 14 - O acesso na escala hierárquica, tanto de oficiais como de praças, será gradual e sucessivo, por promoção, de acordo com a legislação peculiar de cada Unidade da Federação, exigidos dentre outros, os seguintes requisitos básicos:

2) para promoção a Cabo: Curso de Formação de Cabo PM;

3) para promoção a 3º Sargento PM: Curso de Formação de Sargento PM;

4) para promoção a 1º Sargento PM: Curso de Aperfeiçoamento de Sargento PM;

5) para promoção ao posto de Major PM: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais PM;

6) para promoção ao posto de Coronel PM: Curso Superior de Polícia, desde que haja o Curso na Corporação. (BRASIL, 1983, s/p)

No caminho contextualizado, as atividades educativas são voltadas para a realidade prática do policial em atendimento às demandas da população e não necessariamente são compreendidas como requisito para a promoção do policial. Tal caminho é percebido nos textos da Matriz Curricular proposta pela SENASP (BRASIL, 2014) e pela Portaria de Ensino da PMPR (PARANÁ, 2014), ao entender o ensino policial como um processo contínuo que deve acompanhar a realidade social e refletir a necessidade de que os órgãos de Segurança interajam e garantam a participação dos cidadãos na formulação das políticas públicas de Segurança. Conforme se nota na Matriz da SENASP, a educação de profissionais de Segurança Pública deve levar em conta a:

Compreensão das formas de organização do Estado Moderno e dos papéis das instituições de segurança pública, dos seus profissionais e da sociedade na construção de uma cultura de paz para a humanidade. Atuação a partir de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e integração das ações de justiça e segurança. (BRASIL, 2014, p. 15)

Em relação à categoria formas de acesso, pretende-se discutir o modo como o policial poderá iniciar os cursos de formação, especialização, aperfeiçoamento e capacitação. Em relação a essa categoria, foram percebidas a forma de acesso seletiva e a forma de acesso abrangente. A forma de acesso é seletiva quando se trata de cursos que visam à ascensão na carreira, sendo que critérios de mérito

(exames intelectuais, tempo de serviço, entre outros) definem quem pode fazer os cursos dentro do número de vagas oferecido. Tal forma de acesso, geralmente ocorre através de concursos com grande concorrência, tornando o conhecimento, que poderia estar ao alcance de mais profissionais, restrito aos que conseguem a aprovação nos concursos internos, estando definida no caminho adaptacionista. O número de vagas é diferente, conforme cada edital para os cursos é disponibilizado.

A forma de acesso é abrangente para cursos que não geram efeito de promoção na carreira, sendo esses cursos voltados para temas pontuais de necessária formação continuada com congressos, palestras e formações específicas, inclusive com transmissões no sistema de webconferências para atingir o maior número de profissionais do Estado, estando por isso alinhada ao caminho contextualizado.

as ações formativas de segurança pública devem alcançar o maior número possível de instituições, de profissionais e de pessoas, por meio da articulação de estratégias que possibilitem processos de multiplicação, fazendo uso de tecnologias e didáticas apropriadas. (BRASIL, 2014, p. 38)

A categoria interação educacional visa discutir o modo como os participantes dos processos educacionais relacionam-se entre si, indicando dois caminhos que coexistem: o autorreferenciado e o relacional. As propostas autorreferenciadas, alinhadas ao caminho adaptacionista, são percebidas em processos educativos em que os alunos policiais são profissionais de um mesmo círculo hierárquico e os professores são de círculo hierárquico superior. Nesse modelo, ainda é possível perceber processos educacionais em que os alunos policiais militares são de círculos hierárquicos diferentes.

As propostas de interação educacional denominadas relacionais ocorrem quando são realizados eventos e cursos com a finalidade de obtenção de conhecimento para a realidade profissional em que policiais militares de diferentes círculos hierárquicos interagem com profissionais de outros órgãos policiais e, em alguns casos, com membros da comunidade que não são profissionais policiais, estando por isso alinhadas ao caminho contextualizado.

além de reconhecer as diversas possibilidades de atuação dos profissionais da área de segurança pública e de possibilitar que os cursos superiores de tecnologia em segurança pública possam ser organizados sobre diferentes ênfases, como por exemplo, segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa, ainda deu início a um processo sem precedentes na história da formação policial no Brasil, de interação entre as organizações policiais e inúmeras instituições de ensino superior do país (BRASIL, 2014, p. 19)

A categoria relação com o conhecimento tem a intenção de discutir o modo como o conhecimento é percebido e socializado, o qual, segundo os documentos estudados, transita entre uma concepção imposta e uma concepção dialógica. A concepção imposta, alinhada ao caminho adaptacionista, é percebida na lógica da “instrução” e do “adestramento”, ações que tendem a considerar o sujeito alvo da prática pedagógica como uma peça a ser ajustada num sistema harmônico, um sujeito que recebe comandos e, portanto, deve simplesmente executá-los. O adestramento é entendido como “atividade destinada a exercitar o policial-militar, individualmente e em equipe, desenvolvendo-lhe a habilidade para o desempenho das tarefas para as quais já recebeu a adequada instrução” (BRASIL, 1983, s/p).

A concepção dialógica, alinhada ao caminho contextualizado, está presente nos textos da Portaria de Ensino (PARANÁ, 2014) e da Matriz Curricular (BRASIL, 2014) e visa a uma educação que permita o questionamento, a criticidade e conexão com a realidade social, valorizando inclusive, o

conhecimento anterior: os processos de desenvolvimento das ações didático-pedagógicas devem possibilitar a reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultem das práticas dos indivíduos, das instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias dos saberes dos profissionais da área de segurança pública, concretamente envolvidos nas experiências que vivenciam no cotidiano da profissão (BRASIL, 2014, p. 39).

Por fim, a categoria concepção de segurança indica o modo como a Segurança Pública é encarada enquanto política, sendo indicadas as concepções restritas e ampliadas. As concepções restritas, vinculadas ao caminho adaptacionista, evidenciam os órgãos policiais como únicos responsáveis pelo provimento da segurança.

Porém, as concepções ampliadas de segurança pública percebem a importância de outros órgãos públicos e da sociedade civil organizada como atores

fundamentais, que contribuem junto aos órgãos policiais para gestão da segurança pública, estando por isso alinhadas ao caminho contextualizado.

O ensino militar estadual tem como objetivo geral favorecer a compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância (PARANÁ, 2014, p. 2)

Com o intuito de sintetizar as proposições dos dois caminhos - o adaptacionista e o contextualizado - segundo as cinco categorias (finalidade educativa, forma de acesso, interação educacional, relação com o conhecimento e concepção de segurança) apresenta-se o quadro que segue.

QUADRO 23- CAMINHOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO POLICIAL, SEGUNDO OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Categorias	Caminho adaptacionista	Caminho contextualizado
Finalidade educativa	Ascensão na carreira	Conexão com a realidade
Forma de acesso	Seletivo	Abrangente
Interação educacional	Autorreferenciado	Relacional
Relação com o conhecimento	Impositivo	Dialógico
Concepção de Segurança	Restrita	Ampliada

FONTE: VIANA, FREITAS (2018)

3.2.2.2 Pensando as aproximações

Apesar de os caminhos pedagógicos adaptacionista e contextualizado apontarem para polos diferentes e, por consequência, apresentarem diferentes impactos sobre o serviço da polícia em atendimento à população, ambos os caminhos coexistem e se entrecruzam nos processos de formação de policiais militares. Para refletirmos sobre isso, vamos trazer algumas pesquisas sobre a realidade policial, realizadas no setor de Educação da UFPR.

Os caminhos educacionais em que a lógica da defesa territorial, de um lado, e do contato direto com o cidadão, de outro, ainda que contraditórios, acontecem de forma concomitante. A atuação e a formação, pautadas na lógica da defesa territorial, ou no que Freire (2009) denominou de paradigma de segurança nacional, dificulta uma atuação de fato comprometida com a realidade social. Para Karpinski (2013) as práticas formativas de policiais militares têm sido alteradas e afastadas das atividades do Exército.

a função a ser desempenhada pelas polícias militares afasta-se das atividades das Forças Armadas: enquanto uma está relacionada com a defesa do Estado de um suposto inimigo personificado em ser humano, a atividade de polícia está disposta para enfrentar o crime, que tem causa em fatores sociais por vezes abstratos, geralmente desencadeados por omissão do Estado, que demandam estratégias socialmente elaboradas, através de estudos multidisciplinares. (...) novas estratégias de ensino policial estão sendo pensadas para a formação do oficial de Polícia Militar, notadamente estão sendo abandonadas aos poucos algumas instruções militares antigas e substituídas pelo ensino continuado com dimensões éticas e políticas inovadoras; mas, conforme alertam os pesquisadores, as mudanças dependem também da vontade política de implementar as novas filosofias de segurança pública. Com isso constatamos que as demandas governamentais são determinantes para o sucesso de projetos e programas na área da Segurança Pública. (KARPINSKI, 2013, p. 77)

Blasius (2008) indica avanços na educação do policial militar quando disciplinas contemplam a relação polícia e sociedade; no entanto, segundo ele, tais conhecimentos precisam ultrapassar a teoria cercada pelas paredes das academias militares e atingir a prática profissional cotidiana de atendimento à população.

curricularmente há preocupação da formação de um profissional de segurança pública autônomo, entendido aqui como aquele que será capaz de tomar decisões sozinho, decisões essas que serão de profunda importância para o desenvolvimento de suas atividades profissionais e de seu reconhecimento como bom profissional. Essa autonomia está diretamente relacionada à capacidade do soldado, após conclusão do CFSd, tomar decisões adequadas e imediatas. Essa autonomia será adquirida pelo soldado a partir do momento que as informações que receba em seu CFSd, representem um valor e tenham um significado para o desempenho de sua atividade profissional. (...). Demonstrar aos alunos do CFSd a importância de conhecimento para as tomadas de decisões, portanto para a autonomia profissional, não pode estar somente no contexto da sala de aula, deve ultrapassar as paredes e chegar à realidade que eles encontrarão. (BLASIUS, 2008, p. 74-75)

A discussão sobre os processos de formação de policiais avança com a pesquisa de Peres (2015), que traz a necessidade de que os princípios dos direitos humanos e da cidadania sejam a base para a formação de policiais militares.

A formação dos profissionais de segurança é um aspecto primordial que deve ser considerado, em especial se há a preocupação com uma formação orientada pelos princípios dos direitos humanos e do fortalecimento da cidadania. Nesse âmbito o discernimento sobre a função social deste profissional dentro da comunidade também é fundamental para que possa ocorrer uma adequada mediação entre os órgãos de segurança e a comunidade. Estas deveriam ser diretrizes da proposta das unidades de segurança em sua relação com os diferentes setores da comunidade. (PERES, 2015, p. 130)

Na mesma linha de pensamento, Goedert Filho (2016) analisa as práticas comunitárias realizadas pela Polícia Militar do Paraná, indicando que as atividades realizadas vão para o além do atendimento tradicional.

... [as] atividades realizadas pela PMPR e seus policiais militares (...) expandem as fronteiras da prática policial. Partem de ações simples com finalidade de “ser percebida” no espaço comunitário, passando por ações que podem colaborar para o acesso a informações sobre Segurança Pública, pela aproximação a outras Secretarias de Estado e organizações civis, práticas pedagógicas com diferentes estratégias, com potencial preventivo e ações sociais. Mesmo sem a indicação de transformações significativas para a realidade da sociedade, as atividades revelam, num primeiro momento, a disposição de participação da instituição policial-militar e dos policiais em um processo que “inclui” as comunidades. (GOEDERT FILHO, 2016, p. 150)

Porém, as práticas em comunidade realizadas, pelos policiais militares, indicam que atuações em conjunto com outros órgãos públicos e com a própria comunidade podem caminhar de modo a fazer do policial um entre outros agentes de catalisação de ações na e com a comunidade. “O policial deve conseguir perceber que ele não é, sozinho, o agente transformador, mas que (...) ele pode auxiliar para que esta comunidade seja a agente transformadora de sua própria vida”. (PERES, 2015, p. 146)

Tendo essas pesquisas por base, que reflexões a coexistência de legislações e documentos sobre a educação policial que oscilam de um caminho adaptacionista a um caminho contextualizado nos trazem? Essa liga pode ser traduzida em ações pedagógicas, no contexto das academias policiais que reflitam discursos e práticas incoerentes e contraditórias, trazendo impactos no trabalho de policiais militares no contato direto com a sociedade.

Pudemos perceber que as propostas educacionais do caminho adaptacionista de formação policial se distanciam da visão indicada pela Psicologia Social Comunitária, pois, nesse caminho, o sujeito em formação é compreendido como um mero objeto a ser ajustado ao meio social e comunitário no qual se encontra. Ainda, no caminho adaptacionista, a formação enfatiza processos de crescimento na carreira. Trata-se de uma educação voltada para a própria corporação e para carreira de seus membros.

O caminho contextualizado, por outro lado, parece indicar uma aproximação com as propostas da Psicologia Social Comunitária. Tais aproximações parecem revelar-se em propostas de formação que tem por escopo 5 aspectos:

a) *Olhar para a realidade da sociedade contemporânea.* É com base no que se vive, nos conflitos, dilemas e tensões sociais presentes no momento atual que reflexões e práticas se fazem. Trata-se de um movimento em que ocorre “uma ação intencional de desenvolvimento da consciência crítica, possibilitando ao indivíduo perceber a si no mundo e compreender como as determinações são produzidas por esta sociedade” (ZONTA, 2010, p. 102).

Esse olhar reflexivo e de ação, para e sobre a realidade, não é isento, no sentido de que não é qualquer reflexão/ação em sociedade que pode ser entendido como significativo enquanto impacto. Há que se “... identi[car] a diferença entre propostas e intervenções comunitárias, efetivamente, transformadoras, daquelas ações que são mantenedoras, embora possam ter um discurso aparentemente de transformação” (FREITAS, 2007, p. 183).

b) *Tomar o cotidiano por base.* Trata-se da “compreensão sobre o que acontece com as pessoas no seu dia a dia, sobre os significados que atribuem às vidas que têm, e sobre o tipo de relação que estabelecem com os demais durante o processo de intervenção comunitária” (FREITAS, 2010, p. 85). O policial pode ser compreendido como um membro da comunidade, mas também como um profissional que nela e com ela trabalha, sendo por isso sujeito e também sujeitado aos conflitos, dilemas e tensões da vida cotidiana e por isso esse dia a dia pode ser um entre os vários caminhos pedagógicos contextualizados.

c) *Interagir com demais atores da comunidade para o processo de construção de práticas.* Tal interação se expressa tanto pelo contato com os membros internos da comunidade, como também pelos demais profissionais que nela e com ela atuam. Trata-se da “consideración del outro como actor social que construye al mundo y que al ser parte de una relación de transformación de ese mundo, sólo puede ser visto como un agente, como un ser activo, creador, transformador, investigador, interventor” (MONTERO, 2007, p. 31-32). E ainda

é um trabalho desenvolvido coletivamente e em equipe, necessitando da participação de diferentes áreas profissionais e de conhecimentos interdisciplinares que permitirão uma análise e visão de totalidade histórica sobre os problemas vividos no cotidiano da população. (FREITAS, 2014, p. 76)

d) *Ter a criticidade como estratégia para a transformação da realidade.* Trata-se de um exame crítico das “ações cotidianas e opiniões acerca do mundo, da

vida, de si mesmos e de sua rotina (...). Um debruçar-se sobre fatos tão habituais que chegam a ser naturalizados e/ou considerados inevitáveis, proporcionando novas formas de conhecer a realidade” (OLIVEIRA, *et. al.*, 2008, p. 156). É um “confronto que o indivíduo possa fazer entre diferentes significados possíveis com a realidade que o cerca (...) condição para um pensamento crítico, para a criatividade que transforma as relações entre os homens” (LANE, 1986, p. 34).

e) *Valorizar o coletivo como ponto favorável para a aproximação comunitária.* Trata-se de

compreender de que forma as condições de vida das pessoas, e os sentimentos/significados psicossociais atribuídos contribuem para que as redes de convivência mais solidárias e cooperativas sejam criadas e fortalecidas e que incentivem a participação coletiva nas interações. (FREITAS, 2011, p. 105-106)

Após as reflexões sobre os caminhos pedagógicos adaptacionista e contextualizado, alguns questionamentos ficam: de que maneira as práticas educativas adaptacionistas e contextualizadas coexistem nos processos de formação de policiais na atualidade? Convém discutir até que ponto ainda é interesse do Estado a manutenção de práticas educativas e profissionais tão contraditórias entre si. Até que ponto é possível que elas convivam? Que reflexos essa convivência traz? De que maneira essas práticas são percebidas, valorizadas ou rechaçadas pelos diferentes atores da comunidade: a própria polícia (em diferentes círculos hierárquicos) e a sociedade por ela atendida? A quem a Segurança Pública serve: ao Estado ou a sociedade? Esses questionamentos indicam a necessidade de maior aprofundamento e pesquisa das temáticas relacionadas à formação de policiais no Brasil.

4 PROPOSTA METODOLÓGICA

A presente pesquisa, amparada em uma abordagem metodológica qualitativa, foi realizada com entrevistas a policiais militares da cidade de Curitiba no final do segundo semestre de 2017. Este capítulo apresentará como o instrumento da coleta de dados foi criado, os requisitos éticos envolvidos com esta pesquisa, os critérios utilizados para a seleção dos participantes, e ainda os procedimentos para a coleta e a análise dos dados.

4.1 A ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

A entrevista em profundidade é caracterizada, conforme Moré (2015, p. 127), pela “busca dos significados atribuídos à experiência humana”. Essa procura pelos significados acontece em um

espaço relacional privilegiado, onde o pesquisador busca o protagonismo do participante. Será nesse espaço, criado e proposto pelo investigador, que o participante expressará livremente suas opiniões, vivências e emoções que constituem suas experiências de vida, cabendo ao pesquisador o controle de fluxo das mesmas (MORÉ, 2015, p. 127).

Para Merlino (2009), o termo entrevista “em profundidade” aponta para uma contradição à ideia de superficialidade. A profundidade da entrevista é alcançada, para o autor, não só em razão do tempo de duração prolongada, mas, principalmente, devido ao modo como a entrevista é conduzida, buscando-se ir para além da superfície do óbvio e visível a fim de atender aos objetivos da investigação. Corroborando com essa visão, Gaskell (2002) destaca que a escolha pela entrevista individual tem por finalidade proporcionar um conhecimento minucioso sobre o modo de vida dos entrevistados, com suas experiências e biografias individuais. Gaskell (2002) ainda indica que a entrevista em profundidade pode ser uma ótima escolha para os casos em que os entrevistados sejam de difícil recrutamento.

Merlino (2009, p.126) indica a necessidade da criação de um tópico-guia a partir do problema e dos objetivos da pesquisa, chegando-se aos eixos temáticos ou “areas de indagación”, que, segundo ela, são “areas temáticas que al ser tocados en la conversación propician la construcción cooperativa de um discurso que abordará dichos tópicos, y del cual podremos analizar algo de la subjetividad del entrevistado”.

O tópico-guia dessa pesquisa foi construído tomando por base quatro eixos temáticos: “I- Rotina de serviço”, “II- Memórias sobre a escola de soldados”, “III- Vivências do estágio operacional”, “IV- Outros cursos realizados além do Curso de formação de soldados”. A partir desses eixos, foram realizadas duas conversações informais com dois policiais militares com mais de 20 anos de trabalho na corporação, com a intenção de que falassem livremente sobre cada um dos eixos temáticos. A partir das informações trazidas pelos policiais, várias questões foram elaboradas a fim de atingirem-se os objetivos propostos para esta pesquisa. As perguntas passaram por um processo de análise e de organização com o intuito de permitir que a entrevista fosse fluida e os conteúdos tivessem uma sequência, assim as questões foram agrupadas de acordo com os eixos temáticos anteriormente estabelecidos. Uma nova análise das perguntas foi realizada, tendo sido reagrupadas e reordenadas, resultando no instrumento apresentado no Apêndice 4.

4.2 QUESTÕES ÉTICAS RELACIONADAS À COLETA DE DADOS

Após a delimitação metodológica ter sido concluída, apresentou-se o projeto de pesquisa ao Comandante do 1º Comando Regional da Polícia Militar (1º CRPM) por meio de uma carta. A execução da pesquisa foi autorizada conforme despacho nº 203/2017, datado de 17 de abril de 2017, realizada no verso da carta, sendo ambas apresentadas no Apêndice 1. Em conformidade com a resolução número 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, que aprova as diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Artes do Paraná (FAP), obtendo aprovação conforme o protocolo 79765817.0.0000.0094, da Plataforma Brasil, exibido no Apêndice 2.

A opção pela submissão deste projeto ao Comitê de Ética da FAP se dá em razão da parceria entre as entidades Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Polícia Militar, expressa no Regimento Geral da UNESPAR, que, em seu artigo 2º, inciso III, elenca a Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) como Campus São José dos Pinhais. Outro ponto é que a instituição coparticipante Polícia Militar do Paraná (PMPR) autorizou a realização da pesquisa com policiais militares pertencentes ao 1º Comando Regional e, tendo em vista que o objeto da pesquisa é a educação dos profissionais policiais militares gerida pela Academia Policial Militar

do Guatupê (APMG), que é uma instituição ligada academicamente à UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná), notou-se a pertinência da submissão do projeto ao CEP/FAP. Ainda, como tanto a PMPR como a APMG não possuem Comitês de Ética em Pesquisa, entendeu-se que, devido ao objeto de pesquisa, seria pertinente a submissão a um Comitê de Ética do próprio estado do Paraná.

4.3 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os policiais militares que participaram desta pesquisa foram selecionados conforme os seguintes critérios:

- a) desempenharem atualmente seus trabalhos em contato direto com a população;
- b) pertencerem à graduação de Soldados;
- c) atuarem em unidades da PMPR que correspondem à área de atuação do 1º Comando Regional de Polícia Militar³¹, na cidade de Curitiba.
- d) terem sido incluídos na corporação entre os anos de 1987 e 2017.

A decisão metodológica de estabelecer o lapso temporal dos últimos 30 anos de ingresso na corporação como critério para seleção dos participantes da pesquisa teve dois intuitos. O primeiro foi o de compreender a realidade de policiais militares que entraram na corporação após o término do Regime Ditatorial Militar. O segundo foi o de entender como as gestões governamentais do estado do Paraná refletiram no processo de educação desses profissionais. Assim, foi selecionado um policial para cada mandato governamental entre os anos de 1987 e 2017, conforme o quadro que segue:

³¹ O 1º Comando Regional de Polícia Militar tem sob a sua responsabilidade as seguintes unidades operacionais: 12º BPM, 13º BPM, 20º BPM, 23º BPM e BPTran, conforme nota-se no mapa apresentado no Anexo A. Policiais de unidades administrativas sediadas em Curitiba e que prestam serviço de atendimento à comunidade também foram selecionados.

QUADRO 24- DISTRIBUIÇÃO DE ENTREVISTADOS SELECIONADOS, CONFORME O ANO DE INCLUSÃO POR PERÍODO DE MANDATO GOVERNAMENTAL

Gestões Governamentais		
Período	Governador	Nº de entrevistados
1987- 1991	Álvaro Fernandes Dias	1
1991-1994	Roberto Requião	1
1995-1999	Jaime Lerner	1
1999-2003	Jaime Lerner (2º mandato)	1
2003-2006	Roberto Requião	1
2006-2010	Roberto Requião (2º mandato)	1
2010-2011	Orlando Pessuti	1
2011-2014	Carlos Alberto Richa	1
2014- 2018	Carlos Alberto Richa (2º mandato)	1
Total		9

FONTE: VIANA E FREITAS (2018).

4.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Após todas as aprovações, foi realizada a seleção de policiais militares das diferentes unidades sediadas na capital do Estado. Optou-se por realizar uma ligação para o participante em potencial, explicando sobre a pesquisa e verificando a disponibilidade do policial em responder à pesquisa. Nessa ligação, com a intenção de minimizar possíveis exposições dos participantes e evitar desgastes administrativos para a concessão das entrevistas, era ofertada ao policial a possibilidade de realizar a entrevista em seu próprio local de trabalho ou em outra unidade da Polícia Militar.

No horário e local agendados, antes de iniciar a entrevista, os participantes foram informados, agora pessoalmente, sobre os propósitos da pesquisa, sendo disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi lido juntamente com os participantes. Os mesmos foram informados de que, ao longo da entrevista, poderiam, a qualquer momento, se recusar a dar continuidade às respostas. O pesquisador solicitou aos participantes a autorização para que a entrevista fosse gravada em áudio, através de um aplicativo de *smartphone*.

5 RESULTADOS

Este capítulo apresentará os resultados da pesquisa de campo e está organizado em cinco partes. A primeira caracteriza os participantes da pesquisa. A segunda e a terceira partes trazem as memórias dos participantes, respectivamente, em relação à fase acadêmica do curso de formação de soldados e aos estágios operacionais realizados. A quarta parte apresenta as atuais rotinas de trabalho dos policiais entrevistados. A última mostra os horizontes educacionais dos entrevistados, tanto dentro como fora da corporação policial militar.

Seguindo a proposição de Merlino (2009), o material gravado em áudio, mediante a autorização dos participantes, foi transcrito, já que é justamente na transcrição que surgiram os diversos conteúdos de análise. Foram realizadas, ainda, conforme recomendações do autor, as notas de campo, as quais constituíram material de auxílio para a análise dos textos transcritos.

O conteúdo transcrito foi transferido para uma planilha de Excel, sendo as colunas referentes aos participantes e as linhas referentes às perguntas. Posteriormente, cada linha referente a uma pergunta da entrevista foi analisada de forma a comparar as diferentes respostas dos entrevistados para a mesma pergunta, possibilitando a identificação das temáticas recorrentes e divergentes. A partir destas temáticas foram-se criando categorias que permitiram a análise dos dados.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada com a entrevista de 9 (nove) policiais militares, da graduação de soldados e que desempenham suas atividades em diferentes unidades da cidade de Curitiba. A fim de preservar o sigilo sobre a identidade dos entrevistados e sobre as informações por eles fornecidas, eles serão identificados com a letra E (de entrevistado), acompanhada de um número sequencial que vai de 1 a 9. Entre os nove entrevistados, apenas uma era do gênero feminino.

As idades que os participantes ingressaram na corporação variam entre 19 e 31 anos, sendo que a idade média de ingresso dos participantes é de 25,3 anos. A maioria dos participantes (7) ingressou na corporação com menos de 30 anos de

idade, reflexo da legislação que até pouco tempo impedia que pessoas com idade superior a 30 anos ingressassem na Polícia Militar do Paraná. Todos os entrevistados tinham mais de 30 anos e menos de 50 anos de idade na data da entrevista, sendo que suas idades variam entre 31 e 47 anos.

O tempo de serviço na corporação variou conforme os critérios para a seleção dos participantes estabelecidos no item 4.3 desta dissertação. O critério de seleção dos participantes, segundo os mandatos governamentais entre os anos de 1987 e 2017, não teve qualquer impacto sobre os resultados, não sendo encontradas diferenças significativas em cada uma das gestões, motivo pelo qual os resultados serão apresentados sem fazer a indicação de qual foi a faixa governamental que o (a) entrevistado (a) foi incluído (a) na corporação.

Há variações no tempo de duração dos cursos de formação de soldados entre os entrevistados, sendo o menor tempo o de 5 meses e o maior o de 12 meses, tendo uma média de tempo de (8,9) aproximadamente 9 meses de duração.

Dos 9 participantes, 6 ingressaram na Polícia com o Ensino Médio e 3 com o Ensino Superior. Inicialmente era exigido, conforme o Código da PMPR (PARANÁ, 1954) que o candidato à carreira de praça fosse alfabetizado, porém, atualmente, por meio da alteração dada pela Lei Estadual 1752/2013 (PARANÁ, 2013), passou a ser obrigatório que o candidato tivesse concluído o Ensino Médio. Há discussões, a exemplo do projeto de lei 482/2015³² em tramitação na Câmara dos Deputados, que buscam exigir que a conclusão do Ensino Superior seja requisito para ingresso à carreira de policiais militares. Dos 6 candidatos que ingressaram com o Ensino Médio, 1 deles se manteve com essa formação, 4 concluíram o Ensino Superior (sendo 1 deles com curso de Pós-graduação *strictu senso* em andamento) e 1 está com o Ensino Superior em andamento.

5.2 MEMÓRIAS SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS

As memórias dos entrevistados em relação aos seus cursos de formação de soldados foram organizadas e analisadas em três eixos. O primeiro resgata as vivências da fase acadêmica, as disciplinas ministradas e os professores envolvidos

³² Disponível em <camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=949167>, Acesso em 08 de março de 2018.

nesse período. O segundo aborda os aprendizados e as marcas dessa fase da formação policial, bem como aspectos entendidos pelos entrevistados como falhos nesse período. O terceiro indicará o modo como os entrevistados compreendem as atividades de campo e marcha, geralmente realizadas durante os cursos de formação de soldados.

5.2.1 A fase acadêmica do Curso de Formação de Soldados

Os entrevistados, ao serem indagados sobre a fase acadêmica do seu curso de formação de soldados, indicaram que o ingresso na corporação foi percebido por meio das seguintes mudanças: para alguns, pelo fato de deixarem a condição de desempregados ao ingressarem na corporação; e para todos e, em diferentes aspectos, os impactos da vida militar em comparação com a vida civil.

Para os entrevistados E2 e E5 o desemprego e a busca por melhores condições de vida foram influências para o ingresso na corporação.

Para mim era tudo novo (...). Eu já tinha passado em outros dois concursos estava esperando me chamarem (...). Eu fiz a inscrição, eu tinha estudado um pouco e como eu tinha feito o cursinho há pouco tempo, né, para outro concurso... mas só que levou um tempo para me chamarem. Eu estava até perdendo a esperança ... (E5)

Eu fiz o primeiro concurso, e graças a Deus, já passei de primeira. (...). Um choque de cultura muito grande, né. Eu morava no sítio, na roça e estudava na cidade vizinha que ficava à 12 Km do sítio, então era meio sofrido. E, dali eu vim para cá. Daí fiquei um mês desempregado e já passei no concurso, quando era setembro eu já estava empregado e como dizia na época assinando o livro preto³³. (E2)

Pode-se notar que a questão econômica é um fator relevante para o ingresso na Polícia Militar, uma vez que a estabilidade do concurso público é entendida como uma possibilidade ante aos cenários de desemprego. No caso de E5, havia a dificuldade financeira para o pagamento da inscrição e, apesar da aprovação, houve um tempo de dois anos até que fosse incluído no serviço público. No caso de E2, a busca por melhores condições financeiras o fez inclusive mudar de cidade, saindo

³³ “Assinar o livro preto”: refere-se à assinatura de um livro ata, certificando o ingresso como servidor público do Estado, que geralmente apresenta uma capa na cor preta.

de uma cidade interiorana, e vindo a morar na cidade de Curitiba. Diferente de E5, E2 foi aprovado no concurso e, rapidamente, incluído na corporação.

Apesar de E2 ter entrado na Polícia Militar num momento em que estava desempregado, seu relato aponta que os policiais militares que ingressaram recentemente na corporação buscam a carreira policial em razão do salário e não pelo trabalho finalístico da Polícia, e isso fica claro em suas palavras:

Eu vejo que hoje, por algumas turmas que tiveram no nosso batalhão que, às vezes, a gente brinca... “Que turma... que turminha, hein”, porque não tão formando mais como antigamente. Tipo, eu acho que devido a situação de quem está entrando na polícia vir mais uma questão de emprego do que aquela vontade de defender a população... temos muitos aí que entram, até conversando: “Eu entrei na polícia, porque eu estava desempregado!” Eu entrei na polícia, na época, porque eu estava desempregado também, mas entrei porque gostava. Até hoje, eu já tive oportunidade de trabalhar interno, estou há mais de 20 anos na rua e pretendo, se Deus quiser, me aposentar trabalhando na rua. (E2)

O fator econômico é prioritariamente relevante para policiais que ingressaram recentemente na corporação, na visão de E2, sendo que o aspecto do trabalho final da polícia acaba sendo prejudicado. Há opiniões de que a formação não tem ocorrido “como antigamente”, denotando a incapacidade dos cursos de despertar nos novos policiais a vontade de trabalhar em atividades de rua.

5.2.1.1 Impactos da vida militar

As vivências dos entrevistados no curso de formação de soldados apontaram alguns impactos da vida militar e sua distinção da realidade civil. Esse impacto é percebido de modo diferenciado para os que tiveram experiências nas Forças Armadas.

Eu me recordo assim, né... foi uma transição do mundo civil, do mundo paisano, no nosso linguajar, assim, para mim como eu nunca passei pelo Exército, para mim foi muito diferente de tudo o que eu vivia antes. Foi uma adaptação mesmo, assim de regras que eram impostas e que ao mesmo tempo eu tinha que cumprir. Mas, foi bem legal, foi um crescimento, na verdade. (...). Assim, estas cobranças, primeiro de asseio pessoal. Que tinha que estar com o cabelo... (aponta para o próprio cabelo) e no mundo civil eu já era mais largado, vamos dizer assim. Principalmente na formação, a gente pede permissão para isso para aquilo, para tudo o que você vai fazer, você vai pedindo permissão, e se não for acatada aquela permissão você fica sem fazer. No mundo civil, eu já não era tão assim, eu tinha um pouquinho mais de liberdade de fazer. Lógico, se eu fizesse alguma coisa que desse na trave, também ocorria a

minha punição... é diferente, eu era advertido. Com o tempo a gente vai entendendo o porquê de tudo isso também, a filosofia de tudo isso, o militar... as regras, o que rege as normas e tudo mais. (...) até mesmo da visão, que todo mundo... do paisano quando você fala do militar, de nós policiais ou até mesmo do Exército, o pessoal pensa naquela perfeição, assim, né... um mundo perfeito, um mundo à parte, mais certinho, a vírgula no lugar da vírgula, o ponto no lugar do ponto. E não, que seja 100 por cento desse jeito, mas funciona melhor desse jeito, sendo mais rígido, tendo mais regras e, se não acatar as regras, justamente tem a punição. (E8)

Olha, o curso de soldados foi para mim que saí lá do interiorzão, então, foi assim, um troço de outro mundo. Porque eu sou o único militar na família, né. Então, da “linha do militarismo”³⁴ eu não sabia de nada, não conhecia nada. (E2)

Então, foi algo novo para mim, porque eu, eu nunca trabalhei em área de segurança, nada, e também não tinha passado pelo Exército, então foi uma experiência totalmente nova e que eu acabei, é... aceitando este desafio e conseguindo, e pra mim não teve tantos problemas, assim de aceitação ou de adaptação a esse meio, para mim foi, foi tranquilo. (E4)

Neste primeiro dia... já colocaram todo mundo numa linha do maior para o menor, já fizeram 3 pelotões. Daí, já tiraram quem tinha servido o Exército para dar aquela base de Ordem Unida³⁵ (...). Eu vim do Exército, né... como eu servi, até que para mim não estava tão difícil... (E6)

A hierarquia e a disciplina foram retratadas na identificação com farda, nas regras da vida militar, na organização e na postura. Essas foram algumas diferenças percebidas e mudanças vivenciadas da vida civil para a vida militar. Indicou-se que a transição da vida civil para a vida militar traz impactos para além do ambiente da corporação.

A hierarquia, né.... É interessante, porque a gente tem que ter aquele respeito ali no serviço, tudo... mas acaba sendo um amigo fora, é legal isso... sei lá... essa diferença... quando eu entrei na escola, parece que realmente, assim... era para mim e eu não sabia. Gostei, me identifiquei bastante, com a farda, com tudo, gostei... na escola... sempre o pessoal tem aquela assim... “ah, vou ficar final de semana, aí tudo assim...” Fazia tão

³⁴ “Linha do militarismo”: conjunto de ideias, valores e práticas que constituem a identidade do militar.

³⁵ Ordem Unida: Segundo o Manual C22-5 do Exército Brasileiro: “A Ordem Unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes – instrutores e instruendos, comandantes e executantes – como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra.”(p. 1-2) Disponível em: <http://www.cciex.eb.mil.br/arquivos/docs/publicacoes/manuais/c22-5.pdf>

normal as coisas assim que poucas vezes eu fiquei lá no final de semana na academia por uma punição, por alguma coisa, e foi bem interessante. (E5)

Na verdade, a vida civil com a vida militar... muda bastante. Até hoje, assim, a minha vida pessoal, até pela postura aqui de dentro, do militarismo, mudou bastante coisa. Em casa, também, você acaba ficando, assim... não que eu era desorganizado, mas eu me tornei mais organizado... educação, assim, muda um pouco... bastante... assim, a postura, o jeito de você falar com as pessoas. (E9)

Ah, foi aquela coisa de você vestir primeiramente uma farda... é uma coisa nova é uma mudança muito grande para nós que viemos da vida civil entrando no militar... foi uma coisa impactante... uma das coisas, assim... o convívio familiar mudou bastante... tinha coisas que você se reserva a não fazer quando você é militar, você muda algumas características como pessoa, né! Algumas pessoas que a gente anda, a gente não anda mais, então essa parte que é uma mudança que diz da vida militar. Outra mudança da vida civil para militar é o uso da farda e você se integrar totalmente a sua família.... Eu achei que foi bastante importante e deu um norte para minha formação, depois acadêmica também e como pessoa... eu acho que eu melhorei bastante.... É porque como a gente é militar, algumas pessoas não entendem o processo (...). Então, algumas coisas que se você aguentar, por exemplo, numa festa de família ou, numa coisa nesse sentido, assim as pessoas “caindo de pau” em cima de você... não entender o seu serviço por ser uma coisa de repercussão muito grande, né... Então as pessoas começam a te evitar, algumas pessoas começam a te evitar por causa do teu modo de pensar, que, às vezes, é diferente do dela... (E3)

Os entrevistados indicaram características do militarismo que os impactaram em suas vidas cotidianas. O funcionamento da organização militar, o uso da farda e as características do trabalho policial trouxeram mudanças para as suas vidas. Quanto ao funcionamento da organização militar, os impactos indicados pelos entrevistados foram: o cumprimento rígido de regras, a cobrança por asseio pessoal, a solicitação de permissão para diferentes situações do dia a dia, as punições típicas do período de formação policial (inclusive com a supressão do descanso em fins de semana), a hierarquia e a organização como características que permitem o funcionamento organizacional. Quanto ao uso da farda, foi indicada uma necessidade de mudança de postura por parte dos entrevistados, inclusive na maneira de falar com as pessoas. Além disso, as características do trabalho policial militar trouxeram como consequência uma mudança das relações com amigos e familiares, especialmente, como aqueles que questionam os trabalhos desenvolvidos pela polícia.

Outra temática citada pelos entrevistados como memória do seu curso de soldados é o que se chama no jargão militar de “sugação”. Por sugação, entende-se

um conjunto de atividades cansativas e desgastantes. Um dos entrevistados indica que já foi mais difícil, que hoje “o pessoal tá tendo mais tato na formação dos soldados, principalmente pelos superiores. Os nossos oficiais estão tendo mais tato, devido a este negócio de Direitos Humanos. Aquela época era muito sugado, não tinha essa conversa de Direitos Humanos” (sic). Os mecanismos de sugação eram/são variados: pagar apoio³⁶, punho cerrado³⁷, “paga 10”³⁸, cumprir pernoite³⁹. Um entrevistado comentou que “achava que não ia suportar. (...). Éramos numa turma de mais de 50 alunos e muitos não aguentaram a escola. Pediram baixa⁴⁰ antes de se formar. Só sobrou os guerreiros mesmo, quem suportava tudo aquilo, mas eu mesmo achava que não ia conseguir”. A sugação também foi retratada por práticas de humilhação.

Às vezes tinha palavras que o pessoal acabava falando para gente que ficava uma situação bem chata, né... A gente estava todo dia acordando às 5:30 da manhã, todo dia, você debaixo do sol e eles te chamarem de vagabundo. Acho que é meio chato, né... ficar de joelho no sol. (...). Não é fácil você pegar várias pessoas e transformar em policiais, que é uma profissão que tem que ser bem treinado. Mas, assim, (...) algumas coisas eu acho meio exagerado. (E9)

De acordo com França e Gomes (2015)

a formação em alguns cursos policiais também acrescenta o sofrimento como um tipo de pedagogia naturalizada pelos instrutores e depois reproduzida pelos alunos. (...) A “pedagogia do sofrimento” presente nos cursos policiais militares e sua relação com um “*éthos guerreiro*” que legitima o ideal belicista enaltecido pela cultura institucional [e] (...) a crença policial militar de que esse tipo de pedagogia seja necessário para fazer o profissional PM crer que o curso o habilita e o fortalece para as situações encontradas nas ruas, as experiências escolares com os PMs mostram a falta de preparo profissional dos instrutores que enaltecem o sofrimento e desconhecem a lógica de poder e dominação presente nas ações desencadeadas por eles mesmos. (FRANÇA, GOMES, 2015, p. 143)

³⁶ “Pagar apoio”: referência ao exercício físico de flexão de braço no solo, tendo a mão apoiada no chão.

³⁷ “Punho cerrado”: exercício idêntico ao da nota anterior, porém ao invés de apoiar a palma das mãos do chão, as mãos estarão fechadas, apoiando-se as falanges dos dedos no chão para execução do exercício.

³⁸ “Pagar 10”: realizar 10 movimentos de algum exercício físico típico militar (exemplos: flexão comum, flexão com o punho cerrado, abdominal, entre outros).

³⁹ Pernoite: período após o jantar em que os militares fazem uma formação militar, recebem recados e/ou ordens dos superiores hierárquicos.

⁴⁰ “Pedir baixa”: solicitar o desligamento da carreira militar.

A “sugação” foi percebida em decorrência da falta de estrutura de um núcleo de ensino do interior do estado para receber os alunos.

Não tinha alojamento, não tinha nada... lá não tem. Isso que mexeu um pouco com a minha vida, né. Por eu ser de fora... eu cheguei lá... mas isso a gente já sabia... no dia, no dia a gente já sabia. Quem for para lá, não tem alojamento. “Não more no Bairro A, não more no Bairro B, não more em tal lugar”, porque são os bairros complicados demais, não tem alojamento. “Vão antes e se virem”... (E6)

As estratégias de “sugação” não eram dirigidas para uma pessoa específica, mas para o grupo de pessoas em formação, ou seja, os alunos enquanto coletivo eram alvos da “sugação”. Para um entrevistado formado no início da década de 1990, a formação com estratégias de “sugação” é oposta aos princípios de Direitos Humanos, indicando que na atualidade é possível perceber mudanças, já que há mais “tato” por parte dos oficiais. Por outro lado, um entrevistado formado após o ano de 2015 relata práticas de sugação muito similares às vividas pelo formado no início da década de 1990.

A matriz curricular para a formação de profissionais de Segurança Pública indica

A necessidade de reflexões e discussões sobre o ‘currículo oculto’ presente nos rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, nos modos de organizar o espaço e o tempo da escola, e que conformam saberes não desejados no cotidiano escolar. (BRASIL, 2014, p. 17)

5.2.1.2 Os professores e as disciplinas do Curso de Formação de Soldados

Passaremos a analisar as lembranças sobre os professores e as disciplinas do Curso de Formação de Soldados. Em relação aos professores, os entrevistados foram unânimes em relatar que, em sua maioria, os professores dos Cursos de Formação de Soldados são Oficiais da Polícia Militar, sendo que três entrevistados comentaram que os professores eram exclusivamente oficiais. Seis entrevistados disseram que nos seus cursos, apesar da preponderância de Oficiais, alguns praças também atuaram como professores; e, apenas um entrevistado relatou a presença de civis como professores em seu curso de Soldados.

Já em relação às disciplinas do Curso de Formação de Soldados, solicitou-se aos entrevistados que citassem as disciplinas do seu curso. Foram citadas um total de 31 (trinta e uma) disciplinas, sendo que 12 (doze) delas foram mencionadas mais de uma vez. A disciplina mais comentada pelos entrevistados foi a de Ordem Unida, com um total de 5 citações, seguida pelas disciplinas de Tiro Policial, Abordagem Policial, Educação Física e Direito Penal com 4 (quatro) citações cada uma. A disciplina de Deontologia foi citada 3 (três) vezes. Entre as disciplinas com 2 (duas) citações estavam Direito Constitucional, Defesa Pessoal, Direito Civil, Regulamentos Disciplinares, Técnicas de Policiamento, História da PM e Táticas para confrontos armados. Ainda, 19 (dezenove) disciplinas foram citadas apenas uma vez: Primeira Intervenção em Crise, Direito Processual Penal, Doutrina de Emprego PM, Processos Decisórios, Inteligência Policial, Legislação PM, Português, Direito Militar, Direito Administrativo, Sociologia, Polícia Comunitária, Etiqueta, Técnicas Bombeiro Militar, Manutenção de Viaturas, Informática e Tecnologia, Controle de Distúrbios Cíveis, Policiamento Ambiental, Estatuto da Criança e do Adolescente e Direitos Humanos.

As disciplinas foram agrupadas em três categorias relacionadas à formação dos policiais militares: disciplinas ligadas a atividades típicas da Polícia Militar, disciplinas de caráter exclusivamente militar, disciplinas de cunho jurídico e disciplinas presentes na formação militar de forma complementar, conforme o quadro que segue:

QUADRO 25- DISCIPLINAS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS CITADAS PELOS ENTREVISTADOS

CATEGORIAS	Nº DE DISCIPLINAS	DISCIPLINAS	CITAÇÕES NA CATEGORIA
Atividades típicas de Polícia Militar	12	Abordagem Policial (4), Tiro Policial (4), Defesa Pessoal (2), Técnicas de Policiamento (2), Táticas para Confrontos Armados (2), Primeira Intervenção em Crise (1), Processos Decisórios (1), Inteligência Policial (1), Técnicas Bombeiro Militares (1), Manutenção de Viaturas (1), Controle de Distúrbios Cíveis (1), Policiamento Ambiental (1).	21
Disciplinas de caráter jurídico	9	Direito Penal (4), Direito Constitucional (2), Direito Civil (2), Direito Processual Penal (1), Legislação PM (1), Direito Militar (1), Direito Administrativo (1), Estatuto da Criança e do Adolescente (1), Direitos Humanos (1)	14
Disciplinas com aspectos	5	Ordem Unida (5), Regulamentos Disciplinares (2), História da PM (2), Doutrina de Emprego PM (1),	11

exclusivamente militares		Polícia Comunitária (1)	
Disciplinas de caráter complementar	6	Educação Física (4), Deontologia (3), Informática e Tecnologia (1), Etiqueta (1), Sociologia (1), Português (1)	11

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

A categoria com maior quantidade de citações é a denominada “atividades típicas da Polícia Militar”, sendo, inclusive, o conjunto de disciplinas⁴¹ mais citado como memória, possivelmente por ser formado por disciplinas de cunho mais prático e que estão diretamente ligadas às vivências da realidade de trabalho dos entrevistados. A segunda categoria mais citada e com mais disciplinas indicadas é o conjunto de disciplinas de “caráter jurídico”, podendo denotar que esse conjunto de disciplinas teóricas tem relevância na prática profissional dos entrevistados. As disciplinas com “aspectos exclusivamente militares” e as de “caráter complementar” apresentam igualmente 11 citações na categoria, porém a de “caráter complementar” apresentam uma disciplina a mais nas citações. Entre todas as categorias, a disciplina que foi mais citada, por 5 vezes, foi a de “Ordem Unida”, categorizada entre as de “aspectos exclusivamente militares”. É nessa disciplina que os alunos aprendem movimentos militares, como o de marchar.

Alguns entrevistados opinaram sobre algumas das aulas do curso. Um entrevistado destacou o modo profissional como a disciplina de Educação Física foi conduzida, respeitando as peculiaridades individuais de cada aluno. Outro entrevistado relatou que a disciplina de “Primeira Intervenção em Crises” foi conduzida de modo a aproximar os alunos da realidade prática na rua. Um entrevistado destacou disciplinas diversas como Etiqueta, Sociologia e disciplinas jurídicas, as quais são percebidas pela aplicação no seu contexto cotidiano. As disciplinas de Tiro e Táticas para confronto armado foram positivamente destacadas por um dos entrevistados. As instruções típicas da prática bombeiro militar foram vistas de modo crítico por um dos entrevistados: “A gente nunca usou depois. Até a gente dá apoio aos bombeiros na rua, mas a gente dá apoio segurando o trânsito” (sic).

As percepções dos entrevistados quanto às aulas foram bastante variadas. De um lado, indicam que algumas disciplinas foram muito boas, a ponto de

⁴¹ A atual Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados é apresentada no Anexo B.

perceberem a aplicabilidade prática das disciplinas. Por outro lado, foi indicado um caso de uma disciplina que foi pouco aproveitada na prática cotidiana como policial militar.

Nota-se que as vivências relatadas pelos entrevistados foram de duas ordens: às relacionadas ao cotidiano da vida militar e as relacionadas à realidade da formação acadêmica. As temáticas relacionadas à vida militar foram mais evidentes em questões abertas e não direcionadas como “Me fale como foi a sua escola de soldados...”. Porém, até mesmo nos relatos sobre a formação acadêmica em específico, há um destaque por parte dos entrevistados dos aspectos militares da formação, notadamente pela disciplina mais lembrada ser a de Ordem Unida. O conjunto de disciplinas que repercutem na prática do trabalho policial foram as mais citadas.

5.2.2 Aprendizados, faltas e marcas

Nesta sessão, os aprendizados, os momentos marcantes e os pontos faltantes na fase acadêmica do curso de formação de soldados na visão dos entrevistados serão apresentados.

Quanto aos aprendizados, três temáticas surgiram a partir da análise das entrevistas: os aprendizados das aulas, os aprendizados do militarismo e os aprendizados estendidos para a vida pessoal. Entre os aprendizados das aulas, os entrevistados citaram disciplinas que os marcaram, o modo como alguns professores ministravam as aulas e destacaram as aulas em que os instrutores conectavam o conteúdo da disciplina com alguma vivência da prática policial militar.

O que eu mais me recordo de instrução eram aquelas instruções boas que eram dadas à noite... Mesmo com gritaria, que tem que ter aquilo, eu... isso eu gosto... tem que ter aquele chacoalhão, aquela gritaria, um pouco de bomba, para mim... fazem efeito, eu consigo fechar meu olho e me concentrar nas coisas. Isso eu me lembro bem... (E6)

Eu filtrei a forma como alguns instrutores explicavam (...). Então, assim, o conhecimento da parte de Direito, né, que eu... que eu acabei conhecendo muito... que eu não sabia quando eu entrei na polícia, eu não sabia nada. Então acho que eu tive esse conhecimento muito grande para usar no dia a dia na rua. (...). Muitos instrutores acabavam passando por várias ocorrências da rua, que não eram coisas muito relacionadas à aula... também, que a gente vai precisar desenrolar na rua, né, que é importante, muito válido. E que o pessoal comentava muito era umas partes das ocorrências. Teve um coronel que comentou com a gente, para a gente se

doar mais ao próximo. Às vezes, a pessoa, lá... roubaram uma carteira, sei lá... 10 reais, mas, às vezes, a pessoa quer a polícia ali pela questão da segurança, para desabafar... e, daí, chega a pessoa lá de cara amarrada, bravão, e para pessoa fica ali... nossa que merda essa polícia... Então, procurar sempre atender bem o público.... Então são essas coisas que eu levo para a rua, que eu aprendi lá na escola. (E9)

As boas instruções, a forma como o conhecimento era difundido e o relato de atendimentos de ocorrências foram aspectos importantes para os entrevistados. E9 destaca a fala do instrutor que marcou uma atitude a ser tomada em relação ao atendimento das ocorrências na prática: um bom tratamento ao público.

Os aprendizados do militarismo indicados pelos entrevistados, foram agrupados nos seguintes temas: a disciplina militar, o respeito ao próximo e o “espírito de corpo”. A disciplina militar ficou evidenciada em atitudes de asseio e boa apresentação pessoal, organização e pontualidade, conforme se vê nos relatos:

Cabelo, fardamento tinha que ser impecável, a maneira de andar tinha que ser impecável, tudo lá tinha que ser impecável e, principalmente, em termos de fardamento, postura era bastante cobrado. (E2)

Acho que toda cobrança é válida, por causa de farda, de chegar atrasado, fui cobrado por não usar algumas coisas obrigatórias, por não andar da maneira que se deve, por não andar direito e tudo foi válido. A cobrança foi válida, porque depois do atraso nunca mais cheguei atrasado, da farda passei a andar com a farda sempre certinha ... (E7)

O primeiro foi organização, eu sempre fui meio desorganizado assim, lá eu aprendi, assim, a organizar mais as coisas, a manter pelo menos o ambiente em comum, onde todos convivem, organizado... é... o cabelo, manter o cabelo sempre preso, porque eu tive sempre o cabelo grande... minha adolescência inteira, minha juventude, eu sempre andava com o cabelo normal, assim... até... sempre solto... até eu aprendi a andar, agora é até difícil andar... eu ando com o cabelo amarrado. (...) A disciplina de horários, eu gosto muito de seguir, que lá eles são bem rigorosos nesse negócio de chegar no horário e de ficar pronto rápido. Então, eu acabei me acostumando tanto com isso que não consigo me enrolar mais. (E5)

O respeito ao próximo foi indicado por 3 entrevistados como um aprendizado da fase acadêmica do seu Curso de Formação de Soldados.

(...) de me importar com o outro, né... eu sempre fui muito introspectivo, então ali eu aprendi a me comunicar mais na convivência com o outro, porque era só eu e a minha família praticamente o restante não, eu não convivia. (...) foi gratificante para mim enquanto ser humano, né... eu acabei aprendendo várias coisas que eu poderia levar para o restante da minha vida. (...) Eu acho que é uma outra forma de pensar a vida, pensar o mundo,

sabe... não... é pensar meio fora da caixinha, sabe... tem a caixinha da sociedade e você precisa olhar de fora para você entender o contexto em que está acontecendo. Ou entender um pouco mais o ser humano, a ponto de você atender uma ocorrência e você perceber que primeiro você ouve a história de um e ele tem razão, daí você ouve a história do outro e você vê que o outro também tem razão, daí você ter que trabalhar com tudo isso. Então, é... esta questão de não existe... filosofando um pouquinho... não existe o bem e o mal, ah... se eu escolher o bem eu estou certo, não existe isso. É muito relativo tudo isso. (E4)

(...) é você ter o respeito pelo próximo, que muitas vezes é aquela pessoa que vai te ajudar nos momentos mais difíceis. (E5)

Você aprende a respeitar mais o próximo... (E9)

O respeito ao próximo é indicado como uma atitude de atenção ante as demandas das pessoas que se envolvem nas ocorrências, denotando que cada uma delas, a sua maneira, apresenta a sua “verdade”. Um dos entrevistados faz uma relação entre o respeito ao próximo e o possível apoio desse “próximo” em caso de necessidade.

O “espírito de corpo” foi retratado como aprendizado pelos entrevistados, sendo percebido em ideias como união, diminuição do individualismo, companheirismo e dependência mútua propiciada pela atividade militar. O “espírito de corpo”, termo usado no jargão militar, é definido no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) com o termo correlato “camaradagem”⁴²:

Ah, um depende do outro, né... um precisa do outro... é meio, é meio... é meio insano às vezes você pensar assim que você... você está, por exemplo, numa troca de tiros, por exemplo, e o outro está com um armamento muito maior e você olha do lado e o seu companheiro está atirando, atirando, atirando e você ... o primeiro pensamento de sobrevivência (...). Mas você acaba indo, né... é... ao confronto para cooperar com o outro, então isso é... você acaba pensando além do instinto de sobrevivência, então... Eu acho bem interessante, bem, bem valioso, esta experiência de viver com o outro, se importar com o outro, né... eu acho bem válido para vida, é uma experiência que muitas as pessoas comuns, digamos assim, não militares, não vivenciam durante a experiência de vida deles. (E4)

Que o tempo de escola você não tem o conhecimento geral do que é ser polícia, então eles te ensinam como funciona o militarismo assim, de uma certa forma que seria a união de todos ali, de estar nos locais...porque o que nós passamos ali, não desmerecendo, mas se fosse qualquer um do povo,

⁴² Art. 3º A camaradagem é indispensável à formação e ao convívio da família militar, contribuindo para as melhores relações sociais entre os militares. § 1º Incumbe aos militares incentivar e manter a harmonia e a amizade entre seus pares e subordinados. (BRASIL, 2002)

um civil... não suportaria tudo aquilo ali. Só você sendo guerreiro, mesmo. Porque o teu corpo foi preparado, a tua mente foi preparada para aquele momento, sabe. Acho que é mais espírito de grupo, uma união, um corporativismo, mesmo entre nós militares. (E1)

Essa divisão com os outros, acaba não ficar, como é que é... não ser tão individualista, saber dividir com o outro. (...) ajudar mais os companheiros, não ser individualista, sempre ter aquela parceria com as pessoas, não pensar só em si e saber dividir as coisas. (E5)

... ser mais companheiro, não ser tão individualista. Acho que uma das coisas na escola que mais procurou ensinar a gente foi... é ser mais unido com as pessoas, né. (E9)

A dependência mútua é tão relevante na atividade policial militar, na visão de um dos entrevistados, que até a segurança pessoal, através dos instintos como de fuga ou esquiva em casos de perigo acabam sendo substituídos por atitudes de enfrentamento para a defesa do outro, chegando a “ultrapassar o instinto de sobrevivência”. Tal atitude na visão do entrevistado é algo que caracteriza profissionais militares. O espírito de grupo também é destacado como uma característica militar, em que o corpo e a mente foram preparados e que somente “guerreiros” dariam conta de tais vivências. Atitudes como a de “saber dividir com o outro” e ser menos individualista contribuem para o companheirismo, segundo os entrevistados.

Por fim, os aprendizados do período acadêmico do curso de Formação de Soldados, puderam ser estendidos para a vida pessoal.

Você aprende a dar valor nas pequenas coisas, né. Às vezes, as coisas tão simples e você acaba aprendendo a dar mais valor. Às vezes, um sono, a fome, a gente acaba passando bastante fome durante a escola, o stress. (E9)

Então o aluno que entra lá, ele sai com uma noção para a vida, que você leva aquilo para a vida inteira (...) quanto ao curso, eu agradeço inteiramente à PM pelo que eu tenho, pelo que eu sou, pela minha família ... (E2)

A valorização dos momentos de sono, de saciedade e de ausência de estresse são indicados como elementos importantes para a vida além da corporação, a ponto de contribuir para a formação da identidade dos profissionais enquanto policiais militares.

A seguir é apresentado um esquema com os principais aprendizados da fase acadêmica do Curso de Formação de Soldados destacado pelos entrevistados.

QUADRO 26- APRENDIZADOS DA FASE ACADÊMICA, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS

Categorias de aprendizado	Especificidades de cada aprendizado	
Aulas	Disciplinas marcantes	
	Qualidade dos instrutores	
	Relações com a prática policial militar	
Militarismo	Disciplina Militar	Asseio, postura e apresentação pessoal
		Pontualidade e organização
	Respeito ao próximo	As verdades dos outros
		O apoio aos/dos outros
	“Espírito de corpo”	União e companheirismo
		Diminuição do individualismo
		Dependência Mútua
Extensão para a vida pessoal	Valorização da saciedade e do sono	
	Noções para a vida	
	Formação da identidade	

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Passaremos a apresentar os aspectos que podem ser melhorados na fase acadêmica do curso de formação de soldados na concepção dos entrevistados. Três entrevistados acharam que não houve nenhum tipo de falta em relação ao curso de soldados. Os demais entrevistados apresentaram os seguintes aspectos falhos: o uso do tempo de formação e o modo como os conteúdos foram ministrados.

O uso do tempo de formação foi utilizado para a prestação de serviços de natureza logística e de infraestrutura do espaço formativo, ao invés de ter sido aproveitado para a efetiva formação do policial. Segundo um dos entrevistados. “A gente teve que fazer muita parte de trabalho braçal. Então, muita coisa ficou para nós resolvermos, como aluno, daquele lugar”. (Sic)

A ociosidade também foi retratada, sendo causada pela ausência de professores para dar aula aos profissionais em formação, uma vez que tais professores não se dedicam exclusivamente à docência, mas estão ao mesmo tempo, em atividades de ordem administrativa e operacional nas unidades em que trabalham. Assim, entre as demandas operacionais e administrativas da unidade de origem e o tempo destinado à docência, esta acaba sendo relegada a um plano secundário. A ociosidade dos alunos e a espera por horas foi retratada. “Muitas vezes ficar ali, às vezes, 5, 6, 7 horas parado, trancado dentro da sala de aula. Daí,

te eleva o teu stress, porque você fica ali preso, praticamente. Em vez de ficar fazendo uma coisa que seja mais interessante” (sic).

Com relação ao modo como os conteúdos foram ministrados, dois aspectos foram expostos pelos entrevistados: a necessidade de aprofundamento e/ou adaptação dos conteúdos à realidade prática; e o contato com o mundo civil ao longo da formação. Ambos os aspectos estão diretamente relacionados, como se pode perceber na fala dos entrevistados:

Quando você cai na realidade, ela precisa ser... você precisa adaptar o que você aprendeu à realidade, tendo em vista que a realidade policial é... e a própria realidade do ser humano, assim é... é muito, muito... tem muitas variáveis que podem acontecer, então... você precisa adaptar. (E4)

Não sei... aprende muito na rua. Na escola é só uma visão, porque você não tem contato com a pessoa de fora, igual acontece no estágio, você não sabe como é dirigir uma viatura, como é agir em algumas situações... (E7)

A escola proporciona uma pequena visão sobre a realidade policial, já que, na visão dos entrevistados, é na prática cotidiana que muitas possibilidades, sequer previstas durante a formação, irão surgir.

A diferença do exército: ele [o instrutor] chega lá com o coturno e fala assim: “Eu quero hoje um cadarço PQD⁴³... Ele pega o coturno e ele mostra: “Esse aqui faz assim...”, ele explica tudo, ele mostra... (...) A escola de soldados da PM é isso aqui: “Vai e faz” ... entende? Nas partes mais práticas não tem aquele... eu não senti a mesma coisa que eu senti lá no Exército. (...). Na PM, ele pode até explicar... “ah, ah, ah... vai...” É mais na vontade de terminar logo que no carinho de explicar. Para mim é isso, é muito... lá o militarismo do exército é mais “Caxias” assim, sabe... a boina não sei o que, o coturno assim... Aqui tem, mas é menos assim. Só que lá eles ensinam mais, como eu passei nas duas eu comparo. (...) você fica meio que no vácuo e tem que perguntar para os mais experientes. (...) a gente tinha que ensinar, a tropa, a escola mesmo que por um pouco mais experiente de vida, tem cara mais velho que entra, principalmente no praça... o cara entra mais velho, com mais experiência de vida, o cara se sente seguro com a tropa... No Exército não, lá é todo mundo da mesma idade, mesmo... então, “o coturno é assim...”, eu lembro do cara ensinar a gente a queimar o coturno⁴⁴ no exército... “Venha brilhando!”... Daí, eu tive que em casa ensinar a galera: “Não, galera, é assim que faz...” “Amanhã eu quero pronto... não interessa se eu te ensinei ou não...” (E6)

⁴³ Cadarço PQD: estilo de amarração do cadarço do coturno do militar, como paraquedista.

⁴⁴ “Queimar o coturno”: passar graxa no coturno e, literalmente, queimar a graxa com fogo para que o material apresente maior brilho.

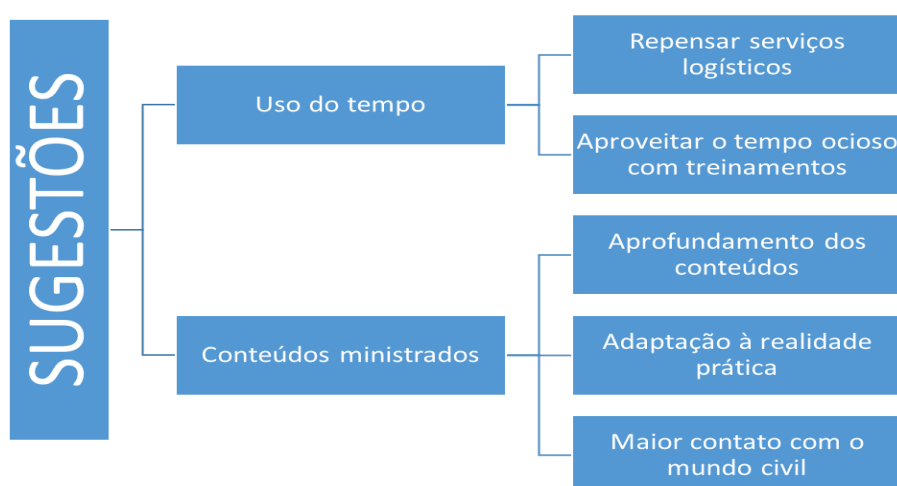
Nota-se, especialmente na fala de E6, que alguns aprendizados da prática policial militar, mesmo no período acadêmico do curso, ocorrem por meio dos pares que estão realizando o curso, especialmente aqueles que já são mais velhos e que passaram por outras experiências profissionais, principalmente os que prestaram serviço no Exército Brasileiro. Outro ponto a ser destacado é que os mecanismos de ensino na PM são demasiadamente apressados, diferente do Exército em que o aprendizado é mais processual. A cobrança pelo acerto também é diferente nas duas forças. Enquanto no Exército a cobrança se dá após o aprendizado, na PM mesmo que o aprendizado não tenha se consolidado, a cobrança já acontece.

Quanto à necessidade de contato com o mundo civil, um dos entrevistados indica a possibilidade de conhecer outras realidades para além do militarismo e aprender com elas.

Talvez, alguma coisa... civil ministrar alguma aula, talvez alguma palestra. (...) Quando eu falo de um paisano vir, eu digo assim, que ele já faz um serviço no mundo civil e que ele trouxesse esta metodologia para mostrar para gente, como que nós militares poderíamos ser inseridos também neste projeto, alguma coisa neste sentido. Porque eu acredito que tem muito campo, fora do nosso militarismo que também pode ser inserido para ter esta sinergia entre ambos, né. (E8)

Apresenta-se uma figura com sugestões para o aprimoramento da fase acadêmica indicadas pelos entrevistados.

FIGURA 10- SUGESTÕES PARA O APRIMORAMENTO NA FASE ACADÊMICA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS



FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Os elementos marcantes da fase acadêmica do curso de formação de soldados para os entrevistados foram bastante variados. Pode-se agrupá-los em quatro aspectos: as vivências do início e do término do curso, os impactos da falta de estrutura para a formação, a “sugação” e o convívio entre os alunos do curso.

Com relação às vivências do início do curso, pode-se notar que a primeira semana traz impactos para o futuro militar. “A gente tem que estar preparado para tudo... independentemente de onde a gente veio, tem coisa que a gente não está preparado, mas tem que aprender...” (E5)

Já o término do curso desperta a “vontade de passar e continuar para frente na carreira. O que marcou foi isso: a conclusão do curso, tal, as etapas vencidas, né... isso marca bastante, né.” (E3)

As entrevistas apontaram ainda que os impactos da estrutura para a formação, como a falta de alojamentos para os alunos nas escolas do interior do estado, repercutem no modo em que eles vivenciam a formação policial.

O que mais me marcou foi ter saído de casa sem um respaldo nenhum, isso é o meu caso. A gente vai lá, chega lá e foda-se... “você está aqui, se vira... a escola começa às sete horas... você quis estar aqui”... Mas na Academia você quis estar aqui, mas lá tem um quarto... “Você quis estar aqui, ninguém te chamou na mão para fazer a prova”. Exatamente, mas há diferenças em escolas no estado. (...) Na academia você passa uma noite lá. Não sei se seria o caso de fazer todas as escolas na academia ou dar uma estrutura melhor para quem vai fazer a escola no interior, principalmente quando não é regionalizado. (E6)

A infraestrutura da escola é citada por E4, desta vez, entendida como uma possível influência para os futuros rumos que o policial entrevistado tomaria na carreira da polícia militar.

Foi meio atípico o meu curso, ele foi feito em uma escola estadual, e nós estávamos junto com os alunos da escola, então ele era um ambiente militar, mas misturado a civis. Então, de repente pode ser isso que chamou um pouquinho de atenção, que eu não esperava assim que fosse dessa forma, que fosse mais aquartelado (...) a diferença entre a Academia e uma escola, né... é enorme, enorme. Eu acho que foi... foi melhor com relação à minha adaptação do mundo civil para o mundo militar, a transição foi mais tranquila neste sentido. Por outro lado, de repente, eu posso pensar assim que houve uma perda, né... a questão do ser militar de repente não foi incutida muito, não foi trabalhado bem por estar num ambiente inadequado militarmente. Então, tem ganhos e tem perdas. (E4)

A “sugação” novamente é um elemento apresentado por um dos participantes. Dessa vez, relacionada às sanções disciplinares típicas⁴⁵ do período de formação policial, que, normalmente, apresenta como punição o cerceamento do tempo livre dos alunos (especialmente à noite ou no final de semana).

A Sugação, acho que marca qualquer um... porque eu paguei muito FA⁴⁶, eu cheguei a trabalhar um mês e meio todos os dias, todos os dias, sem ter um dia de folga, ou eu estava escalado de serviço, ou tava pagando FA, todo dia, fiquei um mês e meio quase sem ir para casa, estes dias marcaram bastante. O que fica é o aprendizado, pois ninguém quer perder o final de semana longe de casa, com certeza. Tudo que eu errei lá, eu não erraria mais. (E7)

O convívio e a amizade dos alunos foram considerados como marcas do período de formação. A amizade duradoura, mesmo após anos de formação, a convivência entre pessoas de diferentes realidades culturais e o apoio em caso de necessidade são os pontos destacados no elemento convívio.

A seguir, apresenta-se um quadro resumo das principais marcas da fase acadêmica do curso de formação de soldados na concepção dos entrevistados.

QUADRO 27 - MARCAS DA FASE ACADÊMICA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.

Vivências do início e do término do curso
Infraestrutura
Práticas de “Sugação”
Convívio entre os alunos

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

5.2.3 Atividades de campo e marcha

As chamadas atividades de campo e marcha, durante o curso de formação de soldados, são desenvolvidas em conjunto com a disciplina de “Técnicas de Maneabilidade Terrestre” e são reguladas por normativas específicas do Exército

⁴⁵ A PMPR instituiu, em 2006, um “Sistema Disciplinar Especial” voltado para apurar as faltas administrativas disciplinares dos períodos de formação, especialização e aperfeiçoamento de policiais militares. Entre as possíveis sanções, estão os trabalhos didáticos, as escalas especiais e as licenças cassadas. Disponível em: <https://goo.gl/fRxSQt>. Acesso em 12 de março de 2018.

⁴⁶ FA: Formulário de Apuração.

Brasileiro. Entre os entrevistados, quatro não vivenciaram esse tipo de atividade nos seus cursos de formação de soldados. Apesar disso, esses participantes foram convidados a expressar suas opiniões em relação a esse tipo de atividade para a formação do profissional policial militar. Três entrevistados entendem que essas atividades são tipicamente do Exército, sendo que um deles destaca a possibilidade de uso dessas vivências em caso de convocação da PM por parte do Exército:

O meu lado militar do Exército gosta, não acho que tenha alguma serventia para o serviço que a gente faz hoje, para o serviço de rua. Raras exceções... (E6)

Eu acho interessante, porque, como a Polícia é uma força auxiliar do Exército, no caso de um dia acontecer uma guerra, ter uma coisa... de acontecer de trabalhar nessas situações, pelo menos tem um preparo... de saber sobreviver e se viver... para saber o que acontece, né. E saber que na situação, de às vezes a gente ter que fazer um resgate de uma pessoa. Na Polícia, a gente está num lugar hoje e depois não sabe mais aonde vai estar... É um conhecimento. Eu acho assim, não necessário para todos, mas quem se identifica com isso, acho bem interessante fazer. (E5)

mas ela está mais envolvida com a função do exército, eu acho... (E3)

Alguns entrevistados relataram como foram suas experiências em relação à marcha e/ou ao campo, e a categoria “sugação” é exposta pelos participantes. Longas caminhadas carregando peso, privação alimentar e de sono, bem como submissão a estresse são os pontos que caracterizam a “sugação” nas marchas e campos na visão dos entrevistados.

andar 10, 12, 15 quilômetros a pé, com o fuzil nas costas (...) passar duas noites e dois dias, nós só fomos ter a alimentação no segundo dia(...) você saber distribuir aquele pouco que tinha com os mais colegas. Aquilo ali, já é um aprendizado para você aprender a dividir as coisas. Você chega aos frangalhos. O teu pé não existe mais, é só bolha, sangue... (...) teve caso lá até de recruta agredir um oficial, outros tiveram que ser trazidos para o hospital porque se machucavam nas instruções (sic).

Um entrevistado comenta sobre pontos em que as atividades acrescentaram em sua formação como policial militar e indicou vivências que, a seu ver, são inaplicáveis para a realidade do policial militar que trabalha em ambiente predominantemente urbano.

Eu cheguei a pensar a desistir do curso. Na hora eu achei que era demais, que eu não ia vivenciar aquilo ali no meu dia a dia, que é voltado para o ambiente civil, urbano, né... ou o máximo que fosse para a fronteira para fazer uma incursão... não seria, não iria utilizar aquilo ali, assim, sabe... eu acho que é muita sugação sendo que pouco disso eu vou poder usar na minha profissão. (...). Mas tivemos instruções muito boas lá também... como as instruções de tiro que foi espetacular, foi muito boa mesmo. O adentramento em residências, em uma noite, com baixa luminosidade foi espetacular, muito bom mesmo... teve, mais duas instruções que foram muito legais e por profissionais que atuavam nessa área e estavam dando a instrução para nós. Para mim, é isso aí que a gente acaba usando no dia a dia. Isso aí, que eu falo de sugação, assim, não acrescenta muito para a nossa formação. (sic)

Percebe-se que o excesso na condução dessas atividades pode ter resultados como os relatados pelos entrevistados: desistência do curso e reações em resposta ao estresse a que estão submetidos. Por outro lado, os entrevistados relacionam a vivência das marchas e/ou campos à possibilidade de fortalecimento de vínculos de companheirismo e amizade entre os alunos do curso. O sentimento de vitória também é ressaltado pelos entrevistados.

É válido. É um aprendizado, como eu falei, que tipo, às vezes, tem muito... muito troço... tem muita gente que é egoísta. “Esse aqui eu comprei, vou levar pra mim, se você quiser leve o seu.” E lá não tinha isso. Até porque quem levasse a mais ia levar para os instrutores, você não ia comer, né. É um aprendizado que fica para a vida inteira. (E2)

Eu acho, pessoalmente, eu acho que ajuda na questão da união entre os membros ali, sabe... entre você depender do outro e outro depender de você, isso gera um clima assim de cooperação bem interessante e necessário para o trabalho policial. (E4)

Mas para mim, para o meu pessoal foi bom porque foi uma etapa que eu consegui vencer, que a gente viu que tinha bastante amigos, porque um foi puxando o outro. Não foi só eu que pensei em desistir, teve mais... E aí ia falando: “Não, vamos lá... tem que ir, tem que ir até o fim...” E, de repente, era ele que estava querendo ir embora... era um apoiando o outro. Isso aí, acho que foi o que mais eu dei valor. (E8)

As atividades de “sugação” do período de escola são relacionadas à possibilidade de engajamento no trabalho e na carreira, indicando que policiais com formação mais recente não são submetidos a essas atividades, são, portanto, mais desunidos.

Muitas coisas que aconteciam naquela época hoje não acontecem mais na parte de sugação, é a gente pagava flexão, agachamento, de pé 1-2, estas situações que hoje não são permitidas mais, eu lembro que era sugado,

divertido, a gente se ajudava. (...) no meu pelotão, todos queriam entrar na polícia, queria seguir carreira até o final. Hoje a gente conversa com os policiais e muitos estão aqui, mas querem outro concurso. Quando você passa por algumas situações de campo, de estresse, passa fome, fica isolado... une muito os policiais. Acho que essa amizade e essa união faz o polícia querer ficar mais na polícia e não sair. E isso faz falta hoje, com certeza, faz falta. (E7)

Apesar de sua fala, E7 teve uma formação mais recente (posterior ao ano de 2010), e sua turma não participou de atividades de marcha e campo. Por outro lado, há policiais entrevistados com formação mais recente que a do E7 e que passaram por atividades de marcha e/ou campo.

Um entrevistado indicou que a vivência da marcha e do campo foi oportuna para quebrar a rotina da escola.

No local em que fomos... muitas vezes a gente acaba fazendo para passeio. Então, foi uma forma da gente descontrair e sair um pouco daquela rotina de todo dia... escola, escola, escola... ver, assim, o ambiente... bonito, gostoso, também tem a parte do conhecimento que eles passavam, né. Então, também, foram pessoas, né... os instrutores que nos acompanham, que já conhecia o local... que foram passando conhecimento, então, foi bem válido. Agora, a parte do Campo, né. É claro que tem o desgaste físico e emocional, mas a aprendizagem que passaram para nós foi muito interessante... também pegaram pessoas capacitados. Então não foi nada um absurdo, assim... (E9)

Alguns entrevistados indicaram aspectos dos exercícios de campo e marcha que, ao seu ver, não contribuíram para o aprendizado em relação à prática profissional. As recordações dos entrevistados giram em torno das dificuldades vivenciadas em tais experiências e, ao mesmo tempo, na possibilidade de fortalecimento da união entre as pessoas do grupo e de aprendizados para a prática profissional. O que chama atenção é o fato de ser comum nas entrevistas, inclusive daqueles que não passaram pela experiência de campo e marcha, o relato de que tais atividades fortalecem a união e o companheirismo. Nesse sentido,

De fato, não é incomum que algumas atividades, em si não prazerosas, passem a ser desejadas ao despertarem um espírito de solidariedade fraternal. Os policiais frequentemente observam que um dos aspectos mais apreciados da ocupação deles é o espírito de “um por todos, todos por um”. (BITTNER, 2003, p. 155)

Finalizamos essa seção, compreendendo que as vivências da fase acadêmica do Curso de Formação de Soldados foram percebidas pelos entrevistados como

uma fase de transição entre a vida civil e a vida militar, sendo que as disciplinas e aulas do curso foram consideradas em um segundo plano, já que o primeiro plano é diretamente ocupado pela apropriação dos impactos da vida militar no seu dia a dia. Os aprendizados dessa fase são destacadamente relacionados à vivência do militarismo, sendo a apropriação de aprendizados para a prática profissional como policial um horizonte secundário a se vivenciar na rua. Entre os pontos marcantes das aulas estão relatos de casos em que pode ser percebida a conexão entre a teoria e a prática, sendo que as disciplinas mais destacadas pelos entrevistados são as de caráter prático. O uso inadequado do tempo formativo e a qualidade das aulas foram indicados como pontos que merecem atenção dos responsáveis pela formulação e gestão das ações educativas. Entre os elementos marcantes dessa fase do curso, a falta de estrutura, o convívio entre os pares e a sugação merecem ser considerados pontos relevantes e discutidos de forma mais ampla.

Passaremos a discutir à segunda etapa do processo de formação dos policiais militares chamada de estágios operacionais.

5.3 VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO OPERACIONAL

Passaremos a analisar a etapa eminentemente prática do Curso de Formação de Soldados, que é o período de estágio operacional. Apresentaremos as impressões dos entrevistados sobre as conexões percebidas entre as disciplinas da fase acadêmica com a prática do estágio. Mostraremos as atividades desenvolvidas nos estágios, a percepção dos entrevistados sobre sua relação com a comunidade durante o período de estágio. Ainda analisaremos os aprendizados, as marcas e as faltas elencadas pelos entrevistados em relação a essa fase da formação para a prática policial.

5.3.1 Conexões das disciplinas com a prática profissional

Quanto à conexão das disciplinas desenvolvidas ao longo da fase acadêmica do Curso de Formação de Soldados no estágio operacional, os entrevistados destacaram que as disciplinas práticas como Abordagem Policial, Armamento e Defesa Pessoal foram utilizadas ao longo do estágio. Entre as disciplinas de cunho

teórico, a parte jurídica foi destacada pelos entrevistados como aplicável na prática de estágio.

No estágio, bastante, sim, bastante... Tinha, assim principalmente as disciplinas de... de Direito. (E9)

A gente sempre tem que manter a postura, como a gente é muito visado... é... se acontecesse... é... a gente ter que... é... tinha que saber o porquê de estar fazendo aquilo, ter que usar o código ali mesmo. (E5)

A importância de conhecer as leis e modo de relacionar-se com as pessoas que demandam o serviço da polícia são temas destacados por um dos entrevistados. Ele é enfático em dizer que nunca precisou fazer uso da arma de fogo em sua prática policial, mas que, por outro lado, o seu conhecimento sobre legislação e sua atenção ao público atendido acontecem rotineiramente.

A parte de lei...a gente vê meio que por cima e na rua a gente é muito cobrado. Tem que saber o mínimo para conversar com a pessoa, se a pessoa entender um pouco e te apertar você passa vergonha. Armamento, até hoje eu não senti falta. Nesse tempo na polícia, nunca troquei tiro com ninguém, nunca matei ninguém, nunca. O que eu mais usei mesmo foi a lei, para justificar todas as nossas ações e atuações em ocorrências. A lei e o tratamento interpessoal, isso sim que mais usa com certeza. Acho que, antigamente o povo era mais leigo, hoje já não é mais. O policial, às vezes vai querer conversar com uma pessoa numa situação de Maria da Penha⁴⁷, o marido e a esposa já sabem um pouco de como funciona. Na parte de trânsito, se você não souber de lei você passa vergonha na rua e o pessoal sabe até mais do que você. E se você não souber de lei para justificar a sua ação naquele momento, para encaminhar alguém para a delegacia, você passa vergonha, porque a pessoa vai tentar te jogar a lei na cara e se você não souber, você passa vergonha com certeza. Eu andava com o Vade Mecum⁴⁸ na bolsa para consultar. (E7)

Um entrevistado entende que a fase acadêmica e a fase de estágio do Curso de Formação de Soldados se conectam, mas que a fase acadêmica não dá conta de ensinar as várias nuances da prática policial.

⁴⁷ Maria da Penha: refere-se a ocorrências em que há relato de violência doméstica, casos em que a Lei Federal 11.340, de agosto de 2006, conhecida como “Lei Maria da Penha” é aplicada.

⁴⁸ Vade Mecum: livro contendo um compêndio de leis.

São tão amplas as possibilidades que você tem quando entra numa viatura que é impossível você aprender isso na parte acadêmica da escola. A escola é mais para criar um arcabouço básico para você, né... é... estruturar o indivíduo para que ele possa atender uma grande variedade de ocorrências. (E4)

5.3.2 Supervisão de estágio

A supervisão de estágio do Curso de Formação de Soldados foi apresentada pelos participantes como uma atividade em que um policial mais antigo emite relatórios sobre o estagiário, os quais são encaminhados à coordenação da escola. Segundo o relato dos entrevistados, as supervisões de estágio têm papel burocrático, não sendo uma oportunidade pedagógica para a avaliação da prática do policial em fase de formação.

Geralmente o mais antigo da viatura... ele fazia um relatório do final de estágio para entregar para o tenente, para a coordenação da escola, né.

P: E depois, esse material que entrega para a coordenação da escola, vocês discutiram alguma coisa?

Não, era só entregue mesmo, era só entregar... (E9)

Era normalmente desempenhado assim: quando era em viatura, tinha o líder da equipe, eu era o terceiro homem, e ... ele preenchia um relatório após isso. Não era bem claro para mim, na época, que ele era o chefe ali, né... não tinha muito ainda este conhecimento, e na questão do PPE tinha um sargento que distribuía as duplas e ficava circulando, supervisionando este estágio. (E4)

O nosso supervisor de estágio era o comandante da companhia, eles que avaliavam a gente. Daí era o tenente "A" que fazia um relatório, daí ele mandava para a coordenação. (E8)

Para dois dos entrevistados, a supervisão não era percebida com clareza.

Eu sei que foi dada uma nota lá, que... a classificação mudou, mas não mudou muito e daí eles conversavam com o pessoal que estava trabalhando, né... Trabalhou com "A"... "Como é que foi? Foi bem?" Não sei se eles faziam alguma anotação à parte, era com eles... não tinha um supervisor, era o pessoal da área mesmo que cuidava dos alunos... (E6)

Não... não tô lembrado. Mas provavelmente tinha, mas eu não lembro... (E3)

Na visão dos entrevistados, a função do supervisor de estágio era distribuir as tarefas a serem desempenhadas e apoiar em caso de necessidade durante o atendimento de alguma ocorrência.

Tinha, um sargento. Geralmente era um 3º Sargento que fazia a supervisão. Ele e o motorista dele ficam circulando de viatura e vendo se as duplas estavam naquele local determinado. E, às vezes, atendia a ocorrência também. Se gerasse ocorrência e não tivesse viatura RPA disponível, daí chegava o auxiliar, o nosso coordenador ali, o supervisor. (E1)

Eles passavam com a viatura... primeiro eles se reuniam com a gente, numa companhia, numa praça, alguma coisa assim e separavam a gente por dupla e depois passava nos postos para perguntar se estava tudo bem... (E5)

Na questão do PPE, tinha algumas situações, assim... era apreendido um menor, era preso uma pessoa ali... daí, normalmente um era o mais antigo e já era formado, e o outro acompanhava. Então ia aprendendo ali no trato, no decorrer da ocorrência ali. E, caso fugisse um pouquinho, ou fossem colocado dois alunos juntos ali, é... qualquer dúvida a gente entrava em contato com o supervisor para saber como que direcionava. Mas dizer que, que havia uma orientação sistemática, não. Era só quando aparecia o problema é que recorriamos a ele, ao sargento que orientava. (E4)

Em algumas entrevistas indicou-se que o aprendizado ocorria por outras vias para além da supervisão de estágio, uma vez que essa orientação com policiais mais experientes significava um tempo a mais de formação. E2 explica que o estagiário já desempenhava uma função idêntica à de um policial que já havia concluído o curso de formação. No caso de E2, seu estágio teve acompanhamento de um policial com mais tempo de serviço e que o orientava sobre os pormenores da realidade prática.

[o] estágio (...) já dava a mesma responsabilidade de um policial já formado, mas que acompanhado de (...) um policial mais antigo. Era só orientando a questão da ocorrência, do perigo, dos locais que a gente não conhecia, que era lá era tudo novo para a gente sair com a viatura, então era... situação que a gente sai e ficava meio aéreo. (E2)

Por outro lado, E7, trabalhou, em seu estágio, com soldados com apenas 3 meses a mais de formação do que ele.

As nossas equipes não eram de trocar muito, era mais recruta com recruta, o antigo lá quase não pegou o pessoal mais novo. Era um ou dois. Tinha um cabo que era bem antigo e trabalhava nas localidades próximas e tinha um

soldado que era mais antigo. O resto era... tudo o mesmo tempo de polícia, 3 meses... (E7)

Os entrevistados indicaram que o aprendizado da fase operacional estava ligado às indicações e apontamentos dos policiais que atuavam mais próximos aos estagiários. Isso ocorria de modo episódico, conforme o serviço passava e as ocorrências iam surgindo.

O retorno era do “antigão”⁴⁹. Se você está fazendo certo ou errado era do “antigão”... daí, vai do perfil do cara, né... eu dei sorte, no meu primeiro mês eu tinha pegado o cara mais operacional⁵⁰ do batalhão, e eu achava que todo mundo era daquele jeito. (E6)

... tinham orientações de como trabalhar, de como proceder e tudo mais. Mas como estava sendo o nosso trabalho, eu não me recordo de ter uma conversa neste sentido. Tinha conversa de ... ah, eu procedi errado de determinada... abordagem, o tenente ou o sargento... “Faz assim, oh... faz assado...”. “Porque você fez assim? Já pensou em fazer assim? ” Mas era decorrente do serviço e não da avaliação que era feita como um todo. (E8)

Nos estágios, era passado pelas equipes mais antigas, daí tinha um ou dois estagiários, como agir, a situação, de como se comportar nas situações, nas ocorrências, na viatura, então...sempre tinha um mais antigo. (E2)

Nota-se que a construção do conhecimento sobre a prática policial foi se dando na troca de informações entre policiais mais novos e mais antigos, conforme cada situação de atendimento ocorria.

5.3.3 Atividades de estágio

Entre os entrevistados, preponderantemente as atividades realizadas durante o estágio operacional eram os de Policiamento a pé (PPE).

Fazer o PPE⁵¹. Só ocorrência que gerasse na tua área. Era determinado: “Você vai trabalhar na rua tal. Você e fulano”. Então a ocorrência que gerar

⁴⁹ Antigão: policial militar com mais tempo de serviço.

⁵⁰ Operacional: jargão que indica policiais militares que tenham experiência e que realizam um bom trabalho na prática de atendimento de ocorrências.

⁵¹ Fazer o PPE: realizar atividade de policiamento a pé.

ali, você atendia. A gente trabalhava de HT⁵² e daí você informava o COPOM⁵³ e o COPOM mandava a viatura até o local. Então as ocorrências que gerassem naquele setor ali, a gente atendia. (E1)

Outras atividades também citadas pelos entrevistados foram: policiamento em eventos esportivos, policiamento em shows, atendimentos de acidentes de trânsito, realização de operações de trânsito, acompanhamento de atendimento de ocorrências em viaturas, atividades de despacho de ocorrências via central de rádio, policiamento em estabelecimentos prisionais e atividades administrativas.

5.3.4 Aprendizados, faltas e marcas do estágio operacional

Nesta seção, abordaremos os aprendizados, as memórias marcantes e os pontos a serem aperfeiçoadas no período de estágio operacional na visão dos entrevistados.

Ao falarmos de aprendizado, é relevante pensarmos no que vem a ser a educação. Segundo Castro (2005):

É (...) muito difícil definir os limites do conceito de 'educação', os quais nos parecem totalmente convencionais. Na realidade, educa-se através de todas as instâncias do controle social informal - a família, a religião, a escola, os meios de comunicação e informação, a literatura e a subliteratura, a 'ciência', etc. - instâncias essas, que por oposição à escola, foram chamadas de 'agentes informais da educação'. Com razão se diz que este controle (que é 'educação' ou 'socialização') está em toda a vida social: tanto nas leis como nas estruturas de poder, nas normas técnicas de trânsito, nos hábitos, nos tipos de moradia, nos ritos, no que se pode e no que não se pode comprar, na estrutura classista das hierarquias, nos automatismos da rotina diária. (CASTRO, 2005, p. 153-154)

Pensando, de acordo com Castro (2005) que a educação se dá nos diferentes contextos da vida social, entendeu-se que as vivências do período de estágio caracterizam aprendizagens informais através do que o autor denominou de "agentes informais da educação". Assim, os aprendizados da prática de estágio operacional puderam ser organizados em três eixos. O primeiro relacionado às condutas aprendidas pelos estagiários em suas práticas longe do ambiente

⁵² HT: rádio comunicador portátil. A sigla HT vem do inglês "*hand-talk*".

⁵³ COPOM: Centro de Operações Policiais Militares, local em que são recebidas as chamadas via telefone 190. Além dos telefonistas, os chamados radio-operadores encaminham as ocorrências para as equipes policiais embarcadas em viaturas ou em motocicletas.

acadêmico, as chamadas atividades de rua. O segundo eixo indica os aprendizados ligados ao relacionamento com o outro policial que está em serviço em seu mesmo turno. E, por fim, o terceiro eixo indica aprendizados decorrentes dos atendimentos de ocorrências policiais.

As condutas aprendidas pelos estagiários longe do ambiente acadêmico são variadas. Entre elas, dois entrevistados destacaram o modo como o uso da farda os impactava. Um entrevistado indicou a mudança de postura corpórea quando se veste a farda, outro indicou a responsabilidade relacionada ao uso da farda e a necessidade de valorização desse uso, uma vez que muitas pessoas desejam estar neste lugar, e por vários motivos, não conseguem.

Ah, você se sente o super-homem, você veste aquela farda ali... na verdade é a responsabilidade, além de você sentir elogiado por estar ali, saber que muita gente queria estar no teu lugar e não consegue, porque os concursos, desde aquela época, são muito concorridos, então você valorizar... valorizar... é uma coisa assim que fica para a vida inteira. Você pega fotos antigas recordando ali e você vê que a história é bacana. (E2)

...você colocou a farda, já... você alinha os ombros e você já começa a prestar atenção mais no restante do ambiente em que está. (E4)

O modo de se comportar frente à população também foi citado por um entrevistado como um aprendizado próprio do período de estágio operacional. Um entrevistado comentou sobre o olhar da população em relação à ação da polícia, indicando que o policial está tendo seus gestos avaliados pela população. Outro entrevistado indica que o contato com a população ultrapassa a técnica, pois as pessoas buscam a polícia em casos de extrema necessidade, e é nos momentos de dificuldade, segundo ele, que acontece a “troca” entre a população e a polícia.

O atendimento ao público, o modo de agir, de falar, muitas vezes reagir diante de uma ocorrência. O modo de se portar. Porque uma pessoa que está fora da polícia, diz “Eu queria ser polícia para eu fazer isso, aquele outro...”. Não, não. Depois que você entra, você tem que ter um bom comportamento, porque o povo, a comunidade está te olhando também, tá te policiando, então você tem que ter um comportamento em ocorrência também. Então durante a escola você aprende tudo isso aí. (E1)

E também no estágio a gente aprende realmente, porque na academia a gente aprende a técnica em si, mas só na rua quando a gente sai que a gente sente, realmente como a população chega na gente, como eles precisam da gente. Então, a gente começa a sentir aquela troca com a população. No estágio a gente aprendeu isso. (E5)

O diálogo e o respeito como práticas recorrentes de atendimento de ocorrências também foram citados como aprendizados da prática policial fora do ambiente acadêmico. Os entrevistados destacaram a necessidade de controle emocional para evitar que uma ocorrência tome maiores proporções e indicam que a conversa e o respeito com as pessoas em atendimento são estratégias que contribuem para minimizar os conflitos.

Apreendi muito no estágio, eu nunca fui uma pessoa fácil de lidar, a minha família é um pouco esquentadinha por natureza, no começo do estágio eu era assim e fui aprendendo o relacionamento interpessoal para não gerar ocorrência. Ficava nervoso e acaba querendo fazer um monte de coisa que não valia a pena, então tinha que chegar conversando que era mais fácil e eu aprendi isso no estágio. Teve muitas situações que, se eu tivesse chegado mais tranquilo, não tivesse tomado parte de nenhuma das partes eu tinha resolvido de um jeito mais fácil do que foi. (...) Relacionamento eu aprendi no meu estágio, muito, muito... eu sempre trabalhei com pessoas, com o público, mas na polícia, sempre chegava na ocorrência, o pessoal estava mais alterado, mais nervoso, o relacionamento foi importante. (E7)

...é a forma de lidar com público, não criando uma outra ocorrência. É você ser mais cidadão, também. Procurar não chegar agressivo, tratar bem as pessoas. Às vezes, as pessoas querem um pouquinho de atenção do policial, não querem nem... às vezes, ela sabe que ela perdeu o celular e não vai conseguir recuperar, mas ela quer que a pessoa chegue ali, ouça ela e dê aquele atendimento, ali, né. Às vezes, a pessoa precisa disso, né... Sentir aquela segurança ali do momento, né, que tem alguém que tá escutando ela, que está fazendo alguma coisa diferente. (E9)

... é a convivência, a humildade com as pessoas, por mais que você seja... é... na situação ali de superior, de prender alguém, o respeito, né. Você respeitar acima de tudo a situação ... (E2)

Ainda, entre as condutas aprendidas pelos entrevistados, em seus períodos de estágio foi destacada a necessidade de apresentar-se de modo “imparcial” para o atendimento da ocorrência. A imparcialidade é compreendida como a ausência de posicionamento ou como o não favorecimento de alguma das partes envolvidas em uma ocorrência policial. Nota-se que a imparcialidade também é acompanhada por uma busca da compreensão dos detalhes e das peculiaridades de cada envolvido na ocorrência. O diálogo é colocado como uma estratégia de atendimento em contraposição a atitudes de truculência. Ainda, a “imparcialidade” foi retratada como a tentativa de não envolvimento emocional do policial em relação às situações com que se defronta, podendo ser compreendida como um sinônimo de “frieza” ou de ficar impassível diante dos acontecimentos.

Primeiro de tudo, imparcialidade. É você não pegar as dores da ocorrência, isso é o principal. É você ver uma ocorrência e você puxar para você as dores, aí você vai meter os pés pelas mãos e queira ou não você tá carregando uma farda e vai ficar. Se você agir ali, diante de uma ação ali, você reagir de uma maneira truculenta, isso aquele outro, vai repercutir muito. Então você tem que saber ser imparcial na ocorrência. Você que tá aí fora, a pessoa que não tem essa noção... ela chega batendo e fazendo isso e aquele outro. Claro, você vai usar a força desde que a pessoa use a força contra você. Até aí é legal, mas hoje você se depara com certos tipos de situação que você está ali... o cara detido sem fazer um nada para você e você acaba batendo nele, isso você... isso aí é errado, hoje ninguém aceita mais isso daí, mesmo com o bandido. (E1)

É... a gente observar bem a situação da ocorrência em si e não, não se deixar absorver, absorver a ocorrência, porque as vezes a gente acaba presenciando algumas coisas e tem que saber ter... é ... ter que... ser frio, de saber resolver a coisa ali, sem se envolver, sem ser levado pela emoção... isso a gente só aprende mesmo na vivência... (E5)

Os aprendizados relacionados à prática de estágio operacional, no que tange ao eixo de análise “atividades de rua”, refletiram as impressões dos participantes em relação ao contato com a população, seja, por um lado, pela imagem que a população tem em relação ao trabalho da polícia, e, por outro, pelos comportamentos que os próprios policiais entrevistados indicaram como boas estratégias para o atendimento de ocorrências. As estratégias citadas foram o respeito, o diálogo e a imparcialidade, sendo esta última compreendida sob três primas: ausência de envolvimento emocional, não favorecimento de alguma das partes envolvidas na ocorrência e busca por detalhes sobre a situação atendida.

Um segundo eixo de aprendizagem, na prática de estágio operacional do curso de formação de soldados indicado pelos entrevistados, foram os aprendizados decorrentes do convívio com policiais com mais tempo de formação. Esses aprendizados sobre a prática policial eram facilitados por policiais que se disponibilizavam a ensinar as nuances do cotidiano do trabalho. Os aprendizados com os policiais mais antigos podem ser percebidos em alguns relatos.

... depende muito de quem você pega como parceiro, né. Alguns eram bons, outros eram ruins... Mas hoje, eu aprendi, por exemplo... ah... teve um soldado que eu trabalhei com ele, que eu falo, assim, que ele foi um paizão para todo mundo... assim, lá tinha... a forma que ele trabalha, que ele mostrou para gente como funciona na rua, isso eu levo até hoje para mim. Um outro, assim que eu acho que foi muito ruim, eu acabo nem...

P: E teve alguma coisa que te marcou assim que ele te ensinou na rua?
Bastante. A forma que ele age com público, né. Até, inclusive, com a pessoa que comete o delito. Ele não chega dando esporro em ninguém, não

chega maltratando ninguém, não chega dando porrada em ninguém. Ele chega, conversa na boa... se fosse para encaminhar ele encaminhava, assim... só na conversinha, bem tranqüilinho... conversava, assim, como dois amigos, ali, né... Tem os que chegava assim... “Porque o cara tava fumando maconha... vagabundo! Vou dar um esporro nele!” Não, ele conversava certinho com o cara, numa boa... então, assim, a forma que ele tratava as pessoas, por mais que fizesse coisa errada, foi bacana... assim, da parte dele. E até as ocorrências, como tinham, assim de perturbação sossego, que eu vi... assim, que até uma coisa que eu aprendi na escola... que você tem que tomar cuidado para não criar outra ocorrência, então, assim... Isso é o que o tenente comentava muito com a gente... você tomar cuidado para, às vezes, você tá na ocorrência, não criar outra ocorrência... então, chama o responsável no cantinho, conversa numa boa, também explica a situação. Às vezes, a maioria das vezes, você pode resolver tudo na conversa... então, eu percebi isso, que é por isso, não precisa ser agressivo, muito pelo contrário, né, às vezes, assim... muitos casos ali, só na conversa você resolve tudo, tudo certinho. (E9)

O que mais eu me recordo de todo o tempo, foi a primeira vez que eu fui trabalhar na rua... com o soldado Pedro, era esse o nome do cara... a gente entrou na viatura, eu e a Clara ... a gente entrou na viatura com o cara, a gente saiu dali ele começou a falar... “Tá vendo aquele poste ali... aborda”... daí ele posicionava a gente de uma forma de rua. Aquilo foi incrível para mim, eu respeito o cara até hoje por causa da primeira semana com o cara. Ele um cara, ele era soldado que viveu muitas ocorrências, então ele sabia o que ele tava falando, ele tinha conhecimento. Ali ele passou coisas que a gente não recebeu... na escola inteira, sabe... era poste! Era muito legal... “Eu fico aqui, ó...eu falo com o cara... você não faz isso, você faz isso” Eu lembro isso até hoje...Muito massa... Ele explicou coisas... isso eu me recordo, que eu queria trabalhar na rua e queria ver qual que era e nesse primeiro dia eu não me esqueço mais, foi muito massa. A gente trabalhou um mês junto e ele foi explicando coisas que a gente não viu... a experiência de rua dele foi foda, e ele está na rua até hoje... (E6)

É, eu acho que ... que o indivíduo aprende a cada dia e que ele até o final de sua vida está aprendendo alguma coisa ou outra através da convivência com o outro e acredito que cada um dos pontos desta convivência, a faculdade ou a ... um parceiro que trabalhava comigo, tudo mais... desta pessoa ou deste momento eu posso retirar um aprendizado que eu vou utilizar futuramente, pode não ser naquela hora, mas na minha família... Tudo são aprendizados, são vivências, são modelos que acabamos adquirindo com o outro... ou possibilidades de comportamento que eu vou atuar. Até uma conversa... pode ser... “ah, naquela ocorrência eu agi desta forma”, pode servir de parâmetro para minha ocorrência futura. Então, tudo é aprendizado e acontece através das relações entre as pessoas e ... isso é válido para a polícia, acho que tanto de ocorrências para você atender como na vida pessoal também que... para sua vida familiar, que você não consegue desprender da vida militar, da vida profissional. Então, eu acho que todos estes momentos contribuem, tanto familiar como profissional... E, na aquisição do indivíduo de um rol de comportamentos que você pode utilizar tanto no trabalho como em casa. (E4)

Destacamos alguns aspectos desses aprendizados. O primeiro é que o aprendizado para a prática não acontece de forma sistematizada, mas depende da boa vontade de um policial mais antigo em repassar o conhecimento prático ao mais

moderno. Como decorrência disso, nem todos os policiais em fase de estágio têm a oportunidade de estagiar com policiais antigos que repassem informações que contribuam para a construção de conhecimentos para a prática policial. Nota-se que, quando há repasse de informações, o conhecimento do cotidiano é transmitido com base em experiências vividas, e o relato oral de ocorrências é o modelo de aprendizagem predominante entre os pares. Apesar de relevante, esse modelo carece de mediação de aprendizagem, no sentido de possibilitar uma análise do cotidiano vivido e compartilhado, sob a ótica das aprendizagens da fase acadêmica. Talvez nesse ponto, o supervisor de estágio poderia ter um papel de referência enquanto mediação. Pode-se notar que os aprendizados dessa fase exercem uma grande influência sobre a construção da identidade profissional do policial, já que são suas primeiras experiências e vivências sobre o que é “ser polícia”.

Passamos à análise do terceiro eixo de aprendizados percebidos pelos entrevistados durante o estágio operacional do curso de formação de soldados: as vivências em atendimento de ocorrências policiais. O contato com a morte, a inexperiência dos primeiros atendimentos, o modo como identificar pessoas suspeitas, o uso dos equipamentos policiais e o apoio do comandante em situações conflituosas são os pontos que sustentam esse eixo.

O contato com a morte é abordado sobre três pontos de vista para três entrevistados: o insólito da morte é indicado por um deles, o choque com o primeiro atendimento de uma ocorrência com múltiplas vítimas e o contraste do atendimento com apenas uma vítima, e por fim, o contato com uma pessoa que causou a morte de um policial. “A morte é uma realidade na vida desse profissional, visto que o mesmo tem que saber lidar com a morte das vítimas, dos criminosos, dos próprios companheiros de trabalho e também com a ideia de que sua própria vida corre perigo”. (OLIVEIRA, SANTOS, 2010, p. 227)

O insólito da morte foi abordado por um entrevistado, que, apesar de já ter presenciado outras cenas de morte, indicou a mudança de postura e a necessidade de adotar providências ao perceber-se como policial, necessitando deixar a postura de mero observador, tornando-se uma instância de resolução da situação.

Eu acho que... a primeira pessoa morta que eu vi numa ocorrência me marcou. Apesar de eu já ter visto coisa pior na ferrovia que eu trabalhava... atropelamento, esse tipo de coisa, a cabeça ali... tarara... Mas na polícia, você, enquanto policial, a posição de referência ali como, mais ou menos, uma partícipe da situação ali, você tem que gerenciar tudo aquilo, deu um

foco especial para mim nesta morte. Agora lá não... eu era só um espectador, acho que isso marcou bastante. (E4)

O impacto entre uma ocorrência com múltiplas vítimas e a ocorrência com apenas uma vítima é destacada por E7, mostrando o forte choque vivido pelos policiais no cotidiano.

Acho que a primeira vez que eu vi alguém morto marcou bastante, antes disso eu nunca tinha visto. Tinha um acidente de trânsito... eram uns 6, 7 mortos, tinha corpo espalhado pela rua, carro espalhado... até hoje nunca mais vi de novo, nem em notícia... situação em que o carro tava apostando racha e foi ultrapassar pelo acostamento, só que pelo acostamento da pista da esquerda e quando ele saiu acho que perdeu o controle e deu de frente com uma van e tinha uns 5 ou 6 e só sobreviveu 2, foi um acidente bem feio, sangue e corpo para todo lado, uma cena bem feia, nunca mais eu vi isso na polícia, foi um impacto assim... foi porradão. Eu e outro policial que tivemos que atender a situação, um boletim de acidente... fazer tudo... até hoje eu lembro como é que estava os carros, como é que estava os corpos presos nos carros, como é que estava o Astra, inesquecível... eu cheguei na hora e me assustei bastante eu nunca tinha visto nada assim, foi bem feio... P: E você teve na sua carreira alguma situação que te marcou tanto quanto essa ou que foi parecido?

Parecido, sim, outra situação de acidente também, só que essa tinha uma mulher só que morreu. O caminhão bateu na lateral do carro dela e ela acabou morrendo. O carro não estava destruído, a mulher não tinha sangue, não tinha hematoma, não tinha nada. Estava morta, mas não tinha explicação. Depois que eu sabia que ela tinha quebrado o pescoço, mas a mulher estava muito serena no carro... não tinha sangue, não tinha hematoma. No dia me marcou demais, fiquei emocionado na hora que eu vi, e de falar a gente fica de novo, porque não tinha porque a pessoa estar morta, entendeu? Eu vi ela lá morta no carro, mas não tinha nada... não tinha sangue, não tinha nada, parecia que estava dormindo, mas estava morta. Não tinha sangue, não tinha nada, o carro não estava destruído, o carro bateu na lateral dela, ela girou, parou o carro e estava morta. Ela não tinha rosto de sofrimento, não tinha sinal de dor, não tinha nada, só a cabeça pro lado e morta. (Em tom mais baixo). Isso me marcou bastante, esta situação.

P: Por que será que essas situações te marcaram?

A primeira situação do acidente acho que pelo... por eu ter visto corpo na rua, por eu ter visto sangue, bastante sangue... os carros batidos, gente morta que eu nunca tinha visto e naquele dia tinha uns 3 ou 4 na rua. Que hora que bateu na van teve gente que saiu com vida. O Astra acho que estava a uns cento e pouco por hora e a van estava parada. Então a hora que bateu, o pessoal que estava na van... alguns... teve corpo que foi jogado para fora da van, então pela quantidade de corpos, de sangue... gente quebrada, braço quebrado, perna quebrada, tava muito feio... muito feio mesmo... E a outra situação por não ter nada, eu não conseguia acreditar que a pessoa estava morta. Não sei se eu queria fazer alguma coisa para ver se a mulher acordava, não sei... mas não tinha porque ela estar daquele jeito morta lá. Não sei... chacoalhar para ver se acordava, não sei... acho que porque não tinha motivo. Não tinha porque ela estar morta. Duas situações bem diferentes. Uma que já tava morto e tava muito feio e outra que não tinha nada, não tinha nada. Até hoje eu lembro da mulher sentada assim no carro, com a cabeça virada, não tinha nada... nada. Hoje em dia não me lembro de outra situação que tenha me marcado igual a essas duas. (E7)

O terceiro caso, indica a existência de um limite tênue entre a possibilidade de fazer justiça e agir de acordo com a legalidade quando policiais militares têm contato com criminosos e transgressores. O contato com a pessoa que matou um policial foi indicado por um entrevistado, que destacou a necessidade de frear o ímpeto de fazer justiça com as próprias mãos quando se deparou com um caso como esse.

A inexperiência no atendimento de ocorrências foi citada por um dos entrevistados, que, a partir dessas vivências, buscou ter uma postura diferenciada nos atendimentos. Os policiais que compõem a mesma equipe devem estar conscientes dos riscos do trabalho e da necessidade de mútuo cuidado para que nenhum deles seja exposto a situações ainda mais perigosas decorrentes do atendimento das ocorrências.

É... eu... assim... eu lembro muito das ocorrências... as ocorrências elas acabam ensinando, né... teve a ocorrência que a gente correu atrás do cara e ficou a arma para trás, a gente não pegou o cara porque a gente olhou, talvez se a gente tivesse se atentado a não dividir a equipe e ninguém pegasse o que estava no chão, mas acompanhar... aquilo me lembra muito porque foi a primeira arma que eu peguei e a gente não esquece mais... a gente perdeu o cara e ficou a arma, encaminhamos para delegacia...

P: E o que você aprendeu com esse fato?

Que a gente tem que se entrosar mais, que o entrosamento tem que ser maior... porque a menina ... invés de nós três continuar a acompanhar o cara, porque a gente era uma equipe, nós três se dividir... ela correu para viatura para avisar que o cara tinha jogado uma arma, meio que inexperiência, assim... e daí nisso, o antigão se preocupou em ver quem estava correndo... daí eu acabei indo sozinho atrás do cara... daí o antigão falou: "Não, volta, não vai sozinho, não vai sozinho..." Talvez uma conversa, um entrosamento melhor das equipes de rua dá diferença. (E6)

O processo de identificação de suspeitos foi indicado com um aprendizado decorrente da prática de estágio. Tal conhecimento chega a ser compreendido como "instintivo" por um dos entrevistados. Na prática policial, jargões como "faro" ou "tino" policial são frequentes. E2 indica que este "olhar para o errado" ocorre em virtude do constante contato do policial com pessoas que cometem ilícitos.

Situações de você é... às vezes, identificar um suspeito, que era passado no estágio e você ir para a rua ... pelas vestes, às vezes pela maneira de se comportar em alguns locais. Hoje mesmo, quando você bate o olho, quando chega num estabelecimento, em algum lugar, você bate o olho, você já tem o instinto, aquela pessoa está fazendo alguma coisa errada. E digamos assim, que 90... 95% assim que o polícia mais antigo bate o olho, ele já sabe da malandragem das pessoas que costumam fazer o errado. A gente convive também muito com esse tipo de pessoa que aparece as coisa

errada, então, tipo... você vai pegando o exemplo de uma ocorrência, de outra... e ali você vai um montando um ciclo de ocorrências que, às vezes, você já, a maioria das vezes você já bate o olho numa pessoa, ou em alguém que está parado próximo ao comércio ou que está em estabelecimento ou na rua mesmo e ... “Oh, aquele cara tem passagem... aquela pessoa ali tá esperando para fazer alguma coisa errada” e, quando você aborda, puxa a ficha e geralmente já tem um rol de passagens, né... então, acho que do próprio tempo de convivência ali ... (E2)

O uso de equipamentos policiais, especificamente o bastão tonfa⁵⁴, foi um aprendizado decorrente do estágio indicado por dois entrevistados.

Mas falta um pouco mais de explicar: “Oh, vocês vão entrar numa viatura... anda com o bastão aqui, por causa disso... eu fui aprender isso aqui... um ano depois de formado, eu fui aprender que eu tinha que andar com bastão...depois que a gente se abraçou com um cara louco, e o cara que tava comigo tinha o bastão e eu cagava pro bastão... e é importante, talvez se alguém tivesse falado, eu teria trazido isso comigo e ... (E6)

... um dia na Praça Osório, eu tive que encaminhar uma pessoa usando a técnica da tonfa, na época... que é aquela de enlaçar os braços da pessoa para levar ali até... para levar até o PPO da Praça Osório. (E3)

Outro caso relatado por dois entrevistados foi a percepção de possibilidade de apoio de superiores em casos conflituosos. Em um caso, o apoio do comandante foi percebido quando da tentativa de interferência em uma ocorrência em que a pessoa do abordado dizia ter proximidade com outros policiais de altos postos dentro da corporação, sendo que, nessa ocorrência, o comandante imediato descartou a possibilidade de qualquer favorecimento da pessoa em ocorrência, independentemente de suas relações pessoais. Outra situação de apoio do comando foi relatada por um entrevistado que sofreu um acidente de trânsito com a viatura em serviço.

A gente estava na Avenida principal, e foi pego um veículo que ele falou que era amigo de um coronel e coisa e tal, e daí, até a princípio a gente ... ia ser feito um QR2⁵⁵ lá, mas daí o rapaz foi meio boçal nessa hora. Daí, o comandante pediu para eu e para o outro policial. “Não, pode fazer o normal mesmo... o procedimento normal” E daí, se eu não me engano na ocasião, até o coronel ligou, daí o menino... enfim... eu achei legal que o nosso serviço foi feito e pelo comandante não foi dado para trás. Vamos dizer assim, foi feito o serviço normal independente de quem o rapaz foi amigo, né. (E8)

⁵⁴ Bastão tonfa: popularmente tal equipamento é conhecido como “cassetete”.

⁵⁵ QR2: liberação no local.

E tinha uma situação lá, que eu capotei uma viatura no estágio, eu nem deveria estar dirigindo por estar no estágio e ele deu total apoio para a gente. (...) A gente tinha uma liberdade de conversa com ele, né. Que em outro batalhão eu não tive, o pessoal meio que tem receio de conversar com o comando e com ele era bem tranquilo. Bem tranquilo mesmo. (E7)

A seguir, é apresentado um quadro para sintetizar os aprendizados relatados pelos entrevistados durante o período de estágio operacional.

QUADRO 28 - APRENDIZADOS DO ESTÁGIO OPERACIONAL, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.

Categorias de aprendizagem	Especificidades de cada aprendizado
Atividades de rua	O uso da farda
	Comportamentos frente à população
Relacionamento com policial mais antigo	Presença/ausência de disponibilidade de ensino
Atendimento de ocorrências	Contato com a morte
	Inexperiências dos primeiros atendimentos
	Identificação de pessoas suspeitas
	Uso de equipamentos
	Apoio dos comandantes imediatos

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

As entrevistas abordaram pontos a serem melhorados no estágio operacional. Os policiais entrevistados indicaram a necessidade de maior conexão entre a fase acadêmica do curso e a fase de estágio, a deficiência de infraestrutura material que prejudicou as práticas no trabalho de estágio e a necessidade de maior contato com as práticas do serviço policial em viaturas.

Quanto à necessidade de maior continuidade entre a parte acadêmica e parte de estágio do curso de formação de soldados, os entrevistados indicaram a relevância de que os conteúdos teóricos estejam relacionados com prática da atividade de polícia. Um dos entrevistados sugere, que desde o início da fase acadêmica, haja relatos de casos sobre a prática policial. Outro aspecto abordado é que as legislações aprendidas na fase acadêmica sejam desde esta fase relacionadas com sua aplicação a casos concretos de atendimentos.

Eu acho que faltou mais na teórica de explicar o que acontece na prática... isso eu acho que falta... “Lá na rua, você não vai ter tempo de gritar prioridade no rádio, então anda com o rádio na cinta”... porque a gente chegou lá sem saber certas coisas. Porque para gente é tudo lindo, na escola é tudo bonito... vou ser o herói, mas na hora que você chega lá... a viatura tá longe e você se vê sozinho... então tem certas dicas de experiência que não é passada, de experiência de polícia mesmo... de ter um equipamento a mais, de ter um cuidado a mais no começo do seu serviço, de prestar atenção, eles falam muito... “Presta atenção, você vai morrer... tal, tal...” Mas eles não te explicam o que acontece, um exemplo... pega o cara lá antigão, praça ou oficial e conta lá: “Comigo aconteceu isso, e deu errado...” Uma história de vida talvez seria mais legal, sei lá... (E6)

Eu acho que faltou um pouquinho mais a questão de leis, eu acho que a parte prática da lei, eu acho que é uma coisa bem difícil que ajuda bastante. Tipo, a aplicabilidade da lei, não somente a Constituição... artigo quinto... isso e isso e isso... e aquilo, que normalmente a gente aprende. Mas tirar isso do papel e colocar na vida diária é bem mais difícil. De repente, se existisse assim uma ... uma didática voltada a exemplos, assim, eu acho que ajudaria bastante. Não sei se é uma dificuldade minha em visualizar a lei na prática, mas... (E4)

Quanto à infraestrutura material, os entrevistados indicaram falhas logísticas que comprometem tanto a execução do serviço no estágio, quanto a própria segurança dos policiais durante e após os serviços realizados. É importante perceber que a fala dos entrevistados remete a épocas distintas de realização de estágios, enquanto E2 realizou tais práticas no início dos anos 90, E9 vivenciou dificuldades logísticas em 2016 muito similares às que E2 entende como superadas na atualidade, especialmente no que tange a questão da disponibilidade dos coletes de proteção balística.

Talvez, é... nós não tivemos o incentivo que tem hoje. Porque naquela época, a gente prendia muita gente, as pessoas fazendo errado... você encerrava o turno e ia para casa desarmado, então era uma situação que te preocupava, então faltou um apoio do próprio governo na época, né... hoje nós temos nosso colete cautelado, nossa arma excelente para hoje, uma arma boa, então, tipo, naquela época não tinha, então nesse ponto faltou o material para um pouco mais de segurança. (E2)

A gente começou estágio, não tinha armamento, não tinha colete. Então, você tinha que ficar, muitas vezes, com o mesmo colete que era passado... às vezes, sujo, fedido. Às vezes, ficava até uma situação chata, a gente trabalhando 12 horas fedido, ali, às vezes, até você passar... um pouco mal, assim pelo cheiro. De armamento, a gente pegava no batalhão e cautelava, mas pelo menos não é antigênico, né! Agora, já o colete... usam mesmo colete, todo mundo... passava de um para o outro. Assim, se tivesse pelo menos só as capas... trocar só as capas, beleza! Mas nem isso tinha. Imagina a gente começou a trabalhar bem no verão, né... dezembro, janeiro... só calor, todo mundo suava um monte. É nojento, você colocar um colete todo suado ... (E9)

A necessidade de maior contato com o serviço policial em viaturas foi citada especialmente por aqueles entrevistados que realizaram suas atividades de estágio de forma predominante no policiamento a pé ou em serviços exclusivamente de trânsito. Os entrevistados indicaram que a maior demanda por serviços da polícia se dá no contexto do radiopatrulhamento, no entanto perceberam que a atividade é colocada em segundo plano na prática de estágio, já que o policiamento a pé é o serviço mais realizado durante o estágio.

Eu acho que a gente podia ter feito estágio na viatura, também... não só a pé. (...) Porque na viatura, a gente recebe as ocorrências do COPOM e acabam diferenciando mais as ocorrências, e no policiamento a pé a gente faz mais um policiamento comunitário mesmo, uma prevenção... O patrulhamento na viatura ele é bem mais amplo de ocorrências. (E5)

Era interessante a gente fazer um pouco mais de serviço de RPA que é o que as outras unidades têm, né... que é diferente do nosso. Então, assim, como, 90% da minha escola ficou no batalhão... as atividades que a gente fez ficou voltada para as atividades do batalhão. (...) Ficou faltando esta parte de RPA mesmo, do dia a dia da RPA, que eu acho que este é o carro-chefe da Polícia Militar em si... são as RPAs mesmo, não são ROTAM, ROCAM, COTAMO, o BOPE... nada! Acho que eu, o carro-chefe da polícia são as RPA... são as radiopatrulhas que estão aí distribuídas pela cidade e são elas que chegam primeiro nas situações, elas que geralmente em dois tem que resolver... então, se a gente fosse para outra unidade talvez faltaria esta situação de trabalhar em dois e talvez saber resolver em duas pessoas, em uma dupla no caso... e como eu trabalhei muito tempo em grupo tático, a gente trabalha sempre numa equipe grande, né... onde um abraçava o outro e várias cabeças pensavam uma situação, só... (E8)

A seguir é apresentado um quadro com uma síntese dos aspectos a serem melhorados em relação ao estágio operacional na visão dos entrevistados.

QUADRO 29- ASPECTOS A SEREM MELHORADOS NO ESTÁGIO OPERACIONAL, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS

Continuidade da fase acadêmica e a fase de estágio operacional do curso
Infraestrutura logística
Contato com as atividades em viatura no atendimento de radiopatrulha

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

As marcas do estágio operacional relatadas pelos entrevistados foram as dificuldades administrativas, o desconhecimento da área de atuação na prática de estágio, o contato com a população e o companheirismo.

Entre os aspectos administrativos relatados estão o modelo de escala de serviço e a infraestrutura logística. Tanto nos aspectos a serem aperfeiçoados como entre as marcas do estágio operacional, questões de ordem logística são citadas pelos entrevistados.

E7: Acho que a escala... 24 por 48 é muito complicado, trabalhava 24 horas, folgava dois, depois voltava as 24 horas... é uma escala que eu não queria trabalhar de novo. O tempo de serviço, era o dia inteiro na viatura e ainda tinha que passar a noite, a mesma noite além do dia trabalhando... Então, se trabalhasse 12 horas durante o dia e depois vai para casa descansar, você dorme tranquilo. Quando eu estava trabalhando 24 horas direto, chegava 10, 11 horas da noite você já estava quebrado, morto já. E a nossa viatura não tinha condições... era vidro que não fechava à noite, pegava chuva... de dia era um solzão, não tinha ar igual tem hoje, não tinha nada... era solzão em cima da gente e, se chovesse à noite, molhava com a porta fechada... então eram 24 horas bem difícil. Não tinha como você chegar às 7 da manhã do outro dia inteiro. Eram muitas horas.

A escala de serviço desgastante para o policial pode ser fruto do déficit de efetivos. Tal situação traz reflexos tanto para a saúde do profissional policial quanto para a qualidade do atendimento à população. A falha logística apontada pelo entrevistado refere-se à qualidade e a conservação das viaturas, local em que o policial que trabalha no atendimento de ocorrências e passa o seu maior tempo de trabalho.

[A] precarização do trabalho, no que diz respeito às armas obsoletas, às viaturas insuficientes e em más condições de uso, à falta de reconhecimento tanto por parte da instituição como pela sociedade, além dos baixos salários. Esses fatores externos aumentam os constrangimentos na tarefa (*contraintes*), o que, por sua vez, exige do PM um esforço maior para realizá-la (*astreinte*). (SILVA, VIEIRA, 2008, p. 166)

O desconhecimento da área de atuação durante o estágio foi marcante para dois entrevistados, refletindo para um na dificuldade de dar informações à população sobre a localização de pontos da cidade e para outro no espanto com a realidade criminal.

Eu acho que, não conhecer o ... a cidade. Que eu simplesmente vim do interior e o tenente falou... "Se vire!"... Né... "Mas eu não conheço nem pra mim!"... "Vocês vão ficar nessa quadra, até esta quadra dando informações..." ... "Mas eu não sei nem pra mim!"... "Se vire!"... E isso foi por um lado muito bom, porque eu acabei buscando conhecer, eu buscava informação e eu passava para a pessoa que vinha perguntar para mim. Então, isso me fez conversar um pouquinho mais com o outro, que não era do meu feitio conversar. (E4)

Como tem bandido em Curitiba. Eu sou de uma cidade do interior, no oeste do Paraná. Bandido de todo tipo, outro mundo que eu não era acostumado a ver. Perversão, gente de todo tipo neste lugar que eu não era acostumado a ver. Depois que você entra na polícia que você vive estas ocorrências, você começa a pensar... que lugar é esse? ... Como é que alguém consegue viver num lugar desse, que o tempo todo tem furto, tem roubo, tem tráfico, tem uso de drogas, tem assalto, que naquela época tinha muito assalto a banco, eu falei que inferno, onde eu vim parar... então foi um impacto. (E1)

O contato com a população foi marcante para dois entrevistados, porém seus posicionamentos são diferentes. Um entende que a Polícia poderia fazer mais pela população, outro compreende que o contato com a população na prática de estágio possibilitava conhecer pessoas do local em que atuava.

Antes de entrar na polícia, eu ouvi muito que... o pessoal falando da Polícia Civil, né, que o pessoal não trabalha, né... que os caras são isso, são aquilo. E eu pude perceber que na Polícia Militar os cara dão o famoso 07, e, acabou até sendo pior que o pessoal da Polícia Civil. Eu acho assim, que a polícia ela... ela poderia fazer muito mais em prol da população, né... Às vezes, se doar um pouquinho mais... (E9)

Eu acho que o contato mesmo que a gente tinha. A gente fazia 6 horas o patrulhamento, era um período que ... até razoável para ficar num espaço pequeno, eram algumas quadras, então a gente acabava conhecendo bastante comerciantes. Então esse contato com a população, foi bacana. (E5)

Para E8 o companheirismo é uma marca do seu estágio e ainda se faz presente em sua atuação como policial, por prestar seu serviço no mesmo grupo em que atuou como estagiário.

É justamente isso, este espírito de corpo da equipe, né. Como eu passei, 95% do meu estágio em uma companhia só, quando a gente sai para trabalhar com no mínimo 20 pessoas, 15, 20 ou mais... então, toda a situação que sai da normalidade, eram todas aquelas cabeças pensando em cima de uma situação. E essa situação, não interessava se era do mais moderno ou do mais antigo... todos tentavam resolver... era isso aí, que mais me marca... até hoje na verdade. (E8)

A seguir, apresenta-se um quadro síntese com as marcas do estágio operacional na visão dos entrevistados.

QUADRO 30- MARCAS DO ESTÁGIO OPERACIONAL, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS

Dificuldades de ordem administrativa que impactam na prática profissional
Desconhecimento da área de atuação
Formas de contato com a população
Companheirismo entre os profissionais policiais

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Foi possível perceber que o convívio com outro, seja através de pessoas da população ou do policial mais antigo, é um elemento marcante e que proporcionou aprendizado aos entrevistados durante o estágio operacional. Já as dificuldades administrativas, especialmente do ponto de vista logístico, são indicadas como ponto marcante e como aspecto a ser aprimorado no do período de estágio operacional. Se, por um lado, o aprendizado proveniente do atendimento de ocorrências é bastante relatado pelos entrevistados, por outro, a conexão entre aspectos práticos e teóricos da formação necessitam de aprimoramento.

5.3.5 Contato com a comunidade

Passaremos à análise da visão dos entrevistados a respeito do modo como se dava (ou não) o contato com a comunidade durante as práticas de estágio operacional. Os entrevistados dividiram-se entre os que percebem e os que não percebem o contato com a comunidade ao longo do estágio. Entre os que não percebem, todos indicam que, em razão do trabalho realizado pela polícia, não se percebia o contato polícia-comunidade.

Com a comunidade assim... é que como a gente...propriamente dito eu não consigo dizer...pro senhor que foi com a comunidade...porque a gente está sempre em jogo de futebol... a gente está sempre em contato com a comunidade, vamos dizer assim, mas não com um grupo específico da comunidade. Então, você está num jogo de futebol... é natural que você acaba conversando com os torcedores que ali estão. Ou está numa manifestação, é natural que alguém venha e possa te afrontar e você tenta reverter para mostrar a tua visão também porque a gente está ali... é, neste sentido assim. Mas agora um contato maior assim, não tive. (E8)

Como é um serviço policial (...), às vezes, não é amigável. Às vezes, você precisava usar da força e tal... mas fazia o teu serviço, encaminhava a pessoa ali e normal. (E3)

Não tinha muito contato com a comunidade, porque, na época, a gente ficava muito aquartelado, então era mais para quando estourava a bronca que a gente sai para a rua. Mas daí quando a gente sai para a rua não era

assim... Não era igual hoje que você para nas esquinas e conversa... era mais situação de aquartelamento, e saia na rua mais para agir. (E2)

Para os entrevistados, a atuação policial em jogos de futebol, manifestações e ações em que o uso da força ocorre não são compreendidas como contato com a comunidade. Um dos entrevistados indica que o contato existe, mas não com um grupo em especial.

Os entrevistados que entendem que estágio operacional proporcionou o contato com a comunidade apontaram que tal prática é inerente à rotina da atividade policial, cuja a proximidade é identificada como a conversa na qual alguém da população traz informações relevantes para o serviço policial e ainda pelo fato de ser possível conhecer a população atendida.

Tinha. Relação pública humana a gente fazia bastante. Nos comerciantes. Estar entrando nos comércios, conversando com o pessoal, sabendo da... porque geralmente vinha reclamação... daquela rua, tal... então a gente tinha bastante isso daí... (E1)

Tinha, a gente sempre conversava com a população, a população procurava a gente, o comércio também, a gente passava, conversava...Primeira coisa que eles sempre vêm é pedir informação. E depois eles sempre vinham comentar... “ah, na minha rua lá aconteceu alguma coisa assim... e vinha contar sempre alguma história de assalto, ou de furto ou alguma coisa, ou suspeitos, ou alguma coisa que aconteceu no comércio. Sempre contando alguma coisa.... Alguma história, ou eles procuravam a gente mesmo, para dar uma mão ali na hora, oh... tem tal coisa acontecendo lá ... tem como vocês darem uma olhada? Nós atendemos acidente, lá... (E5)

Eu tinha muito contato com a população, sim... porque lá eles iam na companhia para conversar. E lá eu conhecia muita gente que ia ser atendida. E também a minha família era bem popular em “Cidade A”, porque meu avô era pastor de uma igreja lá, então a gente era muito conhecido. Com a população lá, foi tranquilo, bem tranquilo... durante o estágio foi bem tranquilo. (E7)

Nota-se que o conceito de “contato com a comunidade” é variado para os diferentes entrevistados. Vai desde ideias de que o contato com a comunidade não ocorre em razão da natureza do trabalho da polícia num polo, e em outro que, justamente pela natureza do trabalho da polícia, é que esse contato com a comunidade ocorre. Em meio a esses polos, há visões que entendem o contato com a comunidade como voluntariado.

Um projeto mais específico relacionado à prática de Polícia Comunitária é citado por um entrevistado “Teve uma época lá, que tinha aquele projeto de

entrevista. Você tinha que fazer 15 entrevistas por serviço, escolhia uma casa... batia palma e ... era uma coisa que todo mundo ia ter que fazer, independente que quisesse ou não...". (sic) O contato com a comunidade através prestação de serviços "voluntários" em escolas e creches é relatado por um dos entrevistados.

Por fim, um entrevistado traz uma visão ampliada sobre o contato com a comunidade, possivelmente em razão das formações que teve oportunidade de participar pela Polícia e fora dela em razão do serviço que atualmente desenvolve. "Eu acho que num fim primeiro, seria a questão de evitar as situações de crime e delito que a própria presença do policial inibe, este é o primeiro ponto. Auxílios, informações, o próprio trabalho das palestras também entra..." (sic)

5.4 ROTINAS DE SERVIÇO ATUAIS

A seção "rotinas de serviço atuais" levantou junto aos entrevistados aspectos relacionados aos seguintes temas: atividades atualmente desempenhadas, dificuldades no trabalho e maneiras de lidar, aprendizados e transposição de aprendizados da informalidade para a formalidade.

5.4.1 Atividades policiais desempenhadas pelos entrevistados

As atividades desempenhadas após a conclusão do curso de soldados giraram em torno de sete serviços policiais: policiamento motorizado, policiamento de trânsito, trabalhos comunitários de acordo com a filosofia de Polícia Comunitária⁵⁶, serviço policial reservado, serviço policial administrativo, policiamento a pé e policiamento em eventos esportivos. A seguir, são apresentadas tais atividades organizadas e especificadas. O mesmo entrevistado pode desempenhar mais de uma dessas atividades concomitantemente. Entrevistados que

⁵⁶ Segundo Dalbosco (2007, p. 39):

A ideia central da Polícia Comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, como um médico, um advogado local; ou um comerciante da esquina; enfim, dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial. Para isto realiza um amplo trabalho sistemático, planejado e detalhado.

desempenham funções administrativas comentaram sobre os trabalhos operacionais anteriormente desenvolvidos na polícia.

QUADRO 31- ATIVIDADES POLICIAIS DESEMPENHADAS PELOS ENTREVISTADOS

Atividade policial	Atividade específica
Policiamento motorizado	Radiopatrulhamento (motorista ou acompanhante)
	Motocicletas
	Módulo Móvel
	Rondas Ostensivas Tático Móveis (ROTAM)
	Motorista do Comando
Policiamento de trânsito	Atendimento de acidentes de trânsito
	Operações policiais de trânsito
Trabalhos comunitários	Unidades Paraná Seguro (UPS)
	Instrutor do PROERD
	Inspetoria de alunos em colégio policial militar
	Trabalho de interação comunitária
Serviço policial reservado	
Serviço policial administrativo	
Policiamento a pé (PPE)	
Policiamento em eventos esportivos	

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

As atividades de policiamento motorizado em suas diferentes especificidades são explicitadas por dois entrevistados, através da rotina do radiopatrulhamento (RPA) e do serviço nas Rondas Ostensivas Tático Móveis (ROTAM). Enquanto o policiamento na RPA é realizado em duplas e tem a especificidade do atendimento de ocorrências repassadas pelo sistema de radiocomunicação, a ROTAM é formada por equipes de 3 a 5 integrantes, que realizam uma atividade preventiva de patrulhamento e abordagem, sendo que suas intervenções geralmente acontecem em ocorrências de maior gravidade.

A gente faz o patrulhamento normal da região, nos bairros que a gente atende ali... e atendimento de ocorrências ... ficar sempre atento ao rádio, para dar apoio nas áreas. (E9)

Eu sou motorista lá, a gente trabalha 10 horas por dia (...). É patrulhamento e abordagem. (...). Este é o nosso trabalho. Somos em 4 integrantes, dificilmente 3 e em alguns casos 5. (...) Cada um tem sua função e tem que fazer bem feito a sua função para não correr perigo para os outros. A equipe é boa, a ROTAM é uma equipe bem fechada, boa para trabalhar. (E7)

Um outro trabalho especificado por um dos entrevistados é o serviço como motociclista. Porém, aqui o entrevistado indica que trabalhar sozinho e não em duplas de motociclistas é algo que, ao seu ver, favorece o trabalho, mesmo oferecendo mais risco. Dentro dos protocolos de segurança das técnicas policiais, o atendimento deve minimamente ser realizado por duplas. Um entrevistado indica que sua preferência é pelo trabalho individual, mesmo nos casos em que sua segurança e integridade física são colocadas em risco. Segundo ele, é preferível trabalhar sozinho que com outro policial que seja truculento. A truculência para ele é compreendida como uma ação em que o policial, ao invés de diminuir, aumenta a tensão que deu origem à solicitação da população para a prestação do serviço da polícia.

Eu prefiro trabalhar sozinho. Eu inclusive peguei uma situação (...), onde eu recuperei uma quantia que foi roubada numa farmácia e eu estava sozinho na situação ... farmácia sendo assaltada por 4 elementos e, graças a Deus, eu consegui render eles sem dar nenhum disparo. Vitorioso. (...) Eu acostumei a trabalhar sozinho, porque dependendo do parceiro, eu prefiro trabalhar sozinho. (...) Porque tem muitos parceiros que tá com você ali, não que façam coisa errada. Mas a maneira de agir, dele se portar na situação. Não porque eu sou polícia que eu tenho que chegar faltando com respeito, às vezes com truculência nas ocorrências. (...) uma questão de arrogância em ocorrência, então como eu sou muito de conversar... às vezes a ocorrência tá tumultuada e eu converso e as pessoas saem agradecendo e tipo: "oh, vem você aqui e a gente estava esperando um policial truculento", já com aquela visão da truculência da polícia. (...) Não adianta você estar com o outro parceiro que, ao invés de chegar na ocorrência calmo e ajudar, às vezes, acaba tumultuando mais a ocorrência. Às vezes, eu prefiro trabalhar de moto sozinho. (E2)

A teoria trazida por Bittner (2003) vem a somar com a fala dos entrevistados no que se refere às oposições entre a truculência e o diálogo no atendimento de ocorrências:

... [os] policiais (...) não estão, com certeza, livres de perder a paciência e explodir de raiva. Mas, ao contrário daqueles que saem em cruzada contra o crime e agem principalmente por impulso, esses consideram uma ação impulsiva algumas vezes desculpável, ocasionalmente até mesmo útil para por medo em alguém, mas, em geral, a consideram inferior ao procedimento bem calculado e bem informado. Isto é, para eles a preferência da razão em detrimento da força bruta é uma questão de princípio, que uma vez bem aceito torna-se um hábito fixo na tomada de decisão. (BITTNER, 2003, p. 187)

Dois entrevistados exemplificam os trabalhos de Polícia Comunitária desenvolvido por eles. Um como instrutor do PROERD⁵⁷ e outro num projeto de conscientização de motociclistas para uma pilotagem segura. O segundo projeto tem como base a integração entre órgãos do estado e a sociedade civil. Percebe-se que o entrevistado envolvido no projeto com os motociclistas sente-se valorizado por executar o trabalho.

Um dos policiais entrevistados já realizou suas atividades em policiamento motorizado; atualmente, desempenha atividades policiais administrativas e indica que o seu trabalho é “cuidar” de policiais que desempenham as atividades operacionais.

Ali eu dou o meu melhor pros polícias... ali eu dou o meu melhor pros caras, se o cara precisa de folga, eu vou fazer o melhor pro cara...às vezes o cara chega para mim, fala... “Cara, tá sol... meu braço tá todo fodido... joga às 16h...” Eu não tenho este poder de fazer a troca de horário, mas eu dou o meu melhor, nem que seja conversar com quem for para explicar a situação. Porque às vezes os caras querem... acham que os caras querem acochambrar⁵⁸ porque estão no sol, mas eu sei, porque eu fiquei 7 anos nas motos... o meu serviço é esse... eu cuido de 70... a parte burocrática e administrativa de 70 polícias. (E6)

Nota-se que as possibilidades de atuação são muito variadas, mesmo que o policial se encontre na primeira graduação da carreira, a de soldado. Uma inquietação que fica é se o Curso de Formação de Soldados dá noções para a execução de tão diversificadas atribuições.

5.4.2 As dificuldades no serviço policial e as formas de enfrentamento

Oito foram os aspectos indicados pelos entrevistados com dificuldades decorrentes do serviço atualmente prestado. Os variados problemas com as viaturas foram destaque em número de citação pelos entrevistados. Outras dificuldades citadas foram: a falta de apoio da população ao serviço da polícia, a falta de capacitação policial, a pouca disponibilidade de fardamento, a burocracia interna, as dificuldades de gravar nomes de ruas para chegar aos locais de ocorrência, a baixa efetividade do trabalho policial, a corrupção no trabalho policial e a falta de apoio do

⁵⁷ PROERD: Programa Educacional de Resistência às Drogas.

⁵⁸ Acochambrar: agir de má-fé, fazer “corpo mole”, simular situações para se esquivar do trabalho.

comando. A seguir, são apresentadas as dificuldades e as propostas de solução indicadas pelos entrevistados.

QUADRO 32- CONDIÇÕES DE TRABALHO ATUAIS E PROPOSTAS DE MELHORIA APONTADAS NAS ENTREVISTAS

Condição	Especificidade	Proposta de melhoria
Problemas com viaturas	Problemas técnicos que afetam o uso da viatura (ex. problemas de direção e freio)	Andar devagar
	Número de viaturas insuficiente	Utilizar uma mesma viatura por mais tempo.
	Ausência de viatura para realizar trabalhos	Deslocamento com ônibus ou veículo particular
Necessidade de que a capacitação seja estendida para todas as unidades.		Necessidade de políticas e práticas institucionais voltadas para a capacitação
Falta de fardamento e aprestamento		Utilizar fardamento sem condições de uso até que novos sejam disponibilizados pela corporação ou comprar o fardamento com o próprio salário
Burocracia interna	Escalonamento excessivo para a comunicação	Uso de grupos de Whats App para agilizar a comunicação
	Proibição de conversa entre policiais de postos imediatamente superiores	
Localização de locais de ocorrência		Melhorar a localização através do uso de aplicativos móveis.
Leis que não contribuem para o trabalho		Continuar a fazer o trabalho policial, apesar dos empecilhos da lei
Corrupção policial		Buscar relações positivas dentro e fora da corporação
Falta de apoio do comando		Necessidade de mais incentivos aos policiais que trabalham corretamente.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Foi possível notar que as melhorias buscadas para os problemas ficam quase que exclusivamente sob a responsabilidade do policial e não são encaradas enquanto política pública de segurança. Para exemplificar: os problemas com viaturas ou as dificuldades para aquisição de novos fardamentos são resolvidos com

condutas “remediativas”: dirigir devagar, usar a mesma viatura de forma ininterrupta ou comprar um fardamento com o próprio salário.

5.4.3 Aprendizados da rotina de trabalho atual

As vivências nos atendimentos de ocorrências policiais militares foram indicadas como formas de aprender tanto na rotina atual de serviço policial quanto no estágio operacional. Ao descreverem suas atividades atuais, os policiais entrevistados entram em minúcias dos atendimentos e indicaram muitos aprendizados que serão aqui apresentados de modo sistematizado. Um primeiro aspecto é que, ao atender uma ocorrência policial, é necessário ter controle emocional e respeito pela população para não complicar a situação que, geralmente, já é tensa quando da chegada polícia.

Olha, três coisas que eu aprendi... é... controlar a situação de nervosismo, de você chegar na ocorrência, de não chegar naquele desespero... e analisar a situação. Às vezes, é uma situação que aparentemente tá calma, mas que a qualquer momento ela pode sair do controle. E você colocar tudo a perder... seria uma dessas. A ter respeito com a população, também... voltado mais para a população, foi mais o que eu aprendi no dia a dia, não é coisa assim que gravou algo. Uma outra situação que eu peguei de uma simples multa que eu fui fazer, quase que virou assim de eu ter que prender um pai de família, de entrar na casa dele por causa de um colega. A situação de uma multa que ele falou coisa que não gostou, mas que não afetaria tanto, mas a coisa tomou uma dimensão assim, que daí foi aonde eu tive que intervir para que meu colega policial... então, às vezes um tem um temperamento, outro tem outro... e você... às vezes eu ouço mais e não fico tão irritado com o civil lá, que às vezes acaba falando... você tem que se colocar no lugar dele, que às vezes você vai tirando o bem dele, né... como um carro, ou mexendo no bolso como uma multa... você tem que, às vezes se colocar no lugar dele. Mas fazer, o quê? Eu tenho que fazer, né... é controlar mais a sua situação em si, né... (E2)

Mas o meu maior aprendizado foi a humildade. Quando você chega na ocorrência querendo ser melhor que a pessoa que está sendo atendida, é capaz de não fluir, quando você chega e vê o lado da pessoa... resolver o problema dela, flui mais fácil, o atendimento é mais rápido, tudo funciona bem. É o maior aprendizado com certeza. (E7)

Toda ocorrência que você atende, é... se você começar a filtrar as coisas, você leva para a tua vida, também... Mas, é, mas eu penso muito na vida, eu penso muito na vida, mas muito na minha família. E assim quando eu atendo uma ocorrência, eu procuro... E se fosse, assim, um familiar meu, e assim, agir... Eu sei que, talvez, isso seja errado, né... mas, eu acabo se pondo, assim, um pouco no lugar da pessoa e eu aprendo. E nas ocorrências que eu aprendo... eu aprendo muito, né... a dar mais valor nas coisas, a dar valor na família, nos amigos. Eu vejo muita família, responde,

quando você pega na parte de usuário de drogas... família se desmanchando. Sei lá... às vezes é falta de amor. Falta de fé... então procuro levar isso na vida pessoal, para não deixar isso acontecer comigo. E, às vezes, eu vejo assim, como eu sou um cara de conversar muito com as pessoas, eu procuro... vi, então, você acaba no momento da ocorrência, ali, você acaba... não fazendo uma amizade, mas a pessoa acaba falando umas verdades para você. Por exemplo, assim, né... Eu vejo com muitos policiais hoje, acabam atendendo uma ocorrência, só atende uma ocorrência, faz o papel e foda-se. Então, procuro passar aqui, nem todo policial é assim... que tem policiais que tá ali para ouvir a pessoa, para resolver a situação de uma forma possível... é assim ser um pouco mais atencioso, né... (E9)

Outro aprendizado relacionado ao atendimento de ocorrências indicado por dois entrevistados foi a necessidade de ter cuidado com a dimensão dos chamados e solicitações para e nas ocorrências policiais.

Deixar de acreditar em tudo o que falam... porque muitas vezes assim, acontece do próprio cara que a gente prende tentar passar conversa na gente, então não dá para acreditar assim de primeira, tem que ir atrás para saber, isso não serve só para isso, mas no geral, assim... Não acreditar em tudo... É... (E5)

Primeiro... Não acreditar de pronto em tudo que te falam, né... justamente porque você não sabe o que é, porque pode ser um vulto maior ou mais tranquilo, como o exemplo que nos chamaram para uma briga generalizada perto de um estádio... e quando chegamos era apenas uma briga de dois cuidadores de carro... (E8)

Os dois aprendizados anteriores, relacionados ao atendimento de ocorrências policiais, levam a recordar o que Bittner (2003) traz.

Com exigências de rapidez e daquilo que, com frequência e usando de eufemismo, é chamado de 'ação agressiva' sejam difíceis de ser conciliados com o desempenho livre de equívocos, o trabalho policial está, por sua própria natureza, geralmente condenado a ser injusto e ofensivo para alguém. Sob a dupla pressão, de 'ser correto' e de 'fazer alguma coisa', os policiais são inúmeras vezes colocados na posição de, mesmo antes de entrarem em ação, estarem comprometidos. (BITTNER, 2003, p. 101)

Ainda, dois entrevistados conectaram suas vidas pessoais ao atendimento de ocorrências, especificamente no que tange a suas vidas familiares. Um deles indica a preocupação de seu pai com uma ocorrência atendida e ouvida na rádio local, outro entrevistado conecta a morte violenta de seu pai com um atendimento de ocorrência em que a morte se fez presente.

Passaram a ocorrência para gente, que era dar um apoio para o SAMU, porque tinha um cara louco com uma faca na mão. A gente chegou, daí, a irmã do cara veio, segurou na janela: “Meu irmão tem um problema mental, tá com a faca de cozinha na mão”... quando eu olhei... o cara tava com um olhão deste tamanho, com aquela faca pra baixo e correndo, aí eu falei: “ó, piá, fodeu, fodeu... o cara tá vindo...” Ele abriu a porta, a menina caiu, o cara veio com a faca para cima dele, deu duas estocadas... assim, meio que não deu... daí o policial deu dois tiros na barriga do piá...era o que ele podia fazer, né... como eu tava saindo, eu lembro disso do piá vindo e eu escutando os tiros, passando na frente do capô da Parati eu escutei os tiros... ele não tinha o que fazer, tava encostado na viatura, veio para cima dele, ele deu o tiro no cara...o cara caiu, levou um tiro perto no umbigo para baixo, assim... o cara ficou paralítico na hora ... não morreu... atravessou a espinha dele, e era muito perto, muito perto assim, e daí o cara caiu. Daí veio, apoio tal, veio o pessoal antigão ali, daí a gente conseguiu olhar... Ali que eu aprendi que o papel tem que ser bem feito, que tinha que ter uma testemunha, que chegou o antigão lá e perguntou: “Tem testemunha? Você viu testemunha?”, daí eu falei: “Eu tinha visto na janela...” Daí ele foi lá, nas portas lá, nas casas lá e bateu, e eu vi, o cara veio para cima. Graças a Deus. Eu não ia saber fazer. E o piá também era moderno, o piá era mais moderno que eu inclusive, né... alguns meses, mas era... então também não tinha esta experiência, então o antigão veio e arredondou... “Tem testemunha?” e fez o papel. Para mim, o que mais me marcou foi eu demorando para chegar em casa e o meu pai ligando o rádio de casa e os caras falaram assim, a ocorrência, no rádio. Daí meu pai baixou na companhia.... Porque “Polícia troca tiro...” (falando como jornalista), e era minha primeira ocorrência... daí meu pai chegou na companhia, ligou para mim, daí falei com ele no telefone: “Tá tudo bem!”... O que mais me marca de tudo isso é o meu pai indo lá ligar para mim, sabe, né... não tem nada a ver com a polícia, o repórter faz o trabalho dele lá, mas o que mais me marcou foi... e depois o cara morreu. Daí o que mais me marcou nesta ocorrência foi isso, sabe... o desenrolar do antigão ali, meu pai nervoso... que não é só nós... a Polícia não é só a gente, nesta ocorrência o que mais me marcou foi isso. (E6)

No relato de E6, ao menos dois aprendizados podem ser indicados. Um deles no apoio dos policiais com mais tempo de serviço auxiliando para a elaboração dos documentos da ocorrência, especialmente no que tange a busca por testemunhas que visualizaram o atendimento da ocorrência. Um segundo aprendizado foi a forma como a família do policial reagiu e se envolveu no atendimento por ele realizado.

Pela natureza de suas funções, incidem sobre o policial, além do risco à sua integridade física, as expectativas de resolução de conflitos e as atribuições, por vezes estigmatizantes, da sociedade. Tal é a imersão subjetiva e objetiva do policial e sua família nesta realidade que podemos dizer, como Da Matta (1997), que sua “casa” é invadida pela “rua”, com seus códigos e ameaças. (DERENUSSON, JABLONSKI, 2010, p. 22-23)

O aprendizado relacionado ao tratamento aos enlutados numa ocorrência policial em que a morte se faz presente é trazida por um dos entrevistados. Se de um lado, a frieza se faz necessária para que o policial possa realizar o atendimento

da situação, por outro lado, o respeito com as pessoas que vivem o processo de luto (nas ocorrências policiais, geralmente de forma trágica e violenta) precisa ser garantido. E3 ainda, correlaciona um atendimento realizado com a morte de seu genitor em um assalto.

Bom, então a gente vai passando... o tempo da vida da gente... vai amadurecendo cada dia um pouco. Então, uma das coisas... me lembro bem que eu... foi quando da morte do meu pai, que eu tive que lidar com isso... com uma morte trágica, que eu tive que lidar com meu interior, bastante... assim, que eu tive que trabalhar com ele bastante para poder suportar a perda e a dor. Então, isso foi um aprendizado muito grande. Então comecei a ver a vida de uma outra forma, de um outro jeito de ser... então foi um grande aprendizado. Daí, as aprendizagens, né... Quando eu tava na ROTAM, a gente chegou no local onde existiam dois corpos estendidos no chão. Aí foi chamado, a gente fez o isolamento do local, tal... daí, foi chamado os familiares ali. A gente trata como dois corpos, alguma coisa... eu fiquei olhando para aquelas pessoas e fiquei olhando para dentro da minha pessoa, com aquela situação... então, a gente tem que ser frio naquele momento. Mas é um momento de tristeza daqueles familiares. Isso foi um aprendizado também que depois veio a calhar com a minha pessoa, pois aí veio comigo... daí veio esse fato... E aí eu liguei com o fato da situação do meu pai. (E3)

Outro aprendizado decorrente do atendimento de ocorrência para um dos policiais é o de se “saber com quem está falando”. Para o policial o cumprimento de uma ordem sem a devida flexibilidade trouxe a ele duas consequências: responder a um procedimento administrativo disciplinar e também uma transferência de local de trabalho.

Eu fui parar em outro batalhão, porque eu fiz uma multa para um policial, então, foi um aprendizado grande. (...) E ganhei dois FATD⁵⁹. Eu fiz uma multa para superior. Respondi o FATD por ter feito a multa, não acho que eu estava errado, mas eu não precisava também ter feito a multa... no FATD fui culpado, na segunda razão de defesa fiz por escrito e era digitada, não sabia que tinha normas para fazer a razão de defesa. No civil não tem, mas na polícia tem...e eu acabei levando outro FATD por não ter feito nas normas. E eu aprendi que ... quando eu peguei o segundo FATD por não ter feito a razão de defesa nas normas, eu não me defendi... não fiz mais nada e deixei acontecer. Passou mais uns dois ou três meses depois eu fui transferido, em razão da mesma multa. No dia, eu fiz uma multa, eu achei que eu estava certo, eu estava na função. (E7)

Um entrevistado indica que a dureza do serviço de rua foi um dos aprendizados de sua prática policial, o qual teve o estresse como resultado.

⁵⁹ FATD: Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar. Processo administrativo disciplinar que tem por objetivo verificar se um fato em que um policial militar está envolvido configura transgressão da disciplina militar.

[Eu aprendi] a ser ruim, eu aprendi muita maldade... eu tô num estresse total que eu consegui estar por um ano baixado por psiquiatra. Eu aprendi muita maldade, isso eu aprendi demais, não tem como você escapar disso daí... tem os momentos bons também... a polícia é tudo para mim... tem uma família, tenho três filhos, eu tô criando eles... é isso, formei muitos amigos, amigos de confiança, amigos safados... aqui tem de tudo, nessa polícia *(emociona-se e chega lacrimejar)*. (E1)

Outros aprendizados relatados pelos entrevistados em decorrência de suas atuais práticas de trabalho foram a melhora na habilidade em falar e se expressar em público, a flexibilidade e a disposição necessárias para as mudanças de rotina de trabalho, próprias do inesperado trazido pelo cotidiano policial. Outro aspecto relatado é o aprendizado necessário para conviver com o público interno, ou seja, os próprios policiais militares, que, muitas vezes, se veem como “donos da verdade”.

Saber lidar com os que estão do nosso lado mesmo, que é a própria tropa, que às vezes, é mais difícil de lidar com eles que com os próprios paisanos, é difícil... realmente muito difícil, ah louco... falo mesmo, porque é difícil, o polícia tem mesmo aquele... é complicado, parece que ele é o dono da verdade, e só a verdade dele é absoluta, é pior que o paisano para lidar, eu acho, né...isso é do soldado ao... sem distinção... do aluno soldado ao maior... (E8)

Outro aprendizado ligado à prática profissional refere-se ao modo como a vida e a rotina como policial militar afetam diretamente as outras relações que a pessoa do policial desempenha na sociedade. Sua vida familiar é diretamente afetada mesmo em momentos de lazer, o convívio com os amigos é comprometido e a forma de enxergar a sociedade também se modifica. E6 indica que a visão de seus amigos e familiares tinham em relação à instituição policial foi alterada em razão de sua pessoa ser profissional de polícia militar. Ele indica que a família passa a se envolver em assuntos que são da rotina policial e aponta ainda a restrição das amizades dos policiais do seu grupo de trabalho.

A Polícia puxa muito, as pessoas têm um olhar diferente da polícia por causa de nós... agora... nossos amigos são assim, principalmente... eles têm uma visão diferente da polícia por causa de nós. Eles não vêem o polícia, eles veem a gente...que a polícia não é só a gente... O meu pai é uma extensão disso, o meu pai e a minha mãe é uma extensão disso. Se acontecer alguma coisa comigo... né... a polícia... a família... a família do militar ela se torna meio, meio... meio parte da caserna, né, no caso. Defende a causa, né, é impressionante, né... tem pessoas que eu converso, que elas mudaram de opinião por causa da gente... a farda acaba mudando um pouco... a farda arrasta, atrai a família mais perto. Por isso que tem muito polícia que só tem amigo polícia... porque só um polícia entende o que o cara vive... (E6)

A preocupação constante com a segurança pessoal e dos familiares, bem como o impacto das escalas de serviço que impedem uma programação da vida junto à família e a outros círculos sociais de convívio, é indicada por um dos entrevistados.

Eu vejo que o meu emprego em si impacta mais na minha vida familiar, do que o dela [da esposa] ou o da minha filha mais velha. Em que sentido? Na sistemática... Aquele lance de a gente vai num restaurante e fica olhando, o lugar que seja mais seguro e fica tentando antecipar as coisas, conversa sobre possíveis coisas que possam acontecer... Ah, se assaltarem agora nós aqui... poxa o legal eu acho que era nós fazer assim... Eu acho que de antecipar, para proteger. E outra coisa é minhas escalas que... hoje elas já estão bem acostumadas, elas já sabem que não podem contar 100%... que na igreja este final de semana vai ter acampamento infantil e eu toco na igreja, então... ela já sabe que pode ser que domingo, provavelmente eu vá ser escalado. Mas eu sempre tento avisar, quando eu sei com antecedência, né.... Ou pela nossa profissão de polícia, pode acontecer de eu sair daqui de dentro na rua e dar alguma ocorrência de vulto e acaba se estendendo, né... e foge do meu controle... e altera também a minha rotina externa, né... que é buscar a minha filha, se eu estiver no serviço, é buscar minha mulher na casa da minha sogra e ir para casa... É, mais isso, aí... a nossa família também, a rotina dela acaba alterando, um pouco assim..."... (E8)

A seguir, é apresentado um quadro resumo com os aprendizados relatados pelos entrevistados em suas práticas atuais de trabalho.

QUADRO 33- APRENDIZADOS DA ROTINA DO TRABALHO POLICIAL E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA PESSOAL E NA INTERAÇÃO COM A POPULAÇÃO, SEGUNDO AS ENTREVISTAS.

Aprendizados dos atendimentos de ocorrência	Necessidade de controle emocional do policial
	Respeito no atendimento à população
	Cuidado com os chamados/solicitações
	Relação do trabalho com a vida pessoal
	Diferenças no atendimento ao público
	A dureza do serviço de rua
Melhoria na habilidade de comunicação	
Flexibilidade e mudanças na rotina de trabalho	
Burocracia e relações com o público interno	
Relações do trabalho com outras esferas da vida social	

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

5.4.4 Aprendizados informais e sua relação com a formação acadêmica

Os policiais entrevistados percebem que suas práticas atuais de trabalho continuam a trazer aprendizados tanto para suas vidas pessoais como profissionais. A maioria dos entrevistados indicou que não acredita que os aprendizados da prática

policial poderiam ser transpostos para a formalidade da fase acadêmica do Curso de Formação de Soldados. Os entrevistados que indicaram a possibilidade de transposição dos aprendizados da prática policial para o curso em sua fase acadêmica indicaram que temáticas que poderiam ser mais exploradas academicamente. Entre elas, foram citadas a empatia para com o público atendido e os conhecimentos sobre drogas. Destacaram a necessidade de conexão entre as vivências práticas do policial e suas variadas limitações em contraposição ao ensino que é voltado para situações ideais que não se concretizam na prática.

Os saberes práticos, originados das experiências cotidianas da profissão, são adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho. Entre os saberes práticos, distinguem-se: os saberes sobre a prática (saberes procedimentais sobre 'como fazer'); os saberes da prática (produto das ações que tiveram êxito e o saber 'quando' e 'onde' os saberes podem ser aplicados). (BRASIL, 2014⁶⁰, p. 55)

5.5 HORIZONTES EDUCACIONAIS

Esta seção indicará o modo como os policiais entrevistados experimentaram e como almejam suas possibilidades formativas dentro e fora da corporação.

5.5.1 Cursos na Corporação

Os cursos realizados pelos policiais militares dentro da corporação podem ser basicamente de duas categorias: os que possibilitam a ascensão na carreira e promoção aos postos mais elevados e os que têm finalidade de capacitar para demandas específicas do trabalho policial. Ao serem perguntados sobre os cursos realizados dentro da corporação, os policiais entrevistados somente citaram cursos do tipo capacitação.

⁶⁰ Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública.

QUADRO 34- CURSOS REALIZADOS NA CORPORAÇÃO, CITADOS PELOS ENTREVISTADOS.

Nome do curso	Nº de citações
Condutor de Viatura	4
PROAVANTE ⁶¹	3
Curso de Motociclista	3
Segurança de Estádios	2
Direitos Humanos	1
Instrutor PROERD	1
Monitor PROERD	1
Polícia Comunitária	1
Curso de Oficina de Rádio	1
Integração com a Polícia Civil	1
Planejamento Operacional	1
Curso Policiamento Turístico	1
Curso de Batedor do EB ⁶²	1
Curso de Tiro	1

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Apesar de não haver uma pergunta específica no protocolo de entrevistas para diferenciar os cursos de capacitação dos cursos que visam à promoção, os policiais entrevistados indicaram a dificuldade de participarem de cursos voltados à promoção para postos mais elevados da carreira policial, uma vez que o ingresso a tais cursos ocorre mediante concurso. As dificuldades indicadas pelos entrevistados foram a concorrência grande para ingresso nesses cursos, acompanhada por um número de vagas reduzido e por uma frequência baixa de concursos dessa natureza. Alguns atribuem a falta de empenho pessoal e a rotina de trabalho como dificuldade para acessar as graduações superiores. Vários entrevistados citam o sonho de ocuparem a graduação de sargento, duas graduações acima da que se encontram no momento.

⁶¹ PROAVANTE: Programa de Treinamento Policial e Cidadania. Tal programa propunha uma formação com policiais de diferentes unidades, que ficam por uma semana ininterrupta em treinamento de assuntos variados na Academia Policial Militar do Guatupê.

⁶² EB: Exército Brasileiro.

Eu fiz alguns concursos aí, mais devido à concorrência grande, aí... eu não levei o êxito de passar na escola... eu fiz de cabo, de sargento... na verdade, de sargento abriu uma vez só.... Neste período que estou... de soldado direto para sargento... fiz já de cabo também, infelizmente a concorrência muito grande, né... não me preparei devidamente. Nesse último curso, teve 8 mil inscritos, tem que estar muito bem preparado. E, às vezes, até a falta de tempo, né... para você estudar. Eu que já tenho outro trabalho fora, acaba se acomodando, e quando vê, os anos passam. (E2)

Na visão de um entrevistado, a vida de praça é diferente da vida de Oficial, sendo que para os praças há a necessidade da busca por uma renda extra em trabalhos externos à polícia, mas relacionados ainda à segurança, chamados popularmente de “bicos”. O entrevistado lança uma dicotomia: ou ganhar dinheiro com “bicos” ou buscar por postos mais elevados na corporação.

Eu vou dizer uma verdade para o senhor...eu nunca me preocupei com isso não, eu sempre me preocupei em trabalhar. Eu vou dizer uma realidade para o senhor e não pense que é novidade, não. Você entra, você tem duas entradas na polícia, ou oficialato ou você ser praça e, quando você é um praça... o que você faz? Acontece com todo mundo... você vai ter renda extra, você vai ter bico, porque a polícia te abre essas portas para você. Então eu fiquei quase toda a vida tendo renda fora, sempre trabalhei dois, três serviços... eu quase me matei de trabalhar nesta vida para dar um conforto a mais para a família. Então, eu nunca me preocupei. Agora que eu tô com os cabelos branco aí, faltando pouco tempo para ir embora que eu tô mais preocupado. Mas o nosso governo pelo jeito não quer abrir curso de cabo, nem de sargento. Que a vontade é de aposentar pelo menos como sargento, né, essa é minha vontade, mas não sei se vai dar tempo, não... Eu quero chegar meu tempo de aposentadoria, ir embora e descansar. Ficar 20 tantos anos de rua, dia e noite, dia e noite e família desestruturada... não é fácil. (E1)

A diferença entre as possibilidades de ascensão na carreira de oficiais e praças é sutilmente indicada por um dos entrevistados. Ele cita um caso que diminui a credibilidade dos concursos para a ascensão na carreira.⁶³

A gente fica muito tempo, assim, sem curso de formação, exemplos: de cabo, de sargento, que assim, o funil é muito pequeno... muito restrito... a gente não consegue... que para alguns conseguem ser rápido, mas que para a grande maioria fica travado. Às vezes, a pessoa não consegue subir um cargo, um cabo, Sargento... tal... por causa de barreiras... de bastante soldados de muita capacidade, que não conseguem subir na carreira como cabo, como sargento, por causa do funil que é muito restrito, né... é uma das únicas reclamações que eu tenho, que ir como praça, que eu tenho, assim... não tenho evolução na carreira (...) é uma coisa que a gente não entende. Por que não acontece para os praças? É só isso que eu tenho

⁶³ Trata-se de um caso, com repercussão na imprensa estadual a época, em que houve fraude no concurso que dava acesso ao curso para a promoção. O fato foi descoberto e a prova foi anulada para todos os candidatos.

para reclamar...Muito estudo, muita perda de tempo, enfiado em sala de cursinho, e, em casa, fechado, tal... e batendo na trave, passando raspando, faltando uma questão, duas questão... na hora que dava certinho, estava barrado... coisa que aconteceu⁶⁴, coisas que acontecem no mundo que a gente tá vivendo nos dias de hoje. (E3)

Quando eu entrei na Polícia, eu ... realmente vi que eu me identifiquei muito com a profissão, né... e eu até conversava com os meus colegas que o meu objetivo era em 4 anos sair sargento, e eu não consegui. Na verdade, eu não consegui nem sair cabo até hoje. E isso é uma coisa que me deixa um pouco triste, porque, a gente tem poucas oportunidades de crescer profissionalmente. (E5)

Olha, eu ... pretendo almejar ainda sair pelo menos 3º Sargento. E isso aí, pelo menos até os 30 anos [de serviço], vamos ver... se neste período, Deus permitir, eu chegar a pelo menos a graduação de sargento. (E2)

Eu quero crescer na polícia, eu quero meu nome... meu sonho é ter Sargento na frente do meu nome...e isso é verdade mesmo, eu não almejo muita coisa, eu só quero ter sargento na frente do meu nome... (E6)

As principais dificuldades em relação aos concursos para a ascensão hierárquica das praças, na visão dos entrevistados, são apresentadas no quadro resumo a seguir.

QUADRO 35- DIFICULDADES/FRAGILIDADES PARA ASCENSÃO NA CARREIRA DAS PRAÇAS, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.

Alta concorrência
Baixo número de vagas
Baixa frequência de concursos
Falta de empenho pessoal para a aprovação
Desconfiança da credibilidade do processo
Diferenças de acesso entre praças e oficiais

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Outro tema abordado pelos entrevistados no quesito formação foram as formações continuadas. Um entrevistado comentou que fez por conta própria uma instrução de tiro em uma instituição privada por entender ser necessário para sua prática profissional. Outro entrevistado comenta que, ao ser incluído num grupo de ROTAM, passou a ter muitos aprendizados nas instruções continuadas.

⁶⁴ “Coisa que aconteceu”: o entrevistado refere-se ao caso explicado na Nota de rodapé anterior.

5.5.2 Cursos fora da corporação

Os cursos realizados pelos entrevistados fora da corporação, especialmente os cursos de graduação e de pós-graduação estão voltados para qualificação para o exercício de atividades fora da corporação. Os entrevistados indicam a importância de tais cursos como possibilidade de outros olhares para além do que a Polícia Militar proporciona. Alguns entrevistados indicam que os cursos realizados possibilitaram oportunidades na profissão como policial militar.

Outra visão é de que os cursos realizados fora da corporação possibilitam que o policial militar se qualifique para outras profissões, as quais podem ser ou não empregadas dentro corporação, mas que podem ser empregados fora da corporação estando o policial na ativa ou na inatividade da corporação.

Assim, mas a faculdade acaba abrindo a mente das pessoas. Você ter contato com vários professores... mestrado, doutorado... o conhecimento de todo mundo acaba ajudando bastante, abre a cabeça, a pessoa tem uma mente mais aberta. Mas lógico, na polícia, ajuda, né... porque como é um curso assim que você mexe muito com as pessoas, então na polícia você acaba também diretamente com a pessoa... mas você acaba com pessoas... trabalhando com pessoas do mesmo jeito. (E9)

Eu fiz para terminar o curso logo, a polícia não influenciou a minha escolha do curso. (...) Ele contribui para experiência de vida, conhecer pessoas novas, sai do meio de polícia... tem polícia que faz estes cursos à distância: "Gestão de Segurança Pública" daí tá o quartel inteiro lá dentro... o cara cai lá e está os mesmos caras que trabalham na rua com ele. Para mim, foi bom, porque tinha gente diferente, e acaba contribuindo para ter experiência de outras pessoas. Na polícia uma coisa ou outra deve ter ficado, mas eu não consigo mensurar... (E6)

Sim, como conhecimento enquanto qualidade de vida. Qualidade de vida dos colegas que estão comigo todo dia e a gente acaba conversando sobre isso. E na Polícia também tem a área de Educação Física, né... a gente nunca sabe, né... futuramente. (E5)

Sempre qualificação profissional, né! A gente sempre pensa em ter uma reserva técnica. Uma visão de você, Deus o livre... acontecer alguma coisa, você tem uma profissão para poder seguir carreira e tal. E também porque, é por isso, é proporcionar essa questão de você na área de educação ter a possibilidade de dar aula. (E3)

Nota-se que os horizontes educacionais dos entrevistados estão muito mais voltados para cursos superiores e de pós-graduação fora da corporação, uma vez que os cursos oferecidos dentro da corporação para as praças, apesar de serem

válidos do ponto de vista da atualização profissional para a prática cotidiana, não garantem possibilidades de crescimento na carreira. Os entrevistados destacaram as dificuldades e fragilidades que barram o acesso às graduações superiores, denotando uma insatisfação e uma visão pouco otimista em relação à possibilidade de crescimento na carreira.

Ao final deste capítulo, pode-se notar algumas das variadas nuances que envolvem os processos de formação de policiais militares, os quais apresentam características de ensino e aprendizagem ora formais e ora informais, havendo prevalência ao longo da carreira de aprendizagens informais em que o convívio com outros policiais, através dos relatos orais de experiência, permite o compartilhamento de saberes.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Escrever nunca é fácil. Sobretudo quando a escrita ocorre sob o “fio da navalha” que pode fechar as portas para o pesquisador, transformando-o em mais um elemento que compõe as ditas classes perigosas. Situação ainda mais dificultada quando o local de pesquisa é, também, o local de trabalho: quando o pesquisador é um trabalhador de instituições de preservação da ordem. Pesquisar é um risco. (BICALHO, ROSSOTTI, REISHOFFER, 2016, p. 95)

Os resultados apresentados no capítulo anterior, serão analisados, aqui, sob quatro eixos: as mudanças nos níveis de escolaridade dos policiais militares, os aspectos envolvidos nas chamadas antiga e nova formação policial, as práticas educacionais de distanciamento e de aproximação da realidade entre militares e “paisanos”; e, os diferentes aprendizados trazidos pela academia militar e pela rua.

Estudar a instituição a que se pertence traz algumas implicações. Indicarei três implicações que me impactaram consideravelmente ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A primeira delas está na ordem do desvelamento da realidade institucional, uma vez que a pesquisa foi trazendo situações vividas de forma naturalizada por muitos policiais, mas poucas vezes discutida de forma aberta e, menos ainda, de forma escrita em um trabalho de natureza científica. É daí que decorre a segunda implicação: que caminhos e de que maneira escrever o naturalizado e discuti-lo de modo a apontar que o que é visto como “sempre foi assim”, ou no jargão policial como “azar militar”, na verdade é resultado de uma produção construída por pessoas ao longo da história e num contexto social específico? Surge daí a terceira implicação: a necessidade de um rigoroso cuidado, a fim de não expor pessoas, mas fatos e situações que de algum modo precisam ser evidenciados. Essas implicações me fazem concordar com Bicalho, Rossotti e Reishoffer (2016) que “pesquisar é um risco”, sob dois aspectos: o primeiro, no risco de pesquisar a realidade de uma instituição responsável pela manutenção da ordem (não diminuindo com isso o peso do risco da pesquisa em outras instituições) e o segundo, que o risco se torna ampliado quando o pesquisador também é parte desta instituição. Porém, buscamos nos atentar para os riscos, sem nos determos a eles e com isso maximizá-los, buscando torná-los passíveis de análise com uma tentativa cuidadosa de aliar a realidade concreta trazida pelos entrevistados no capítulo 6, com a revisão bibliográfica do capítulo 2 e com a fundamentação teórica do capítulo 4.

6.1 MUDANÇAS NOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE: DO INGRESSO À CARREIRA

Um primeiro fator a ser analisado, em relação ao perfil dos entrevistados, é a mudança ao longo do tempo dos níveis de escolaridade de ingresso e também dos níveis de escolaridade ao longo da carreira policial.

Nota-se que seis entrevistados que ingressaram na Polícia Militar até o ano de 2011, tinham o Ensino Médio completo e, a partir desse ano, os demais entrevistados (em número de três) tiveram acesso ao Ensino Superior antes mesmo de ingressar na corporação. Ao longo da história das diferentes Polícias brasileiras, como apontou o estudo de Rosenberg (2010) sobre a Polícia Militar de São Paulo, entre os anos de 1868 e 1896, os critérios para seleção dos policiais eram reduzidos já que as corporações eram procuradas por homens em condições financeiras difíceis que buscavam roupas, alimentação e moradia, ou seja, condições mínimas de subsistência. Passados mais de 100 anos, Albuquerque e Machado (2001), ao estudar a Polícia Militar da Bahia, indicam que a busca da profissão policial continua a ser encarada como possibilidade de ascensão econômica e social.

Os recrutas são oriundos predominantemente da classe média baixa, residentes, em geral, em bairros próximos de onde se situa a APM, numa área urbana pouco valorizada de Salvador. São jovens que bateram na porta da Academia com o sonho da ascensão social que, de outro modo, não poderiam alcançar, já que suas famílias não dispõem de condições financeiras para custear-lhes estudos, e favorecer, assim, seu ingresso nas vagas disputadas das Universidades públicas do Estado. (ALBUQUERQUE, MACHADO, 2001, p.216)

Hoje, os critérios de seleção para ingresso na carreira policial militar no estado do Paraná envolvem provas de conhecimentos gerais, testes físicos, avaliação psicológica e avaliação da vida pregressa. Estuda-se, inclusive, a possibilidade de que, futuramente, um dos critérios para o ingresso à corporação seja que o candidato já possua curso superior⁶⁵. Tal critério já tem sido adotado pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, como indica o trabalho de Rudnik (2008), sendo que a mudança lá foi encarada, de um lado, com desconfiança e, de outro, com a expectativa da melhoria no atendimento à população. Sobre a educação

⁶⁵ Conforme o projeto de lei 482/2015, Disponível em <camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=949167>, Acesso em 08 de março de 2018.

policial, Bitter (2003) destaca que é necessário “abolir de modo permanente a ideia de que prevalece em nossa sociedade de que, se alguém não deseja ter o trabalho de se tornar alguém que valha a pena, ele sempre pode se tornar um policial” (p. 177) e por isso defende a ideia de que o ingresso na carreira policial deve ser precedido da conclusão de um curso superior.

Dos seis entrevistados que ingressaram na corporação tendo como formação inicial o Ensino Médio, cinco deles chegaram a ingressar na faculdade, sendo que um ainda não tinha concluído seu curso superior, um estava em fase de conclusão do Mestrado e outro estava concluindo cursos de especialização.

Uma das explicações para essa mudança no nível de escolaridade de ingresso dos participantes é em decorrência da Lei Estadual 14961 (PARANÁ, 2005)⁶⁶, a qual possibilitava uma bonificação para praças com nível superior.

... gratificação técnica, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do soldo da respectiva graduação, a ser paga às Praças graduadas em curso de nível superior. (PARANÁ, 2005)

A gratificação técnica foi revogada em 2012, (PARANÁ, 2012)⁶⁷, deixando de haver diferenciação salarial para os policiais que possuem curso superior. Dessa maneira, as formações superiores realizadas pelos policiais militares acabam por ter a finalidade de qualificação para o exercício de outras profissões que não a de policial militar ou buscar o uso da qualificação adquirida nos cursos superiores com oportunidade em atividades administrativas dentro da própria corporação, no caso dos entrevistados notadamente na área da educação.

A gente sempre pensa em ter uma reserva técnica. Uma visão de você, Deus o livre... acontecer alguma coisa, você tem uma profissão para poder seguir carreira e tal. (E3)

Em julho de 2018, porém uma mudança legislativa (PARANÁ, 2018), fez com que as formações acadêmicas, antes pontuadas para efeito de promoção apenas

⁶⁶ PARANÁ. Lei Estadual 14961 de 21 de dezembro de 2005. Dispõem sobre a majoração de policiais para patentes. Disponível em: <https://goo.gl/nPPTXt> . Acesso em 04 de jul. 2018.

⁶⁷ PARANÁ. Lei Estadual 17169 de 25 de maio de 2012. Dispõem sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. Disponível em: <https://goo.gl/GbzhnC>. Acesso em 05 jul. 2018.

para sargentos e oficiais, passasse também a contar como critério de promoção para as praças.

A seguir um quadro com os impactos das mudanças do nível de escolaridade de policiais militares que ingressaram na corporação com o Ensino Médio é apresentado.

QUADRO 36- IMPACTOS DAS MUDANÇAS DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS POLICIAIS QUE INGRESSARAM NA CORPORACÃO COM O ENSINO MÉDIO, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Aumento no nível de escolaridade dos (as) policiais militares que ingressaram na corporação com o Ensino Médio	
Condições de Trabalho	a) Criação de legislação que bonificava policiais com Ensino Superior.
	b) Revogação de legislação que bonificava policiais com Ensino Superior, em 2012.
	c) Criação de legislação em 2018 que pontua para efeitos de promoção, soldados e cabos com cursos superiores e de especialização.
Situações Cotidianas	a) Policiais buscam cursos superiores por conta própria com expectativa de bonificação. As bonificações acontecem entre os anos de 2005 e 2012.
	b) Alguns policiais buscam cursos superiores com o intuito de preparar-se para uma profissão para além da corporação.
Aspectos Psicossociais e Educativos	a) Do ponto de vista educativo, as bonificações funcionaram como espécie de “isenção” da corporação no oferecimento de qualificação profissional.
	b) Do ponto de vista psicossocial, o aumento do nível de escolaridade não possibilitou um fortalecimento da identidade do profissional policial militar.
Expectativas e impactos no atendimento à população	a) A mudança no nível de escolaridade não parece trazer um impacto direto sobre o atendimento à população.
	b) A busca por tais cursos é motivada para beneficiar o próprio policial, seja pela expectativa de bonificação ou pelo planejamento de uma atividade fora da polícia.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Se, de um lado, a bonificação denominada gratificação técnica fez com que alguns policiais militares buscassem uma formação superior na expectativa de uma retribuição salarial, de outro, pode ter contribuído para que a instituição não ofertasse formações específicas para a área. Uma das possíveis consequências é que a busca por formações superiores possa não ter trazido impactos diretos sobre a atuação policial, uma vez que os cursos buscados pelos entrevistados estariam voltados para o exercício de outra atividade além da policial militar. Que tipo de identidade profissional se tem construído para/com os policiais militares, uma vez que, enquanto estão na corporação, já olham para fora dela pensando em outras carreiras possíveis? Nesse sentido, Vieira-Silva (2015) indica que o conceito de identidade é uma categoria temática relevante para a Psicologia Social Crítica e menciona:

Concordamos com Ciampa (1987), quando diz que a identidade não pode ser definida como algo pronto, acabado. Identidade é processo, é metamorfose, está em constante produção. (...) A identidade também é gerúndio, ou seja, vai sendo produzida e transformando-se no cotidiano das relações que são estabelecidas socialmente, vai sendo influenciada por essas relações e vai influenciando-as reciprocamente. No processo de sua produção, a identidade é influenciada, é determinada pelas atividades que realizamos e pelas características e papéis que nos são atribuídos e que rejeitamos ou incorporamos como nossos em vários momentos e ações. (VIEIRA-SILVA, 2015, p. 316)

A seguir, é apresentado um quadro, com uma análise dos possíveis impactos provocados pela mudança no nível de escolaridade dos recém-ingressos.

QUADRO 37- IMPACTOS DAS MUDANÇAS DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS POLICIAIS RECÉM-INCLUÍDOS NA CORPORAÇÃO, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Aumento no nível de escolaridade dos (as) policiais militares recém-incluídos na corporação.	
Condições de Trabalho	Estudos para que o curso superior seja critério de inclusão na corporação.
Situações Cotidianas	a) Mesmo sem a obrigatoriedade, muitos policiais que recém ingressaram na corporação já possuem o curso superior.
	b) Tensões entre policiais militares mais antigos e mais novos, não só em decorrência da idade, mas também em razão do nível de escolaridade.
Aspectos Psicossociais e Educativos	a) Necessidade de maior qualificação dos profissionais responsáveis pela formação de novos policiais.
	b) Novos policiais são encarados como "frouxos" ou "menos policiais" por buscarem trabalhar de modo diferente do tradicional.
Expectativas e impactos no atendimento à população	a) Expectativa de que a mudança no nível de escolaridade traga como impacto uma melhoria do atendimento à população.
	b) A troca de informações dos recém-ingressantes com policiais mais antigos pode ser reduzida, impactando no atendimento à população.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Há uma estratégia organizacional, nesse caso com estudos do poder legislativo federal e também de associações de classes de policiais paranaenses, conforme Aníbal (2016), para que o ensino superior seja a escolaridade de ingresso na carreira policial, usando-se o argumento de que essa mudança traria melhorias no atendimento à população. Apesar de a obrigatoriedade ainda não existir, muitos recém-ingressos na corporação já entram com o curso superior completo. Os impactos dessa mudança necessitariam ser estudados em pesquisas posteriores.

Para compreender esse cenário, faremos uma analogia ao trabalho de Freitas (2015, b) que discute a formação de psicólogos para atuação na realidade social, indicando que, apesar da expansão dos cursos de Psicologia, há a necessidade de pensar sobre o fato de que

A maioria dos cursos de Psicologia, ministrados em instituições privadas ou em públicas no interior do país, ainda estão distantes dos centros de investigação e dos polos de produção de conhecimento. Reinstala-se um forte desafio: de um lado, ampliaram-se os cursos de Psicologia, a tal ponto que em 2014 existem 449 cursos no território nacional (Baima, 2014) e, de outro, pouca garantia há de que tais cursos estejam sendo diferentes dos paradigmas tradicionais que deram origem à profissão no seu início. (FREITAS, 2015, b, p. 524)

Assim como Freitas (2015, b) compreende que a expansão dos cursos de Psicologia por si só não é garantia de que a formação de psicólogos seja pautada por modelos que fujam à lógica tradicional, no caso em análise, entendemos que o ingresso de policiais com curso superior, por si só, não é uma chancela que produz necessariamente melhorias no modo como realizam o atendimento à população.

O ingresso de policiais novatos portadores de curso superior, em alguns casos, tem gerado uma visão por parte dos policiais mais antigos de que a nova geração poderia ser vista como “menos policial”. Foi possível encontrar tal visão na fala de alguns dos entrevistados: “eu acho que devido à situação de quem está entrando na polícia vir mais uma questão de emprego do que aquela vontade de defender a população” (sic).

Quanto ao envolvimento da instituição no oferecimento de cursos de qualificação profissional, os entrevistados comentaram que realizaram variados cursos de atualização profissional ao longo da carreira, mas indicaram dificuldades de promoção aos postos mais elevados da hierarquia militar, visto que o número de concursos internos e de vagas para promoção é reduzido. A ascensão na carreira traz, entre outras consequências, um acréscimo salarial. A seguir é apresentado um quadro que indica aspectos relativos às dificuldades para a ascensão na carreira militar.

QUADRO 38- IMPACTOS DAS DIFICULDADES PARA A ASCENSÃO NA CARREIRA MILITAR, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Dificuldades na ascensão na carreira militar dos praças	
Condições de Trabalho	a) Número reduzido de concursos internos para a promoção dos praças.
	b) Quando ofertados, os concursos internos apresentam quantidade de vagas reduzidas.
Situações Cotidianas	a) Busca de renda extra nos chamados “bicos”.
	b) Desmotivação na possibilidade de ascensão na carreira.
Aspectos Psicossociais e Educativos	a) Expectativa elevada na possibilidade de crescimento na carreira das praças, sendo a graduação de sargento almejada por muitos.

	b) Descrédito no modelo de concursos internos para ascensão na carreira.
Expectativas e impactos no atendimento à população	a) Policiais não se dedicam exclusivamente à atividade PM, buscando renda extra nos chamados “bicos”, ligados ou não à segurança.
	b) Policiais deixam a corporação, entrando para a Reserva Remunerada, precocemente.

FORTE: VIANA, FREITAS (2018).

Um dos reflexos da dificuldade de ascensão na carreira é a desmotivação para o trabalho, apresentada na fala de alguns entrevistados: seja pela estagnação na carreira por muitos anos, seja pela dificuldade nos concursos internos em razão da ampla concorrência. Dois entrevistado assim se pronunciam sobre o assunto:

Muitos soldados de muita capacidade, que não conseguem subir na carreira como cabo, como sargento, por causa do funil que é muito restrito, né... é uma das únicas reclamações que eu tenho (...) Não [ter] evolução na carreira, fica muito trabalho, assim durante muitos anos... que a gente não entende. Por que não acontece para os praças? (E3)

... teve 8 mil inscritos, tem que estar muito bem preparado. E, às vezes, até a falta de tempo, né... para você estudar. Eu que já tenho outro trabalho fora, acaba se acomodando, e quando vê, os anos passam. (E2)

A descrença na possibilidade de ascensão na carreira faz com que os trabalhos informais se tornem corriqueiros. Para Muniz e Proença Junior (2007, p.164), “o ‘bico’ é tolerado por governos e polícias e, em boa medida, tratado como uma política salarial informal e velada. O segundo emprego está tão disseminado que a definição de turnos e escalas de policiamento pode, às vezes, considerar os bicos dos policiais”.

Acontece com todo mundo... você vai ter renda extra, você vai ter bico, porque a polícia te abre estas portas para você. Então eu fiquei quase toda a vida tendo renda fora, sempre trabalhei dois, três serviços... eu quase me matei de trabalhar nesta vida para dar um conforto a mais para a família. Então, eu nunca me preocupei [referindo-se aos cursos para crescimento na carreira]. Agora que eu tô com os cabelos branco aí, faltando pouco tempo para ir embora que eu tô mais preocupado. Mas o nosso governo pelo jeito não quer abrir curso de cabo, nem de sargento. (E1)

Conforme Muniz e Proença Junior (2007):

O “direito adquirido” do “bico” é parte rotineira da vida policial. “Todo mundo tem” e “só não tem quem não precisa”. Ainda que não seja assim em outros países, fazer segurança privada é proibido aos policiais no Brasil, porque se entende ser um conflito de interesses com a missão pública. (MUNIZ, PROENÇA JUNIOR, 2007, p. 164)

Apesar disso, muitos entrevistados relataram o desejo de terminar a carreira militar, no mínimo na graduação de sargento.

Que a vontade é de aposentar pelo menos como sargento, né, essa é minha vontade, mas não sei se vai dar tempo, não... (E1)

se nesse período, Deus permitir, eu chegar a pelo menos a graduação de sargento. (E2)

Eu quero crescer na polícia, eu quero meu nome... meu sonho é ter Sargento na frente do meu nome... e isso é verdade mesmo, eu não almejo muita coisa, eu só quero ter sargento na frente do meu nome... (E6)

Em razão da dificuldade para ascensão na carreira, o posto de sargento é muito almejado entre os soldados, como um indicativo importante de crescimento profissional. Muitos policiais optam por deixar a carreira, recebendo uma aposentadoria proporcional ao tempo de serviço trabalhado, entre outros motivos, por perceber a impossibilidade de ascensão na carreira. Em 05 de julho de 2018, enquanto essa análise estava sendo escrita foi sancionada a lei estadual 19.583, que altera a Lei de Promoção de Praças e muda os critérios para a promoção dos praças da corporação, supostamente com vistas a minimizar os impactos aqui relatados⁶⁸.

A realidade dos policiais entrevistados, no que se refere às dificuldades para ascensão na carreira, ao ser comparada com a perspectiva trazida por Martin-Baró (2014), transita entre uma lógica de aceitação passiva da realidade e de acomodação.

⁶⁸ PARANÁ. Lei Estadual 19.583 de 05 de julho de 2018. **Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 5.940, de 8 de maio de 1969 - Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Paraná.** Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=201684&codItemAto=1257425#1257425>. Acesso em 09 jul. 2018.

De acordo com um estudo de Sherry Cable (1988), há três tipos de resposta possíveis do operário diante de sua situação de subordinação nas relações de trabalho: pode aceitar passivamente essa situação, pode se acomodar, buscando retirar algum ganho ou pode se rebelar contra ela. Em cada caso, a resposta muda de acordo com a causa atribuída ao estado de subordinação: atribuir à própria incapacidade ou falta de esforço é algo muito distinto de atribuir à justiça ou injustiça do sistema de trabalho. (...) seja porque se resigna ao destino, seja porque retira algum benefício por meio de alguma forma de acomodação, o trabalhador não manifesta consciência da alienação. (MARTIN-BARÓ, 2014, p. 619)

A aceitação passiva é notada nas expressões “não sei se vai dar tempo” e “se Deus permitir”, indicando que a possibilidade de ascensão na carreira é algo intangível. Já a lógica de acomodação é percebida nos casos em que os policiais usam de tal situação para buscar estratégias diferenciadas de trabalho, inclusive no próprio ramo da segurança, por meio dos bicos.

Finalizamos este eixo de análise, refletindo que os três aspectos educacionais - mudanças no nível de escolaridade de ingresso dos policiais, mudança nos níveis de escolaridade ao longo da carreira e dificuldade para ascensão hierárquica - indicaram pouco impacto sobre a prestação do serviço à população e apontaram fragilidades nas lógicas institucionais de educação e de valorização do profissional policial militar.

6.2 A FORMAÇÃO ANTIGA E A FORMAÇÃO NOVA: TENSÕES ENTRE OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS SOCIAIS

A prática e a compreensão do que é “sugação” passou a ser naturalizada não só nos cursos de formação, mas também ao longo da trajetória da vida profissional dos policiais entrevistados indicando um aspecto de permanência entre a nova e a antiga formação policial. Suga, segundo o Dicionário de Gírias Militares da Academia de Bombeiro Militares de Santa Catarina (SESP, 2014, s/p) é:

Sugação

situação onde alguém está sugando a tropa (ver “sugar”).

Sugado

difícil; puxado.

Sugar

abusar do esforço físico; exagerar em atividades físicas; fadigar a tropa ou o militar.

França e Gomes (2015) e França (2016) já destacaram os processos de sofrimento físico e psíquico a que policiais militares em fase de formação são submetidos e mostram que tais práticas são estimuladas nos cursos de formação de policiais, de modo que

a formação em alguns cursos policiais também acrescenta o sofrimento como um tipo de pedagogia naturalizada pelos instrutores e depois reproduzida pelos alunos. (...) [e] a crença policial militar de que esse tipo de pedagogia seja necessário para fazer o profissional PM crer que o curso o habilita e o fortalece para as situações encontradas nas ruas. (FRANÇA, 2016, p. 143)

A seguir são apresentadas falas que explicitam, em diferentes tempos ao longo dos últimos 30 anos, como os processos de sugação têm sido vivenciados.

Era sugação por qualquer motivo. (...) Você perdia o seu final de semana, você tinha que vir cumprir pernoite.” (...) Eu me sentia como se fosse um bicho naquela época. Não era comigo, era com todo mundo. (...) muitos não aguentaram a escola. Pediram baixa antes de se formar. Só sobrou os guerreiros mesmo, quem suportava tudo aquilo, mas eu mesmo achava que não ia conseguir. (E1)

a gente pagava flexão, agachamento, de pé 1-2, essas situações que hoje não são permitidas mais, eu lembro que era sugado, divertido, a gente se ajudava. (...) Quando você passa por algumas situações de campo, de estresse, passa fome, ficar isolado... une muito os polícias. (E7)

A nossa escola teve um total de 6 desistências, acho que quatro foram nessa primeira semana. (...) Nos primeiros 15 dias, todos pediram baixa. Alguns na primeira semana, alguns na segunda e até o fim do mês acabou... quem queria sair, saiu... (E6)

A Sugação, acho que marca qualquer um... eu cheguei a trabalhar um mês e meio todos os dias na academia, todos os dias, sem ter um dia de folga, ou eu estava escalado de serviço, ou tava pagando FA (...), estes dias na academia marcaram bastante. (E7)

Eu cheguei a pensar a desistir do curso. Assim, porque, na hora eu achei que era demais, que eu não ia vivenciar aquilo ali (referindo-se às atividades de campo e marcha) no meu dia a dia (...) eu acho que é muita sugação sendo que pouco disso eu vou poder usar na minha profissão. (E8)

A gente estava todo dia acordando às 5h30min da manhã, todo dia, você debaixo do sol e eles te chamarem de vagabundo. Acho que é meio chato, né... ficar de Joelho no sol. (...) Algumas coisas eu acho meio exagerado. (E9)

Apesar da percepção de que há mais tato na formação atual de policiais militares, os discursos de policiais entrevistados formados recentemente nem sempre apontam na mesma direção.

Naquela época era bem pior. Hoje em dia, o pessoal tá tendo mais tato na formação dos soldados, principalmente pelos superiores. Os nossos oficiais estão tendo mais tato, devido a este negócio de Direitos Humanos. (E1)

Eu vejo que hoje, por algumas turmas que tiveram no nosso batalhão que, às vezes, a gente brinca... “Que turma... que turminha, hein”, porque não tão formando mais como antigamente. (E2)

Muitas coisas que aconteciam naquela época hoje não acontecem mais na parte de ‘sugação’, é a gente pagava flexão, agachamento, de pé 1-2, estas situações que hoje não são permitidas mais. (E7)

Embora possa existir uma associação traiçoeira, que não corresponde à realidade, de que quanto mais dura ou cruel, melhor será a formação, não se pode garantir com isso que os processos de formação sejam efetivamente de melhor abrangência, qualidade ou profundidade de conhecimentos. A lógica do “quanto pior, melhor” (sic), em que o pior se refere à sugação e o melhor à formação, não se concretiza na prática cotidiana.

Os depoimentos anteriores levantam alguns questionamentos:

- a) Apesar do discurso e da percepção de policiais mais antigos, a formação de policiais militares tem sido mais humanizada?
- b) O que se entende por formação humanizada?
- c) As estratégias de sugação têm quais impactos sobre a pessoa do policial em formação?
- d) Quais os reflexos dessas estratégias, bem como do modo como os policiais as vivenciam, para o trabalho do policial em convívio com a comunidade?

A sugação durante os processos de formação de policiais ainda pode ser percebida em aspectos administrativos da gestão escolar, retratado pelos entrevistados como no uso inadequado do tempo de formação, seja em tempo ocioso ou com atividades de manutenção das instalações físicas dos quartéis. A categoria sugação não se restringe à fase da formação acadêmica do policial, mas avança ao longo da carreira por meio de novas nuances. “Ser sugado” na fase

profissional da carreira, não significa fazer exercícios físicos militares de forma exagerada, mas agora, adquire outras conotações: é sentir-se cansado pelas características do próprio trabalho, por situações de ordem administrativa, que traz impactos diretos no atendimento à população.

Os três relatos que seguem são sobre as práticas de estágio. Novamente, será possível notar a concepção de que “antes era mais difícil”. Policiais com lapso de formação de mais de 20 anos passam por situações similares: a falta de equipamentos para a prática de estágio.

A gente começou estágio, não tinha armamento, não tinha colete. Então, você tinha que ficar, muitas vezes, com o mesmo colete que era passado... às vezes, sujo, fedido. Às vezes, ficava até uma situação chata, a gente trabalhando 12 horas fedido, ali, às vezes, até você passar... um pouco mal, assim pelo cheiro. De armamento, a gente pegava no batalhão e cautelava, mas pelo menos não é antigênico, né! Agora, já o colete... usam mesmo colete, todo mundo... passava de um para o outro. Assim, se tivesse pelo menos só as capas... trocar só as capas, beleza! Mas nem isso tinha. Imagina a gente começou a trabalhar bem no verãozinho, né... dezembro, janeiro... só calor, todo mundo suava um monte. É nojento, você colocar um colete todo suado ... (E9)

...naquela época, a gente prendia muita gente, as pessoas fazendo errado... você encerrava o turno e ia para casa desarmado, então era uma situação que te preocupava, então faltou um apoio do próprio governo na época, né... hoje nós temos nosso colete cautelado, nossa arma excelente para hoje, uma arma boa, então, tipo, naquela época não tinha, então nesse ponto faltou o material para um pouco mais de segurança. (E2)

Quando eu estava trabalhando 24 horas direto, chegava 10, 11 horas da noite você já estava quebrado, morto já. E a nossa viatura não tinha condições... era vidro que não fechava à noite, pegava chuva... de dia era um solzão, não tinha ar igual tem hoje, não tinha nada... era solzão em cima da gente e, se chovesse à noite, molhava com a porta fechada... então eram 24 horas bem difícil. Não tinha como você chegar às 7 da manhã do outro dia inteiro. Eram muitas horas. (E7)

A sugação nas práticas de trabalho atuais, conforme discutido no capítulo anterior, referem-se, por exemplo a problemas com as viaturas para a realização do policiamento ou a falta de uniformes novos, sendo que as soluções são buscadas por parte do próprio policial, que as entende como necessárias para a continuidade do serviço. Além das entrevistas realizadas, Silva e Vieira (2008) indicam que os modos como a formação e prática policial acontecem a tornam desumana, e conforme nos diz Neme (2005)

a atuação das forças policiais é ainda marcada por problemas materiais e de gestão organizacional, tais como: insuficiência de recursos humanos e materiais e/ou má-distribuição dos recursos existentes; falta de comunicação entre as polícias e, internamente, entre planejadores e aqueles que executam o trabalho policial; alta rotatividade do efetivo (deslocamentos) e disparidade salarial (grande desigualdade entre a alta hierarquia e a base). Isso resulta em condições precárias de vida dos policiais dos níveis hierárquicos mais baixos, em desvalorização profissional, em dedicação dos policiais a atividades extraoficiais com o objetivo de elevar a remuneração e em altos níveis de risco e estresse para os profissionais, sobretudo os das bases. (NEME, 2005, p. 133)

A sugação pode ser verificada, conforme os discursos dos entrevistados sob pelo menos dois ângulos: a exigência física exacerbada e a exaustão emocional . Ambos podem causar impactos variados na vida pessoal e na constituição da identidade profissional do policial. Há ainda, a percepção de que quem suporta vivenciar todas essas provações, pode ser considerado “guerreiro”, como se o período de formação fosse uma batalha a ser vencida. A título de exemplo, no Curso de Formação de Oficiais (CFO), é corriqueiro o canto entoado pelos cadetes sobre seu tempo de formação. “São três anos de batalha, que eu tenho que vencer. Esta batalha é gratificante (...). Com orgulho e com moral, eu serei oficial. ” Tal percepção é marcante, já que alguns não conseguem dar conta da batalha e acabam por “pedir baixa”⁶⁹. Assim, questiona-se sofrer é pedagógico? O que se aprende?

De que modo o “negócio dos Direitos Humanos” (E1) é vivenciado na formação e na prática profissional de policiais militares? Freitas (2015, a) menciona a este respeito que

A sutileza de alguns processos psicossociais de naturalização da vida cotidiana pode ser identificada em exemplos atuais de exploração, sofrimento, humilhação ou mesmo admissão de formas de desvalorização, individuais ou coletivas. Essas naturalizações acontecem, por exemplo, em situações nas quais há algum grau de aceitação dos episódios ou acontecimentos cruéis que aviltam de algum modo a condição humana, ou mesmo atribuem “causas” psicológicas para situações que são derivadas das condições de desigualdades sociais, econômicas, culturais e/ou políticas. (...). Essa habituação gera, ao mesmo tempo, um conformismo que coloca em cheque os valores e os princípios norteadores do que é chamado de humanamente digno. (FREITAS, 2015, a, p. 243)

A seguir, é apresentado um quadro sobre a naturalização da sugação na formação e nas práticas de trabalho dos policiais militares.

⁶⁹ “Pedir baixa”: solicitar o desligamento do curso e por consequência da carreira militar.

QUADRO 39- IMPACTOS DA NATURALIZAÇÃO DA SUGAÇÃO NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA POLICIAL MILITAR, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

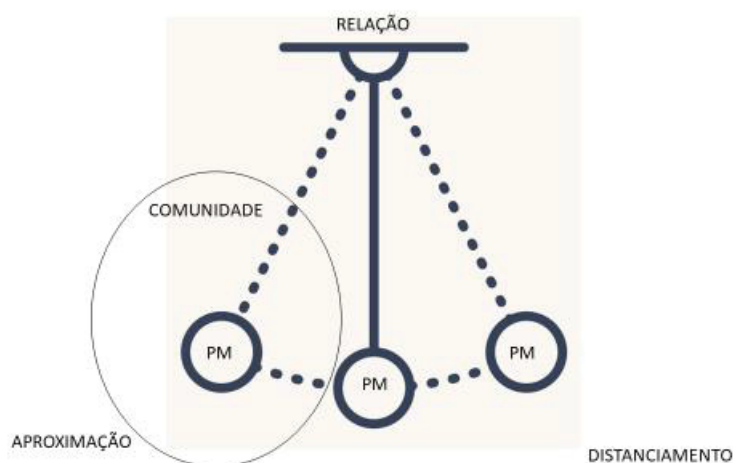
A sugação é um processo naturalizado na formação de policiais militares	
Condições de Trabalho	a) Manutenção de práticas de formação que valorizam a “sugação”.
Situações Cotidianas	a) Disseminação da ideia de que a formação antiga era mais sugada e, portanto, preparava melhor os policiais para as atividades rua.
	b) Compreensão de que somente “guerreiros” conseguem concluir o curso de formação.
Aspectos Psicossociais e Educativos	a) Resignação diante de processos de formação e das relações de trabalho que não contribuem para a humanização das relações.
Expectativas e impactos no atendimento à população	Extensão das práticas “sugadas” da formação para o policiamento, tanto no estágio quanto na prática profissional após formados.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

6.3 O MILITAR E O PAISANO: PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DE DISTANCIAMENTO E DE APROXIMAÇÃO DE REALIDADES

Ao refletir sobre as relações entre a polícia e a comunidade, surge-nos a imagem de um pêndulo em constante oscilação, e nos polos desta oscilação encontram-se dois tipos de relações: a de distanciamento e a de aproximação. A fala dos policiais militares entrevistados indicou, de um lado, a necessidade institucional de aproximação por meio das práticas em comunidade e, de outro, uma formação que, ao mesmo tempo em que fortalece esta aproximação no plano teórico, tem práticas que indicam o contrário podendo levar os militares a uma concepção de que se encontram em um mundo diferente dos demais membros da sociedade.

FIGURA 11- PÊNDULO DA RELAÇÃO POLÍCIA-COMUNIDADE



FONTE: VIANA; FREITAS (2018).

Tais processos de afastamento e aproximação da comunidade já foram revelados nos trabalhos de Peres (2015) e Goedert Filho (2016)⁷⁰. Peres (2015) aborda esta questão ao discutir as práticas nas Unidades Paraná Seguro, e Goedert Filho (2016) o faz ao analisar como se dão as práticas em comunidade realizadas pela Polícia Militar. Os distanciamentos e as aproximações da comunidade neste trabalho tem outro foco: o da formação policial.

Guareschi (2012) indica que a relação é aquilo que permite que um e outro existam em sua totalidade, mas só existam porque estão em dependência e em mútua afetação. Assim, as atividades de polícia só têm sentido em relação à comunidade, ou seja, elas se fazem no espaço comunitário e com as pessoas que a ele pertencem. Porém aqui, um novo ponto deve ser colocado, a instituição Polícia é formada por pessoas que também vieram do espaço comunitário e lá se constituíram. Se, de um lado, policiais trabalham na comunidade e são originários dela, há um momento no processo formativo em que essa liga se perde e o afastamento se mostra evidente. Vejamos as falas de alguns dos entrevistados:

Eu me recordo assim, né... foi uma transição do mundo civil, do mundo paisano, no nosso linguajar (...) Para mim foi muito diferente de tudo o que eu vivia antes. Foi uma adaptação mesmo, assim de regras que eram impostas e que ao mesmo tempo eu tinha que cumprir (...) Até mesmo da visão, que todo mundo... o pessoal pensa naquela perfeição, assim, né... um mundo perfeito, *um mundo à parte*, mais certinho, a vírgula no lugar da vírgula, o ponto no lugar do ponto. (E8)

É porque como a gente é militar, algumas pessoas não entendem o processo... por exemplo, você faz uma abordagem como policial militar e a pessoa, às vezes, não entende o porquê daquela abordagem... que, às vezes, é para o bem dela e elas não entendem isso. Por exemplo, um carro parado em um local proibido... ela não entende que você tem que multar aquele carro. (...) então, as pessoas começam a te evitar, algumas pessoas começam a te evitar por causa do teu modo de pensar, que, às vezes, é diferente do dela... (E3)

Na verdade, a vida civil com a vida militar... muda bastante. Até hoje, assim, a minha vida pessoal, até pela postura aqui de dentro, do militarismo, mudou bastante coisa. Em casa, também, você acaba ficando, assim... não que eu era desorganizado, mas eu me tornei mais organizado... educação, assim, muda um pouco... bastante... assim, a postura, o jeito de você falar com as pessoas. (E9)

⁷⁰ Ambos os trabalhos orientados pela professora Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas, dentro do NUPCES (Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde).

Porque o que nós passamos ali, não desmerecendo, mas se fosse qualquer um do povo, um civil... não suportaria tudo aquilo ali. Só você sendo guerreiro, mesmo. Porque o teu corpo foi preparado, a tua mente foi preparada para aquele momento, sabe. Acho que é mais espírito de grupo, uma união, um corporativismo, mesmo entre nós militares. (E1)

Nota-se que há uma mudança na vida da pessoa quando se transita da realidade civil para a militar. Essas mudanças trazem implicações sobre o modo como o pêndulo de aproximação e afastamento oscila na relação entre a polícia e a comunidade.

Levando em conta que os espaços de ingresso à instituição podem se revestir como âmbitos de separação (entre a vida civil que se deve abandonar e a vida policial que se deve construir), pode-se sugerir então que a incorporação à agência policial roce sentidos de procriação social, na medida em que os indivíduos (civis) que nela ingressam são acolhidos em um novo sistema de legitimação e configuração social, isto é, na medida em que “nascem” na “família policial”: (SIRIMARCO, 2013, a, p. 565-566)

O abandono da vida civil traz que impactos para o trabalho do policial na comunidade? Seria esse um processo de afastamento da realidade social?

A convicção de que o policial não é um cidadão, um indivíduo como os demais, funciona no sentido de colocá-lo fora dos parâmetros legais: “a missão’ o coloca acima da lei e algumas vezes até mesmo contra a lei, na medida em que respeitá-la é ver-se impossibilitado de cumprir com seu dever.” (PORTO, 2004, p. 136)

Aconteceria uma espécie de fechamento em seu próprio mundo? As falas dos entrevistados indicaram que uma das maiores marcas da fase acadêmica de seus cursos de formação foi o companheirismo.

Ah, um depende do outro, né... um precisa do outro... é meio insano, às vezes, você pensar assim que você está, numa troca de tiros (...) e o outro está com um armamento muito maior e você olha do lado e o seu companheiro está atirando, atirando, atirando e você... o primeiro pensamento de sobrevivência, (...) mas você acaba indo (...) ao confronto para cooperar com o outro (...) você acaba pensando além do instinto de sobrevivência, então... Eu acho bem interessante, bem, bem valioso, essa experiência de viver com o outro, se importar com o outro, né... (E4)

Como enfrentar a realidade desse mundo à parte? E ainda, como transpor as vivências deste “mundo perfeito” (E8), sendo que o trabalho da Polícia se dá na comunidade, em que as situações são tão diversas? Como lidar com um mundo diverso, que é o foco do trabalho policial, quando o mundo interno é tão hermético?

Durante a fase acadêmica do CFSd, os impactos do militarismo predominam sobre a formação teórica e prática dos policiais. A vivência do que virá a ser a prática, ao menos para os entrevistados, parece encontrar-se num plano secundário com o qual deverá preocupar-se apenas quando estiver trabalhando na rua. Entende-se que a rotina da escola de soldados deve ser vencida pelos ‘guerreiros’, talvez por isso, os rituais de formatura do curso tenham sido marcantes para alguns entrevistados.

QUADRO 40- IMPACTOS DA PERCEPÇÃO SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE MILITARES E CIVIS, A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Entrevistados relatam situações em que enxergam o “mundo militar” como muito diferente do civil	
Condições de trabalho	Valorização de aspectos da estética militar durante a formação dos policiais militares, enquanto aspectos da prática cotidiana em comunidade são relegados a um plano secundário.
Situações Cotidianas	a) Dificuldades por parte dos policiais militares de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos na fase teórica.
Aspectos Psicossociais e Educativos	a) Compreensão de que quem consegue terminar um curso como o de soldados é um “guerreiro”.
	b) Necessidade de uma adaptação do que se aprendeu na fase acadêmica para a vida prática como policial militar.
Expectativas e Impactos no atendimento à população	Limitação na forma de compreender a realidade social da qual é originário e na qual está inserido para a prática policial em comunidade.

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

O processo, desde a saída da vida civil (comunidade) até o retorno para a comunidade no trabalho policial, ocorre nos seguintes passos. Sair da comunidade, do mundo civil, e viver temporariamente em ‘um mundo à parte’ onde a formação policial acontece, para depois, bebendo do que esse mundo proporcionou, voltar para “defender” a comunidade de onde saiu, como se dela não fizesse mais parte. Novamente, o pêndulo da relação polícia-comunidade oscila. Ainda, para contribuir na oscilação desse pêndulo está a visão da população sobre o que é ser policial e ainda sobre o que é ser militar. Segundo Bitter (2003), a visão popular sobre o trabalho policial é de que:

Primeiro, se espera que a polícia vá fazer algo sobre qualquer problema que seja solicitada a tratar; segundo, espera-se que vá atacar os problemas em qualquer lugar e hora em que ocorram; e, terceiro, espera-se que prevaleçam em qualquer coisa que façam e que não recuem ao enfrentar a oposição. (...) quando as pessoas chamam os policiais, elas o fazem com as expectativas acima descritas, e que, quando os policiais são mobilizados para atuar, eles contam com tais expectativas, e, ainda tais expectativas estão nas mentes das pessoas contra os policiais atuam. (BITTNER, 2003, p. 315)

Esta oscilação é perceptível na fala de um entrevistado a respeito das mudanças que ingressar na polícia trouxeram para sua vida.

Eu acho que é uma outra forma de pensar a vida, pensar o mundo, sabe... não... é pensar meio fora da caixinha, sabe... tem a caixinha da sociedade e você precisa olhar de fora para você entender o contexto em que está acontecendo. (E4)

A fim de compreender ainda mais esta realidade, passamos a analisar o que Freitas (2015, a) propõe em relação aos dilemas do trabalho em comunidade.

Que a prática deve conduzir a conhecimentos, todos nós concordamos. O que se coloca, aqui, é indagar se podem (e devem) ser conhecimentos que levem à mudança. (...) em outras palavras, podendo levar à transformação, deve-se então perguntar: para quem? A favor do quê? E por quê? (...) O *grau de coerência* que há entre a maneira “*como se vê a realidade concreta*” (que pressupostos ontológicos nos guiam) e a maneira “*como se age diante dela*” (recursos epistemológicos adotados). Isso pode ser traduzido em termos de se há coerência (ou incoerência) entre a cosmovisão que nos guia ao olharmos e selecionarmos a realidade com a maneira como atuamos nessa realidade e problemas selecionados. (FREITAS, 2015, a, p. 245)

De acordo com o que propõe Freitas (2015, a), o modo como enxergarmos a realidade e o modo com agimos em relação a ela pode dar-se de modo coerente ou não. Ou seja, podemos guiar nossas práticas de acordo com nossa visão e assim agirmos e pensarmos de modo coerente; ou termos nossas práticas e nossas ações caminhando de modo incompatível, revelando incoerência entre o fazer e o pensar. Considerando que a formação policial, do ponto de vista da legislação e das expectativas sociais, exige uma aproximação da polícia em sua relação com a comunidade, vinculando-se ao caminho pedagógico que denominamos de contextualizado no capítulo 3, questiona-se: qual a coerência entre práticas formativas que geram fronteiras invisíveis que diferenciam os civis ou paisanos dos militares e aproximam-se do caminho pedagógico adaptacionista?

Coerente ou incoerentemente, as relações entre a polícia e a comunidade acontecem. Mas que tipo de relações são essas? Estas relações provocam algum tipo de mudança na vida das pessoas em comunidade?

... pode-se afirmar que mesmo que os pesquisadores e trabalhadores sociais se envolvam e se comprometam com a vida daqueles com os quais trabalham, isso por si só não é suficiente para a construção de práticas comunitárias que possam contribuir para mudanças e melhorias na vida das pessoas. Isso porque o referencial epistemológico que possuem – dependendo de qual seja –, pode não permitir compreender a realidade de maneira a superar as condições de opressão e exclusão em que vivem os indivíduos no seu cotidiano. (FREITAS, 2015, a, p. 248)

Nesse caso, há de se avaliar se as práticas em comunidade desenvolvidas pela polícia, além de comprometidas com a realidade social, são capazes de provocar mudanças nas condições de opressão e exclusão cotidiana a que muitos estão submetidos. Os relatos das entrevistas indicaram que o período de formação do policial não dá conta de discutir as peculiaridades do trabalho em comunidade, ou no linguajar policial, o trabalho “na rua”.

Quando você cai na realidade, ela precisa ser... você precisa adaptar o que você aprendeu à realidade, tendo em vista que a realidade policial é... e a própria realidade do ser humano, assim é... é muito, muito... tem muitas variáveis que podem acontecer, então... você precisa adaptar. (E4)

Não sei... aprende [-se] muito na rua. Na escola é só uma visão, porque você não tem contato com a pessoa de fora, igual acontece no estágio, você não sabe como é dirigir uma viatura, como é agir em algumas situações... (E7)

Nota-se que há uma diferença entre a academia militar e a rua. O que se aprende na academia tem aplicabilidade na prática policial, porém com adaptações necessárias. Os relatos dos entrevistados indicaram a importância dos aprendizados da fase acadêmica, especialmente no que se refere à parte jurídica, porém apontaram a necessidade de que esse conhecimento seja traduzido para a realidade prática.

A parte de lei... a gente vê meio que por cima [na academia] e na rua a gente é muito cobrado. Tem que saber o mínimo para conversar com a pessoa, se a pessoa entender um pouco e te apertar você passa vergonha. Armamento, até hoje eu não senti falta. Nesse tempo na polícia, nunca troquei tiro com ninguém, nunca matei ninguém, nunca. O que eu mais usei mesmo foi a lei, para justificar todas as nossas ações e atuações em ocorrências. A lei e o tratamento interpessoal isso sim que mais usa com certeza. Acho que, antigamente o povo era mais leigo, hoje já não é mais. (...) se você não souber de lei você passa vergonha na rua e o pessoal sabe até mais do que você. E se você não souber de lei para justificar a sua ação naquele momento, para encaminhar alguém para a delegacia, você passa vergonha, porque a pessoa vai tentar te jogar a lei na cara e se você não souber, você passa vergonha com certeza. Eu andava com o Vade Mecum na bolsa para consultar. (E7)

Eu acho que faltou um pouquinho mais a questão de leis, eu acho que a parte prática da lei, eu acho que é uma coisa bem difícil que ajuda bastante. Tipo, a aplicabilidade da lei, não somente a Constituição... artigo quinto... isso e isso e isso... e aquilo, que normalmente a gente aprende. Mas tirar isso do papel e colocar na vida diária é bem mais difícil. De repente, se existisse assim uma ... uma didática voltada a exemplos, assim, eu acho que ajudaria bastante. Não sei se é uma dificuldade minha em visualizar a lei na prática, mas... (E4)

Em outros depoimentos, como na fala de E aparece a necessidade de que a prática policial nas atividades de rua seja mais enfocada durante o período de formação:

Eu acho que faltou mais na teórica de explicar o que acontece na prática... isso eu acho que falta... “Lá na rua, você não vai ter tempo de gritar prioridade no rádio, então anda com o rádio na cinta”... porque a gente chegou lá sem saber certas coisas. Porque para gente é tudo lindo, na escola é tudo bonito... vou ser o herói, mas na hora que você chega lá... a viatura tá longe e você se vê sozinho... então tem certas dicas de experiência que não é passada, de experiência de polícia mesmo...de ter um equipamento a mais, de ter um cuidado a mais no começo do seu serviço, de prestar atenção, eles falam muito... “Presta atenção, você vai morrer...tal, tal...” Mas eles não te explicam o que acontece, uma exemplo... pega o cara lá antigão, praça ou oficial e conta lá: “Comigo aconteceu isso, e deu errado...” Uma história de vida talvez seria mais legal, sei lá... (E6)

Se o período teórico do curso não dá conta de adaptar os conhecimentos para realidade policial, outras formas de conhecer a prática e de formar juízos de valores sobre as vivências se dá no contexto da “rua”.

Não importa quão distante desçamos na hierarquia mais e mais detalhada da instrução formal, sempre haverá um degrau mais abaixo para se ir, e nenhuma medida de esforço será bem-sucedida para eliminar, ou mesmo diminuir de maneira significativa, a área de liberdade discricionária do agente cujo o dever é fazer com que a lei se ajuste aos casos. Na análise final, podemos mandar o policial mais completamente instruído sair para a sua ronda apenas se tivermos base se ele saberá o que as instruções significam quando for enfrentar uma situação que pareça estar exigindo uma ação. Não podemos dispensá-lo de julgar o certo do errado. (BITTNER, 2003, p. 97)

6.4 OS APRENDIZADOS NA ACADEMIA MILITAR E OS APRENDIZADOS NA RUA

Pode-se notar, a partir da sistematização das entrevistas, que, tanto a fase acadêmica do curso de formação de soldados, quanto as vivências experimentadas nas atividades de rua, são espaços de ensino e de aprendizagem. Serão apresentados os aprendizados que, de algum modo, aparecem como comuns ao espaço, tanto da academia quanto da rua, para posteriormente apresentar os aprendizados que são peculiares de cada espaço.

Tanto na academia quanto na rua, os entrevistados relataram experiências que indicam a necessidade de aprender a buscar estratégias para vivenciar o companheirismo com os colegas de profissão, para lidar com as mudanças nas relações interpessoais em razão da profissão de policial militar e para lidar com as experiências de sugação. Outro ponto destacado como aprendizado, em ambos os espaços, é a necessidade de respeitar ao próximo, porém, na academia, o próximo é entendido como o companheiro que está vivendo a formação e, na rua, o próximo é entendido como os vários membros da comunidade atendida. Ainda, como aprendizagens estão as disciplinas marcantes no currículo aprendido na academia militar e que se expressam nas práticas cotidianas dos atendimentos da rua.

A seguir é apresentado um quadro em que os pontos comuns de aprendizagem na academia militar e na rua são apresentados.

QUADRO 41- APRENDIZAGENS COMUNS NA ACADEMIA MILITAR E NA RUA, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS

Que aprendizados?	
Na Academia Militar	Na rua
Necessidade respeito ao próximo, entendido aqui como o companheiro de formação.	Necessidade respeito ao próximo, com a valorização do diálogo nos atendimentos de ocorrência junto à população.
Ligados ao currículo do curso de soldado: disciplinas relacionadas a operacionalização do trabalho, disciplinas jurídicas, disciplinas tipicamente militares e disciplinas de cunho complementar.	Aplicabilidade das disciplinas no cotidiano de trabalho policial (especialmente as disciplinas de caráter operacional e as de cunho jurídico).
Necessidade de companheirismo profissional.	
Percepção de mudanças nas relações pessoais em razão da profissão de policial militar.	
Estratégias para vivenciar as experiências de sugação.	

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

O estágio operacional pode ser compreendido como um momento de transição entre a academia militar e as práticas nas ruas. Apesar de, a partir da perspectiva dos entrevistados, tal período não apresentar um cunho pedagógico, há de se pensar estratégias que possibilitem que estágio seja um período de orientação e de criação de conexões entre a fase acadêmica do curso e as práticas cotidianas. Ficam questionamentos sobre os modos de sistematização do conhecimento teórico e prático durante os estágios operacionais.

Os aprendizados destacados pelos entrevistados como exclusivos da academia militar são a rotinização das regras hierárquicas e disciplinares próprias da vida militar e vivência da transição do ‘mundo civil’ para o ‘mundo militar’.

Na rua, vários são os aprendizados indicados pelos entrevistados, sendo que alguns podem ser verbalizados e discutidos entre as equipes policiais. No início das atividades como policial, o convívio com o policial mais antigo pode se tornar uma oportunidade de trocas de conhecimento. O controle emocional, a imparcialidade e a frieza são destacados como habilidades aprendidas para evitar que as ocorrências tenham uma proporção aumentada e como ferramentas para lidar com os impactos das ocorrências de alto impacto emocional. O processo de identificação de pessoas suspeitas é relatado como um aprendizado decorrente das experiências cotidianas. Ainda, a flexibilidade e a disposição frente as mudanças de rotina de trabalho e a atenção para o “saber com quem está falando” foram indicadas como pontos marcantes da rotina na rua.

Percebe-se que algumas aprendizagens são específicas do ambiente ou da academia ou da rua. A seguir apresentamos um quadro-resumo com estas observações:

QUADRO 42- APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS DA ACADEMIA MILITAR E NA RUA, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS

Na Academia Militar	Na rua
Regras hierárquicas	Convívio com o policial mais antigo
Transição da vida civil para a vida militar	Questões “emocionais” (controle, frieza, imparcialidade)
	Identificação de pessoas suspeitas
	Flexibilidade
	“Hierarquia” da rua

FONTE: VIANA, FREITAS (2018).

Ressalta-se que a palavra “entre” na expressão “Entre a academia e a rua”, conforme o título da dissertação, retrata as variadas possibilidades de aprendizado tanto em um espaço como em outro. Além disso, indica a permeabilidade e a conectividade entre um e outro espaço, retratando tanto a importância como a influência de um pelo outro.⁷¹

⁷¹ Agradeço de modo especial à professora Doutora Jusamara Vieira Souza e ao professor Doutor Marcos Vieira Silva que contribuíram, durante a banca de defesa, para a reflexão sobre o termo “entre” neste pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações estão organizadas em quatro partes: a primeira retoma os intuitos da pesquisa, a segunda discorre sobre as inquietações do processo de pesquisar sendo também pesquisado, a terceira parte refaz os caminhos trilhados na construção da dissertação e, por fim, a quarta parte traz reflexões sobre os processos de formação policial e a prática comunitária.

7.1 RETOMANDO OS INTUITOS DA PESQUISA: A VIDA COTIDIANA EM FOCO

A literatura que trata da formação de policiais militares, geralmente, se dá pela voz dos comandantes, dos instrutores e dos coordenadores do curso. Essa situação pode denotar pelo menos duas possibilidades: que as pesquisas têm buscado compreender a realidade policial a partir de aspectos formais, legais ou de visões institucionais; e/ou que a sistematização de pesquisas sobre o cotidiano policial tem sido realizada pelos membros dos grupos dirigentes das instituições policiais que passam a ter inserção no campo acadêmico. Refletir sobre essa realidade na perspectiva do conceito de instituição total de Erving Goffman pode ser uma alternativa, pois

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade por um considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2010, p. 11)

As escolas, os hospitais, os conventos e os quartéis podem ser caracterizados como instituições totais na perspectiva de Goffman (2010). Esta pesquisa, de modo específico, ao estudar os processos educacionais de formação de policiais militares, o fez levando em conta a perspectiva da formação inicial de pessoas que saem do “mundo civil” e ingressam no “mundo militar”. Essa transição entre os dois mundos dá-se inicialmente no contexto de um quartel, que também funciona como uma escola. Por ser um quartel, alguns aspectos, próprios de instituições militares, como rigidez e relações fortemente hierárquicas, fazem-se presentes. Por ser uma escola, a mediação de relações entre conteúdos a serem

aprendidos e formas de ensinar, entre professores e alunos e entre os próprios alunos é constante.

Retornando ao fato de que as pesquisas sobre formação de policiais costumam trazer a visão da equipe dirigente desses processos, nota-se que os achados costumam enfatizar uma visão instrumental e técnica, muitas vezes distante do cotidiano vivido pelos alunos em formação.

... usualmente [estas instituições] se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas. (...) esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente. (GOFFMAN, 2010, p. 69-70)

Este trabalho teve como intuito mostrar o contexto da formação policial militar de outro ângulo: sob o ponto de vista daquele (a) que passou pelo processo de formação. A partir das impressões dos policiais militares sobre essa vivência foram traçados possíveis impactos de tal formação sobre a prática cotidiana vivida nos atendimentos de ocorrências nas ruas. Porém, para além da aprendizagem formal, buscou-se compreender as aprendizagens que se dão no contexto de trabalho, e a maneira como a frase repetida nos quartéis que “se aprende a ser polícia na rua” se confirma ou não enquanto realidade vivida e sentida pelos policiais militares. Assim, buscou-se trazer o foco das análises para a formação que se dá na vida cotidiana, para além dos discursos oficiais, ou seja, de modo informal.

7.2 SOBRE O PROCESSO DE PESQUISAR: SENDO PESQUISADOR E PESQUISADO

As análises e discussões realizadas na presente dissertação podem e devem, a qualquer tempo, ser fruto de novas análises, e, portanto, ser reformuladas e repensadas, pois as leituras posteriores deste trabalho irão ocorrer em tempos e contextos sociais e históricos diferentes dos que se processavam quando esta pesquisa ocorria. Ainda, toda leitura de texto é atravessada por nossa leitura de mundo e é possível que leitores com diferentes visões de mundo tenham outros olhares sobre as discussões aqui realizadas. Porém, tanto a consideração sobre as mudanças sociais e históricas, quanto as diferentes concepções de mundo, não

podem ser encaradas com impossibilidade de trocas de ideias sobre o que aqui discutimos. Pelo contrário, espera-se que essa multiplicidade de tempos, espaços e concepções de mundo sejam um fértil ambiente⁷² de diálogo e troca para a criação de novas discussões e análises. É o diálogo proposto por Paulo Freire.

Os homens (...) ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão (...) não somente vivem, mas existem e sua existência é histórica. (...) a existência dos homens se dá no mundo que eles recriam e transformam incessantemente. (...) o aqui não é somente espaço físico, mas histórico (FREIRE, 2011, p. 124).

[Os] homens [são] seres em situação (...) [em] condições tempo-espaciais (...) Os homens são porque estão em situação. E serão tanto mais quanto não só pensarem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuarem sobre a forma em que estão (FREIRE, 2011, p.141).

As ideias aqui apresentadas são atravessadas por inúmeras vivências deste pesquisador como membro da instituição pesquisada e que passou também por processos de formação similares aos descritos pelos entrevistados. Trata-se de ocupar um lugar que se concretiza diante de pelo menos 4 dimensões: a de ser policial militar, a de atuar na área de educação, a de tornar-se pesquisador e a de buscar pautar suas práticas sob o enfoque da Psicologia Social Comunitária.

As duas primeiras dimensões - a de policial militar e a de atuação na educação - ocorrem concomitantemente, já que atuo em algumas fases da formação de novos policiais militares e também na formação de crianças e adolescentes numa instituição de ensino militar. A terceira dimensão – a de tornar-se pesquisador - faz com que as duas dimensões anteriores (dimensões de práticas de trabalho) sejam constantemente alvos de questionamentos e de procura de resposta. E a quarta dimensão - a da Psicologia Social Comunitária - faz com que o olhar sobre a realidade tenda a buscar responder às perguntas da dimensão de pesquisador através de explicações que privilegiem uma concepção de homem e sociedade historicamente construída pelas pessoas em suas atividades do e no dia a dia.

Acredita-se que as discussões e reflexões aqui colocadas podem ser posteriormente acompanhadas de algumas proposições que, de algum modo, em conjunto com outros profissionais responsáveis pela formação de policiais no estado

⁷² Tal diálogo pode ser realizado diretamente com este pesquisador através do e-mail: dwvdenis@gmail.com, por outras mídias sociais e também pessoalmente.

do Paraná, poderiam ampliar o debate tanto sobre as reflexões quanto sobre as possibilidades de proposições diferenciadas a respeito dos caminhos pedagógicos adotados pelas instituições militares.

Esta produção foi cercada por inúmeros caminhos de ida e volta, de pensar e de repensar. Um dos principais pontos de debate, realizado ao longo das orientações na primeira fase da pesquisa, foi o método a ser empregado para pesquisa de campo. Durante a elaboração do projeto de pesquisa, transitou-se da entrevista para o questionário, em alguns momentos, chegou-se a cogitar a possibilidade de grupo focal, e por fim, optou-se pela manutenção da proposta inicial com as entrevistas. Mas o que causou tanta angústia para a escolha do percurso a ser trilhado? Questionava-se, nas orientações e também nos seminários de pesquisa ao longo do mestrado, sobre as possíveis consequências do fato de este pesquisador ser parte da instituição pesquisada e ser superior hierárquico dos entrevistados. Assim como na pesquisa conduzida por Muniz e Silva (2010):

De início, poderia parecer impossível a um policial, sobretudo pela sua condição de superior hierárquico dos entrevistados, realizar um estudo dessa natureza. Pois bem, para superar essa limitação inicial, foi preciso transpor a barreira hierarquizada da comunicação que, culturalmente, faz parte das relações entre oficiais e praças das Polícias Militares do Brasil (MUNIZ, SILVA, 2010, p. 452).

Para minimizar os possíveis impactos, todo um processo de preparação para ida a campo foi realizado em conjunto com a orientação. O primeiro passo, foi trilhar pela opção de conversar com dois policiais militares que passaram pela experiência do curso de formação de soldados a fim de realizar um levantamento de temáticas possíveis de serem abordadas nas entrevistas. Foi só a partir daí que a primeira versão do protocolo de entrevistas foi elaborada. Alguns meses de discussão, em orientação, foram necessários para a realização de ajustes no protocolo de entrevista, para, tanto contemplar os objetivos da pesquisa, quanto permitir que, aos poucos, as possíveis barreiras entre entrevistados e entrevistador fossem sendo quebradas. Realizou-se uma entrevista piloto a fim de perceber se as perguntas estavam compreensíveis para o entrevistado, sendo que se optou por mantê-la como entrevista válida.

Em todas as entrevistas realizadas, os primeiros minutos eram de muita preocupação por parte deste pesquisador em relação a todos os possíveis impactos

que as relações de hierarquia poderiam produzir nas falas dos entrevistados. Por esse motivo, em orientação, optou-se pela realização de perguntas mais abertas e que dessem a possibilidade de o entrevistado expor-se mais. Pouco a pouco, pergunta a pergunta, os vínculos se estabeleciam e os assuntos, muitas vezes espinhosos, para ambas as partes, eram tratados de maneira a permitir uma comunicação direta sobre a realidade formativa vivida pelos entrevistados. Alguns deles chegaram a expor que se sentiram aliviados após as conversas. Ao fim de todo o processo de realização das entrevistas – no trabalho em campo, na transcrição dos áudios, na organização e sistematização das informações e na discussão dos resultados – percebeu-se que as diferenças hierárquicas foram ponderadas e refletidas ao longo do processo de Mestrado, possibilitando que, assim como colocam Muniz e Silva (2010), a barreira de comunicação fosse aos poucos quebrada. Todo esse processo foi explicado ao longo do **quarto capítulo** desta dissertação, na qual a proposta metodológica foi indicada.

7.3 QUE OUTROS CAMINHOS? QUE OUTRAS PERGUNTAS? O PERCURSO DA DISSERTAÇÃO

O propósito desta pesquisa era compreender em que medida a frase constantemente repetida no interior dos quartéis que “se aprende a ser polícia na rua” efetivava-se na vida dos policiais militares. Como desdobramento dessa dúvida vinham ainda três conjuntos de inquietações: o que a formação oferecida na academia proporciona aos policiais? Se, se aprende algo de fato nas ruas, o que se aprende? E quais os impactos desse conjunto de aprendizagens formais e informais para o atendimento da população?

Iniciamos um percurso que tomou boa parte do primeiro ano desta pesquisa de mestrado e que teve como resultado o **capítulo dois** desta dissertação. Tratou-se de um processo de revisão bibliográfica em três etapas: na base de Ciências Humanas da plataforma Scielo e também na plataforma PePSIC, no banco de teses e dissertações da plataforma Capes e na Revista Brasileira de Segurança Pública. Nas bases Scielo e PePSIC, realizou-se um processo de garimpagem manual chegando-se a 117 artigos que foram sistematizados e organizados em 7 blocos temáticos: Políticas de Segurança Pública, Atividades Operacionais de Policiais Militares, Saúde do (a) trabalhador (a) Policial Militar, Aspectos Socioculturais e a

realidade PM, Concepções sobre o trabalho PM, Educação Policial Militar e Estudos Históricos. Da plataforma CAPES foram sistematizados 96 trabalhos entre Teses e Dissertações e na Revista Brasileira de Segurança Pública os temas de 6 artigos foram organizados. Este capítulo permitiu uma sistematização do processo de revisão bibliográfica por meio do método proposto por Freitas e Weiland (2014) e outros colaboradores, o qual denominamos nesta dissertação como garimpagem manual (VIANA, FREITAS, 2018). A maioria dos artigos localizados pertence à área de Sociologia e de Psicologia, na plataforma CAPES a maior parte da produção estava concentrada em dissertações de Mestrado. Tal percurso permitiu a ampliação do olhar a respeito da realidade vivida por policiais militares, que, enquanto trabalhadores formais e que tem seu trabalho, ao menos do ponto de vista legal, regulado por uma série de normativas que caracterizam as Políticas Públicas de Segurança. Foram abertas reflexões sobre os processos de trabalho de tais profissionais, tanto do ponto de vista sua saúde e de sua realidade cultural, como também aspectos mais cotidianos de suas práticas no atendimento de ocorrências policiais militares. Os artigos da Revista Brasileira de Segurança Pública tiveram um foco específico nos processos de educativos de policiais militares, tanto do ponto de vista formal quanto informal, indicando nuances das práticas pedagógicas e sociais, bem como da violência presente nos mecanismos formais de formação de policiais militares.

No **capítulo 3** lançamos olhares para a instituição pesquisada, buscando aspectos de transformação e permanências na atuação da polícia ao longo da história e também buscando compreender as especificidades dos processos formais de educação policial, no que se refere às legislações e documentos que dão base para esse processo. A partir disso, chegamos a dois caminhos pedagógicos da formação policial militar - o adaptacionista e o contextualizado – os quais foram articulados às propostas da Psicologia Social Comunitária.

Os resultados das entrevistas foram apresentados, no **capítulo 5**, e organizados em cinco eixos: a caracterização dos participantes, as memórias da fase acadêmica do curso, as vivências do estágio operacional, as rotinas atuais de serviço e os horizontes educacionais vislumbrados pelos entrevistados.

O **6º Capítulo** buscou realizar uma análise dos resultados tendo a fundamentação teórica e o levantamento bibliográfico como parâmetro. A discussão foi organizada em quatro eixos: as mudanças no nível de escolaridade dos

entrevistados, as diferenças e similaridades entre a nova e a antiga formação policial, as proximidades e distanciamentos da relação polícia-comunidade e o comparativo entre os aprendizados da academia militar e da rua.

7.4 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR E AS PRÁTICAS FORMATIVAS EM COMUNIDADE

A organização do currículo dos cursos formais e a devida necessidade de análise do “currículo oculto”, presente tanto nos cursos formais quanto nas práticas de estágio e nas práticas não-formais ao longo dos processos de trabalho no atendimento de ocorrência, são pontos nevrálgicos que necessitam ser analisados.

Os entrevistados indicaram que as aulas teóricas do curso que traziam o estudo dos casos vivenciados no cotidiano do atendimento das ruas eram especialmente significativas. Talvez aqui encontre-se uma pista para as práticas pedagógicas nos cursos de formação de soldados e também no cotidiano dos atendimentos nas ruas, possibilitando que a conexão entre teoria e prática possa ocorrer.

Vários questionamentos ainda permanecem e podem ser alvo de novas pesquisas:

- a) Quais motivos levam as pessoas a desistirem da formação como policial militar e pedirem a “baixa”? Que imagem estas pessoas têm da corporação? O que optaram por fazer como trabalho, após a saída da corporação?
- b) Quais os impactos dos diferentes processos pelos quais os policiais militares passam e de como aprendem a desenvolver seu trabalho de aproximação e distanciamento da comunidade? Há algo de pedagógico nestas práticas? Se há, vale a pena ensinar com práticas aviltantes à dignidade?
- c) Como perceber os processos de trabalho na rua como processos educativos?

Finalizamos esta dissertação, retomando os nossos objetivos e percebendo que “se aprende a ser polícia na rua”. Tal compreensão foi possível através da fala dos entrevistados e se comprova também na literatura: “es común escuchar a nuestros nativos decir que a “ser policía” se aprende en la calle o en la comisaría,

afirmando de algún modo con esto que las enseñanzas de la escuela son ineficaces” (MELOTTO, 2012, p. 233). No entanto, ainda há que se pensar sobre as estratégias para que os marcantes aprendizados da rua tenham de fato um caráter menos episódico e passem a ser pedagógicos no sentido de possibilitar uma orientação da conduta em atendimento à população.

O que os policiais militares aprendem a saber não está ordenado em um formato científico, não aparece quantificado ou traduzido nas estatísticas, não pode ser demonstrado com números, tabelas e gráficos. Este saber atrelado ao episódico, constrangido pelas contingências, parece querer resistir à padronização. Ele está ali em cada evento, na memória prodigiosa de cada policial. Ele é parte indissociável da trajetória de vida e das experiências individuais vividas por um personagem que deve aprender a observar – de um lugar em movimento (a ronda), de um lugar vigilante e suspeito – (...) os “outros” personagens que desenham o cenário urbano. (MUNIZ, 2012, p.17)

Muniz (2012) nomeia esse saber como informal, fazendo-se presente na fala, na oralidade que passa a ser coletivizada, muitas vezes com uso de recursos do senso comum e por testemunhos de vida relativos aos atendimentos das situações cotidianas. A autora afirma haver um choque entre a realidade das ruas e as rotinas aprendidas pelos Policiais Militares no tempo de escola.

Porém, se a rua é um espaço privilegiado de aprendizagem, não é somente nela que “se aprende a ser polícia”. A academia militar, local em que ocorrem os processos formais de educação policial, é fundamental para garantir a identidade profissional do militar, e ainda, conforme os relatos dos entrevistados, a permitir um razoável aprendizado jurídico. Se “se aprende a ser polícia na rua”, na academia é que se aprende a ser militar, e nesse espaço também se aprende a ser polícia.

Entendemos ser necessário distinguir os processos de educação formal, não-formal e informal e optamos por fazê-la a partir da perspectiva de Gohn (2006):

QUADRO 43- PROCESSOS EDUCACIONAIS, SEGUNDO GOHN (2006)

Processos Educacionais	Educação formal	Educação não-formal	Educação informal
Campos de desenvolvimento	Desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados. (p. 28)	Se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências. (p. 28)	Os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. (p. 28)
Educadores	Professores	Aquele com quem interagimos (p. 29)	Os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa. (p. 29)
Espaço educativo	Ambientes normatizados (p. 29), exemplo: escolas	Ambientes e situações interativos construídos coletivamente (...) [com] uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. (p. 29)	Em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados. (p. 29)
Finalidade educativa	Ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados (p. 29)	Capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. (...) seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. (p. 29)	Socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar. (p. 29)
Atributos educativos	Tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos (...) tem caráter metódico. (p. 30)	Atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo. (p. 30)	Não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. (p. 30)
Resultados esperados	Aprendizagem efetiva (...), certificação e titulação. (p. 30)	Consciência e organização, concepção(ões) de mundo e sobre o mundo, (...) forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (...) desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos (...) adquirem conhecimento de sua própria prática. (p. 30-31)	Os resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente. (p. 30)

FONTE: VIANA, FREITAS (2018), ADAPTADO DE GOHN (2006).

Nota-se que os três processos educacionais, se fazem presentes no cotidiano formativo de policiais militares. O formal é notado no que se oferece enquanto formação nas academias militares. O informal se faz nas vivências do dia

a dia, inclusive nas academias militares, mas principalmente nos atendimentos de ocorrências em que o episódico ocorre e as aprendizagens acabam acontecendo pela transmissão oral de informações que formam o senso comum do trabalho policial. Porém, um espaço importante de aprendizagens a ser aperfeiçoado é da educação não-formal, em que a prática comunitária se faz presente e que se aproxima da filosofia de Polícia Comunitária. Que formações e de que modo formar? Gohn (2006) nos auxilia ao propor que as ações tenham como foco:

a) O aprendizado das diferenças. Aprende-se a conviver com demais. Socializa-se o respeito mútuo; b) Adaptação do grupo a diferentes culturas, reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, trabalha o “estranhamento”; c) Construção da identidade coletiva de um grupo; d) Balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente. (GONH, 2006, p. 31)

A Psicologia Social Comunitária, conforme Freitas (2015), nos indica algumas pistas para formar profissionais para atuação na prática em comunidade:

a) *Conhecimento da vida cotidiana e desnaturalização da mesma*: “é importante o conhecimento histórico-crítico a respeito da construção sócio-política da vida cotidiana dos diferentes grupos e comunidades com os quais se pretende trabalhar, relacionando- -o às dimensões local, regional e global” (FREITAS, 2015, p. 526).

b) *Análises para além do reducionismo e do psicologismo*:

realizar uma análise conjuntural e estrutural no plano psicossocial, que ultrapasse explicações reducionistas, psicologizantes e pontuais, e que permitam ver o futuro como um projeto político-pedagógico de transformação e de utopia a serem buscados de maneira coletiva e partícipe. (...) desnaturalização da vida cotidiana e concepção sobre o que é o fenômeno psicológico na dinâmica comunitária, liga-se a como fazer com que as pessoas acreditem que vale a pena, também, participar, nas esferas públicas e coletivas, como sendo uma condição importante para o fortalecimento das redes e projetos comunitários. (FREITAS, 2015, p. 527)

c) *Compreensão das relações comunitárias*: “compreender as: a) razões para realização do trabalho (para comunidade, profissionais, stakeholders, agências governamentais, etc.); b) relações entre agentes internos e tipo de participação construída entre eles; e c) características da prática desenvolvida e frutos obtidos” (FREITAS, 2015, p. 528).

d) *Avaliação da atuação em comunidade*: “avaliação e impactos das práticas em comunidade, refere-se a construir recursos e ferramentas, colaborativas

e participativas, de avaliação. Eles devem ser específicos a cada contexto e dinâmica” (FREITAS, 2015, p. 529)

Uma proposta formativa que leve em conta um caminho pedagógico alternativo, ou seja, que tome aspectos do formal e do informal, mas que seja operacionalizada com estratégias não-formais parece ser uma possibilidade de fazer com que o pêndulo da relação polícia-comunidade tenda a possibilitar relações de maior aproximação e de menos afastamento da polícia em relação à comunidade. As trocas de turno de serviço entre os policiais militares parecem ser uma oportunidade de que as mediações de ensino-aprendizagem se façam presentes e a figura do policial supervisor poderia ser bem empregada neste sentido.

Alguns podem dizer que a ideia de ter policiais “rudes”, tendo reunião de funcionários em todas as trocas de turno no distrito policial, é um absurdo, presumivelmente por que em função da natureza de sua formação (...) não estão preparados para isso. Esta visão, está com certeza quase total, errada. Sempre que são apresentadas aos policiais oportunidades para que discutam seus problemas de trabalho ao redor de uma mesa de conferência, geralmente eles demonstram um enfoque bem pensado, que deixa as outras pessoas admiradas. (BITTNER, 2003, p. 161)

Apesar de todas as buscas por sistematização do ensino e da prática policial militar, parece que o imprevisível é a marca do trabalho policial e o foco de aprendizagens informais. Todo dia, alguma novidade surge, o inesperado é o fruto do cotidiano e como se diz corriqueiramente: “nenhuma ocorrência é igual a outra”. Sabendo que os atendimentos realizados e os relatos orais de ocorrências recebidas por outros colegas são a base do saber cotidiano dos policiais, todo dia há um novo “bizu”⁷³ e, por isso, há sempre o que se aprender... Afinal, o policial é um profissional que é exposto a inúmeros riscos, logo, vive “sem saber até quando ainda está vivo, sem saber do calibre o perigo”.⁷⁴

⁷³ “Bizu”: gíria militar que significa dica ou novidade.

⁷⁴ Trecho adaptado da música, “O calibre” da banda Paralamas do Sucesso.

REFERÊNCIAS

- ADANG, Otto M.J. Mantenimiento del orden público: teoría, práctica y educación del policiamiento de los campeonatos europeos de fútbol de 2000 y 2004. **Cad. CRH**, Salvador , v. 23, n. 60, p. 475-486, Dez. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Set. 2016.
- ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 103-140, Nov. 2003 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Set. 2016.
- AFONSO, Jorge M. P.; GOMES, A. Rui. Stress ocupacional em profissionais de segurança pública: um estudo com militares da Guarda Nacional Republicana. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 294-303, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Out. 2016.
- ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 525-539, Dez. 2010. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Dez. 2016.
- ALBUQUERQUE, Carlos de Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 5, p. 216-239, June 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Set. 2016.
- ALEXANDER, Peter; RUNCIMAN, Carin; MARUPING, Boitumelo. The use and abuse of police data in protest analysis South Africa's Incident Registration Information System (IRIS). **SA crime q.**, Pretoria , n. 58, p. 9-21, Dec. 2016 . Available from <http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1991-38772016000400002&lng=en&nrm=iso>. access on 17 July 2018. <http://dx.doi.org/10.17159/2413-3108/2016/v0n58a1513>.
- ALMEIDA, Damiana Machado de et al . Satisfação no Trabalho dos Policiais Militares do Rio Grande do Sul: um Estudo Quantitativo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 36, n. 4, p. 801-815, Dec. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000400801&lng=en&nrm=iso>. access on 17 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000362016>.
- ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro**. São Paulo: Unesp, 2013.

ANIBAL, Felipe. Paraná já estuda exigência de diploma superior para polícias militares. **Jornal Gazeta do Povo (on-line)** de 11 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/XNKZwh> . Acesso em 04 jul. 2018.

ARGUETA, OTTO. Community Policing in Guatemala: Continuity in Self-Defence?. **Rev. cienc. polít. (Santiago)**, Santiago, v. 35, n. 3, p. 559-580, dez. 2015. Disponível em<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2015000300005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 12 set. 2016.

ASFORA, S. C. & DIAS, S. M. R. C.. Modelo de qualidade de vida no trabalho para polícia militar de Pernambuco. **REAd** , Ed. 49, v. 12, n. 1, 2006.

AZEVEDO, Marco Antônio de. Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 23, n. 3, p. 18-25, Sept. 2003 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Set. 2016.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Cláudia . Política Criminal e Encarceramento no Brasil nos Governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. **Civitas: Revista de Ciências Sociais** (Impresso), v. 15, p. 105-127, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6064> Acesso em 08 jun. 2018.

BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 18, n. 1, p. 77-86, Mar. 2004 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Ser. 2016.

BEATO, Claudio; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 51, n. 3, p. 687-717, 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Out. 2016.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al . A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 18, n. 1, p. 119-131, Mar. 2004 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Set. 2016.

BERLATTO, Fábila. A política dos discursos políticos: as duas retóricas da segurança pública do Paraná. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 123-134, Oct. 2011 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Set. 2016.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

BLASIUS, L. **A resiliência na formação do policial militar**, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2008.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de; ROSSOTTI, E2 Giovanni de Paula Pereira; REISHOFFER, Jefferson Cruz. A pesquisa em instituições de preservação da ordem. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 85-97, jan. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 Set. 2016.

BICUDO, Hélio. A unificação das polícias no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 91-106, Dez. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Set. 2016.

BONAMIGO, Irme Salete et al. Violências, direitos humanos e segurança pública em debate. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 800-813, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Set. 2016.

BONDARUK, Roberson Luiz. Análise do trabalho policial. In: BONDARUK, Roberson Luiz. **O império das casas abandonadas: crianças e adolescentes “de rua” e a polícia**. Editora Universitária Champagnat. Curitiba, p.69-99, 2005.

BRASIL. Comando Militar do Exército. (2017). **Batalha dos Guararapes**. Disponível em: <http://www.cmne.eb.mil.br/index.php/2013-10-27-13-26-40>. Acesso em 18 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://goo.gl/IBKAnh>. Acesso em 06/11/2016.

_____. Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969. **Reorganiza as Polícias e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Território e Distrito Federal e dá outras providências**. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: <https://goo.gl/5c4OSp>. Acesso em 06/11/2016.

_____. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. **Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros (R-200)**. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: <https://goo.gl/BRK5Y5>. Acesso em 06/11/2016.7

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: <https://goo.gl/zYegVe>. Acesso em 02/11/2016.

_____. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. **Dispõem sobre o Ensino do Exército Brasileiro e dá outras providências**. Disponível em: <https://goo.gl/Nnhpwm>. Acesso em 02/11/2016.

_____. Decreto Federal 4.346 de 26 de agosto de 2002. **Regulamento Disciplinar do Exército**. Disponível em: < www.planalto.gov.br>. Acesso em 15 out. 2016.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/whZmV0>. Acesso em 01/11/2016.

BRASIL, Glauécia Mota; ABREU, Domingos. Uma experiência de integração das polícias civil e militar: os Distritos-Modelo em Fortaleza. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 318-355, Dec. 2002. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Set. 2016.

BRITO, Divino Pereira de; GOULART, Iris B. Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 10, n. 2, p. 149-160, Dec. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712005000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Dec. 2016.

BRUCE, David. Public order transparency: Using freedom of information laws to analyse the policing of protest. **SA crime q.**, Pretoria, n. 58, p. 23-33, Dec. 2016. Available from <http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1991-38772016000400003&lng=en&nrm=iso>. access on 17 July 2018. <http://dx.doi.org/10.17159/2413-3108/2016/v0n58a1508>.

BRUNETTA, Antonio Alberto. Não-formal e informal no ensino policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, 130-140, ago/dez. 2015.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 142-150, Mar. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Dez. 2016.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 136-155, Dec. 2006. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Set. 2016.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder et al. Concepções de policiais sobre crianças em situação de rua: um estudo sobre preconceito. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 11, n. 2, p. 249-256, Dec. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712006000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2016.

CIRILO, Bianca Sant'Anna de Sousa. Resgate policial de reféns: uma forma de espetacularização da vida. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro , v. 4, n. 2, dez. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 28 set. 2016.

CASTRO, Lola Aniyar De. **Criminologia da Libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

COSTA, Naldson Ramos da. Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 18, n. 1, p. 111-118, Mar. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Set. 2016.

CUNHA, Rosemyriam Ribeiro dos Santos. **Um estudo psicossocial sobre a vida e as aspirações de mulheres com mais de setenta anos na cidade de Curitiba**. 135f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

DALBOSCO, Jari Luiz. Polícia Comunitária e Sociedade. In.: SENASP. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Brasília, DF, p. 18-117, 2007.

DANTAS, Marilda Aparecida et al. Avaliação de estresse em policiais militares. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 12, n. 3, p. 66-77, mar. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 dez. 2016.

DE LA IGLESIA, Matilde; ROJAS BREU, Gabriela. Hostigamiento laboral: introducción de una cuarta dirección en una institución de ley. **Anu. investig.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires , v. 21, n. 1, p. 311-319, jun. 2014 . Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16862014000100032&lng=es&nrm=iso>. accedido en 17 jul. 2018.

DERENUSSON, Fernando C.; JABLONSKI, Bernardo. Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial. **Aletheia**, Canoas, n. 32, p. 22-37, ago. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 dez. 2016.

DURÃO, Susana. Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes. **Etnográfica**, Lisboa , v. 15, n. 1, p. 129-152, fev. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612011000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesss em 24 set. 2016.

ESTEVES, Anabela; GOMES, A. Rui. Stress ocupacional e avaliação cognitiva: um estudo com forças de segurança. **Saude soc.**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 701-713, Sept. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Out. 2016.

FIGUEIREDO-FERRAZ, Hugo et al. Validação Fatorial do "Spanish Burnout Inventory" em Policiais Portugueses. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 291-299, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722014000200291&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Nov. 2016.

FRANÇA, Fabio Gomes de. "Hierarquia da invisibilidade": preconceito e homofobia na formação policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, 154-170, ago/dez. 2016.

FRANÇA, Fabio Gomes de. GOMES, Janaína Letícia de Farias "Se não aguentar, corra!": um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, 142-159, ago/dez. 2015.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Aurora**, v. 3, n. 5, p. 49-58, 2009. Marília. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/aurora>. Acesso em: 2/11/2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª Ed. rev.e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; PERES, Marcos Roberto de Souza; GOEDERT FILHO, Valdir. Dimensões da prática cotidiana e (des)humanização do policial militar. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 41, p. 51-64, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752015000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 set. 2016.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; VIANA, Dênis Wellinton. A importância da revisão sistemática de literatura – o percurso da “garimpagem” manual em periódicos especializados. Ousar educar: por uma Educação comprometida com o outro. **Caderno de Resumos**. XXX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE)/ organizado por Elisângela Alves da Silva Scaff; Camila Maria Bortot; Rosângela Santos. Curitiba, p. 78, 2018.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de.; WEILAND, Renate Lizana. Música e projetos sociais e comunitários: o que as publicações da ABEM tem revelado? In: SOUZA, Jussamara et. al. **Música, educação e projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 64-91, 2014.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Construcción y Consolidación de la psicología social comunitária en Brasil: conocimientos, prácticas y perspectivas. In: Maritza Montero, Irma Serrano-Garcia (comps). (Org.). **História de la Psicología Comunitária en América Latina Participación y transformación**. 1ed. Buenos Aires: Paidós - Tramas Sociales 64, v. 1, p. 91-114, 2011.

_____. Desafios éticos na prática em comunidade:(des) encontros entre a pesquisa e a intervenção. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, p. 242-253, 2015,a.

_____. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 32, n. 3, p. 521-532, Sept. 2015, b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000300521&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000300017>.

_____. Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. In: STELLA, Claudia. **Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências**. Petrópolis, Vozes, p. 65-85, 2014.

_____. Tensões na relação comunidade-profissional: implicações para os processos de conscientização e participação comunitária. In: LACERDA JR, F., GUZZO, R. S. L. **Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas: Editora Alínea, p. 83-98, 2010.

_____. Desafios no cotidiano das práticas de intervenção psicossocial: reflexões a partir da Psicologia Social Comunitária. In: OSORIO, Jorge Mario Flores. **Psicología, globalización y desarrollo en América Latina**. Cuernavaca: Editorial Latinoamericana, p. 163-188, 2007.

FUENTES S., Claudio. La inevitable "mano dura": sociedad civil y violencia policial en Argentina y Chile. **Rev. cienc. polít. (Santiago)**, Santiago, v. 24, n. 2, p. 3-28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2004000200001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 13 out. 2016.

GALAK, Eduardo. El cuerpo y la policía: una mirada de la incorporación y de la subjetivación en la educación a través de la película "Tropa de Élite". **Educ. rev.**, Curitiba, n. 38, p. 253-268, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 set. 2016.

GARCIA-CASTRO, Juan Diego; BARRANTES UMANA, Beatriz. Perception and fear of crime: a review of articles in spanish 2004-2014. **Reflexiones**, San Pedro de Montes de Oca, v. 95, n. 1, p. 87-100, June 2016. Available from <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-28592016000100087&lng=en&nrm=iso>. access on 17 July 2018.

GARRIGA ZUCAL, José. "Se lo merecen": Definiciones morales del uso de la fuerza física entre los miembros de la policía bonaerense. **Cuad. antropol. soc.**, Buenos Aires, n. 32, p. 75-94, dic. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2010000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 23 set. 2016.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In.: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Guareschi, P. A. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª ed, p. 64-89, 2002.

GOEDERT FILHO, Valdir **Práticas comunitárias na Polícia Militar do Paraná? Reflexões nas perspectiva da Psicologia Social Comunitária como processo comunitária**. 176f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 50, p. 27-38, Mar. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Ago. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>.

GOMES, A. Rui; AFONSO, Jorge M. P. Estrés ocupacional y afrontamiento en oficiales de la policía militar portuguesa Stress Ocupacional e Afrontamento em Oficiais da Polícia Militar Portuguesa. **Av. Psicol. Latinoam.**, Bogotá , v. 34, n. 1, p. 47-65, Jan. 2016 . Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242016000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 17 July 2018. <http://dx.doi.org/10.12804/apl34.1.2016.04>.

GONÇALO, Helena et al. Stresse ocupacional em forças de segurança: Um estudo comparativo. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 28, n. 1, p. 165-178, jan. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 out. 2016.

GONCALVES, Hérica Cristina Batista; QUEIROZ, Marcello Roriz de; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda?. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 29, n. 1, p. 17-23, Apr. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922017000100017&lng=en&nrm=iso>. access on 17 July 2018. <http://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1256>.

GLEDHILL, John. Segurança humana: uma meta viável?. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 519-533, Dec. 2012 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Set. 2016.

GUARESCHI, P. A. **Psicologia Social Crítica Como Prática de Libertação**. (5. Ed.). Porto Alegre EDIPUCRS, 2012.

GUIMARAES, Juliany Gonçalves; TORRES, Ana Raquel Rosas; FARIA, Margareth R. G. V. de. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 10, n. 2, p. 263-271, Aug. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Set. 2016.

HENRIQUES, M. S. Polícia que conversa: reciprocidade, publicidade e *accountability* na implantação da filosofia de polícia comunitária. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 36, ago. 2008.

HUGGINS, Martha Knisely. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Set. 2016.

KARPINSKI, M. T. **Formação do Oficial da Polícia Militar do Paraná**, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2013.

LANDAETA MARDONES, Patricio; ARIAS KRAUSE, Juan Ignacio; ESPINOZA LOLAS, Ricardo. La función de la policía como debate de libertades. **Eidos**, Barranquilla, n. 23, p. 93-116, July 2015. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-88572015000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Set. 2016.

LANE, S. T. M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª Ed., p.32-39, 1986.

LEON IGLESIAS, Juana Marta. Represión al crimen: as Instituciones de Justicia Y Policía en la ciudad de Pinar Del Río, Cuba (1938-1958). **Cuadernos de Historia**, Santiago, n. 39, p. 93-111, dez. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/dGpFnd>. Acesso em 20 set. 2016.

LIMA, Roberto Kant de. Antropologia, Direito e Segurança Pública: uma combinação heterodoxa. **Cuad. antropol. soc.**, Buenos Aires, n. 37, p. 43-57, jul. 2013. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 set. 2016.

LIPP, Marilda E. Novaes; COSTA, Keila Regina da Silva Nunes; NUNES, Vaneska de Oliveira. Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 46-53, mar. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2017.1.12490>.

LIS RIOS, Alina. Gubernamentalidad y poder de policía: la articulación de un modelo de policiamiento dual en Buenos Aires, 2004-2007. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 487-510, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Set. 2016.

LOPES, Cleber da Silva; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; TORDORO, Marcos Antonio. Direitos Humanos e Cultura Policial na Polícia Militar do Estado do Paraná. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 320-353, Apr. 2016. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000100320&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 set. 2016.

LORENC VALCARCE, Federico. Estado, policías y criminalidad: seguridad pública y seguridad privada en la Argentina actual. **Postdata**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires , v. 18, n. 1, jun. 2013 . Disponível em<http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96012013000100001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 23 Set. 2016.

LUENGO, A. L. A efetividade da polícia cidadã no combate à criminalidade. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito Da PUC-SP**. v. 2, 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/red> >. Acesso em: 18 out. 2016.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 7, p. 188-221, June 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Set. 2016.

MADERA, Sheilla Rodríguez; NEGRON, Salvador Santiago. La seguridad ciudadana: Del modelo reactivo al enfoque preventivo. **Rev. Puertorriq. Psicol.**, San Juan , v. 21, p. 62-84, 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1946-20262010000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 set. 2016.

MANOEL, Elio de Oliveira. **Policciamento Ostensivo com ênfase no processo motorizado**. Curitiba, AVM: 2004.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. Psicologia Política do Trabalho na América Latina. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 14, n. 31, p. 609-624, dez. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 jul. 2018.

MARTINEZ, Julián; MARIEL SORRIBAS, Patricia. Atribuciones sobre el uso de la fuerza policial desde la perspectiva del agente. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 2, p. 430-439, Ago. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Dez. 2016.

MARTINS, Valter. Policiais e populares: educadores, educandos e a higiene social. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 23, n. 59, p. 79-90, Apr. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2016.

MELICIO, Thiago Benedito Livramento; GERALDINI, Janaina Rodrigues; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Biopoder e UPPs: alteridade na experiência do policiamento permanente em comunidades cariocas. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 3, p. 599-622, Dec. 2012 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Set. 2016.

MELOTTO, Mariano. Jerarquías para el compromiso: Un análisis comparativo de dos ceremonias en escuelas de la Policía de la Provincia de Buenos Aires. **Intersecciones antropol.**, Olavarría, v. 13, n. 1, p. 223-236, jul. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-373X2012000100015&lng=es&nrm=iso. Acesso em 18 set. 2016.

MERLINO, A. La entrevista en profundidad como técnica de producción discursiva. In.: MILLÁN, A. M., MERLINO, A. (coord.). **Investigación Cualitativa em Ciencias Sociales**. Buenos Aires, Cengage Learning Argentina, p.112- 132, 2009.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 103-110, Mar. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 Set. 2016.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 31, n. 91, e319101, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000200501&lng=pt&nrm=iso. acessos em 17 jul. 2018. Epub 10-Jun-2016. <http://dx.doi.org/10.17666/319101/2016>.

MITJAVILA, Myriam; MATHES, Priscilla. Labirintos da medicalização do crime. **Saude soc.**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 847-856, Dec. 2016. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000400847&lng=en&nrm=iso. access on 17 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016165278>.

MONSALVE BRICENO, Yoana. Control social y castigo: percepción del castigo en funcionarios policiales venezolanos. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 511-523, Dec. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 Dec. 2016.

MONTERO, Maritza. De la ética del individualismo a la ética de la otredad: la noción de otro y la liberación de la psicología. In: OSORIO, Jorge Mario Flores. **Psicología, globalización y desarrollo en América Latina**. Cuernavaca: Editorial Latinoamericana, p. 15-34, 2007.

_____. **Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos**. 1ª Ed. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MORÉ, C. L. O. O. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada” no contexto da saúde: dilemas epistemológicos e desafios da sua construção e aplicação. **Atas CIAQ**, Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v. 3, p. 126-131, 2015.

MUNIZ, J. O fim da inocência: um ensaio sobre os atributos do saber policial de rua. In: SOUZA, A. F.; MAGALHÃES, B. R., SABATINE, T. T. (Org.). **Desafios à Segurança Pública**: controle social, democracia e gênero. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 13-42, 2012.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Cad. CRH**, Salvador , v. 23, n. 60, p. 437-447, Dec. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Set. 2016.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR., Domício. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. **Estud. av.**, São Paulo , v. 21, n. 61, p. 159-172, Dec. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Dec. 2016.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; SILVA, Washington França da. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. **Cad. CRH**, Salvador , v. 23, n. 60, p. 449-473, Dec. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Dec. 2016.

NASCIMENTO, Andrea dos Santos; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Bebida Alcoólica e Direção Automotiva: Relatos de Policiais Militares Sobre a “Lei Seca”. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 36, n. 2, p. 411-425, jun. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000200411&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 dez. 2016.

NASCIMENTO, Daniele Alcântara; CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca de seus alunos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 41, n. 4, p. 899-912, Dec. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/PeB4Zi>. Acesso em 18 set. 2016.

NEME, Cristina. Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , n. 25, p. 123-137, Nov. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Set. 2016.

NINO PEREZ, Jairo J; DEVIA GARZON, Camilo Andrés; ORTEGA AVELLANEDA, Dina. Seguridad humana: securitización del desarrollo y evaluación de amenazas en el siglo XXI. **Rev. Fac. Derecho Cienc. Polit. - Univ. Pontif. Bolívar.**, Medellín , v. 46, n. 125, p. 275-290, Dec. 2016 . Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-38862016000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 17 July 2018. <http://dx.doi.org/10.18566/rfdcp.v46n125.a03>.

NOBREGA JUNIOR, José Maria Pereira da. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 18, n. 35, p. 119-130, Feb. 2010 . Disponível

em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Set. 2016.

OLIVEIRA, Antonio. Os policiais podem ser controlados?. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, p. 142-175, Apr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Dec. 2016.

OLIVEIRA, F. P., XIMENES, V. M., LOPES COELHO, J. P., SILVA, K. S. Psicologia Comunitária e Educação Libertadora. **Psicologia: Teoria e Prática**. 10(2):147-161, 2008.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 nov. 2016.

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de; BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, dez. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 dez. 2016.

ORCES, DIANA. Victimización por Corrupción por la Policía. **Rev. cienc. polít. (Santiago)**, Santiago, v. 28, n. 2, p. 203-208, 2008. Disponível em<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2008000200010&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 26 Set. 2016.

PAIS, Lúcia G. et al. Protesto político e atividade policial: a percepção dos media. **Anál. Social**, Lisboa, n. 216, p. 494-517, set. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732015000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 out. 2016.

PARANÁ. Lei nº 1.954, de 23 de junho de 1954. **Código da Polícia Militar**. Curitiba, PR: Casa Civil. Disponível em: <https://goo.gl/OX4ipD>. Acesso em: 04/11/2016.

_____. Lei nº 16.576, de 29 de setembro de 2010, b. **Fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba, PR: Casa Civil. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56283&indice=1&totalRegistros=70>. Acesso em 03 nov. 2016.

_____. Decreto nº 2332, de 10 de dezembro de 2003. **Aprova o regulamento dos Conselhos de Comunitários de Segurança- Conseg**. Curitiba, PR: Casa Civil. Disponível em: <https://goo.gl/vlka8O>. Acesso em 06/11/2016.

_____. Decreto nº 5.381, de 24 de outubro de 2016. **Cria a Coordenação Estadual dos CONSEGs no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária e aprova Regulamento com as premissas para o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança, homologados e**

reconhecidos pelo Poder Público. Curitiba, PR: Casa Civil. Disponível em: <https://goo.gl/YzYe9W>. Acesso em 06/11/2016.

_____. Lei Estadual 19. 583 de 05 de julho de 2018. **Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 5.940, de 8 de maio de 1969 - Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Paraná.** Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=201684&codItemAto=1257425#1257425>. Acesso em 09 jul. 2018.

_____. Lei nº 16.575, de 28 de setembro de 2010. **Dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual.** Curitiba, PR: Casa Civil. Disponível em: <https://goo.gl/1XQYoP>. Acesso em 03/11/2016.

_____. Lei Estadual 14961 de 21 de dezembro de 2005. **Dispõem sobre a majoração de policiais para patentes.** Disponível em: <https://goo.gl/nPPTXt> . Acesso em 04 de jul. 2018.

_____. Lei Estadual 17169 de 25 de maio de 2012. **Dispõem sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.** Disponível em: <https://goo.gl/GbzhnC>. Acesso em 05 jul. 2018.

_____. Lei nº 15. 349, de 22 de dezembro de 2006. **Extingue, na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), cria o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM) e adota outras providência.** Curitiba, PR: Casa Civil. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=400&indice=1&totalRegistros=14>. Acesso em 05 nov. 2016.

_____. Lei nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, b. **Dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual.** Curitiba, PR: Casa Civil. Disponível em: <https://goo.gl/1XQYoP>. Acesso em 03/11/2016.

_____. Polícia Militar. Portaria do Comando-Geral nº 330, de 14 de março de 2014. **Aprova a Portaria de Ensino da PMPR.** Curitiba, PR: Gabinete do Comando-Geral. Disponível em: goo.gl/Lzlxr9. Acesso em 01/11/2016.

PEDRINHA, Roberta Duboc. Política criminal em tempos de crise: a produção de subjetividade punitiva, a sociedade do trabalho, a produção de excluídos e a prática policial. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro , v. 2, n. 1, jun. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 Set. 2016.

PERES, Marcos Roberto de Souza. **Retratos das Unidades Paraná Seguro em notícia:** repercussões psicossociais e pedagógicas. 190f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PIVARO STADNIKY, Hilda. Mulheres sem mordaza X tropa de choque: estratégias de lutas políticas no contexto das greves policiais no estado do Paraná. **Prohistoria**, Rosario, v. 10, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-95042006000100006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 16 Out. 2016.

PINC, Tânia. Desempenho policial: treinamento importa? **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 3, ed. 4, 36-55, ago/dez. 2009.

POLÍCIA MILITAR. (2016). **Hierarquia da PMPR**. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=632> Acesso em 18 jul. 2018.

_____. (2016). **Organograma da PMPR**. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>. Acesso em 12 dez. 2016.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 1, ed.1, 22-31, 2007.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Out. 2016.

_____. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 132-141, Mar. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Dec. 2016.

RAMALHO NETO, Jaime P. Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 45, p. 67-94, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 out. 2016.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. Representações sociais de governo, justiça e polícia: um estudo nas camadas média e popular da Grande Vitória/ES. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 29-37, jun. 2002. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872002000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 out. 2016.

REIS, Marcela dos Santos; FAIAD, Cristiane. Escala de instabilidade emocional para a segurança pública. **Psico-USF**, Itatiba, v. 19, n. 1, p. 87-96, Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Out. 2016.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de

Janeiro , v. 21, n. 2, p. 425-444, Aug. 2009 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Set. 2016.

RIBEIRO, Ludmila. O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). **Anál. Social**, Lisboa , n. 211, p. 272-309, jun. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 Set . 2016.

RODRIGUEZ ESCOBAR, Adalberto et al. Ideación suicida y factores asociados en un grupo de policías de Pereira-Colombia. **Ágora U.S.B.**, Medellín , v. 13, n. 2, p. 411-420, July 2013 . Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-80312013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Dez. 2016.

ROMANELLI, Berenice Marie Ballande. **O que é feito dos jovens?** Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional.233f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ROSEMBERG, André. Retrato policial: um perfil da praça de polícia em São Paulo (1868-1896). **História**, Franca , v. 29, n. 2, p. 95-115, dez. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 set. 2016.

RUDNICKI, Dani. O ingresso de bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 20, p. 108-137, Dec. 2008 . Disponível em> <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 set. 2016.

SAMPSON, Isaac Terwase. The right to demonstrate in a democracy: An evaluation of public order policing in Nigeria. **Afr. hum. rights law j.**, Pretoria , v. 10, n. 2, p. 432-456, 2010 . Disponível em<http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1996-20962010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Set. 2016.

SANCHEZ- NIETO, José Miguel. Frecuencia del burnout en policías de la Ciudad de México. **liber.**, Lima, v. 18, n. 1, janeiro 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272012000100009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 22 set. 2016.

SANSONE, Livio. Fugindo para a força: cultura corporativista e "cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro , v. 24, n.3, p.513-532, 2002. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 out. 2016.

SANTOS, Iris Gomes dos; GONTIJO, José E7 Leandro; AMARAL, Ernesto F. L.. A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-

2010). **Opin. Publica**, Campinas , v. 21, n. 1, p. 105-131, Apr. 2015 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000100105&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Set. 2016.

SCHEINVAR, E. A indústria da insegurança e a venda da segurança. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 19, n. 3, p. 481-490, Sept. 2014 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Set. 2016.

SESP. CENTRO DE ENSINO BOMBEIRO MILITAR DE SANTA CATARINA. **Dicionário de Gírias Militares**. Florianópolis, 2014. Disponível em: https://biblioteca.cbm.sc.gov.br/biblioteca/index.php/component/docman/doc_download/496-dicionario-de-girias-militares-. Acesso em 05 jul. 2018.

SILVA, Geélison F.; BEATO, E3. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. **Opin. Publica**, Campinas , v. 19, n. 1, p. 118-153, June 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762013000100006>.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. **Etnográfica**, Lisboa , v. 15, n. 1, p. 67-82, fev. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612011000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 dez. 2016.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. "Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Cad. CRH**, Salvador , v. 23, n. 59, p. 283-300, Aug. 2010 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Set. 2016.

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saude soc.**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, Dez. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Dez. 2016.

SILVA JUNIOR, D. A. Segurança pública como cultura do controle. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. a.4 E. 7, Ago-Set 2010.

SIRIMARCO, Mariana. A "família policial": vinculações e implicações entre relato e instituição. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 559-580, Dez. 2013, a. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Out. 2016.

SIRIMARCO, Mariana. A vida com farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 31-43, Jun 2013, b. Disponível

em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Set. 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, Dec. 2007. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Set. 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 75-96, Apr. 2003. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Set. 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 91-106, Apr. 2006, a. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Set. 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. São Paulo: Sextante, 2006, b.

SORJ, Bernardo. Segurança, segurança humana e América Latina. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 40-59, Dec. 2005. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452005000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Out. 2016.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; REIS, João Francisco Garcia. A discricionariedade policial e os estereótipos suspeitos. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 6, n. 1, p. 125-166, 2014. Disponível em<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912014000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 dez. 2016.

SOUZA, Luciane Albuquerque Sá et al. Bem-Estar Subjetivo e Burnout em Cadetes Militares: O Papel Mediador da Autoeficácia. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 744-752, Dez. 2015. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Dez. 2016.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Dez. 2016.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Sousa. Processos de treinamento no uso da força para policiais militares na região sudeste: uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, 154-170, ago/dez. 2016.

TENA, Olivia. Strategies to reconcile domestic and paid work duties in mexican police women: a stepping stone to gender equality?. **Act.Colom.Psicol.**, Bogotá, v. 16, n. 2, p. 81-91, Dez. 2013. Disponível

em<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Out. 2016.

TORRES, Ana Raquel Rosas et al . Análise psicossocial do posicionamento de adolescentes com relação à violência policial. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 12, n. 2, p. 229-238, Aug. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Out. 2016.

TRINDADE, Arthur; PORTO, Maria Stela Grossi. Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 13, n. 27, p. 342-381, Aug. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Out. 2016.

VALLEJO, Álvaro R. Cambios Sintomáticos en Policías con Estrés Postraumático y Psicoterapia de Grupo. **Ter Psicol**, Santiago , v. 29, n. 1, p. 13-23, jul. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-48082011000100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 02 dez. 2016.

VIEIRA-SILVA, Marcos. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, p. 292-300, 2015.

WEILAND, Renate Lizana. **Relações entre projetos comunitários e música na perspectiva de profissionais da área musical em Curitiba**: Algumas contribuições da psicologia social comunitária e da educação. 112f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

WENDEL, Travis; CURTIS, Ric. Tolerância zero: a má interpretação dos resultados. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 8, n. 18, p. 267-278, Dec. 2002 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Set. 2016.

WIKMAN, Marie Ørum. La construcción de una verdad jurídica sobre un "otro" peligroso en un caso de violencia policial del Conurbano. **Cuad. antropol. soc.**, Buenos Aires , n. 38, p. 33-55, dic. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2013000200002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 14 Nov. 2016.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estud. av.**, São Paulo , v. 21, n. 61, p. 31-49, Dec. 2007 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Set. 2016.

ZALUAR, Alba. Sociability in crime. Culture, form of life or ethos?. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília , v. 11, n. 2, p. 12-46, Dec. 2014 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412014000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Set. 2016.

ZONTA, C. Aspectos educativos envolvidos no processo de apropriação do conhecimento e desenvolvimento da consciência nas práticas comunitárias. In: LACERDA JR, F., GUZZO, R. S. L. **Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas: Editora Alínea, p. 99-117, 2010.

APÊNDICE 1 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA PMPR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Curitiba, 10 de Abril de 2017.

Ilmo Senhor Comandante do 1º CRPM
Cel. QOPM Péricles de Matos
Curitiba, Paraná.

Vimos, por meio desta, solicitar sua autorização para a realização das atividades referentes à coleta de dados em situação de campo, para que os trabalhos da Dissertação de Mestrado possam ser realizados de maneira adequada e em atendimento às exigências acadêmico-científicos. A referida Dissertação, de autoria de Dênis Wellinton Viana e sob a orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas, tem como foco principal a educação profissional de policiais militares, buscando-se suas intersecções com o campo da educação e da psicologia social comunitária.

As atividades de campo serão realizadas através de observações e algumas entrevistas diretas e breves junto às equipes policiais, durante as passagens de seus serviços, nas unidades operacionais que compõem o 1º Comando Regional de Polícia Militar. Essa coleta tem como a finalidade a compreensão da rotina do trabalho realizado, assim como os aspectos pedagógicos presentes nas aprendizagens adquiridas ao longo do trabalho de atendimento à população.

Esperando contar com sua colaboração e apoio para o desenvolvimento de trabalhos científicos que permitam uma aproximação entre as instituições de Segurança Pública e as de Educação superior, agradecemos e nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Dênis Wellinton Viana,
Mestrando em Educação-
do Programa de Pós-Graduação
em Educação (PPGE) - UFPR.

Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas,
Professora do Programa de Pós-
Graduação em Educação (PPGE) da
Universidade Federal do Paraná
Curriculo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4983108112468250>



PMPR
1º CRPM
Gab. Cmdo.

Despacho nº 203/2017

Referência: Ofício s/n – do 1º Ten. QOPM Denis Wellington Viana/UFPR – solicita autorização para realizar pesquisa de campo para trabalhos de dissertação de Mestrado na UFPR.

Ciente;


2. Autorizo a coleta de dados;

3. extraia-se cópias aos Comandantes da OPMs subordinadas ao 1º CRPM para conhecimento;

2. Publique-se.

Curitiba, 17 de abril de 2017.

Cel. QOPM Péricles de Matos
Comandante do 1º CRPM.


Ten.-Cel. QOPM Edson Solak
Chefe do EM do 1º CRPM

APÊNDICE 2 – TERMO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA NA PLATAFORMA BRASIL

FACULDADE DE ARTES DO
PARANÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EDUCAÇÃO E PRÁTICA DE POLICIAIS MILITARES: APROXIMAÇÕES COM A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Pesquisador: DENIS WELLINTON VIANA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79765817.0.0000.0094

Instituição Proponente: Faculdade de Artes do Paraná

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.374.345

Apresentação do Projeto:

O estudo pretende investigar a educação profissional de policiais militares paranaenses por meio da perspectiva da Psicologia Social Comunitária.

Para tanto, pretende-se compreender de que modo a educação na prática profissional (tanto formal, quanto não formal) dos policiais militares reflete-se

no atendimento à comunidade paranaense. Para tanto, serão realizadas entrevistas com policiais militares.

As entrevistas terão com base nos

seguintes eixos: "I- Rotina de serviço", "II- Memórias sobre a escola de soldados", "III- Vivências do estágio operacional", "IV- Outros cursos realizados além do Curso de formação de soldados".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender os processos educativos que os policiais militares passam para o início do desenvolvimento do seu trabalho junto à comunidade

Objetivo Secundário:

a) Descrever e analisar as práticas de policiais militares em atendimento à população.

b) Descrever e analisar as práticas educativas de policiais militares desenvolvidas em meios formais e não formais.

Endereço: Rua dos Funcionários, 1357

Bairro: central

CEP: 80.035-050

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3250-7300

Fax: (41)3250-7301

E-mail: cep.fap@unespar.edu.br

FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ



Continuação do Parecer: 2.374.348

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como riscos relacionados à participação na pesquisa, há a possibilidade de o participante sentir algum desconforto e sentimentos desagradáveis, em função da entrevista. Para minimizar estes riscos, a entrevista será individualizada, em local combinado previamente, o participante poderá pedir para não responder a qualquer questionamento que achar impróprio, e desistir a qualquer momento da entrevista se assim o desejar. Pretende-se que as entrevistas sejam realizadas em local especificamente escolhido na sede da própria unidade em que o policial militar desempenha suas atividades, a fim de possibilitar a compreensão da realidade institucional do mesmo e evitar desgastes administrativos para a concessão das entrevistas. Dessa forma, o pesquisador irá deslocar-se para cada uma das cinco unidades escolhidas a fim de realizar as observações e as entrevistas. Entre a data do agendamento da entrevista e a data de sua realização, será efetivada uma visita à unidade policial a fim de verificar o melhor espaço para a aplicação da entrevista com o intuito de garantir o sigilo e o conforto necessário para os participantes e para o pesquisador.

Benefícios:

Os benefícios esperados com esta pesquisa são uma reflexão sobre as vivências cotidianas dos policiais militares e suas possíveis aplicações em contextos educativos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está de acordo com as diretrizes norteadoras do Comitê de Ética, apresentando claramente a metodologia a ser utilizada, bem como prevendo os riscos e benefícios aos participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto e termos bem apresentados, sem comprometimentos éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_934870.pdf	16/10/2017 18:00:07		Aceito
Outros	Autorizacao_PMPR.pdf	16/10/2017 17:58:09	DENIS WELLINGTON VIANA	Aceito

Endereço: Rua dos Funcionários, 1367
Bairro: Cabral CEP: 80.035-060
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3250-7300 Fax: (41)3250-7301 E-mail: cep.fap@unespar.edu.br

FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ



Continuação do Parecer: 2.374.348

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/10/2017 17:56:38	DENIS WELLINTON VIANA	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	16/10/2017 17:55:52	DENIS WELLINTON VIANA	Acelto
Folha de Rosto	Capa_Plataforma_Brasil.pdf	16/10/2017 17:54:32	DENIS WELLINTON VIANA	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Aprovação da CONEP:

Não

CURITIBA, 09 de Novembro de 2017

Assinado por:
Rocemyrlam Cunha
(Coordenador)

Endereço: Rua dos Funcionários, 1357
Bairro: central CEP: 80.035-050
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3250-7300 Fax: (41)3250-7301 E-mail: cep.fap@unespar.edu.br

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Página 1 de 2.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Dênis Wellington Viana, e minha orientadora, Professora Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas, da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, policial militar, a participar de um estudo intitulado "A educação na prática de policiais militares: aproximações com a Psicologia Social Comunitária". Este estudo é importante para identificar de que modo a educação profissional oferecida pela corporação é refletida na prática dos profissionais policiais militares.

- a) Os objetivos desta pesquisa são conhecer as atividades realizadas por policiais militares fora da caserna e entender a educação profissional dos policiais militares por meios formais e não formais.
- b) Concordando em participar da pesquisa, solicitaremos que você responda a perguntas de uma entrevista sobre sua rotina de trabalho e sobre sua formação ao longo da carreira. Suas informações pessoais serão mantidas em absoluto sigilo e anonimato, garantindo a sua total privacidade e segurança. Você terá assegurado que em momento algum, nenhuma informação que o/a identifique, poderá ser utilizada sem a sua autorização formal.
- c) Como riscos relacionados à sua participação na pesquisa, há a possibilidade de você sentir algum desconforto e sentimentos desagradáveis, em função da entrevista. Para minimizar estes riscos, a entrevista será individualizada, em local combinado previamente. Você poderá pedir para não responder a qualquer questionamento que achar impróprio, e desistir a qualquer momento da entrevista se assim o desejar.
- d) Os benefícios esperados com esta pesquisa são uma reflexão sobre as vivências cotidianas dos policiais militares e suas possíveis aplicações em contextos educativos.
- e) Você poderá entrar em contato conosco a qualquer momento sobre dúvidas ou perguntas sobre a entrevista. O pesquisador Dênis Wellington Viana, psicólogo, Oficial Policial Militar e aluno do curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, responsável por este estudo poderá ser contatado pelo telefone 99901-2894 e email: dwvdenis@gmail.com, Rua Gal. Carneiro, 480, Reitoria da UFPR, Ed. D. Pedro, 1º andar, sala 101 - CEP: 80.060-150 – Curitiba – PR para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado. Como participante, você tem plena liberdade de retirar o seu consentimento a qualquer momento da pesquisa e isto não gerará nenhuma forma de penalização.



- g) Se aceitar participar da pesquisa como voluntário, você não receberá nenhum valor financeiro.
- h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por uma pessoa autorizada: a professora Maria de Fátima Quintal de Freitas, que me orienta nesta pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.
- i) As despesas necessárias para a realização da pesquisa (material de escritório necessário para gravações e transcrições das entrevistas) não são de sua responsabilidade.
- j) Em caso de danos decorrentes da pesquisa, você terá direito a assistência integral e imediata, de forma gratuita, e indenizações, conforme legislação vigente.
- k) Ao final desta pesquisa, você e os demais participantes, serão informados a respeito dos resultados principais que foram obtidos, mantendo-se sempre o sigilo e o anonimato de todos que colaboraram. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código. Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão, sendo garantidos a todo e qualquer momento o meu anonimato e sigilo, sem nenhum prejuízo ou constrangimento para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Local e data

Responsáveis pelo Projeto

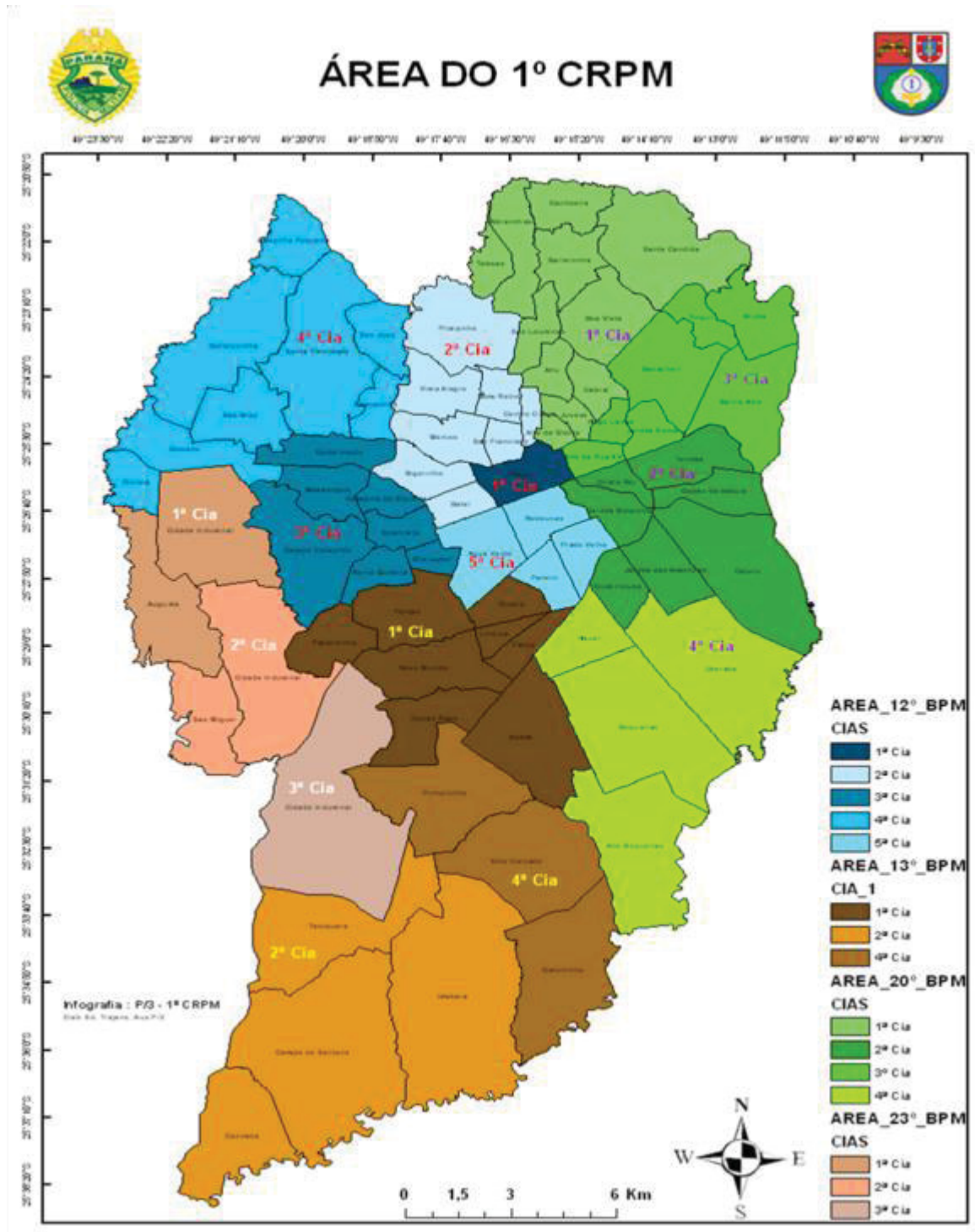
Dénis Wellington Viana,
Mestrando em Educação-
do Programa de Pós-Graduação em
Educação (PPGE) - UFRJ.

Maria de Fátima Quintal de Freitas,
Professora Doutora do Programa de
Pós-Graduação em Educação (PPGE)
da Universidade Federal do Paraná
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/4983108112468250>

APÊNDICE 4 – PROTOCOLO DE ENTREVISTAS

Eixos	Perguntas
Memórias sobre a escola de Soldados	<p>Quando foi o seu curso de formação de soldados? Quanto tempo durou?</p> <p>Onde foi realizado o seu curso?</p> <p>Que aulas você tinha no curso?</p> <p>Quais disciplinas do curso você se recorda?</p> <p>Você realizou atividades militares como marchas e campos durante seu curso? Se sim, qual sua opinião sobre elas?</p> <p>Quem eram os professores do curso?</p> <p>Indique três coisas que você aprendeu durante o seu Curso de Soldados.</p> <p>O que você considera que faltou durante o seu curso?</p> <p>O que mais marcou, para você, no seu curso de Soldados?</p>
Vivências do estágio operacional	<p>Você realizou estágio operacional antes do término do seu curso?</p> <p>Quais atividades você desenvolveu durante o seu estágio?</p> <p>Você tinha algum supervisor de estágio? De que maneira era feita a supervisão?</p> <p>Você tinha contato com a comunidade durante o estágio? Como era?</p> <p>Você utilizou as disciplinas da escola no seu estágio operacional? De que maneira?</p> <p>Indique três coisas que você aprendeu durante o seu estágio operacional.</p> <p>Faltou algo na sua prática de estágio? O que faltou?</p> <p>O que mais marcou, para você, nos estágios?</p>
Rotina de Serviço atual	<p>Como é a sua jornada de trabalho hoje?</p> <p>Que atividades você desempenha na polícia atualmente?</p> <p>Quais as dificuldades enfrentadas no seu trabalho?</p> <p>De que maneira você lida com essas dificuldades?</p> <p>Indique três coisas que você aprendeu em suas atividades operacionais.</p> <p>Estes aprendizados poderiam, de algum modo, compor a Formação de Soldados? Como?</p>
Outros cursos realizados além do Curso de Formação de Soldados	<p>Você realizou outros cursos dentro da corporação? Quais?</p> <p>Se sim, eles contribuíram para sua atividade como policial? De que maneira?</p> <p>Você realizou outros cursos fora da corporação? Quais?</p> <p>Se sim, eles contribuíram para sua atividade como policial? De que maneira?</p>
Dados socioeconômicos	<p>Idade.</p> <p>Escolaridade quando entrou na corporação.</p> <p>Escolaridade atual.</p> <p>Tempo de serviço na PM</p>

ANEXO A – MAPA DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO 1º COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR – CURITIBA



FONTE: Site PMPR (2018).

ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR EM VIGÊNCIA PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPR

ÁREA DE ENSINO	Nº	DISCIPLINAS	C/H
FUNDAMENTAL	01	ABORDAGEM SÓCIO-PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA	20
	02	DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	30
	03	DIREITO ADMINISTRATIVO E DISCIPLINAR	30
	04	DIREITO PENAL E PENAL MILITAR	40
	05	DIREITO PROCESSUAL PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR	30
	06	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	20
	07	DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	20
	08	DOCTRINA DE EMPREGO PM	20
	09	EDUCAÇÃO FÍSICA	90
	10	HISTÓRIA DAS POLÍCIAS E BOMBEIROS	20
	11	LEGISLAÇÃO ESPECIAL	40
	12	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	40
	13	METODOLOGIA CIENTÍFICA	20
	14	NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL	30
	15	POLÍCIA COMUNITÁRIA	30
TOTAL FUNDAMENTAL			480
PROFISSIONAL/OPERACIONAL	16	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	30
	17	DEFESA PESSOAL	70
	18	DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA	20
	19	ESTUDO DO ARMAMENTO E DA MUNIÇÃO	40
	20	LEGISLAÇÃO E POLÍCIAMENTO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO	40
	21	MARKETING APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR	20
	22	ORDEM UNIDA	50
	23	POLÍCIAMENTO EM EVENTOS ESPECIAIS	30
	24	POLÍCIAMENTO OSTENSIVO GERAL	60
	25	PREVENÇÃO A INCÊNDIOS E DESASTRES	20
	26	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISE	30
	27	SISTEMAS INFORMATIZADOS	30
	28	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS	50
	29	TÉCNICAS DE ABORDAGEM	60
	30	TIRO POLICIAL	80
TOTAL PROFISSIONAL/OPERACIONAL			630
COMPLEMENTAR	31	ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS	22
	32	TRABALHO COMUNITÁRIO	08
	33	EXERCÍCIO OPERACIONAL ESTÁGIO SUPERVISIONADO	360
TOTAL COMPLEMENTAR			390
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO			1.500

GLOSSÁRIO DE TERMOS POLICIAIS MILITARES

Abordagem Policial: “é o ato desencadeado pela autoridade policial militar, com a finalidade de interpelar pessoa ou grupo de pessoas que gerem suspeição, com o objetivo de investigar, prender, orientar ou até mesmo assistir”. (SILVA, 2003, p. 11)⁷⁵

Acochambar: agir de má-fé, fazer “corpo mole”, simular situações para se esquivar do trabalho.

Antigão: policial militar com mais tempo de serviço.

Assinar o livro preto: refere-se a assinatura de um livro ata, certificando o ingresso como servidor público do Estado. Tal livro geralmente apresenta a capa na cor preta.

Bastão tonfa: popularmente conhecido como cassetete.

Bizu: dica ou novidade.

Dar a volta em todo mundo: enquanto o pelotão de policiais corre em determinada direção, um dos policiais corre mais rápido em volta do pelotão.

Operacional: policial militar que tenha experiência e que realiza um bom trabalho na prática de atendimento de ocorrências.

Ordem Unida: “se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar.” (BRASIL, 2000, p. 1-3)⁷⁶

Pagar 10: realizar dez movimentos de um exercício físico típico militar (exemplos: flexão, flexão com punho cerrado, abdominal, entre outros)

Pagar apoio: referência ao exercício físico de flexão de braço no solo, tendo a mão apoiada no chão.

Pedir baixa: solicitar o desligamento da carreira militar.

Pernoite: período após o jantar em que os militares fazem uma formação militar e recebem recados ou ordens dos superiores hierárquicos.

Punho cerrado: exercício idêntico ao de “pagar apoio”, porém, ao invés de apoiar as palmas da mão no chão, as mãos estarão fechadas, apoiando-se as falanges dos dedos no chão para a execução do exercício.

QR2: Liberação no local.

Queimar o coturno: passar graxa no coturno e literalmente queimar a graxa com fogo para que o material apresente maior brilho.

Sugação: um conjunto de atividades cansativas e desgastantes.

⁷⁵ SILVA, Marco Antônio da. **Dicionário de termos, expressões e gírias policiais militares**. Curitiba: Comunicare, 2003.

⁷⁶ BRASIL. Manual de Campanha- Ordem Unida- C22-5. Disponível em: <http://www.cciex.eb.mil.br/arquivos/docs/publicacoes/manuais/c22-5.pdf>. Acesso em 25 set. 2018.